

**UNIFAN**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER

Organização:

**Prof. Dr. Júlio César Borges**

**Prof. Dr. Carlos Alberto Vicchiatti**

**Prof. Dr. Emídio Silva Falcão Brasileiro**

# PESQUISAR+

A ciência em processo e seus resultados

  
EDITORA  
ALFREDO  
NASSER

Vol. III



**CORPO GESTOR**

**Reitor**

Prof. Alcides Ribeiro Filho

**Vice-Reitor**

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

**Pró-Reitor Acadêmico**

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

**Pró-Reitor de Relações Institucionais**

Prof. Msd. Luiz Antonio de Faria

**Pró-Reitor de Desenvolvimento**

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

**Pró-Reitor Financeiro**

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

**Pró-Reitor de Controladoria**

Marcello Oliveira Ferreira

**Pró-Reitor de Apoio Estudantil**

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza

**PESQUISAR +**  
**A ciência em processo e seus resultados**  
**Volume 3**

© Editora Alfredo Nasser, 2023  
© Centro Universitário Alfredo Nasser, 2023

**EXPEDIENTE**

**Editora-chefe**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michele Giacomet

**Editor-adjunto**

Peterson Daniel Vieira

**Bibliotecárias**

Ana Márcia Santana Lima  
Eliana Batista Pires e Silva  
Francisca Rodrigues da Silva

**Layout e diagramação**

Peterson Daniel Vieira

**Capa**

Cleyton Nascimento

Foi de total responsabilidade dos (as) autores (as) a revisão gramatical, ortográfica e textual final dos trabalhos, antes de serem publicados, incluindo as referências bibliográficas.

PESQUISAR+: a ciência em processo e seus resultados. 11<sup>o</sup>  
PESQUISAR Congresso Interdisciplinar de Produção Científica  
[Recurso Eletrônico] / Organização: Prof. Dr. Júlio César Borges,  
Prof. Dr. Carlos Alberto Vicchiatti, Prof. Dr. Emídio Silva Falcão  
Brasileiro. - Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN): Editora  
Alfredo Nasser, 2023. (Volume 3).

ISBN: 978-65-89165-15-6

*E-BOOK*. 206 Páginas. Inclui Bibliografia.

1. PESQUISAR. 2. 11<sup>o</sup> Congresso Interdisciplinar de Produção Científica. 3. Centro Universitário Unifan (UNIFAN). 4. Júlio César Borges. 5. Carlos Alberto Vicchiatti. 6. Emídio Silva Falcão Brasileiro. 7. Pesquisa. I. Título. II. UNIFAN.

CDU: 001.89:378(081.2)(817.3)

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO 11º PESQUISAR**

Pós-Dr. Emídio Silva Falcão Brasileiro (Presidente)  
Me. Alessandro Moreira Freire  
Dr. Fábio Marques de Almeida  
Dra. Juliane Aparecida Ribeiro Diniz  
Dr. Júlio César Borges  
Dr. Kesley Mariano da Silva  
Esp. Marijara de Lima  
Me. Newton Paulo Monteiro  
Me. Sandra Maria Machado Jorge  
Pós-Dr. Vinícius Novais G. de Andrade

**COMITÊ CIENTÍFICO**

Me. Alexandre Francisco de Azevedo  
Esp. Ana Paula R. do Nascimento  
Esp. Ariana Lúcia Alves Carvalho  
Me. Bruno Fiuza Franco  
Dr. Carlos Henrique Linares  
Esp. Charles Richard A. de Oliveira  
Esp. Cleomar Teles Macedo  
Me. Diogo Gonçalves Ferreira  
Me. Dyellber Fernando de O. Araújo  
Me. Edison Póvoa do Nascimento Jr.  
Me. Elias Rafael de Sousa  
Dra. Fabiana da S. Bianchi Perez  
Esp. Fernanda Martins Albuquerque  
Ma. Fernanda Romano Soares  
Me. Fernando Medeiros Bastos  
Esp. Flávia Cristina Alves Pinheiro  
Ma. Francislene Lavor Batista  
Esp. Ilma Maria da Silva Araújo  
Me. Inimá Índio do Brasil  
Ma. Juliana Pereira Freitas  
Dr. Lizandro Poletto  
Dr. Kesley Mariano da Silva  
Ma. Lorena Torres de Arruda  
Dra. Márcia Cristina Hizim Pelá  
Ms. Marcos Cristiano dos Reis  
Dra. Marília Cordeiro de Sousa  
Esp. Matheus Moreira Borges  
Esp. Reginaldo de Souza Lopes  
Pós-Dr. Nivaldo dos Santos  
Esp. Paulo Henrique C. Pinho  
B.Sc. Priscilla Norgann de S. Rocha  
Ma. Rosy-Mary M. de O. Sousa  
Esp. Wesley Henrique G. e Silva

**ALUNOS(AS) MONITORES(AS)**

Amanda Barreira Silva - Odontologia  
Ayslan Rodrigues de Paiva - Medicina  
Daniel R. Silva Filho - Medicina  
Maria Alice Cardoso Miras - Medicina

## **PREÂMBULO**

O Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan) tem a honra de apresentar o presente trabalho *Pesquisar Mais: A Ciência em processo e seus resultados - Vol. 3*, resultado da produção científica de sua comunidade acadêmica proveniente de Aparecida de Goiânia-GO, do estado de Goiás, dos demais estados brasileiros e estrangeiros.

O Unifan, há mais de uma década, por intermédio do *Pesquisar – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica*, tem possibilitado aos pesquisadores nacionais e internacionais a divulgação de seus trabalhos científicos. Ademais, tem contribuído para a produção acadêmica dos seus docentes e discentes em prol do desenvolvimento dos diversos métodos e técnicas de pesquisa.

Esta obra é, portanto, resultado do 11º *Pesquisar*, realizado em 2022 que, como as demais edições, foi considerado um dos maiores eventos científicos do Brasil. Ela apresenta a seleção de produções científicas que atendam quatro linhas de pesquisa do Centro Universitário Alfredo Nasser: I - Educação, Cultura e Comunicação; II – Empreendedorismo, Gestão e Inovação; III - Direito e Cidadania; IV - Saúde, Meio ambiente e Sustentabilidade.

Reiteramos que o(a) leitor(a) desta obra encontrará caminhos para soluções dos problemas que envolvem o ser humano e a sociedade na sua busca do conhecimento. Ao final da leitura desta obra, o(a) leitor(a) perceberá em si a necessidade premente de saber observar, registrar, analisar, comparar e decidir, ou seja, de pensar antes de agir para conhecer todas as consequências de suas ações.

Parabenizamos e agradecemos ao Centro Universitário Alfredo Nasser na pessoa do seu Magnífico Reitor, o Professor Alcides Ribeiro Filho, por mais este empreendimento editorial. Igualmente congratulamo-nos com todos(as) os(as) autores(as), colaboradores(as) e organizadores para a edição dessa produção científica que nos espera, ávida, para que a leiamos e para que nos tornemos seres humanos melhores, especialmente nesse tempo de transição milenar.

A você caro(a) leitor(a), o nosso abraço e consideração!

**Professor Pós-Doutor Carlos Alberto Vicchiatti**  
**Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Alfredo Nasser**

## **APRESENTAÇÃO**

A publicação que o(a) leitor(a) tem em mãos contém algumas das principais contribuições feitas ao *11º Pesquisar – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica*. Diferentemente dos dois últimos anos, em 2022 ocorreu de modo híbrido, ou seja, de modo remoto e presencial. Para as atividades remotas, foi utilizada a plataforma Zoom, com inscrições prévias e gratuitas realizadas no *site* Sympla; as atividades presenciais ocorreram nas instalações do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ). Das 11.962 inscrições mensuradas, 5.671 foram concretizadas em efetiva participação.

O Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan) oportuniza a divulgação da produção científica nas áreas do conhecimento trabalhadas na Instituição por meio do Congresso Pesquisar, considerado um dos maiores espaços de divulgação da pesquisa universitária de Goiás. Nascido em 2012, tem como objetivo geral divulgar projetos e resultados de pesquisa de acadêmicos, egressos, docentes e pesquisadores da Unifan e de outras Instituições de Ensino Superior (IES). Dentre seus objetivos específicos, destacam-se: integrar ensino, pesquisa e extensão; promover o intercâmbio de saberes entre as várias áreas de conhecimento; estimular a iniciação científica nos acadêmicos da Unifan; desenvolver e aprimorar o conhecimento de métodos e técnicas de pesquisa e reconhecer trabalhos científicos com qualidade socialmente referenciada.

Para sua décima primeira edição, o evento contou com uma comissão organizadora composta por professores(as) pesquisadores(as) de diferentes cursos da Unifan, comprometidos(as) com sua excelência desde a concepção, organização e apresentação dos resultados. Além disso, uma comissão científica realizou a seleção de trabalhos, além de professores mediadores e alunos monitores, de diversos cursos da Instituição, selecionados por meio de chamamento público.

Com alcance nacional e internacional, o 11º Pesquisar teve mais de 300 trabalhos inscritos, dentre os quais foram selecionadas 151 atividades: 18 mesas redondas, 95 apresentações orais e e-pôsteres, 23 palestras, 9 minicursos, 6 oficinas, mais a conferência de abertura e a mesa de encerramento. Também contou com a participação de discentes e docentes contemplados no edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), 8 apresentações no total.

A maioria das atividades do evento (palestras, mesa-redondas, conferência de abertura e a mesa de encerramento) ocorreu em salas virtuais no Zoom. Outra parte ocorreu presencialmente no Bloco do Direito. Em todo caso, as inscrições ocorreram, para todas as atividades, no Sympla. O ingresso nas atividades esteve condicionado à inscrição prévia no *site* Sympla; para tanto, o *link* de acesso para inscrição esteve disponível no *site* do Unifan antes e durante o evento, em arquivo (formato pdf) com a programação geral e detalhada incluindo informações do título da atividade, responsáveis (por apresentações orais e de e-poster, palestras, minicursos e mesas redondas), data e horário da sua realização, além do já mencionado *link* para inscrição. Em cada uma das salas, as discussões foram mediadas por professores do Unifan e contaram com suporte técnico de alunos monitores de diversos cursos, selecionados através de chamamento público. Acrescenta-se que a conferência de abertura e a mesa redonda de encerramento tiveram transmissão ao vivo pelo YouTube, no canal oficial da Unifan.

A primeira parte deste livro é composta por textos produzidos por pesquisadores do Unifan e outras instituições. Esses trabalhos são uma amostra da programação de palestras, mesas-redondas e minicursos realizados nos três dias de congresso. Na segunda, constam os melhores trabalhos oriundos das apresentações orais e de e-poster submetidos por alunos(as) da Instituição, avaliados pela comissão científica do evento e organizados nas seguintes linhas de pesquisas: Educação, Cultura e Comunicação; Direito e Cidadania e; Saúde, Meio ambiente e Sustentabilidade.

Uma leitura proveitosa a todos(as)!

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>PARTE 1 - TRABALHOS APRESENTADOS POR PESQUISADORES(AS) .....</b>  | <b>10</b>  |
| <b>DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR: o desenvolvimento regional inscrito no contexto global - Alcina Manuela de Oliveira Martins .....</b>  | <b>11</b>  |
| <b>TRANSFORMAÇÕES SEMÂNTICAS NO CONCEITO DE “MUNDO” EM DIÁRIO DE BITITA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS - Gustavo Santana Miranda Brito .....</b>  | <b>27</b>  |
| <b>A PESQUISA E A MEDICINA - José Francisco de Sales Chagas .....</b>  | <b>47</b>  |
| <b>INADIMPLÊNCIA CONDOMINIAL E O PROCESSO DE COBRANÇA - Fabiana Friaça Asmar de Souza .....</b>  | <b>57</b>  |
| <b>SAÚDE MENTAL E FÍSICA: uma reflexão sobre as multijornadas da mulher do século XXI - Cleide Neves Guarda .....</b>  | <b>78</b>  |
| <b>A EDUCAÇÃO NO COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO - Lorena Ayres da Rocha; Murilo Oliveira Barros; Naele da Silva Moreira Solidade .....</b>   | <b>95</b>  |
| <b>PARTE 2 - TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS</b>   |            |
| <b>LINHA DE PESQUISA: Educação, Cultura e Comunicação .....</b>  | <b>110</b> |
| <b>ANÁLISE DO FILME “OS IRMÃOS WILLOUGHBY” À LUZ DO EXISTENCIALISMO E DO EXISTENCIALISMO DIALÓGICO - Adrielly Betânia Alves Barbosa; Isadora Montalvão Resende; Isabella Alves do Carmo Marques; Luísa Ribeiro do Nascimento; Isadora Samaridi .....</b> | <b>111</b> |
| <b>O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE PERSONAGEM E SEUS ASPECTOS PSICOLÓGICOS PARA ALÉM DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL - Alynne Ferreira Cabral; Gleiton Nunes de Azevedo .....</b>   | <b>118</b> |
| <b>LINHA DE PESQUISA: Direito e Cidadania .....</b>  | <b>126</b> |
| <b>A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA TARIFICAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL NA ESFERA TRABALHISTA: uma violação a princípios constitucionais - Maria Luíza Fagundes Ribeiro; Humberto César Machado .....</b>  | <b>127</b> |
| <b>LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO ANIMAL EM ANALOGIA À JORNADA DE TRABALHO HUMANO - Leonardo Kennedy Moreira Marques; Ana Celuta Fulgêncio Taveira .....</b>   | <b>138</b> |

|  |            |
|--|------------|
| <b>O ACESSO E A GRATUIDADE DE JUSTIÇA NOS JUIZADOS CÍVEIS DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO</b> - <i>Ademir Batista Castorino; Ana Celuta Fulgêncio Taveira</i> .....                           | <b>146</b> |
| <b>LINHA DE PESQUISA: Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade</b> .....  | <b>155</b> |
| <b>A PANDEMIA POR COVID-19 E A POPULAÇÃO TRANS: outra invisibilidade?</b> - <i>Abmael Cruz Amaral; Leticia Pereira Belo; Vinicius Novais Gonçalves de Andrade</i> .....                  | <b>156</b> |
| <b>POLIMORFISMOS GENÉTICOS ASSOCIADOS À OBESIDADE PEDIÁTRICA: uma revisão sistemática</b> - <i>Samuel Henrique Roque Ribeiro; Jakeline Soares Fortes</i> .....                           | <b>166</b> |
| <b>FISIOTERAPIA E DANÇA NUMA PROPOSTA INOVADORA DE TRATAMENTO: um relato de experiência</b> - <i>Leandro Pereira de Sousa; Lia Peres Rezende; Leila Medeiros Melo</i> .....              | <b>177</b> |
| <b>PERCEPÇÃO DE DOR EM PACIENTES ATENDIDOS PELA FISIOTERAPIA DURANTE AÇÃO SOCIAL DA UNIFAN</b> - <i>Gabriela Lopes dos Santos; Guilherme da Silva Faleiro; Leila Medeiros Melo</i> ..... | <b>182</b> |
| <b>FISIOTERAPIA EM MULHERES COM DISPAREUNIA</b> - <i>Laura Barbosa Godinho; Fabiana da Silveira Bianchi Perezza</i> .....  | <b>190</b> |

**PESQUISAR +**  
**A ciência em processo e seus resultados**  
**Volume 3**

## **PARTE 1**

# **TRABALHOS APRESENTADOS POR PESQUISADORES(AS)**

**ISBN: 978-65-89165-15-6**

**DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR:**  
**o desenvolvimento regional inscrito no contexto global<sup>1</sup>**

*Alcina Manuela de Oliveira Martins<sup>2</sup>*

**RESUMO:** A internacionalização das Instituições de Ensino Superior, uma das necessidades criadas pela globalização, é a base da interligação e interdependência entre instituições. Apoiado na revisão da literatura, este estudo procura abordar, a importância das Instituições de Ensino Superior no desenvolvimento regional, nacional e global, bem como identificar os desafios que lhe foram impostos no século XXI. Num mundo pautado pelas políticas globais, as Instituições de Ensino Superior, inseridas num ambiente cada vez mais competitivo procuram, não só dinamizar a região em que estão inseridas, promovendo uma ligação estreita com as empresas, como a concretizar intercâmbios transnacionais, através da realização de programas de cooperação, na ânsia de captar profissionais qualificados e se tornarem instituições de referência mundial. Da síntese da revisão da literatura, emerge o reflexo da globalização, geradora de competitividade, as Instituições de Ensino Superior preocupam-se cada vez mais com os rankings globais com parâmetros avaliativos centrados na expansão e diversificação, qualidade e inovação, bem como projeção internacional. Não obstante, nesta(s) sociedade(s) globalizada(s), as Instituições de Ensino Superior não podem esquecer que têm de assumir, cada vez mais, o compromisso de preparar os jovens, não só com um conjunto de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também de os dotar, de forma diferenciada, de conhecimentos, profissionais e sociais, de forma a viverem, autónoma e responsabilmente, numa sociedade que se pretende inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior. Estudos. Globalização. Desenvolvimento local e regional.

**ABSTRACT:** The internationalization of Higher Education Institutions, one of the needs created by globalization, is the basis of interconnection and interdependence among institutions. Supported by the literature review, this study seeks to address, the importance of Higher Education Institutions in regional, national and global development, as well as to identify the challenges that have been imposed on them in the 21st century. In a world guided by global policies, Higher Education Institutions, inserted in an increasingly competitive environment seek not only to boost the region in which they are inserted, promoting a close connection with companies, as well as to achieve transnational exchanges, through the implementation of cooperation programs, in the eagerness to attract qualified professionals and become institutions of world reference. From the synthesis of the literature review, emerges the reflection of globalization, generating competitiveness, Higher Education Institutions are increasingly concerned with global rankings with evaluative parameters focused on expansion and diversification, quality, and innovation, as well as international projection. Nevertheless, in this globalized society, Institutions of Higher Education cannot forget that they must increasingly assume the commitment to prepare young people, not only

---

<sup>1</sup> Os editores optaram por manter a grafia original do português de Portugal.

<sup>2</sup> Professora Catedrática da Universidade Lusófona - Centro Universitário do Porto. Investigadora Integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED). Responsável pelo núcleo do Porto do CeIED. Presidente da Comissão de Ética do CeIED. Diretora do Mestrado em Ciências da Educação. E-mail: alcina.oliveira.martins@ulusofona.pt.

with a set of new scientific and technological knowledge, but also to provide them, in a differentiated way, with professional and social knowledge, so that they can live, autonomously and responsibly, in a society that is intended to be inclusive.

**KEYWORDS:** Higher Education. Studies. Globalization. Local and regional development.

## 1 INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição milenar, que decorre de uma construção histórica, com início na Antiguidade Clássica, mas desenvolvida, sobretudo a partir do século XII, em algumas cidades europeias, fruto do renascimento urbano e cultural do ocidente europeu (Haskins, 2015). Nesta centúria, os agrupamentos e corporações de mestres e estudantes, com interesses em comum, e unidos numa mesma escola receberam a designação de ‘universidade’. O termo deriva do latim *universitas*, que expressa universalidade, totalidade. Assim, a universidade (*universitas magistrorum et scholarium*) designa uma corporação constituída pelos que ensinam e aprendem, um grau ou título universitário (Ferruolo, 1998).

Entre as universidades medievais, Bolonha, Paris e Oxford foram as de maior prestígio. Serviram de modelo para a criação de outras universidades europeias e, mais tarde, sobretudo as duas primeiras, foram inspiradoras da criação das Universidades, na América colonial (Verger, 1996).

Chegados ao século XXI, verificamos que o Ensino Superior manteve o seu caráter de universalidade, quanto ao saber e ao agir social (Santos, 2010). Neste milénio, as Instituições de Ensino Superior (IES) encontram-se ligadas às transformações sociais, políticas, culturais e económicas, que atravessam as sociedades contemporâneas, embora em ritmos e formatos distintos. Essas mudanças têm sido estimuladas pela globalização, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX (Teodoro, 2003).

De uma maneira geral, a globalização provocou em todo o mundo profundas alterações, quer ao nível económico, científico e tecnológico, bem como ao nível das dinâmicas políticas e sociais. Os desafios colocados pela globalização da vida económica e social, da intensificação da mobilidade humana, da evolução das tecnologias de informação e comunicação, revelam uma nova conjuntura social e um novo paradigma demográfico (Friedman, 2000). Esta nova conjuntura é caracterizada, por alguns autores, como ‘sociedade

da informação'<sup>3</sup>, 'sociedade em rede' (Castells, 2000) ou 'sociedade do conhecimento' (Hargreaves, 2003), onde existe a livre circulação de pessoas e mercadorias, o acesso em larga escala às novas tecnologias, a permanente troca de informações ao nível das telecomunicações e internet, entre outros. No entender de Castells (2000), a sociedade em rede não é mais que o resultado do conjunto de transformações que abarca, direta ou indiretamente, todas as camadas sociais em todas as partes do mundo.

Anthony Giddens (2000) defende que é no domínio das tecnologias de informação e comunicação e de toda a sociedade do conhecimento, que os nossos comportamentos vivenciais se modificam, não só pelo facto da grande maioria das pessoas terem acesso a tecnologias avançadas, bem como de passar a ser possível estabelecer contactos em tempo real para o mundo inteiro. Este constitui um fator indispensável para o contínuo desenvolvimento das sociedades. Tudo isto fez com que atualmente não seja mais necessário estar fisicamente presente para estar perto, uma vez que "as tecnologias de informação e comunicação disponíveis na sociedade contemporânea garantem que a comunicação moderna pode estender-se no tempo e no espaço" (Green, 2002, p. 63). A este propósito, Bauman (1999) lembra que se criou um espaço cibernético, no qual os sujeitos presentemente agem e convivem, ganhando hegemonia, em relação ao espaço físico.

Ao analisar o fenómeno da globalização, Turner e Khondker (2010) referem que não é possível fazer uma abordagem sociológica sobre um país, uma região, uma cidade, ou até sobre um caso específico, como o Ensino Superior, se não forem abordados os fenómenos transnacionais. Se, por um lado, a dinâmica do processo de globalização teve um forte impacto na configuração espacial e na cultura académica, por outro lado, as Instituições de Ensino Superior (IES) tornaram-se agentes significativos, na dinâmica do processo de globalização, na divulgação científica em larga escala, bem como na formação de quadros profissionais (Antunes, 2005).

Neste contexto, enquadra-se o Processo de Bolonha (1999), concretizado num processo de reforma intergovernamental, a nível europeu, que visa materializar o Espaço Europeu de Ensino Superior. Na verdade, um mercado competitivo de Educação Superior necessitava de regulação relativa à fundação de "regras do jogo competitivo e inclusão de instâncias competidoras, da estrutura comum dos serviços a prestar, dos critérios de avaliação da sua qualidade e da informação a prestar aos consumidores" no continente europeu (Lima; Azevedo; Catani, 2008, p. 14).

---

<sup>3</sup> Fritz Machlup, foi um dos primeiros autores a referir o conceito de Sociedade da Informação (SI), em 1962, no livro *The Production and Distribution of Knowledge in the United States* (Crawford, 1983).

Foi assim pensada a equiparação de graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos, e programas de formação contínua, numa iniciativa de convergência para a harmonização dos sistemas em escala regional deixando “evidentes que esses setores nacionais e regionais de educação superior se tornaram mais estreitamente interligados no sistema global” (Robertson, 2009, p. 415).

Assim, neste contexto, as mudanças provocadas pela globalização, têm vindo a ter um impacto significativo no Ensino Superior, a nível nacional e internacional, impulsionadas por rápidas mudanças tecnológicas, que obrigaram as IES a produzirem um conhecimento que responda a esses avanços e ao cenário de competitividade entre as regiões e entre nações (Vale *et al.* 2021; 2022).

Nesta mudança de paradigma, o papel das IES no desenvolvimento regional e nacional potenciado pela digitalização educativa, com a crise pandémica ganhou uma nova importância e dinâmica, na sua ação e intervenção em comunidade (Dias Sobrinho, 2005).

Assim sendo, podemos referir que o Ensino Superior é, em qualquer sociedade, “um dos motores do desenvolvimento económico e, ao mesmo tempo, um dos polos da educação ao longo de toda a vida” (Delors, 1996, p. 139). Para o autor, as modernizações das sociedades começam pelos seus sistemas educativos, acompanhando a evolução científica, social, económica e tecnológica. Como tal, o sistema educativo e, sobretudo o Ensino Superior, tem de estar aberto à mudança para poder sobreviver perante os desafios que o mundo globalizado coloca.

## **2 A AÇÃO DAS IES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E NACIONAL**

As Instituições de Ensino Superior são organizações providas de uma função social. Quando públicas, essa função torna-se mais pertinente, uma vez que se trata de uma organização de formação e divulgação de conhecimentos, da responsabilidade do Estado. Assim, as IES desempenham um papel primordial no desenvolvimento regional (através das atividades de ensino, ou das atividades de investigação e extensão), visando a diminuição das desigualdades económicas e sociais existentes (Chatterton; Goddard, 2000).

Pelo papel que assumem, como agentes dinamizadores nas suas regiões, e pelas ligações que estabelecem, de forma direta ou indireta com o meio envolvente, as IES influenciam a sua região. Quando estão mais direcionadas para o desenvolvimento do

conhecimento, designadas por Uyarra (2010) como “fábricas do conhecimento”, o desenvolvimento da I&D promove um aumento de produtos e processos inovadores na região.

Uma das primeiras funções das IES é a criação de “capital humano” (Cox; Taylor, 2006), ao formar diplomados, sendo este, igualmente, um dos primeiros compromissos com a sociedade. Esse constitui um dos contributos decisivos das IES, em resultado da criação de conhecimento teórico-prático, crucial para a resolução de problemas, que afetam as populações e a sustentabilidade do ambiente. Deste modo, atualmente, as IES privilegiam o conhecimento prático, que pode ser aplicado tanto local como globalmente, via publicações, conferências, consultadoria, invenções e patentes, entre outros (Drucker; Goldstein, 2007).

De uma maneira geral, as IES contribuem para a consolidação das ‘imagens locais’ e para a vitalidade das cidades, ao atrair professores, funcionários, estudantes e outros agentes (Bromley, 2006). Paralelamente, promovem a recuperação das áreas urbanas onde se inserem, sobretudo com a presença de estudantes na cidade. Estimulam, ainda, a qualificação social, cultural e desportiva da cidade (Coffey; Dierwechter, 2005).

Igualmente importante é a forma como captam financiamento através de estratégias de *marketing* ou de parcerias público-privadas. Contribuem ainda para o *empowerment* e capacitação das comunidades locais, por exemplo, através das parcerias e prestação de serviços às comunidades, realização de atividades de extensão, educação comunitária ou pelo recrutamento de estudantes pertencentes a minorias urbanas (Bromley; Kent, 2006).

Neste entendimento, a comunidade educativa das IES é decisiva para todo um processo de mudança, melhoria e inovação, enquanto fator de desenvolvimento, científico, tecnológico e do meio local, que corresponda à resolução das necessidades sociais. Por isso, a Educação é o motor de uma transformação, iniciada no final do século XIX, que transforma professores, estudantes e investigadores em sujeitos sociais promotores de mudança e desenvolvimento (Mesquita; Formosinho; Machado, 2015).

Em termos teóricos, Becker e Wittmann (2008, p. 7), ao definirem o conceito de desenvolvimento, teorizam o

desdobramento de forças produtivas próprias, específicas de cada espaço, visando abastecer a sociedade com bens materiais e culturais essenciais e com serviços básicos, no âmbito de uma ordem política e social que garanta para todos os membros dessa sociedade as mesmas chances e permita a todos participarem do resultado comum desse bem-estar produzido e das decisões políticas.

Neste seguimento, e no caso concreto do desenvolvimento regional, este pode ser definido como “um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade

última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela” (Boisier, 2022, p. 116).

No contexto do desenvolvimento, seja ele regional ou nacional emerge o papel da Educação, enquanto papel formal da aprendizagem, tornando-se, por isso, a faceta mais explícita do papel que as IES desempenham no desenvolvimento regional, nacional e internacional. Uma população com formação de Ensino Superior possibilita uma transferência de conhecimento que engrandece e faz evoluir a região no contexto global. Tal situação produz externalidades positivas e receitas crescentes à escala, que despertam o desenvolvimento económico (Monteiro; Santos; Gonçalves, 2018).

Por outro lado, IES fortemente enraizadas no seu contexto de atuação, em conjugação com o sucesso económico de uma região, mais facilmente atraem profissionais qualificados, diminuindo a “fuga de talentos”, que provoca um impacto negativo nas regiões (Ndiangui, 2021). A investigação tem comprovado a eficácia da contribuição das IES para o desenvolvimento e sustentabilidade regional, a nível cultural, científico e económico, com efeitos duradouros no bem-estar das populações (Theis; Meneghel; Bagattolli, 2004).

Em diversos países, no qual o Brasil se inclui, as IES ao alargar a sua presença na região, tornam-se atores fundamentais para a implementação e o crescimento das pequenas e médias empresas (Goldstein; Drucker, 2006). Efetivamente, o desenvolvimento regional implica a criação e o fortalecimento de redes (formais e informais). A ligação das IES às empresas é muito importante, dado que desempenham um papel relevante na disseminação do conhecimento e na inovação tecnológica, e promovem o alargamento, afirmação e consolidação de novas indústrias em parceria entre IES e tecido empresarial (Agasisti; Barra; Zotti, 2017).

Não obstante uma atuação focalizada no meio local, essa ação das IES concorre para o desenvolvimento nacional e global (Teodoro; Guilherme, 2017).

### **3 A AÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR À ESCALA GLOBAL**

A internacionalização das IES é definida pela Organization for Economic Co-operation and Development (OCDE) como um conjunto de processos, tendo por finalidade enriquecer a dimensão internacional da experiência do Ensino Superior (Wilson, 2003). Por sua vez, o General Agreement on Trade in Services (GATS), reconhece a educação como um

serviço produzido e consumido a nível regional, mas também contextualizado internacionalmente (Wilson, 2003).

Deste modo, Hudzik e Stohl (2009) consideram como motivos da internacionalização o reforço da reputação da instituição, os resultados da aprendizagem dos estudantes, as receitas e os mercados, investigação e bolsas de estudo, serviço e compromisso e a construção de uma ponte global.

Assim sendo, no contexto global, as IES podem ser um forte exemplo de instituições que promovem uma estreita ligação com a comunidade e com o exterior. Trata-se de uma macrofinalidade, assente em estratégias de cooperação nacional, ligadas a grandes questões nacionais. Esse imperativo das políticas públicas, à escala transnacional, tem por base organizações internacionais, que impulsionam e apoiam a criação de conhecimento científico e tecnológico, e que respondam às necessidades de desenvolvimento global. As metas comuns, decididas entre países, podem ser atingidas através da capacitação de recursos humanos que, de forma qualificada, ajudem a promover a implementação de ações de extensão, projetos científicos e mobilidade de docentes e estudantes (Martins, 2021).

No que se refere à mobilidade dos estudantes, temos vindo a assistir a um incremento da procura de Instituições de Ensino Superior estrangeiras (Domingues; Araújo, 2010).

Comparativamente, desde o final do século XX até ao presente, verificou-se uma rápida expansão da circulação da população estudantil, e uma feroz competição por parte dos países e das IES, quanto ao recrutamento de estudantes promissores, sobretudo em profissões com alta qualificação profissional em áreas científicas e tecnológicas (Collini, 2018).

Estudos como os de Gault, Leach e Duey (2010); Ramos (2013); Dias *et al.* (2015); e, Bauder (2015) comprovam que os jovens que frequentam os programas de mobilidade, adquirem novas competências profissionais, novos conhecimentos e desenvolvem competências linguísticas e interculturais, tendo, conseqüentemente, uma probabilidade maior de se tornarem trabalhadores, com mobilidade transnacional, numa fase posterior das suas vidas, já como profissionais inseridos no mercado de trabalho.

Esta diversidade e concorrência, alimentada por exigências económicas de mercado, abre novas oportunidades às IES de afirmação e expansão global, através de convénios e intercâmbios, cada vez mais simplificados pelo aperfeiçoamento das tecnologias de transporte, de transmissão de dados e de digitalização educativa (Pimentel Bótas; Huisman, 2013).

A internacionalização é, então, uma necessidade formulada pela globalização, “pois ao reconhecer que existem diferenças entre os países e respetivas empresas, é natural que as

condições estruturais de competitividade não sejam similares em nível global” (Silva, 2010, p. 208).

Confrontadas com estas mudanças e em resposta a esta expansão e aos novos desafios, as IES têm vindo a diversificar as suas ofertas de ensino e de estágio profissional. Com efeito, é evidente a aposta em novas tecnologias de ensino, novos programas de mobilidade dos estudantes e ainda reforço da componente prática em estágio, nacional e/ou internacional, como meio de vincular a sua internacionalização. Por outro lado, os decisores políticos e os governantes colocam nas suas agendas as questões da internacionalização das Instituições de Ensino Superior, como o tema central dos debates políticos sobre a Educação na Europa, já que representam o foco de convergência entre países europeus e mundiais.

Neste sentido, vamos encontrar modelos de Ensino Superior que se expandiram para além dos blocos regionais e nacionais. Disso é exemplo o Projeto *Tuning* que surgiu na Europa, no contexto do Tratado de Bolonha (1999) e que se estendeu à América Latina, enquanto projeto geopolítico. Em Educação, a concretização deste tipo de Projetos trouxe mais visibilidade e enriquecimento científico das IES, através das convergências curriculares, abrangendo uma multiplicidade de áreas do conhecimento, não só na Europa, mas também da América Latina (Eiró; Catani, 2011).

No início do milénio, para além dos *rankings* nacionais do Ensino Superior, surgiram os *rankings* globais de classificação, em consequência da internacionalização. Tal originou um novo modelo de IES, com parâmetros avaliativos centrados na expansão e diversificação, qualidade e inovação, bem como projeção internacional. A competição por prestígio entre IES e países potenciou a produção de novos conhecimentos, em estreita relação com o processo global de competitividade económica (Marginson, 2014).

Internacionalizar uma IES exige um grande investimento, tanto a nível financeiro como em termos de recursos humanos, a par de um esforço da organização para criar uma estrutura de apoio eficiente, incluindo critérios de avaliação e mecanismos de monitorização, essenciais ao controlo da qualidade (Spinelli, 2009). Nesta perspetiva, Jenkins-Deas (2009) é de opinião que a qualidade é cada vez mais importante na Educação Superior. O controlo da qualidade permite à IES mensurar a extensão na qual está a alcançar os seus próprios objetivos. Esta pode ser realizada através de autorregulação, acreditação, avaliação, auditoria, *benchmarking*, certificação, indicadores, reconhecimento, *ranking* e *standards* (De Wit, 2009). Quando os resultados avaliativos de qualidade são objeto de reflexão em todos os patamares estruturais de uma IES, é possível melhorar e superar condicionalismos, dificuldades e problemas, no intuito de otimizar estratégias, a nível interno e global.

Desta forma, os *rankings* quando entendidos e interpretados de forma correta, contribuem para a implementação e aumento da “qualidade” das IES, para o seu desenvolvimento regional inscrito no contexto global. Desta maneira, as próprias IES complementam, internamente, o trabalho externo, concretizado por Agências de Acreditação públicas e independentes (Ireg, 2006). Se por um lado, a internacionalização é um indicador de qualidade de qualquer IES (Spinelli, 2009), os *rankings* são uma ferramenta importante na promoção de melhorias e inovação, ajudando no desenvolvimento de políticas nacionais e regionais do Ensino Superior bem como na sua internacionalização (Grillo *et al.*, 2010).

Paralelamente, esse intercâmbio internacional, tem reflexos positivos na produção acadêmica, quer na docência quer na produção científica, incluindo projetos. Esta produção passa a ser desenvolvida de forma colaborativa, muitas vezes marcada por imperativos de financiamentos, adquiridos através das parcerias com empresas e/ou órgãos governamentais. Os professores são pressionados a obter recursos externos para as suas investigações e, de forma indireta, para as suas IES.

Assim, os professores acabam por se transformarem num elo da corrente das relações entre governo, IES e indústria na diversificação do financiamento e da inserção do Ensino Superior na dinâmica do processo económico (Etzkowitz, 2008). Ao mesmo tempo, estudantes e professores são pressionados a interiorizar o culto da eficiência, que representa um valor decisivo no mundo dos negócios e cuja importância aumentou com a globalização económica, enaltecendo a capacidade de responder com eficácia e responsabilidade aos problemas advindos de campos profissionais, muitas vezes à escala local (Wajcman, 2015).

O entrelaçar da escala local com a escala global é uma prioridade para a maioria das IES, atestando a mundialização do conhecimento científico, impulsionado pelos efeitos da «globalização económica» (Giddens, 2000). No campo educacional, esses efeitos têm sido particularmente visíveis, já que os estados-membros continuam a seguir de forma rigorosa uma agenda ‘globalmente estruturada’ (Dale, 2004; Teodoro, 2003).

A meta comum é alcançar a homogeneidade da identidade dos sistemas de Ensino Superior, tendo por base “padrões de qualidade e eficiência” (Pacheco, 2003, p. 20), e alargando o círculo de influência das Instituições de Ensino Superior, e de instituições de formação profissional. Além disso, nos últimos anos, tem surgido e várias escolas europeias, fundadas para os filhos dos funcionários europeus deslocados entre os estados-membro (Azevedo, 2007).

Essa tendência transnacional estendeu-se a IES de referência que, um pouco por todo o mundo, têm vindo a replicar instituições de referência, para um público de estudantes

internacionais, que domina o inglês como língua franca, tendo como atrativo serem instituições de qualidade, internacionais, com mobilidade de professores e estudantes e posicionamentos cimeiros no *ranking* global.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Até ao final do século XX, as IES concentraram-se, territorialmente, no seu contexto de implementação, com algumas incursões a nível internacional, nomeadamente em encontros, congressos e simpósios, dinamizados por organizações, fundações e universidades de renome. Nessa época, a maioria dos professores e estudantes das IES estabeleceu poucos contactos externos entre pares.

Esta situação, embora com algumas melhorias, advindas da aplicação do Processo de Bolonha (1999), manteve-se no início do segundo milénio. O mesmo aconteceu com um uso ainda restrito das tecnologias de comunicação, pouco utilizadas para fins pedagógicos, e com um número restrito de IES a apostarem nas funcionalidades do Ensino a distância.

Na atualidade, este cenário mudou, ultrapassando anos de isolamento local da maioria das IES, com abertura a um espaço global, de disseminação e discussão do conhecimento científico, no Ensino Superior. Os fatores, que impulsionaram essa mudança, foram a globalização e a crise pandémica da Covid -19, com a sustentação das novas tecnologias.

Em primeiro lugar, o fenómeno da globalização, alicerçado nas oportunidades proporcionadas pelas tecnologias, abarcou todos os setores da atividade humana, a nível político, económico, cultural e académico, incluindo o Ensino Superior, o que contribuiu, decisivamente, para a troca de ideias e a discussão científica internacional. A anulação de barreiras físicas, proporcionada pela Internet, potenciou a comunicação global entre IES, e revelou-se uma fonte inesgotável de conhecimento científico, tendo ainda a vantagem de motivar estudantes nativos digitais.

Em segundo lugar, a crise pandémica, que emergiu na Europa em 2019, expandindo-se pelo Mundo em 2020, foi o segundo fator que concorreu para a internacionalização decisiva das IES. Mais uma vez, as novas tecnologias, agora muito mais avançadas do que no início do século XXI contribuíram, indubitavelmente, para o reforço da globalização e da digitalização educativa. Cientistas de todo o Mundo empenharam-se na criação de vacinas e medicamentos eficazes, num trabalho de parceria entre universidades e empresas internacionais. Quanto à Educação, as ferramentas tecnológicas, em especial as plataformas digitais, possibilitaram

manter aulas em todo o Mundo, durante os confinamentos, obrigando professores e estudantes a uma formação intensiva, quanto a tecnologias, essenciais ao ensino remoto e misto. Como consequência, o ensino mudou, num espaço muito curto, entrando num era de Educação digital e globalização.

Neste início de milénio, a visibilidade, a internacionalização, a qualidade e ser capaz de situar o local a nível global constitui um caminho possível e desejável, de sucesso e qualidade, para as Instituições de Ensino Superior. Assim, este novo espaço transnacional do Ensino Superior, facilitado pela mobilidade humana e das tecnologias, tem vindo a ser marcado por um processo de competitividade interna nas instituições, quanto à qualificação em *rankings* internacionais, e procura de financiamento nacional e internacional. Trata-se de um comportamento de mercado, o que tem vindo a dirimir os limites entre regional e nacional e global.

Por último, é de assinalar que as IES, através do conhecimento científico e crítico que produzem, quanto a políticas públicas, tendências de mercado, globalização, sustentabilidade e cidadania, continuam a desempenhar um papel insubstituível pela sua contribuição cultural e cognitiva, e mais responsabilização política e cívica das sociedades, quanto às desigualdades e aos problemas ambientais, que imperam no mundo.

## REFERÊNCIAS

AGASISTI, T.; BARRA, C.; ZOTTI, R. Research, knowledge, transfer and innovation: the effect of Italian universities' efficiency on the local economic development 2006-2012.

**Società italiana di economia pubblica** (Siep). 2017. Disponível em:

[http://www.siepweb.it/siep/images/joomd/1499344569Agasisti\\_Barra\\_Zotti\\_WP\\_SIEP\\_726.pdf](http://www.siepweb.it/siep/images/joomd/1499344569Agasisti_Barra_Zotti_WP_SIEP_726.pdf). Acesso em: 14 abr. 2023.

ANTUNES, F. Globalização e europeização das políticas educativas: percursos, processos e metamorfose. *Sociologia. Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 47, p. 125-143, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292005000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292005000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2023.

AZEVEDO, M. A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma a Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica. **ETD - Educação Temática Digital**, v. 9 (esp.), p. 133-149, 2008. Disponível em:

<https://nbnresolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-73450>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BAUDER, H. The International Mobility of Academics: A Labour Market Perspective. **International Migration**, n. 53, p. 83-96, 2015. Disponível em: <http://eds.a.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?sid=f328ff10-3517-4ec8-80f2-82af717e187a%40sessionmgr4006&vid=2&hid=4205>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e políticas públicas**, v. 13, p. 1112-147, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRAY, M. (Ed.). **Comparative Education: Continuing Traditions, New Challenges, and New Paradigms**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.

BROMLEY, R. On and Off Campus: Colleges and Universities as Local Stakeholders. **Planning, Practice & Research**, v. 21, n. 1, p. 1-24. 2006. DOI: 10.1080/02697450600901400.

BROMLEY, R.; KENT, K. Integrating Beyond the Campus: Ohio's Urban Public Universities and Neighbourhood Revitalisation. **Planning, Practice & Research**, v. 21, n. 1, p. 47-78, 2006. DOI: 10.1080/02697450600901517.

CASTELLS, M. **O Poder e a Identidade**. A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura. S. Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHATTERTON, P.; GODDARD, J. The Response of Higher Education Institutions to Regional Needs. **European Journal of Education**, v. 35, n. 4, p. 475- 496, 2000.

COFFEY, B.; DIERWECHTER, Y. The urban university as a vehicle for inner-city renewal: The University of Washington. *In*: PERRY, D.; WIEWEL, W. (Eds.). **The University as Urban Developer: Case Studies and Analysis**. Massachusetts: Cambridge, p. 80-97. 2005.

COLLINI, S. **Speaking of university**. London: Verso, 2018.

COX, S.; TAYLOR, J. The impact of a Business School on Regional Economic Development: a Case Study. **Local Economy**, v. 21, n. 2, p. 117-135, 2006. <https://doi.org/10.1080/02690940600608069>.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

DE WIT, H. Benchmarking the internationalisation strategies of European and Latin American institutions of higher education. *In*: DE WIT, H. (Ed.). **Measuring Success in the 86 Internationalisation of Higher Education**. EAIE - European Association of International Education, 2009. p. 125-141. Disponível em:

[http://proxse16.univalle.edu.co/~secretariageneral/consejo-academico/temasdediscusion/2014/Documentos\\_de\\_interes\\_general/Lecturas\\_Internacionalizacion/Measuring%20internasionalisation%20EAIE.pdf#page=133](http://proxse16.univalle.edu.co/~secretariageneral/consejo-academico/temasdediscusion/2014/Documentos_de_interes_general/Lecturas_Internacionalizacion/Measuring%20internasionalisation%20EAIE.pdf#page=133). Acesso em: 16 abr. 2023.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Porto: Edições ASA, 1996.

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DIAS, G.; MELO, A.; LOPES, B.; SEABRA, D., BRITO, E., COSTA, M.; SILVA, P. **Os estágios curriculares e o seu impacto na empregabilidade dos licenciados**. Universidade de Aveiro, 2015. Disponível em:

<http://ria.ua.pt/bitstream/10773/13790/1/LivroEstagios2015.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DOMINGUES, J.; ARAÚJO, E. Hibridismo y Transnacionalidad en contexto Erasmus. El caso delos estudiantes Erasmus en la Universidad de La Coruña. **Paper apresentado no X Congreso Español de Sociología**, Pamplona, p. 1-23, 2010. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11717/1/Contexto%20ERASMUSF.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

DRUCKER, J.; GOLDSTEIN, H. Assessing the Regional Economic Development Impacts of Universities: A Review of Current Approaches. **International Regional Science Review**, v. 30, n. 1, p. 20-46, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0160017606296>.

EIRÓ, M. I.; CATANI, A. Projetos Tunning e Tunning América Latina: afinando os currículos às competências. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, ano 10, p. 105-125, 2011.

ETZKOWITZ, H. **The triple helix: university–industry–government innovation in action**. London: Routledge, 2008.

FERRUOLO, S. **The Origins of the University: The Schools of Paris and their Critics**, 1100-1215. Stanford: Stanford University Press, 1998.

FRIEDMAN, T. **Comprender a Globalização - O Lexus e a Oliveira**. Quetzal Editores, 2000.

GAULT, J.; LEACH, E.; DUEY, M. Effects of Business Internships on Job Marketability: The Employers' Perspective. **Education & Training**, v. 52, n. 1, p. 76-88, 2010. Disponível em: [http://digitalcommons.wcupa.edu/mark\\_facpub/2](http://digitalcommons.wcupa.edu/mark_facpub/2). Acesso em: 20 abr. 2023.

GIDDENS, A. **O mundo na era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

GOLDSTEIN, H.; DRUCKER, J. The economic development impacts of universities on regions: Do size and distance matter? **Economic Development Quarterly**, n. 20, p. 22-43, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0891242405283387>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GREEN, A. **Education, globalization and the role of comparative research**. London: Institute of Education, 2002.

GRILLO, F.; PASQUALI, O.; EMMA, G.; GARIBALDI, P.; VERCELLINO, A.; HICKEY, J. **Universities within the Innovation Global Market Ranking and internationalization as triggers of change**. Future of Universities, 2010.

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança**. Porto: Porto Editora, 2003.

HASKINS, C. **A Ascensão das Universidades**. Balneário Camboriú, SC: Livraria Danúbio Editora, 2015.

HUDZIK, J.; STOHL, M. Modelling assessment of the outcomes and impact of internationalisation. *In*: DE WIT H. (Ed.). **Measuring Success in the Internationalisation of Higher Education**. EAIE - European Association of International Education, p. 9-22, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/232219994\\_Modeling\\_Assessment\\_of\\_Outcomes\\_and\\_Impacts\\_from\\_Internationalization](https://www.researchgate.net/publication/232219994_Modeling_Assessment_of_Outcomes_and_Impacts_from_Internationalization). Acesso em: 20 mar. 2023.

IREG. **Berlin Principles on Ranking of Higher Education Institutions**. CHE University Ranking; UNESCO - Cepas; Institute of Higher Education Policy, 2006.

JENKINS-DEAS, B. The impact of quality review on the internationalisation of Malaspina University-College, Canada: a case study. *In*: DE WIT, H. (Ed.). **Measuring Success in the Internationalisation of Higher Education**. EAIE - European Association of International Education, p. 111-124, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/232219994\\_Modeling\\_Assessment\\_of\\_Outcomes\\_and\\_Impacts\\_from\\_Internationalization](https://www.researchgate.net/publication/232219994_Modeling_Assessment_of_Outcomes_and_Impacts_from_Internationalization). Acesso em: 20 mar. 2023.

LIMA, L.; AZEVEDO, M.; CATANI, A. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, v. 13, n. 1, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>.

MARGINSON, S. University rankings and social science. **European Journal of Education**, Abingdon, v. 49, n. 1, p. 45-59, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/ejed.12061>.

MARTINS, C. Reconfiguração do ensino superior em tempos de globalização. **Educação & Sociedade**, v. 42, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.241544>.

MESQUITA, E.; FORMOSINHO, J.; MACHADO J. Formação e trabalho: tradição e inovação nas práticas docentes. *In*: FORMOSINHO, J.; MACHADO, J.; MESQUITA, E. (Orgs.). **Formação, trabalho e aprendizagem: tradição e inovação nas práticas docentes**. Lisboa: Edições Sílabo, 2015. p. 19-41.

MONTEIRO, A.; SANTOS, P.; GONÇALVES, C. Significados da Educação Superior, do trabalho e da transição para o trabalho. *In*: TAVEIRA, M.; SILVA, A.; MARQUES, C.; LEAL, M. (Eds.). **Desenvolvimento de Carreira e Aconselhamento**: Educação, Mobilidade e Emprego. APDC Edições, UM Braga, 2018. Cap. X, p. 113-128.

NDIANGUI, P. From Brain Drain to Brain Gain: Tha Battle Against Talent Drain. **Journal of Culture and Values in Educacion**, v. 4, n. 1, p. 34-48, 2021. DOI: 10.46303/jcve.2020.5.

PACHECO, J. A. Políticas educativas para ensino superior na União Europeia: um olhar do lado português. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 17-36, 2003. Disponível em: <http://ref.scielo.org/nfrc2v>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PIMENTEL BOTAS, P. C.; HUISMAN, J. A Bourdieusian analysis of the participation of Polish students in the ERASMUS programme: Cultural and social capital perspectives. **Higher Education**, v. 66, n. 6, p. 741-754, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10734-013-9635-7>.

RAMOS, M. C. Mobilidades qualificadas e empreendedoras no contexto dos movimentos migratórios contemporâneos e da crise económica. **Revista Ambivalências**, v. 1, n. 2, p. 73-99, 2013. DOI: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v1n2p73-103>.

ROBERTSON, S. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? **Revista Brasileira de Educação** v. 14, n. 42, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000300002>.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: Por uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, L. A. **Gestão Global**. São Paulo: Aduaneiras, 2010.

SPINELLI, G. Measuring the success of internationalisation: the case for joint and double degrees. *In*: DE WIT, H. (Ed.). **Measuring Success in the Internationalisation of Higher Education**. EAIE - European Association of International Education, p. 49-56, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/232219994\\_Modeling\\_Assessment\\_of\\_Outcomes\\_and\\_Impacts\\_from\\_Internationalization](https://www.researchgate.net/publication/232219994_Modeling_Assessment_of_Outcomes_and_Impacts_from_Internationalization). Acesso em: 20 mar. 2023.

TEODORO, A. **Globalização e Educação**. Políticas Educacionais e Novos Modos de Governança. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

TEODORO, A.; GUILHERME, M. A educação superior em tempos de mudança na América Latina e na Europa: anotações para uma agenda alternativa. **Laplage em Revista**, v. 3, n. 3, p. 8-16, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201733394p.8-16>.

THEIS, I. M.; MENEGHEL, S.; BAGATTOLLI, C. Transferência de Conhecimento para o Setor Produtivo em Escala Regional: o Caso da FURB. **IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35694>. Acesso em: 21 abr. 2023.

TURNER, B. S.; KHONDKER, H. **Globalization**: East and West. London: Sage, 2010.

UYRARRA, E. Conceptualizing the Regional Roles of Universities, Implications and Contradictions. **European Planning Studies**, v. 18, n. 8, p. 1227-1246, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09654311003791275>. Acesso em: 21 abr. 2023.

VALE, A.; COIMBRA, N.; MARTINS, A. O.; OLIVEIRA, J. Education and innovation: impacts during a global pandemic in a higher education institution. **SHS Web of Conferences**, v. 92, 2021. eISSN: 2261-2424. DOI: <https://doi.org/10.1051/shsconf/20219201053>.

VALE, A.; MARTINS, A. O.; COIMBRA, N. Teachers and students' perceptions about remote teaching in higher education: online qualitative research. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 10, n. 25, p. 313-329, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/rpq.2022.v.10.n.25.476>.

VERGER, J. O nascimento das Universidades. *In*: RUEGG, W.; RIDDER-SYMOENS, H. (Orgs.). **Uma História da Universidade na Europa I: As Universidades na Idade Média**. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996. p. 47-54.

WAJCMAN, J. **Pressed for Time: the Acceleration of Life in Digital Capitalism**. Chicago University Press, 2015.

WILSON, D. N. The Future of Comparative and International Education in a Globalised World. *In*: MARK, B. (Ed.). **Comparative Education: Continuing Traditions, New Challenges and New Paradigms**. Dordrecht: Kluwer, 2003. p. 15-33.

**TRANSFORMAÇÕES SEMÂNTICAS NO CONCEITO DE “MUNDO”**  
**EM *DIÁRIO DE BITITA*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

*Gustavo Santana Miranda Brito*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo examina a obra madura de prosa de Carolina Maria de Jesus, *Diário de Bitita* (1986), que aborda o período formativo da autora, incluindo infância, adolescência e início da idade adulta. Em particular, a análise concentra-se na representação do tema “o mundo” no diário, que sofre mudanças semânticas significativas no discurso de Bitita. A transição do mundo-corpo para o mundo-outro é examinada, com Bitita chegando à compreensão de que o mundo-outro é um mundo que vem do outro, que é de propriedade dos brancos. Essa realização leva Bitita a se perceber como outra-do-mundo, enfrentando angústia e impotência ao ser violentamente expulsa dos reinos culturais e sociais. O artigo explora a possibilidade de se recuperar a unidade em um mundo de delimitação absoluta do espaço e como existir sem se encaixar no mundo. Finalmente, o artigo destaca a reflexão de Bitita sobre o mundo em novas categorias, onde as relações colaborativas, o diálogo e o coletivo desempenham papéis significativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carolina Maria de Jesus. Mundo. Relações sociais e ontologia.

**ABSTRACT:** This article examines Carolina Maria de Jesus' mature prose work, *Diário de Bitita* (1986), which addresses the author's formative period, including childhood, adolescence and early adulthood. In particular, the analysis focuses on the representation of the theme “the world” in the diary, which undergoes significant semantic changes in Bitita's speech. The transition from the body-world to the other-world is examined, with Bitita coming to understand that the other-world is a world that comes from the other, which is white property. This realization leads Bitita to perceive herself as other-of-the-world, facing anguish and impotence as she is violently expelled from cultural and social realms. The article explores the possibility of recovering unity in a world of absolute delimitation of space and how to exist without fitting into the world. Finally, the article highlights Bitita's reflection on the world in new categories, where collaborative relationships, dialogue and the collective play significant roles.

**KEYWORDS:** Carolina Maria de Jesus. World. Social relations and ontology.

## **1 INTRODUÇÃO**

A obra de arte Carolina Maria de Jesus continua aberta ao diálogo com a crítica literária, a filosofia, a história, a sociologia, com um número impressionante de pesquisadores das ciências humanas, e, principalmente, com o leitor comum. Os que a leem encontram em

---

<sup>1</sup> Formado Letras pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre e Doutor em Estudos Literários pela UFG. Email: guceaux@yahoo.com.br.

Carolina de Jesus o relato de uma brasileira cuja voz exigiu ser ouvida. Suas histórias se situam em um Brasil radicalmente real e o espanto com sua produção advém da constatação de que o encanto estético pode emergir dos lugares mais improváveis, inclusive, da fome. Este trabalho é mais um desses diálogos possíveis entre a autora e pensadores que, confrontados com De Jesus, avivam interessantes campos de interpretação e de aplicação teóricas e conceituais.

Carolina Maria de Jesus é descendente direta de ex-escravos, seu avô libertado pela Lei do Sexagenário, de 1880, e sua mãe pela Lei do Ventre Livre, de 1871. Nascida em Sacramento, Minas Gerais, em 1914, sua trajetória começa como filha ilegítima crescendo em uma zona rural para negros analfabetos, sua infância será relatada em seu último diário, o *Diário de Bitita* (1986), publicado, postumamente, pela primeira vez na França. Sua história como fenômeno literário brasileiro deriva do seu encontro com o jornalista Audálio Dantas, que a encontra na extinta favela do Canindé, em São Paulo, em 1958. Vivendo na miséria, catando papel, metais e muitas vezes comida do lixo, mãe de três filhos, manteve-se obstinada em escrever continuamente seus diários, utilizando-se de cadernos e folhas de papel retirados dos despejos.

Audálio Dantas encontra e recolhe os quase 50 diários de De Jesus e os compila em um livro, o renomado *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Seu lançamento e sucesso inesperado são narrados pela autora em seu segundo livro, *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1963). Quarto de despejo se tornou o livro mais popular do Brasil no ano de sua publicação e tem sua primeira edição, de 10.000 cópias, esgotada em uma semana. Desde sua impressão, o livro vendeu mais de um milhão de exemplares. De Jesus é considerada uma das primeiras autoras negras a serem publicadas no país e é certamente uma das que mais longe levou a cultura brasileira no mundo, tendo seu primeiro diário traduzido para mais de 16 idiomas.

Carolina Maria de Jesus eletrizou o cenário literário brasileiro e internacional, tendo artigos publicados pelas revistas norte-americanas *Time* e *Life*. No ano de 1960, a favelada virou celebridade. Contudo, nos anos seguintes, devido a sua forma de lidar com a imprensa, o número excessivo de empréstimos oferecidos e doações, conjuntamente à ascensão da ditadura no Brasil, seu triunfo dissipou-se como uma bruma. Especialmente, por ter sido transformada em um ícone do bloco comunista, tendo seus livros pirateados e distribuídos sem que houvesse o justo pagamento pelos seus direitos autorais, além de, por isso, tornar-se alvo de uma amnésia social, devido à suas visões de equidade e justiça, seus ataques às desigualdades econômicas foram considerados como tendências comunistas, passou a ser

lembrada como “a favelada que pirou” (Levine, 1982). Sua vida findou-se em relativas melhores condições, em 1977, em consequência de um enfisema.

Além dos diários, De Jesus ainda escreveu poemas, provérbios, contos e até sambas. Subsequentemente aos diários, foram ainda publicados *Pedaços da Fome* (1963), *Provérbios* (1963) e postumamente *Diário de Bitita* (1986), *Meu estranho diário* (1996), *Antologia Pessoal* (1996), *Onde estaes felicidade* (2014) *Meu sonho é escrever...: contos inéditos e outros escritos* (2018). Os diários são uma forma de a autora acompanhar seu desenvolvimento cronológico, ao mesmo tempo em que permitem que ela manifeste seus pensamentos que seriam inexpressáveis em uma sociedade altamente categorizada, particularmente para uma favelada negra.

A escrita permite que a autora se redefina enquanto sujeito no mundo, e que, principalmente, ela tenha uma voz. O silenciamento das mulheres enquanto autoras, detentoras de seus instrumentos de expressão esteve por muito tempo submetido às estruturas hierárquicas sociais e à impossibilidade de agenciamento para as suas publicações.

Nossa análise se foca no fim que é o começo. *Diário de Bitita* (1986) é a obra em prosa madura de Carolina Maria de Jesus. Publicado postumamente, a princípio em francês, o diário apresenta o período de formação de Carolina, cobrindo sua infância, adolescência e o começo de sua vida adulta. O romance é narrado pela perspectiva de Bitita, uma criança prodigiosa, inicialmente com 4 anos, que está submetida às forças históricas que impelem seu destino e atuam como contingenciadoras das formas sociais.

Situado nos anos de 1921-1939, o romance reconstrói o Brasil do início do século XX, fortemente marcado pelo fim da escravidão e de sua reconfiguração enquanto miséria. Bitita é uma consciência anacrônica. Ela espregueira do futuro; no fundo de seus olhos de criança está De Jesus, autora-criadora, que a oferece um excesso de perspectiva, uma profundidade impossível, porém necessária para o acabamento da obra.

## 2 O MUNDO-CORPO

Durante o processo de formação de Bitita, um elemento recorrente de suas reflexões e dúvidas é o “mundo”. Para Bitita, o mundo não é estável. Pelo contrário, sua percepção do mundo, do que ele representa e é capaz de oferecer, transmuta-se de acordo com suas vivências como personagem-narradora. O mundo que Bitita contempla e inicialmente participa parece estar absolutamente integrado ao seu corpo, como se fosse um contínuo

gerador de prazer. Essa continuidade infantil pode ser identificada com os estágios iniciais do desenvolvimento de sua consciência, quando a criança ainda não se diferencia completamente da massa indistinta que é a vida em sua pré-categorização.

Antes de viver o mundo da cultura, Bitita está imersa no mundo da vida, e suas percepções sensoriais extrapolam sua ainda incipiente capacidade de julgamento. Portanto, as sensações provocadas por meio das experiências com o mundo, especialmente aquelas de caráter tátil, visual ou gustativo, terão muito mais relevância do que as de natureza abstrata, como a linguagem. O mundo, inicialmente representado, não está separado de Bitita, e ela, de fato, pretende se unir a ele, ou melhor, permanecer contínua a ele, sem ruptura.

Para mim o mundo consistia em comer, crescer e brincar. Eu pensava: o mundo é gostoso para viver nele. Eu nunca hei de morrer para não deixar o mundo. O mundo há de ser sempre meu. Se eu morrer, não vou ver o sol, não vou ver a lua, nem as estrelas. Se eu me encontrasse com Deus ia pedir-lhe: “Deus, dá o mundo para mim?” (p. 16).

Contudo, essa continuidade só pode existir metafisicamente e talvez por isso o desejo de pedir para que Deus lhe desse o mundo de presente. Para que ela e o mundo pudessem continuar em harmonia, o mundo teria que ser para sempre material, em seu *em-si* eterno, cujo acesso teríamos somente pelos sentidos e instintos. Certamente, perder esse mundo estático e perene significaria perder algum grau de paraíso, pois tudo lhe é contínuo e não há rupturas, conflitos, enfim, qualquer forma de descontinuidade, como disse Bataille, “*no mundo como a água no interior da água*” (Bataille, 1993, p. 10).

Para Bitita, em seus primeiros anos, o mundo é bom e belo, e a possibilidade da morte, ou seja, a descontinuidade absoluta seria deixar de gozar dessa maravilha que poderia ser interpretado aqui como um “mundo-eu”. Bitita e o mundo estão intimamente ligados, e o mundo pode ser compreendido como uma extensão de seu corpo, não existe ainda um mundo *para-mim* completamente distinguível, uma vez que essa forma de categorização da natureza e da vida se dá por meio da cultura e do entendimento. Infelizmente, essa identificação total com o mundo durará muito pouco na vida de Bitita, e esse “mundo-eu”, “mundo-corpo”, começa a decair com sua aproximação do mundo da cultura. Quando o mundo que lhe é externo, deixa de ser uma continuidade de seu próprio corpo, Bitita percebe que o mundo *para-mim* é antes um mundo que vem do outro.

Eles diziam que era sífilis. Ficava pensando: “O que será sífilis? Quando será que hei de aprender tudo que há no mundo?” (p. 21).

Depois do ano-novo era o carnaval. Então o mundo é sempre assim? Todos os anos é a mesma coisa? Minha mãe disse que não (p. 21).

Tinha hora que eu tinha um medo do mundo! Era quando ouvia os homens falarem nas dificuldades que há para um homem encontrar trabalho. O mundo não é um paraíso para o homem (p. 23).

Para Bataille, assim como para a grande tradição judaico-cristã, a queda do mundo imanente para um mundo transcendente se dá pelo trabalho. Para o primeiro, é com o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho (Bataille, 1973), para a segunda como uma punição pelo pecado original. De qualquer forma, a chegada da consciência parece estar ligada à construção dos sentidos por meio de um ordenamento do mundo de acordo com sua função. Assim, o ser humano e o mundo se descolam um do outro, e o mundo se torna o outro, o “além-de-mim”. Ao se quebrar a linha contínua da natureza, a massa indistinta do mundo se multiplica em funções e categorias e seu caráter imanente vai cada vez mais se tornando abstrato, cada vez mais identificado com o humano e com o trabalho. A massa indistinta se fragmenta e o homem se torna descontínuo em relação ao mundo, pois ele também, como a ferramenta, passa a existir de acordo com sua função. Com Bitita, o processo de passagem do “mundo-corpo”, que seria sempre “assim”, para o “mundo-outro”, que é imprevisível e singular na sua eventicidade, não aconteceria sem algum grau de medo e horror. O lento processo de tomada de consciência da personagem Bitita coincide com o seu entendimento de um mundo que, assim como seu corpo, estava aumentando de tamanho e complexidade:

Eu achava o mundo feio e triste, quando estava com fome. Depois que almoçava achava o mundo belo.

Perguntei a minha mãe:

— O mundo é tão bom! Ele é sempre assim?

Não respondeu-me. Dirigiu-me um olhar tão triste, um olhar que preocupou-me. Mas insisti.

— Mamãe! Mamãe... fala-me do mundo. O que quer dizer mundo?  
Ela me deu dois tapas, saí correndo e chorando (p. 24).

### **3 O MUNDO-DO-OUTRO**

O “mundo-corpo” pode ser compreendido, em termos bakhtinianos, como o mundo da vida, e o “mundo-outro”, da mesma forma, como o mundo da cultura. “O mundo-corpo” é

uma herança da continuidade perdida, da animalidade indistinta, do eterno repetir-se. Já o “mundo-outro” não nos chega diretamente, ele é “outro-dependente”. No “mundo-corpo”, os estados de alegria e tristeza de Bitita transitam entre a fome e a saciação. No “mundo-outro”, o entendimento de sua natureza e de seu sentido pode vir na forma de “dois tapas”. O “mundo-outro”, ou o mundo da cultura, é exterior e descontínuo. Os tapas que Bitita recebe marcam o rompimento da continuidade indistinta, tão agradável para ela. Ao decidir-se por conhecer o mundo, ao aproximar-se dele não pelos sentidos do corpo, mas pelo entendimento - ou seja, captar sua natureza abstrata e transcendente - Bitita colide com a violência e a repressão. No “mundo-outro”, a lógica do prazer pela saciação não se aplica imediatamente. Uma vez que o “mundo-outro” se organiza pela categorização e utilidade dos corpos, o “mundo-corpo” não pode senão sucumbir e se submeter. Esse “mundo-outro” é antes o “mundo-do-outro”, um mundo que possui donos, onde os espaços estão loteados, os corpos organizados por gêneros e raças e as relações segregadas por classes. Talvez a tristeza da mãe diante da pergunta se dê por isso: Bitita é uma menina, pobre e negra, e o que o “mundo-do-outro” reservava para essa categoria no começo do século XX era, sem dúvida, estarrecedor:

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer “Sabe com quem você está falando?” para mostrar a sua superioridade (p. 34).

Para mim o mundo era semelhante a uma prateleira cheia de garrafas onde é difícil arranjar um lugar para colocar outras (p. 49).

O “mundo-outro” é imenso, e sua imposição busca substituir a ingenuidade do “mundo-corpo” por uma identificação forçada com o “mundo-do-outro”, que para Bitita era abertamente segregado e racista. Certamente o “desencantamento do mundo” de Bitita, a saída de seu pensamento mágico, ocorre conjuntamente com seu desenvolvimento ético. Bitita é exposta a esse “mundo-do-outro”, mas não se identifica com ele e também não o aceita. Para Bitita, algo muito sério estava errado com o “mundo-do-outro”. Ao mesmo tempo em que havia tantas pessoas diferentes, havia uma abundância de ideias iguais, como a prateleira onde não há mais espaço para novas garrafas. Especialmente para as categorias de mulheres, negras e pobres, o mundo era verdadeiramente “do-outro”. Muito além dessa forma metafórica de se lidar com conceitos, essa noção de “do-outro” significava que Bitita só poderia entrar nesse mundo pela porta de serviço.

O “mundo-do-outro” que Bitita foi conhecendo estava cheio de ideias iguais sobre coisas diferentes e principalmente sobre pessoas diferentes; o espaço para o desenvolvimento

do sujeito era o espaço para a submissão e para a sujeição. Sem acesso à escola e à terra, as mulheres e homens descendentes da diáspora africana, como é o caso de Bitita, ficavam à margem da cultura e da cidade.

Em 1922, o Brasil já havia sido descoberto há 422 anos.

E o povo dizia:

— País atrasado.

Não era o país, eram seus habitantes que não tinham condições para instruírem-se.

— Perguntei à minha mãe:

— Por que é que o mundo é tão confuso?

Respondeu-me.

— O mundo é uma casa que pertence a diversos donos, se um varre, vem o outro e suja-a (p. 51).

Não poderia viver tranquila neste mundo, que é semelhante a uma casa em desordem. Oh! se me fosse possível lutar para deixá-lo em ordem! (p. 51).

O “mundo-do-outro” poderia ser entendido no léxico de Bakhtin como “alteridade exotópica”, e diz respeito ao outro que, fora de mim, me interpela, me invade e me desloca especialmente pelo discurso, mas no Brasil de Bitita, poderia ser também aos tapas, pontapés e tiros dados pelos donos do mundo e suas polícias. Os diversos “donos da casa”, são os donos das terras, dos meios de produção e principalmente do discurso, porque o “mundo-do-outro” é estabelecido pelo poder econômico e cultural. O discurso que emana dessa classe economicamente superior, que fez fortuna com a expropriação e grilagem de terra, além de séculos de abuso do trabalho escravo, preencheu a fala e os comportamentos dos brasileiros de expressões e comportamentos racistas, classistas e misóginos, Bitita é chamada de *negrinha*, *macaca*, *louca*, *fedida* e outras agressões.

Essa estrutura discursiva, além de objetivar destruir qualquer forma positiva de autoimagem, é utilizada para justificar o poder sobre os corpos negros, de forma que esses termos, hoje em dia considerados criminosos, agiriam como o chicote do feitor, funcionando em duas direções, a da punição e da submissão. Como a agressão física havia sido abolida juntamente com a escravidão, a agressão verbal e moral, denominadas hoje de injúria racial e racismo, permaneceram na sociedade como herança discursiva e cultural de um processo mal resolvido de escravatura. Sem a ampla distribuição de terras, sem pensões, sem acesso à

escola<sup>2</sup> e sem uma comissão de reconciliação, o processo de abolição foi tão traumático como a própria escravidão<sup>3</sup>. Bitita está nesse “mundo-do-outro”, que oprime, humilha e tenta impedir qualquer transformação na estrutura social e econômica:

Eu via as pessoas morrerem e pensava: “Que vantagem tem o homem de nascer se quando ele aprende viver no mundo, já está velho e morre?” (p. 51).

Quando os pretos falavam: — Nós agora, estamos em liberdade — eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco!” (p. 56).

#### **4 OS OUTROS-DO-MUNDO**

Como aprender a viver nesse “mundo-dos-outros”? O período é por volta de 1926, Bitita está com 4 anos e se questiona continuamente sobre lógica que rege o “mundo-do-outro”. O “mundo-do-outro” diferentemente da esfinge de Édipo, não pergunta o “decifra-me ou devoro-te”, no contexto de Bitita, o “mundo-esfinge” afirma “decifra-me enquanto devoro-te!” O “mundo-do-outro” é rico, bem alimentado e vai estudar em Coimbra, já Bitita, e toda a população de ex-escravizados e seus descendentes são os “outros-do-mundo”.

Esses “outros-do-mundo” não têm casa, não têm terra, não têm educação, não têm documentos, enfim, estão do lado de fora, oprimidos pela cultura e pelo estado, culpados pela sua condição com bases metafísicas para tal, uma vez que, de acordo com o avô de Bitita: “Os sinhôs haviam espalhado que eles eram amaldiçoados pelo profeta Cam. Que eles haviam de ter a pele negra, e ser escravo dos brancos. A escravidão era como cicatriz na alma do negro. Conforme a interpretação do relato bíblico” (p. 58-59). O mundo, como extensão do corpo de Bitita, o “mundo-corpo”, havia se distanciado muito da narradora-personagem empurrando-a para dentro de um mundo no qual seu pertencimento é mínimo, forçando-a a ser uma “outra-do-mundo”:

Mas o mundo é tão grande! Tem tanto espaço, todos podem viver bem aqui dentro!  
Por que estas brigas? O meu avô dizia:

— Os que brigam são os animais que não sabem pensar.

---

<sup>2</sup> A partir da abolição da escravatura e, em seguida, da proclamação da República, as discussões sobre educação dos negros desaparecem [...] Não vemos mais os acalorados debates presentes até 1888. É como se os “ingênuos” de outrora tivessem sido sublimados e simplesmente desaparecido junto com a escravidão (Teixeira, 2016, p 168).

<sup>3</sup> Como afirma Florestan Fernandes (1978, p. 15), “o liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes”.

Então o homem é um animal porque ele briga mais do que os animais. Oh! meu Deus! Se o mundo é assim, não vale a pena nascer! Se não predominar a educação entre os homens, eles jamais serão felizes. Há mais ódio no mundo do que amizade (p. 60).

Pensava: “Que mundo é este? Um mundo que para viverse nele é necessário ter um estoque de paciência” (p. 61).

O “mundo-do-outro” é um mundo ideológico, portanto sua manifestação se dá pelo psiquismo das pessoas que participam e interagem nele. Esse psiquismo pode parecer individual, mas na verdade existe coletivamente, penetrando cada um que compõe aquela sociedade ou grupo<sup>4</sup>, como afirma Bakhtin, os “índices sociais de valor”, ou seja, a maneira como a sociedade considera coisas certas, erradas, belas ou feias, positivas ou negativas etc, são distribuídos intersubjetivamente. No contexto de Bitita, padrões de pensamento preconceituosos populam a as falas dos personagens. Bitita está em um mundo no qual seu corpo ocupa uma posição ideologicamente deslocada; o “mundo-do-outro”, o mundo da alteridade exotópica, não vê no corpo de Bitita os valores que condizem com os “índices sociais de valor”, pelo contrário, o corpo de Bitita representa o “índice social de desvalor”. Esse psiquismo ideológico do começo do XX era abastecido por quase 400 anos de trabalho escravo no Brasil, a abolição certamente acabou com um modelo econômico exploratório, contudo, não operou mudanças significativas nas raízes culturais e ideológicas que permitiam a redução de uma pessoa à condição de escravo.

A ideologia que pretende reduzir Bitita ao mínimo possível de sua potência de vida é de natureza “monoglótica”, em termos bakhtinianos. A monoglossia pode ser compreendida pelo seu contrário, a heteroglossia, ou multiplicidade de vozes, idéias, opiniões etc; no cronotopo de Bitita há uma variedade grande de vozes, contudo a ideologia que permeia essas vozes está carregada do mesmo conteúdo oriundo das bases formativas da nação, que pretende dar a essa ideologia racista, classista e misógina caráter de universalidade, portanto, “os índices sociais de valor” no Brasil do começo do XX são estabelecidos quase que monogloticamente. No “mundo-do-outro” a escravidão havia acabado enquanto modelo legalizado pelo estado, todavia, a ideologia que condicionava a subjetividade escravocrata não havia sido suprimida, nem transformada:

---

<sup>4</sup> Por certo, todos os índices sociais de valor dos temas ideológicos chegam igualmente à consciência individual que, como sabemos, é toda ideologia. Aí eles se tornam, de certa forma, índices individuais de valor, na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual. O índice de valor é por natureza interindividual (Bakhtin/Volochinov, 1997, p. 45). [...] O signo ideológico é o território comum, tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território concreto, sociológico e signicante (p. 57).

Minha mãe ficou com dois filhos para manter. Minha mãe disse que bebeu inúmeros remédios para abortar-me, e não conseguiu. Por fim desistiu, e resolveu criar-me. Não fiquei triste, nem revoltada, talvez seria melhor não existir. Porque eu já estava compreendendo que o mundo não é a pétala da rosa. Há sempre algo a escravizá-lo (p. 70).

Pensei em perguntar o que era quatro anos. Mas a minha mãe havia recomendado que as crianças não podem fazer perguntas nos velórios. Como é horrível ser criança. Não têm permissão para fazer isto ou aquilo. Que mundo é este, temos que aceitar as imposições; sendo assim, o homem não é livre (p. 75).

A condição de “outro-do-mundo” é recebida pelos “outros-do-mundo” ideologicamente pelo discurso impregnado de expressões ordenadas por uma superioridade advinda da cultura e principalmente da submissão econômica na qual estavam definitivamente ancorados os descendentes da diáspora da escravidão. Sem a educação, sem a reforma agrária e sem a reconciliação, os africanos e seus descendentes brasileiros haviam de continuar a terem suas vidas e existências resumidas ao padrão ideológico que os excluía.

A monoglossia da ideologia escravista, transformada em racismo e aporofobia, que pretende universalizar os preconceitos, haveria de prevalecer se não houvesse pessoas como Bitita e aqueles que a influenciaram a ter uma perspectiva que extrapolasse o modelo monoglótico; entre eles, dois são fundamentais o Avô, filho dos Cabindas<sup>5</sup> e o mestiço Manuel Nogueira, que sabia ler e lia o jornal Estado de São Paulo para Bitita. O avô e o senhor Nogueira ofereceram a Bitita um ponto de vista que contrariava o modelo ideológico amplamente divulgado, eles ofereceram para Bitita um “excedente de visão”.

O conceito de “excedente de visão” compõe um par com a noção de heteroglossia; para Bakhtin, o ponto de vista de uma pessoa é sempre extrapolado pelo ponto de vista de outra, assim, nos diálogos entre muitas vozes, o ponto de vista, a perspectiva dos participantes do diálogo, pode ser expandida. O Avô e o senhor Nogueira conversam com Bitita sobre os horrores da escravidão, sobre ações políticas envolvidas na abolição e sobre o futuro do negro no Brasil.

O “excedente de visão” que Bitita absorve diz respeito a sua “memória do futuro”, por meio dos diálogos Bitita pode duvidar do único futuro imposto aos negros e teve condições, com sua imaginação ética, de erigir valores capazes de questionar o modelo ideológico repressor e castrativo de sua vontade de potência, mas não sem antes colidir e ser arrasada por ele. Cada vivência de Bitita geraria uma dúvida que geraria um “excedente de visão” por sua resposta, ou ausência dela. Bitita precisa desse “excedente de visão” para dar sentido ao

---

<sup>5</sup> O vovô era descendente de africanos. Era filho da última remessa de negros que vieram num navio negreiro. Os negros cabindas, os mais inteligentes e os mais bonitos (p. 65).

mundo, porque o sentido advindo da ideologia monoglótica reinante condicionaria sua a existência a um grau irreversível de marginalidade:

Pensava que éramos obrigados a aprender tudo que rege o mundo (p. 78).

Será que os grandes são loucos? Será que eu vou ser igual aos grandes quando eu crescer? Já estava aborrecida de viver neste mundo. Fui pedir à minha mãe:

— Sabe, mamãe, eu não estou gostando deste mundo. A senhora quer me pôr onde eu estava?

Ela explicou que para sair deste mundo era preciso morrer.

— Ah! de morrer eu tenho medo (p. 90-91).

As crianças que voltavam da escola falavam do Thomaz Antonio Gonzaga, que mataram. Do frei Caneca, que mataram. Se a princesa Isabel não deixasse o Brasil, também seria morta. Então o mundo é assim? Quando alguém quer ajudar os pobres, os infelizes, eles matam. O Brasil começou a fundar escolas depois que tornou-se República (p. 99).

A ideologia escravista associada à condição de miséria na qual estavam Bitita e sua família inseridas reforça a profunda descontinuidade do “mundo-dos-outros” em relação aos “outros-do-mundo”, nesse mundo, o espaço para a existência de Bitita não a comporta de maneira integral, por isso ela deseja sair do mundo, porém, essa saída só seria possível com a morte, dessa forma, Bitita precisa abrir um espaço que seja seu próprio, de afirmação de sua singularidade no mundo. Ao compreender as dinâmicas que regem o mundo das relações de poder, a heroína em formação, se desencanta completamente, sem, contudo, internalizar a ideologia do “mundo-do-outro”; esse conflito interno, entre “o que está aí” e “o que poderia estar aí”, se intensifica com o desenvolvimento da personagem.

Apesar da descontinuidade violenta do “mundo-do-outro” e de sua ideologia monoglótica, que despreza a herança cultural e racial de origem africana enquanto abraça a branquitude e sua tradição eurocentrada, Bitita, lentamente, retoma sua continuidade interior, por meio de sua imaginação ética, que pode ser entendida em termos bakhtinianos, por *postupok*, ou ato integral. A imaginação ética de Bitita questiona os padrões morais e comportamentais das pessoas ao seu redor, homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres; essas dicotomias tendem a cingir o mundo em padrões cujos valores (que são determinados exteriormente pela cultura e hereditariamente pelo nascimento) são regidos por princípios “petrificados”, muitas vezes metafísicos, de observação.

O mundo da continuidade ideológica estabelece padrões existenciais que devem conformar o modelo cultural vigente, a ordem das coisas e do discurso deve ser mantida para continuidade do privilégio e do controle sobre os corpos dos outros, os corpos dos “outros-do-

mundo”. A continuidade da ideologia vigente no Brasil, do começo do XX, exigia a descontinuidade dos corpos dos “outros-do-mundo”; o negro deveria se sentir inferior, para ser inferior, de maneira mais explícita: a continuidade da alimentação do senhor implicaria na descontinuidade da alimentação do empregado, a continuidade da limpeza da casa do senhor implicaria na descontinuidade da limpeza da casa da empregada, e de forma geral, a continuidade da riqueza do senhor seria responsável pela descontinuidade de qualquer chance de riqueza dos negros descendentes da diáspora da escravatura:

Fiquei pensando naquela boa mulher que foi desprezada só porque o seu genro era preto. Quer dizer que o preto fez com que ela perdesse a consideração dos brancos. Minha mãe dizia que o mundo é assim mesmo.

Fiquei furiosa:

— Ah! comigo, o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.

Minha mãe sorria e perguntava:

— O que é que você vai-fazer do mundo?

— Não quero gente grande no mundo. São os grandes que são maus. As crianças brincam juntas, para elas não existe a cor. Não falam em guerras não fazem cadeias para prender ninguém (p. 106).

Como eu gostava dos pretos e tinha dó deles! Uns tão ricos, outros tão pobres. Por que é que os pobres rezavam todos os dias? Falavam: Deus... tem dó de nós. Deus... misericordioso. Quem será o Deus que é o nosso pai? Que vontade que eu tinha de ver o Deus e pedir-lhe para consertar o mundo. Os ricos não falavam em Deus. Só os pobres (p. 108).

O soldado que matou o nortista era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei a minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a nenhuma conclusão nos fatos que presenciava. Estava com seis anos. O único lugar seguro para eu guardar os fatos era dentro da minha cabeça. Minha cabeça é um cofre. Minha mentalidade aclarou-se muito mesmo (p. 113).

O desejo de reconfigurar o mundo de uma perspectiva não desigual só pode acontecer, para Bitita, com o intermédio de uma força metafísica. Deus todo-poderoso deveria intervir para que o mundo deixasse de ser como era - descontínuo, desigual e cruel com os pretos. Fica evidente que a metafísica é a única aparente forma de resolução da condição em que se encontravam os negros no cronotopo do romance e do Brasil. Para Bitita, a visão não segregada da vida é possível na infância, porém, no mundo dos adultos - o mundo dos outros - a existência das pessoas está condicionada pela memória escravocrata e seus costumes brutais.

O abismo social advindo da abolição engendrava formas de dominação que antes eram particulares e agora eram públicas - o chicote do feitor agora era o revólver da polícia; o estado assume a função de administrador violento da miséria que ele mesmo havia instaurado

no Brasil. Dessa forma, faz sentido que Bitita só consiga ver em Deus uma solução, uma vez que o legítimo responsável, o estado, havia abandonado essas pessoas a um destino quase intransponível. Somente uma força ainda maior que o estado poderia reordenar a lógica do mundo da cultura de fora para dentro e de cima para baixo. Entretanto, Bitita percebe que talvez esse mesmo Deus ordenador tivesse escolhido seu filho favorito, e ele era branco. Por isso, o livre-arbítrio do branco poderia se voltar contra a vida do negro sem sofrer as devidas punições - o legislador e Deus estavam do seu lado.

Durante sua jornada de autodescoberta, Bitita é confrontada com um mundo que constantemente atraía sua curiosidade, ao mesmo tempo em que diminuía sua identificação. É mais ou menos nessa época que Bitita terá seus dois anos fundamentais de escola. O período foi difícil, mas a possibilidade de aprender a ler e a escrever permitiria que o mundo de Bitita se expandisse além da cultura de seu microcosmo em Sacramento - MG. A leitura alicerçou seu repertório crítico e estético, enquanto seu mundo interior se ampliava, sua percepção da realidade mostrava um mundo cada vez mais semelhante a um “teatro de agruras”: “Os brancos retirando os negros da África não previam que iam criar o racismo no mundo que é problema e dilema. Eu lia o livro, retirava a síntese. E assim foi duplicando o meu interesse pelos livros. Não mais deixei de ler” (p. 126-127).

## **5 O MUNDO-TERRA**

O período da escola, apesar de curto, dos 6 aos 9 anos, tem uma importância significativa na experiência de Bitita com o mundo. Durante esses dois anos, Bitita descobre que seu nome é Carolina Maria de Jesus<sup>6</sup>, e seu interesse pela leitura se torna tão intenso, que seus familiares e pessoas próximas acreditavam se tratar de algum fenômeno sobrenatural ou que a menina fosse louca. Bitita será chamada de louca muitas vezes ao longo do romance, principalmente por suas dúvidas continuamente atualizadas sobre a vida e sobre a cultura. O primeiro romance a que Bitita teve acesso foi *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, e a partir dele, seu repertório de diálogos internos se multiplicará por meio da leitura e da literatura, da mesma forma que seu interesse por assuntos relacionados à escravidão também se aprofunda: *Eu, que já estava farta de ouvir falar na nefasta escravidão, decidi que deveria*

---

<sup>6</sup> Está ouvindo-me, dona Carolina Maria de Jesus! Fiquei furiosa e respondi com insolência: — O meu nome é Bitita. — O teu nome é Carolina Maria de Jesus. Era a primeira vez que eu ouvia pronunciar o meu nome (p. 124).

*ler tudo que mencionasse o que foi a escravidão* (p. 126). Bitita carece da dimensão semântica e histórica da sua existência, seu desejo de compreender a escravidão e a abolição no Brasil coincide com sua condição de marginalizada e indigente.

A história da escravidão estava escrita na pele de Bitita, mas se ela não pudesse ter acesso a referências literárias que oferecessem outras perspectivas a respeito da sua cor nesse cronotopo, quem leria a história de sua pele para ela seriam os donos-do-mundo. O amadurecimento de Bitita, sua saída do mundo-corpo para se tornar uma outra-do-mundo, será também duro e traumático. Bitita teve de sair da escola para se mudar com a mãe para uma fazenda: *Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber o meu diploma. Único meio foi resignar-me, porque a decisão paterna vence* (p. 128). Lá ela pode viver com fartura e se dedicar à leitura e ao silêncio: *Todos os brasileiros atuais, e os do porvir, devem e deverão render preito ao saudoso José Joaquim da Silva Xavier. (...) foi um dos que também sonhou em preparar um Brasil para os brasileiros. Lendo, eu ia adquirindo conhecimentos sólidos* (p. 131).

Infelizmente, o tempo idílico é muito passageiro, contudo, durante sua experiência com a terra Bitita foi capaz de se ligar novamente àquele mundo-corpo já fragmentado e desmistificado, cuidando da terra, da produção de alimentos e de sua formação intelectual, nossa heroína se deslumbra com exuberância pródiga da colheita, o mudo-terra, mundo-verde, é rico, a terra é feminina e fértil. A fertilidade da terra exprime o evidente paradoxo que a abolição havia gerado, há mais comida do que se pode comer e mesmo assim ainda há fome, e muita:

O fazendeiro nos deu três alqueires de terra para plantarmos. Plantamos arroz, feijão, milho, cana e vassouras. Ainda sobrou terra. Como é bom ter terras para plantar! Eu já estava compreendendo o valor da terra que sabe recompensar o esforço do homem. E o ventre da terra é fecundo. A terra é feminina, é a mãe da humanidade. Eu estava habituando-me naquele mundo verde.

Quando surgiu a colheita, fiquei admirada da prodigalidade da terra. Uma amiga que todos os meses nos oferece algo para colher. Plantamos dois sacos de arroz, colhemos trinta. Dois sacos de milho. Colhemos três carros. O meu padraço fez um paiol. Que fartura. As galinhas duplicavam, só carijó.

Se a terra não agisse assim, não incentivaria o homem ao trabalho rudimentar. Fui adquirindo o hábito de plantar, ficando semi-ambiciosa. Era a primeira a deixar o leito para ir pára a lavoura (p. 130).

A saída da vida na roça foi triste, após quatro anos, Bitita a mãe e o padraço são expulsos da primeira fazenda, eles ainda passariam por mais algumas tentando se estabelecer enquanto colonos e sofrendo abusos, roubos e humilhações pelos donos das terras. Nesse

mesmo período Bitita desenvolverá uma doença nas pernas que terá grande importância no seu itinerário formativo: *Por infelicidade minha, minhas pernas ficaram cheias de feridas. Cozinhava ervas para banhar as pernas, e as feridas não cicatrizavam* (p. 198). Quando finalmente deixaram a vida rural e voltam para Sacramento, Bitita ressentiu principalmente a perda de seus livros: *A única coisa que eu fazia era rogar pragas ao Loló. A única vingança ao meu dispor. Os meus livros ficaram na fazenda* (p. 141).

De volta para a cidade, Bitita vai trabalhar muito, ganhar pouco e passar fome. São várias as experiências que se desenvolvem ao longo do capítulo 14, chamado de *Doméstica*, e que culminam no Bitita sendo acusada de roubo de cem-mil réis de um padre que estava hospedado na casa onde ela trabalhava: — *A Bitita roubou cem mil-réis do padre Geraldo Magalhães* (p. 143). De novo, o arbítrio do acusador branco e padre já seria suficiente para imputar culpa ao acusado; apesar de inocente Bitita quase apanha e vai presa: *Quando o soldado ia me bater o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira dos cigarros. Ele queria me pedir perdão* (p. 142). No próximo capítulo, o 15, chamado de *A Doença*, Bitita irá a pé para Uberaba para tentar se tratar das feridas em suas pernas, *Ouvi dizer que em Uberaba tinha bons médicos. Decidi ir até lá a pé. Peguei a minha trouxa e saí. Não me despedi de ninguém* (p. 148).

A distância, de cerca do 80 km, é vencida dormindo na rua e caminhando até chegar na casa de uma conhecida, depois na casa de uma tia, sempre com uma recepção fria, uma refeição mínima e um desprezo expresso. Sua peregrinação termina conseguindo um curativo nas feridas na Santa Casa e um retorno em três dias. Antes de deixar a Santa Casa, uma das irmãs, a irmã Augusta ainda dirá:

Ela implorou:

— Não vai! O mundo é um teatro de agruras (p. 151).

Lembrei-me da irmã Augusta:

— O mundo é mesmo um teatro de agruras (p. 164).

Por três dias Bitita perambula sem um lugar para ficar, sem tomar banho, sem comer sendo enxotada das casas de parentes; é obrigada a mendigar, e a ouvir todo tipo de ofensa pelo seu estado decadente. Depois de retornar para casa em Sacramento e conseguir um dinheiro, Bitita viaja para Ribeirão Preto e, depois, Jardinópolis, em busca de tratamento para suas pernas doentes, onde será recebida e acolhida pela Santa Casa, durante a viagem ela pensava: *Era o início de minha vida e o destino estava apresentando-me as pessoas*

*desumanas que transitam por este mundo. Os tipos que pensam que são imortais, destituídos das belas qualidades e com péssimas formações morais* (p. 168). Há uma significativa mudança no discurso de Bitita, sua fala e seu pensamento já não precisam questionar o óbvio: — *Eu sou pobre, além de pobre, doente. As doenças internas não nos impedem de trabalhar, mas as externas sim* (p. 148).

A força metafísica não ouvira a prece da criança Bitita, o mundo-do-outro teima em permanecer idêntico a si mesmo enquanto oferece para Bitita um espelho distorcido de sua imagem. Esse mundo-do-outro não recebe o corpo negro, pelo contrário, o repele, deseja que ele seja arremessado para fora do mundo, retirado de circulação, aprisionado e fora das vistas:

É o homem que semeia a tristeza no mundo. O meu passado voltava na minha mente como se fosse uma fita na tela. Que passado horrroso e hediondo! Se eu achasse uma carteira cheia de dinheiro, quem sabe se a minha tia sorriria para mim. O dinheiro não é santo, mas também faz milagre (p. 167).

Eu tinha a impressão que havia levado um empurrão e sendo atirada fora do mundo (p. 168).

Eu tinha a impressão que não era ninguém neste mundo. E eu pretendia ser alguém, e para ser alguém é necessário empregar o seu tempo exercendo qualquer profissão (p. 173).

Que vontade de residir numa casa bonita e ser dona desta casa. Era sonhar com o impossível. Eu tinha a impressão que estava sobrando neste mundo (p. 194).

## 6 GEWORFENHEIT

A imagem de se ser atirada fora do mundo é muito forte, o filósofo Martin Heidegger a usara em *Ser e o Tempo*<sup>7</sup> (2001), para ele o conceito de *geworfenheit* (em alemão), *thrownness*<sup>8</sup> (em inglês), pode ser entendido como “ser lançado no mundo”, ou “condição ser arremessado no mundo”. Bitita, diferentemente do conceito filosófico, é “atirada para fora do mundo”, para ela não há onde cair, sua queda é livre, no sentido de despencar no vazio e

<sup>7</sup> Essa característica do ser-aí do Dasein – “o fato de que ele é” - está oculta em seu “de onde” e “para onde”, mas é revelada em si mesma de forma mais desvelada; chamamos isso de “lançamento” dessa entidade em seu “aí”; de fato, é lançado de tal maneira que, como ser-no-mundo, é o “aí”. A expressão “lançamento” pretende sugerir a factualidade de seu ser entregue. O “que é e tem que ser” que é revelado no estado-de-espírito do Dasein não é o mesmo “que-é” que expressa ontologicamente e categoricamente a factualidade pertencente à presença-à-mão. Essa factualidade se torna acessível somente se a constataremos olhando para ela. O “que-é” que é revelado no estado-de-espírito do Dasein deve ser concebido como um atributo existencial da entidade que tem o ser-no-mundo como sua maneira de ser. A factualidade não é a factualidade do fato bruto de algo presente-à-mão, mas uma característica do ser-um do Dasein, que foi incorporada à existência, mesmo que proximamente tenha sido afastada. O “que-é” da factualidade nunca se torna algo que podemos encontrar olhando para ele (Heidegger, 2001, p. 174).

<sup>8</sup> DAVIS, Bret W. **Martin Heidegger**: Key Concepts. Trowbridge, Wiltshire: Printed and bound in the UK by Cromwell Press Group, 2010. p. 26-29.

permanecer nele. Desamparo e angústia<sup>9</sup> exprimem o sentimento “de ser lançado” para Heidegger, e para Bitita também. O mundo-dos-outros, o mundo que está aí, o ente do tempo e espaço de Bitita, o cronotopo da alteridade exotópica do Brasil da primeira metade do XX, recebe todos os que são lançados nele; ser lançado no mundo é condição inerente ao “ser-em”, de Heidegger, e do “ser-em-evento”, de Bakhtin; é a despedida da imanência do ser, nunca completamente perdida e nunca completamente recuperada. Não há como evitar a existência do ser e nem do ente, nem da vida e nem a cultura, essa arbitrariedade aleatória do acontecimento do nascimento do ser se converte em arbitrariedade categórica instantes depois da primeira respiração. Todos serão lançados, a diferença é onde irão cair. Os que caem no mundo-dos-outros, sendo membro hereditário dele, certamente sofrerão de desamparo e de angústia, não pediram para estar aqui, é evidente, mas, ao menos, padeceriam com a barriga cheia e a cama quente, além de terem uma imensa memória de futuro disponível para o seu devir.

Contudo, aquele que, no Brasil do começo do XX, aconteceu de nascer como outro-do-mundo, esse, então, haveria de conhecer não só a angústia e desamparo próprios do ser, para ele, e no nosso caso, para Bitita, não seria somente o *geworfenheit*, o ser lançado, mas o continuar-se sendo lançado, uma vez para dentro do mundo, com o nascimento e outra vez para fora dele, com seu desenvolvimento. Faz sentido o processo que levou Bitita ao sentimento de ser “atirada fora do mundo”, os negros no Brasil haviam sido atirados para fora de suas casas e suas vidas ainda no continente Africano, da Costa da Mina, eram-lhes atirados nomes novos, suas liberdades haviam sido atiradas para fora da existência, para fora do mundo, depois atirados para o Atlântico, em uma viagem degradante e homicida<sup>10</sup>, atiraram-lhes a condição de bestas de lida e seres amaldiçoados, atiraram-lhes com toda forma de ferro em brasa, chicote, fome, estupro, castração, e toda sorte de abuso que a imaginação divisar, e, assim, por quase 400 anos, os negros no Brasil foram atirados para fora do mundo, inúmeras vezes, por armas de fogo.

A abolição deu um novo impulso no arremesso dos negros para fora do mundo, Bitita é a confluência dessa experiência histórica escrita na pele, legitimamente legislada, culturalmente aceita e metafisicamente justificada.

---

<sup>9</sup> TORRES, Jesús Vázquez. Angústia e desamparo numa perspectiva heideggeriana. In: **Perspectiva filosófica**. Recife: UFPE, v. VI, n. 11, 1999. p. 144-160.

<sup>10</sup> GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. São Paulo: Globo Livros, 2019; GOMES, Laurentino. **Escravidão**: Do Marquês de Pombal aos dias atuais. São Paulo: Globo Livros, 2021.

## 7 O MUNDO REDESCOBERTO

Em *Diário de Bitita*, o tema “o mundo”, na enunciação e discurso de Bitita, passa por interessantes alterações semânticas, à medida que o referencial do mundo, o seu significante, se descola de Bitita, ou seja, deixa de ter o sentido gerado pelas sensações fisiológicas da heroína e vai se configurando em uma alteridade complexa e múltipla em sentido, percebemos a passagem do mundo-corpo para o mundo-outro, contudo, a estrutura cognitiva de Bitita em amadurecimento, também percebe que, o mundo-outro é um mundo que vem do outro, e esse mundo tem dono, e ele é branco.

Os reconhecimentos das relações sociais transformam o mundo-outro em mundo-do-outro. Nesse ponto, diante da violenta força de expulsão do negro, e especialmente da menina negra, do mundo da cultura, e não tão eventualmente assim, do mundo da vida, Bitita começa a se perceber como uma outra-do-mundo. Seu estado é de angústia e desamparo<sup>11</sup> na adolescência e começo da vida adulta. O sentimento não poderia ser outro, o de ser “arremessada para fora do mundo”. É o que Heidegger chamaria de “dilaceramento ontológico”<sup>12</sup>; Bitita tem uma experiência de vida dilacerante, o mundo que a circunda a odiava e não havia muita esperança. Seria possível recuperar uma unidade nesse mundo de absoluta delimitação dos espaços? Como existir sem caber no mundo? Impressionantemente, no final do romance, Bitita reflete sobre o mundo em novas categorias, o mundo, enquanto significante, agora aparecerá na relação colaborativa, no diálogo e no coletivo:

Olhando aquele homem carpindo a terra, pensei: “Será que ele me dá serviço? Vou pedir! Já compreendi que o mundo é coletivo. É uns precisando dos outros.” (p. 172).

Ia-me encorajando a lutar, apoiada na minha curiosidade. Queria viver para ver o que os melhores dias que virão vão proporcionar-me. Quando li a vida dos santos, notei que o mundo não foi aveludado para eles (p. 172).

Eu me sentia como um general que havia vencido uma batalha renhida, e agora estava recebendo as condecorações. Não mais tinha medo do mundo, e nem da vida (p. 197).

---

<sup>11</sup> Sartre (2011, p. 15) concorda com Heidegger sobre o tema: “O homem não pode querer, a menos que primeiro tenha compreendido que não pode contar com nada além de si mesmo: que está sozinho, deixado sozinho na terra no meio de suas infinitas responsabilidades, sem ajuda nem socorro, sem nenhum outro objetivo a não ser aquele que estabelecerá para si mesmo, sem nenhum outro destino a não ser aquele que forjará nesta terra. É esta certeza, esta compreensão intuitiva de sua situação, que chamamos de desespero. Você pode ver que não é um belo frenesi romântico, mas a consciência aguçada e lúcida da condição humana. Assim como a angústia é indistinguível de um senso de responsabilidade, o desespero é inseparável da vontade. Com o desespero, começa o verdadeiro otimismo: o otimismo do homem que não espera nada, que sabe que não tem direitos e nada vem até ele, que se alegra em contar consigo mesmo sozinho e em agir sozinho para o bem de todos”.

<sup>12</sup> TORRES, Jesús Vázquez. Angústia e desamparo numa perspectiva heideggeriana. In: **Perspectiva filosófica**. Recife: UFPE, v. VI, n. 11, 1999. p. 144-160.

Bitita, durante o período na Santa Casa de Jardinópolis, pode ler algumas hagiografias e a história dos santos católicos revelou-se bastante dolorosa, isso, de certa forma, fortalecera Bitita, a oferecendo um excedente de visão, e principalmente, Bitita perde o medo do mundo. Seu lugar no mundo é seu corpo, seu território é sua vida, a totalidade do mundo não pode haver sem Bitita, seu ato integral, seu postupok, a reinsere no mundo da cultura, pela sua vontade de potência. O mundo redescoberto de Bitita continua o mesmo, mas a mudança de Bitita impõe sobre esse novo mundo uma presença insubmissa, revelando mais uma nuance do ato integral, inicialmente compreendido como o contínuo questionamento sobre o mundo e suas relações, e agora percebido, também, como autocuidado e cura.

## **REFERÊNCIAS**

- BAKHTIN, M. M. (Volochínov, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997. (Trabalho original publicado em 1929).
- BAKHTIN, Mikhail. **Toward a Philosophy of the Act**. University Of Texas Press Slavic Series, n. 10, 1993.
- BATAILLE, Georges. **História da Religião**. Tradução de Fernando Scheibe. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- DAVIS, Bret W. **Martin Heidegger Key Concepts**. Printed and bound in the UK by Cromwell Press Group, Trowbridge, Wiltshire, 2010. p. 26-29.
- DE JESUS, Carolina Maria. **Diário de Bitita**. São Paulo: Ática, 1986.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes - volume 1: O legado da raça branca**. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes - volume 2: O apartheid**. São Paulo: Ática, 1978.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **Preto, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação/ USP, São Paulo, 2007.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: do Marquês de Pombal aos dias atuais**. São Paulo: Globo Livros, 2021.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. São Paulo: Globo Livros, 2019.

HEIDEGGER, Martin. **Being and Time**. Translated by John Macquarrie and Edward Robinson, Harper Perennial Modern Classics, 2008. (Original work published in 1927).

LEVINE, Robert M. **The Cautionary Tale of Maria Carolina de Jesus**. 1982.

SARTRE, J. P. **Essays in Aesthetics**. New York: Philosophical Library, 2011. p. 15.

TEIXEIRA, Kadine. “*Pelo progresso do paiz*”: projetos para a educação de ingênuos na imprensa paulista em fins do século XIX. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, PUC - SP, São Paulo, 2016.

TORRES, Jesús Vázquez. Angústia e desamparo numa perspectiva heideggeriana. In: **Perspectiva filosófica**. Recife: UFPE, v. VI, n. 11, 1999.

## A PESQUISA E A MEDICINA

*José Francisco de Sales Chagas<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Medicina é a prática de diagnosticar, tratar e prevenir doenças e lesões em humanos e animais. Abrange uma ampla gama de disciplinas, incluindo farmacologia, anatomia, fisiologia, patologia e muitas outras. Profissionais médicos e profissionais de saúde aliados usam seus conhecimentos e habilidades para cuidar de pacientes e promover saúde e bem-estar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medicina. Ciência. Cenário nacional e internacional.

**ABSTRACT:** Medicine is the practice of diagnosing, treating and preventing diseases and injuries in humans and animals. It covers a wide range of disciplines including pharmacology, anatomy, physiology, pathology and many others. Medical professionals and healthcare professionals allied use their knowledge and skills to care for patients and promote health and well-being.

**KEYWORDS:** Medicine. Science. National and international scene.

### 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa científica na Medicina é uma maneira de expandir nossa visão sobre a saúde. Afinal, toda descoberta, antes de tudo, surgiu como hipótese. Então, o pesquisador utiliza um conjunto de processos metódicos investigativos, buscando desenvolver o seu estudo. Medicina e pesquisa são dois campos intimamente relacionados que trabalham juntos para avançar nossa compreensão da saúde e da doença e para desenvolver novos tratamentos e curas para condições médicas.

Os objetivos deste capítulo são mostrar a produtividade das pesquisas na medicina no Brasil em relação à produção mundial, relacionar quais as áreas médicas mais atuantes na pesquisa e demonstrar, importância da pesquisa na graduação da medicina e os instrumentos disponíveis para os alunos serem introduzidos e estimulados na pesquisa científica.

Durante toda carreira profissional, os médicos tomam decisões que podem interferir na evolução da doença do paciente por ele cuidado e a grande maioria destes profissionais já se

---

<sup>1</sup> Possui Graduação em Medicina pela Universidade Severino Sombra (1978); Mestrado em Medicina - Otorrinolaringologia - pela Universidade Federal de São Paulo (1994), e Doutorado em Medicina - Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço - pela Universidade Federal de São Paulo (2001). Professor da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, da Faculdade de Medicina São Leopoldo Mandic, Unidade Campinas.

afligiu com a pergunta: “Minha conduta está trazendo mais benefícios que malefícios ao meu paciente?” No dia a dia da vida profissional as fontes de informação normalmente utilizadas são as coletadas de terceiros (opiniões de profissionais mais experientes ou reconhecidos); algumas fontes inadequadas, como artigos de revisão, livros menos atualizados ou material da indústria da área da saúde e condutas adquiridas durante período de especialização. Estas fontes são opinativas e com potencial de viés. Por isso, as decisões sobre as condutas terapêuticas devem ter base científica.

## **2 PESQUISA COM FOCO**

Na área da saúde a pesquisa é projetada para desenvolver dados fidedignos sobre problemas e necessidades importantes para o indivíduo/comunidade, com foco, em especial, para orientar a prática dos profissionais. Atualmente, devido a inúmeras inovações na área da saúde, a tomada de decisão em saúde necessita estar pautada em princípios científicos que é processo cotidiano integrante do ritmo de vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto baseado no aprendizado não resumido à mera reprodução.

Desenvolver conhecimento é a melhor forma de ampliar a capacidade produtiva, de produzir bens e serviços de maior qualidade, com maior valor agregado e preço mais compensador. É a melhor forma de reduzir o custo do processo produtivo, elaborar melhores condições de trabalho e proporcionar maior qualidade de vida às pessoas.

O Brasil, nos últimos anos, acordou para a necessidade da pesquisa científica, passou a ser um participante ativo em colaborações internacionais de pesquisa e tem uma forte presença na América Latina, com muitos intercâmbios com outros países da região.

A pesquisa científica no Brasil remonta ao século XIX e sempre enfrentando muitos desafios para manter e expandir sua produção, como a falta de financiamento adequado, infraestrutura precária, burocracia excessiva e falta de metas ou estímulo nas instituições públicas, onde ocorre cerca de 90% desta produção. Apesar desses desafios, o Brasil tem comunidade científica ativa em diversos campos, com muitos pesquisadores de alta qualidade. As principais instituições de pesquisa incluem universidades públicas e organizações governamentais, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as fundações estaduais de amparo à pesquisa, sendo uma das principais a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo.

As instituições de ensino superior privadas vêm desenvolvendo nos últimos anos a pós-graduação *stricto e lato sensu*, com produção científica significativa nos vários segmentos do conhecimento humano.

Segundo Machado, entre os anos de 2016 e 2018, após análise de 237.078 documentos científicos, a produção dos pesquisadores brasileiros correspondeu a 2,6% do total mundial e foi composta por artigos, livros, capítulos de livros, resenhas e outros documentos científicos. Como comparativo de progressão, este autor coloca o país com percentual de 1,2% no ano de 2000. Ainda relata que as ciências da saúde são parte relevante da produção científica nacional.

Ao analisarmos os resultados deste autor, vemos que a medicina representa quase um quarto (24,3%) da produção científica nacional e a odontologia corresponde com 12,4% da produção científica mundial. Ainda podemos notar que as outras áreas da saúde correspondem a percentual igual ou superior aos percentuais internacionais destacando-se, dentre as especialidades médicas: clínica médica, emergência, terapia intensiva, oftalmologia e medicina reprodutiva.

É importante, entretanto, ter cautela ao verificar esses resultados, pois bases como *Scopus* e *Web of Science* têm cobertura limitada de documentos que não estão em inglês, o que pode levar à subestimação tanto do volume quanto da influência da produção brasileira.

Por isso, é tão importante que se dissemine a preocupação com a formação científica dos alunos dos cursos de área da saúde. Mais que isso, porque a vida não começa na universidade e o ideal é que o pensamento crítico, analítico e investigativo seja incentivado em todos os degraus do aprendizado, inclusive o degrau correspondente ao exercício pleno da profissão, o degrau mais alto do projeto de exercício da profissão da medicina.

Tradicionalmente as faculdades de medicina têm como atividade extracurricular a iniciação científica e os projetos de extensão. A partir de 18 de dezembro de 2018, através da portaria n. 7 do Ministério da Educação, os projetos de extensão se integram à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação entre as instituições de ensino superior, os outros setores da sociedade e articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Desta forma, há um incentivo maior para que a pesquisa científica se torne mais rotineira na formação médica e integração maior entre faculdade, alunos e comunidade com benefícios para todos.

A extensão fazendo parte da matriz curricular dos cursos de medicina e os estudantes que participam de programas de iniciação científica garantem várias vantagens para a carreira. Entre elas podemos notar melhora do currículo; incentivo para participação e apresentação em eventos científicos da medicina, o que possibilita inter-relacionamento com profissionais mais experientes e troca de informações; melhor conhecimento do mercado de trabalho e do que fazer após a faculdade, ampliando para carreiras acadêmicas ou de pesquisa.

Esta reformulação curricular, que vem ocorrendo já há alguns anos nos cursos de medicina, vem permitindo que a graduação médica estimule a formação do pensamento crítico, o conhecimento da metodologia científica e dos novos avanços tecnológicos. Isto ocorre pela integração curricular onde as disciplinas perdem a importância e a governança central. Assim, os conhecimentos são apresentados de forma integrada e contextualizada. Aulas de metodologia, epidemiologia e de estatística geralmente são ofertadas nos primeiros anos da faculdade de medicina e, talvez por imaturidade, a maioria dos alunos as consideram de menor importância para a formação do médico. No entanto, são justamente essas disciplinas que formam a base do pensamento crítico necessário para separar publicações, ou outras fontes de informação, de boa qualidade daquelas de má qualidade. Portanto, a curricularização da extensão e a participação em projeto de iniciação científica contribuem para uma boa formação do profissional médico porque mantêm relacionamento aluno e orientador, incentivam o estudo de metodologia científica e publicações.

A educação médica e a pesquisa são dois componentes críticos para o avanço da saúde e para a melhoria dos resultados dos pacientes. A educação médica é o processo pelo qual os indivíduos adquirem o conhecimento, as habilidades e as competências necessárias para praticar a medicina. Envolve treinamento formal em escolas de medicina, programas de residência e outros programas de treinamento de pós-graduação.

### **3 EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DE QUALIDADE**

A pesquisa, por outro lado, envolve a investigação sistemática de um determinado tópico ou questão para avançar o conhecimento e desenvolver novas soluções. Na medicina, a pesquisa é essencial para melhorar nossa compreensão da saúde e da doença, identificar novas terapias e tratamentos e avaliar a segurança e a eficácia das intervenções médicas.

A educação médica e a pesquisa estão interconectadas, pois estudantes e estagiários de medicina aprendem a aplicar princípios científicos e práticas baseadas em evidências ao

atendimento de pacientes. A educação médica fornece uma base de conhecimento e habilidades que permite aos profissionais de saúde participar e contribuir para a pesquisa médica.

Nos cursos de graduação em Medicina, as várias metodologias de ensino, a flexibilidade curricular e as experiências diferenciadas de aprendizagem são atributos intrínsecos do currículo onde o aluno também é responsável por seu aprendizado. O projeto pedagógico do curso de medicina deve fornecer uma linha condutora geral, no intuito de facilitar e estimular o aprendizado e a pesquisa pelos alunos. Essa linha se traduz, principalmente, na integração entre as unidades curriculares por meio de casos e situações problema transversais que acompanham o evoluir do curso. O trabalho em grupo e a cooperação interdisciplinar e multiprofissional são estimulados e se tornam mais um fator de incentivo a pesquisa. O aluno precocemente inserido em atividades práticas relevantes para sua futura vida profissional; as atividades em laboratórios, ambulatórios, experiências e estágios hospitalares e comunitários, bibliotecas fazem com que experimentem as necessidades de conhecimentos atualizados que podem ser acessados nos meios eletrônicos de informação.

As práticas pedagógicas, complementares às aulas expositivas, objetivam desenvolver um ambiente propício para a consolidação do perfil do egresso. Entre estas práticas, podemos salientar: a) realização de aulas com base em situação problema estimula a investigação científica aplicada, a análise e a síntese; b) discussão de casos reais articula teoria e prática e recupera a experiência dos alunos; e, c) a organização de dinâmicas de grupo ativa a comunicação entre os pares, a criatividade e o desejo de contribuir com novos elementos de discussão e análise.

Assim, os cursos de medicina municiam os estudantes com informações acerca de diagnósticos, tratamentos, condutas terapêuticas e outros tipos de intervenção, ou seja, com todo arsenal de conhecimento teórico e prático necessário para desenvolvimento da profissão com qualidade. O médico se forma e segue fazendo e participando de cursos, palestras e seminários, sempre na condição de ouvinte, aprendiz, que é uma forma legítima e proveitosa de interagir e lidar com o conhecimento.

A transformação da matriz curricular dos cursos de medicina tem, como um dos objetivos, agregar nova forma de se relacionar com a medicina, não mais como aprendiz, mas com interação com o conhecimento, saindo do papel de receptor e executor para o de estudioso, pesquisador, investigador e produtor de conhecimento. Para isto há a necessidade de estimular e desenvolver pensamento crítico, analítico e investigativo incentivado em todos

os degraus do aprendizado, inclusive ao exercício pleno da profissão, transformando o gosto pela pesquisa em traço cultural, independentemente de ser o seu futuro ligado à pesquisa ou ao atendimento médico.

Em resumo, a educação médica e a pesquisa estão intimamente ligadas, pois trabalham juntas para aprimorar nossa compreensão da saúde e da doença e melhorar os resultados dos pacientes. A educação médica fornece o conhecimento e as habilidades necessárias para que os profissionais de saúde se envolvam na pesquisa médica, enquanto a pesquisa informa e molda a educação médica.

Para saber se um novo conhecimento ou hipótese ou produto melhoram a efetividade, a eficiência e a segurança de cada conduta e, em consequência, a qualidade de vida das pessoas, serão sempre necessárias pesquisas clínicas de boa qualidade. Isso é ainda mais importante em países em desenvolvimento, onde o número de problemas de saúde por habitante é maior e os recursos requerem aplicação mais eficiente, ou seja, mais inteligente.

Como referido anteriormente, o médico deixará de ter “papel de receptor e executor para o de estudioso, pesquisador, investigador e produtor de conhecimento” ao participar de ensaios clínicos ou utilizar medicina baseada em evidências.

Segundo *a Association of American Medical Colleges Task Force on Clinical Research*, a pesquisa clínica é definida como investigação na área da saúde destinada à produção de conhecimentos essenciais para a compreensão dos mecanismos, prevenção e tratamento de doenças, assim como para promoção da saúde.

Sempre vemos notícias informando que houve uma nova descoberta na medicina. Pode ser alguma evolução no conhecimento de doenças e problemas de saúde ou mesmo o desenvolvimento de um novo fármaco, novas técnicas de tratamento e vacinas para patologias conhecidas. Todos esses avanços são possíveis por causa do trabalho do médico pesquisador, cuja função é iniciar ou participar de pesquisas e investigações que permitam desenvolver conhecimentos sobre os mecanismos de uma doença, suas formas de prevenção, opções de tratamento mais avançadas e métodos para promover a saúde. É o médico pesquisador que faz as descobertas que possibilitam à medicina evoluir, atuando em instituições de ensino ou de saúde.

O processo de utilização da medicina baseada em evidências se inicia com a elaboração de uma resposta a uma pergunta clínica relevante e passível de resposta. A seguir, a compreensão da validade de um estudo científico e capacidade de aplicá-lo a um paciente ou a um sistema de saúde e o conceito fundamental é que existe uma hierarquia da qualidade de informações.

As práticas baseadas em evidência, apesar de não estarem isentas de críticas, podem contribuir para a fundamentação de uma decisão clínica ou de saúde pública. A Saúde Baseada em Evidências (SBE) foi a denominação mais popular do que foi inicialmente denominado “clinimetria”. Esta é um processo envolvendo várias ferramentas, normalmente questionários, para avaliar condições médicas com acúmulo de informações resultando em considerações terapêuticas ou de prognóstico de determinada doença. A saúde baseada em evidências é caracterizada pela utilização da epidemiologia clínica como ferramenta para melhor apoio à tomada de decisão individual ou coletiva e deve contemplar, além do conhecimento técnico, os valores e preferências dos pacientes e a experiência clínica do profissional. Quando está integrada a prática clínica e às evidências científicas, auxilia na tomada de decisão.

Como instrumento para a prática da saúde baseada em evidências, desenvolveram-se sistemas para a avaliação da qualidade da evidência, com o objetivo de informar respectivamente a confiança nas evidências apresentadas e a ênfase para que seja adotada ou rejeitada uma determinada conduta. A saúde baseada em evidências vem sendo utilizada há mais de 25 anos, e inúmeros sistemas apresentam-se como alternativas para classificar a informação. Frente à necessidade de uniformização desse processo destaca-se o trabalho do GRADE *working group*, grupo colaborativo para o desenvolvimento de um sistema padronizado de classificação.

O GRADE (*Grading of Recommendations Assessment, Development and Evaluation*) é um sistema desenvolvido por um grupo colaborativo de pesquisadores que visa a criação de um sistema universal, transparente e sensível para graduar a qualidade das evidências e a força das recomendações. Atualmente mais de 80 instituições internacionais utilizam o GRADE, entre elas a Organização Mundial da Saúde (OMS), o *National Institute for Health and Clinical Excellence* (NICE), a SIGN, o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) e a colaboração Cochrane.

O nível de evidência representa a qualidade da evidência científica disponível e define a confiança na informação utilizada, o que possibilita a definição de uma determinada recomendação. No sistema GRADE, a qualidade da evidência é classificada em quatro níveis: alto, moderado, baixo, muito baixo (Quadro 1).

Quadro 1 - Níveis da qualidade da evidência – Sistema Grade

| <b>Nível</b> | <b>Definição</b>   | <b>Implicações</b>   | <b>Fonte de informação</b>   |
|--------------|--|--|--|
| Alto         | Há forte confiança de que o verdadeiro efeito esteja próximo daquele estimado.                     | É improvável que trabalhos adicionais irão modificar a confiança na estimativa do efeito.                            | - Ensaios clínicos bem delineados, com amostra representativa.<br>- Em alguns casos, estudos observacionais bem delineados, com achados consistentes*.                                       |
| Moderado     | Há confiança moderada no efeito estimado.  | Trabalhos futuros poderão modificar a confiança na estimativa de efeito, podendo, inclusive, modificar a estimativa. | - Ensaios clínicos com limitações leves**.<br>- Estudos observacionais bem delineados, com achados consistentes*.  |
| Baixo        | A confiança no efeito é limitada.  | Trabalhos futuros provavelmente terão um impacto importante em nossa confiança na estimativa de efeito.              | - Ensaios clínicos com limitações moderadas**.<br>- Estudos observacionais comparativos: coorte e caso-controle.   |
| Muito Baixo  | A confiança na estimativa de efeito é muito limitada. Há importante grau de incerteza nos achados. | Qualquer estimativa de efeito é incerta.   | - Ensaios clínicos com limitações graves**.<br>- Estudos observacionais comparativos presença de limitações**.<br>- Estudos observacionais não comparados***.<br>- Opinião de especialistas. |

**Fonte:** Elaboração GRADE working group - <http://www.gradeworkinggroup.org>.

\*Estudos de coorte sem limitações metodológicas, com achados consistentes apresentando tamanho de efeito grande e/ou gradiente dose resposta.

\*\*Limitações: vieses no delineamento do estudo, inconsistência nos resultados, desfechos substitutos ou validade externa comprometida.

\*\*\*Séries e relatos de casos.

No entanto, o GRADE apresenta algumas limitações, como por exemplo, a sua complexidade na avaliação, assim como a necessidade de um julgamento qualitativo do avaliador para realizar julgamentos a respeito de cada um dos domínios avaliados.

Segundo o Projeto Diretrizes, realizado em conjunto entre Associação Médica Brasileira (AMB) e Conselho Federal de Medicina (CFM), a correspondência entre o grau de recomendação e a força de evidência científica está resumida a seguir. Nível A: estudos experimentais ou observacionais de melhor consistência; nível B: estudos experimentais ou observacionais de menor consistência; nível C: relatos de casos estudos não controlados e nível D: opinião desprovida de avaliação crítica, baseada em consensos, estudos fisiológicos ou modelos animais<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Estes níveis apresentam subníveis tornando uma tabela composta de 10 linhas e 6 colunas, proposta pelo Oxford Centre for Evidence Based Medicine e pode ser consultada no *link*: [www.projetodiretrizes.org.br](http://www.projetodiretrizes.org.br).

## 4 CONCLUSÃO

A compreensão da validade de um estudo científico e capacidade de aplicá-lo a um paciente ou a um sistema de saúde é que existe uma hierarquia da qualidade de informações. Resumidamente, e para a prática diária profissional, há 5 níveis de evidências a saber: nível 1 (revisão sistemática, estudo randomizado com casuística grande), nível 2 (estudo randomizado com casuística pequena), nível 3 (estudos prospectivos não randomizados), nível 4 (estudos retrospectivos) e nível 5 (relatos de casos e opiniões).

Há vários outros métodos de classificação dos níveis de evidência e de grau de recomendação, portanto o profissional médico deve adotar o que lhe for mais acessível e sempre manter a avaliação das informações consultadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de. A clínica, a epidemiologia e a epidemiologia clínica. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1993. Disponível em: [http://www.cebm.net/mod\\_product/design/files/CEBM-Levels-of-Evidence-2.1.pdf](http://www.cebm.net/mod_product/design/files/CEBM-Levels-of-Evidence-2.1.pdf). Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciência e Tecnologia. **Diretrizes Metodológicas Sistema GRADE** – manual de graduação da qualidade da evidência e força de recomendação para tomada de decisão em saúde. 2014. Disponível em: [www.bvsms.saude.gov.br](http://www.bvsms.saude.gov.br). Acesso em: 12 maio 2022.

CENTRE FOR EVIDENCE BASED MEDICINE. **Oxford centre for evidence-based medicine 2011 levels of evidence**. Disponível em: [http://www.cebm.net/mod\\_product/design/files/CEBM-Levels-of-Evidence-2.1.pdf](http://www.cebm.net/mod_product/design/files/CEBM-Levels-of-Evidence-2.1.pdf). Acesso em: 14 maio 2022.

CLARK, Otavio; CLARK, Luciana. Medicina Baseada em Evidências. *In*: NARDOZZA JÚNIOR, Archimedes; ZERATI FILHO, Miguel; REIS, Rodolfo Borges dos (Orgs.). **Urologia fundamental**. São Paulo: Planmark, 2010. cap. 48, p. 416-21.

GRADE WORKING GROUP. Disponível em: <http://gradeworkinggroup.org/society/index.htm>. Acesso em: 13 maio 2022.

LOREAN, S. B.; ANDRADE, M. M.; ARCOVERDE, A. M. H.; MOTA; L. R. A. Análise do Acesso à Informação Acadêmica entre Estudantes de Medicina Inseridos numa Metodologia Ativa de Aprendizagem. **Rev. Bras. Educ. Med.**, v. 43, n. 4, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n4rb20190037>.

MACHADO, W. **Um panorama da pesquisa em saúde no Brasil**. IPEA - Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, 25 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/179-um-panorama-da-pesquisa-em-saude-no-brasil>. Acesso em: 16 maio 2022.

MORAES, S. D. T. A. Método científico e pesquisas em saúde: orientação para prática profissional. **J. Hum. Growth Dev.**, v. 29, n. 1, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.157742>.

RIBEIRO, M. R. F.; MENDES, F. F. F.; SILVA, E. A. Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. **Rev. Conexão**, v. 14, p. 334-42, 2018. DOI: 5212.

SCOTTISH INTERCOLLEGIATE GUIDELINES NETWORK (SIGN). **Grading System**. Disponível em: <http://www.sign.ac.uk/guidelines/fulltext/50/annexoldb.html>. Acesso em: 13 maio 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROFISSIONAIS EM PESQUISA CLÍNICA (SBPPC). Disponível em: [www.sbppc.org.br](http://www.sbppc.org.br). Acesso em: 15 maio 2022.

## **INADIMPLÊNCIA CONDOMINIAL E O PROCESSO DE COBRANÇA**

*Fabiana Friaça Asmar de Souza*<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar o instituto da inadimplência com foco central na esfera condominial, com as implicações ocorridas nos contextos legal e social, em razão do descumprimento dessa obrigação. Nesse diapasão, o presente trabalho pretende responder sobre as possíveis causas da inadimplência e os mecanismos possíveis e práticos utilizados para seu controle e sua extinção. O foco do artigo aborda conceitos, as ferramentas legais, extrajudiciais e judiciais disponíveis com foco na Constituição Federal de 1988, a vigência das Leis 4.591/64, 9.307/96, 10.406/02 e 13.105/15 e análises jurisprudenciais. Trata-se de uma temática prática na sua relação com a sociedade como um todo e, dessa forma, possibilita construir novas posturas e reflexões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inadimplência. Condomínio. Cota Condominial. Cobrança.

**ABSTRACT:** The Objective of this work is to analyze the default institute with a central focus on the condominium sphere, with the implications that occurred in the legal and social contexts, due to the non-fulfillment of this obligation. In this vein, the present work intends to answer about the possible causes of the institute of default and the possible and practical mechanisms for its control and its extinction. The focus of the article addresses concepts, legal and extrajudicial tools available with a focus on the Federal Constitution of 1988, the validity of laws 4.591/64, 9,307/96, 10.406/02 and 13.105/15 and jurisprudential analysis. It is a practical theme in this relationship with society as a whole and, in this way, builds new postures and reflections.

**KEYWORDS:** Default. Condominium. Condominium Quota. Charge.

### **1 INTRODUÇÃO**

O trabalho apresentado traz como objetivo analisar as causas referentes ao instituto da inadimplência tanto em seu aspecto jurídico quanto social e as soluções para a problemática via a atuação profissional especializada com respaldo no processo de cobrança.

A abordagem referente a tal tema foi escolhida para análise das causas socioeconômicas e as consequências jurídicas que a inadimplência pode acarretar a uma pequena coletividade de indivíduos estabelecida em um condomínio edilício.

Sobre a específica análise da esfera condominial, o Código Civil de 2002 passou a disciplinar o condomínio edilício, recebendo o tema um tratamento pontual na codificação

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO/2008); Advogada; Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (UFG/2012); Especialista em Direito Público (Centro Universitário Cambury-UniCambury/2019). E-mail: fabianafracaadv@gmail.com.

privada (arts. 1.331 a 1.358) que consolidou as regras trazidas pela Lei 4.591/64 (arts. 1º a 27). Cumpre destacar ainda que o entendimento doutrinário que prevalece, sugere a aplicação das regras do condomínio edilício para as demais categorias similares, como loteamentos fechados, multipropriedade imobiliária e clubes de campo.

No tocante aos fatores socioeconômicos, a inadimplência pode ser analisada sobre diversos enfoques, sendo: fatores microeconômicos, fatores macroeconômicos (inflação, desemprego, taxa Selic, etc.), imprevistos de ordem pessoal, equívoco no planejamento financeiro e questões comportamentais (atitude financeira, uso do cartão de crédito, compras desordenadas, pouco conhecimento financeiro etc.).

Quanto às consequências jurídicas, é categórico afirmar que o inadimplemento é abordado pelo ordenamento jurídico como matéria de extrema importância quando a obrigação não é satisfeita.

A manutenção dos pagamentos das cotas condominiais pelos condôminos trata-se, portanto, de condição de existência do condomínio, pois a receita dos mesmos para fazer frente às suas despesas (contas do consumo, salário de funcionários, obras emergenciais etc.) advém exclusivamente da contribuição de suas cotas condominiais.

O pagamento da cota condominial se caracteriza como um dever do condômino, e em caso do inadimplemento, a cobrança se desdobra como uma das diversas obrigações administrativas a serem desempenhadas pelo síndico, nos termos do art. 1.348 do Código Civil, sob pena de responsabilização pela omissão ao não promover a cobrança dos inadimplentes.

Esclarecidos os postulados basilares em que se sustenta a abordagem que ora se inicia, fica preparado o terreno para o aprofundamento da temática escolhida, labor este que será levado a efeito nos parágrafos subsequentes.

## **2 O CONDOMÍNIO EDILÍCIO**

A expressão “condomínio edilício” tem origem do latim, onde a palavra condomínio (“*cum + dominus*”) significa domínio comum e o vocábulo edilício (“*aedilicium*”) significa edificação. Podemos assim, conceituar como sendo a propriedade em uma edificação da qual constam unidades privativas autônomas, de uso privativo, e partes que são propriedades comuns dos condôminos.

A estrutura interna do condomínio edilício preconiza 02 (duas) partes distintas, sendo: uma parte de propriedade exclusiva (apartamentos, escritórios, lojas etc) contendo uma fração ideal e podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários; e uma parte de propriedade comum (solo, estrutura do prédio, telhado, rede de água, rede de esgoto etc) contendo partes que não podem ser alienadas separadamente ou divididas.

O condomínio edilício é um instituto onde está presente uma situação peculiar no direito de propriedade, pois se misturam conceitos de propriedade individual e de propriedade coletiva em um mesmo objeto, sem que uma perca as características para a outra.

No tocante à natureza jurídica o tema aponta divergências doutrinárias. Para a corrente majoritária, o condomínio edilício deve ser considerado um ente despersonalizado, pois não consta expressamente no rol do art. 44 do Código Civil. Em posição contrária, corrente minoritária defende se tratar de um ente personlizado, pois considera como exemplificativo o rol descrito no artigo citado, corroborando com o Enunciado n.º 246 “Deve ser reconhecida personalidade jurídica ao condomínio edilício” (III Jornada de Direito Civil, 2004).

O condomínio edilício é abordado em nosso ordenamento jurídico pela Lei 4.591/64 e pelo Código Civil/2002 (Título II – Capítulo VII) nos arts. 1.331 a 1.358, que consolidou o regramento disciplinado nos arts. 1º a 27 da Lei 4.591/64. Nesse diapasão há corrente que defende a revogação tácita dos referidos artigos, nos termos do art. 2º, §1º do Decreto-Lei n.º 4.657/42, visto que houve a regulamentação completa da matéria pelo Código Civil.

Para a estruturação do condomínio são essenciais 02 (dois) atos: a instituição e a constituição do condomínio. A instituição se formaliza por ato entre vivos ou testamento com posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis, devendo constar dentre outros pontos a discriminação e individualização das unidades de propriedade exclusiva, estremadas umas das outras e das partes comuns, a determinação da fração ideal atribuída a cada unidade, relativamente ao terreno e partes comuns e o fim ao qual se destinam.

A constituição se consagra com a Convenção Condominial devendo ser subscrita pelos titulares em número mínimo de 2/3 das frações ideais, tornando-se imediatamente obrigatória para os condôminos, nos termos da Súmula 260 do STJ. No tocante aos efeitos perante terceiros, poderá ser oponível mediante o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Mesmo guardando semelhanças com um contrato plurilateral, prevalece o entendimento de que a Convenção Condominial não é um contrato e sim, um ato-regra ou ato-norma. A natureza estatutária da convenção é que a diferencia de um contrato e essa natureza fica evidenciada no fato de que ela deve ser respeitada por todos, mesmo aqueles condôminos ou ocupantes que não a tenham aprovado ou assinado.

A Convenção é regida pelo Princípio da Força Obrigatória da Convenção, porém, na realidade contemporânea, não se pode esquecer que tal preceito não é absoluto frente às normas de ordem pública, preceitos constitucionais e os princípios sociais.

Importante distinção merece destaque no sentido de que não há no condomínio uma relação entre pessoas e sim, entre coisas. Sendo assim, conforme entendimento pacificado da jurisprudência, não há que se falar em relação jurídica de consumo entre condômino e o condomínio.

### **3 AS PARTES QUE COMPÕEM O CONDOMÍNIO**

O condômino é o proprietário ou quem for titular de um direito de aquisição sobre a propriedade imobiliária (promitente comprador, cessionários etc). Ou seja, o condômino é o dono do apartamento seja por constar seu nome na Certidão de Matrícula do Imóvel ou por ser aquele que possui um compromisso particular de compra e venda não levado a registro.

O inquilino, o próprio condômino, o filho, o cônjuge, ou qualquer outro que esteja na posse do bem sem o rótulo de proprietário não são considerados condôminos e sim moradores.

O morador não tem os direitos inerentes aos condôminos, salvo se for realmente um condômino. No entanto, é importante frisar que todos estão condicionados as determinações constantes da Convenção Condominial, Regimento Interno e deliberações assembleares.

O síndico, subsíndico, conselho fiscal e conselho consultivo são partes que integram o condomínio e principalmente contribuem de forma direta para a administração, mediante eleição e votação de seus cargos em assembleia designada para tal fim.

O zelador é o empregado do condomínio a quem compete diversas tarefas administrativas com o cunho de auxiliar o síndico, como exemplo: fiscalizar as áreas de uso comum, verificar o funcionamento das instalações elétricas e hidráulicas do edifício, transmitir ordens emanadas dos seus superiores hierárquicos e fiscalizar o seu cumprimento etc.

O porteiro possui várias funções estabelecidas, sendo a principal delas resguardar a fiscalização de entrada e saída de pessoas. Um porteiro exemplar é aquele que está sempre em seu posto, uniformizado, atento às situações do dia a dia e é cortês com os moradores.

O faxineiro é responsável pela conservação e higienização de todas as áreas comuns do condomínio, papel esse desempenhado pelo fornecimento de materiais de limpeza, segurança e equipamentos adequados ao desenvolvimento do trabalho.

#### **4 A ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO**

A palavra “síndico” deriva do grego *syndikos* (com justiça ou que assiste com justiça), que significa a pessoa que por delegação é colocada à frente de um negócio ou de uma administração, a fim de dirigi-la, ou de prover certas medidas e diligências.

A gestão será realizada pelo síndico, o qual será o administrador-geral do condomínio, nos termos do art. 1.347 do Código Civil, podendo ser condômino ou não, eleito para um mandato não superior a 02 (dois) anos podendo ser renovado. A eleição será realizada por uma assembleia geral ordinária, nos termos do art. 1.350 do Código Civil.

A capacidade do agente para administrar o condomínio decorre da própria ata de eleição que, pela coletividade, é eleito como seu representante legal e administrativo.

Com o advento da Lei n. 10.931/2004 foi inserido o inciso primeiro ao art. 1.336, o qual enumerou taxativamente como dever do condômino, o pagamento das despesas do condomínio na proporção de cada fração ideal, ou por unidade, caso haja disposição em contrário na convenção.

A cobrança das cotas condominiais é, portanto, um dos deveres do síndico, sob pena de responsabilização pela omissão, nos termos do art. 1.348, VII do Código Civil.

A responsabilidade civil do síndico ocorre quando as atribuições do cargo não são cumpridas adequadamente, ocasionando prejuízos aos condôminos ou a terceiros. A responsabilidade criminal do síndico acontece quando este não cumpre suas atribuições, levando-o não apenas a uma omissão, mas a uma prática que pode ser entendida como criminosa ou contraventiva.

Outras figuras presentes no condomínio são: o subsíndico, ao qual são aplicados os mesmos preceitos relativos ao síndico; e o conselho fiscal, o qual se caracteriza por ser um órgão consultivo financeiro, composto de 03 (três) membros, eleitos em assembleia para o prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 1.356 do Código Civil.

## **5 A COTA CONDOMINIAL**

Em inúmeras situações no contexto condominial, os termos taxas e cotas condominiais são utilizados sem o entendimento real sobre seus significados e, principalmente, se existem ou não diferenças entre as expressões. Contudo, a verdade é que ambas as expressões significam a mesma coisa, não fazendo diferença a utilização de uma ou de outra.

As cotas condominiais, nada mais são que rateios de despesas entre as unidades autônomas. São cotas de consumo, como a de água e de energia elétrica, folha de pagamento dos funcionários, compra de materiais diversos, entre outros.

Algumas despesas necessárias são imprescindíveis, e a cota condominial é o que proporciona um condomínio bem cuidado, a realização das manutenções preventivas, a higienização das áreas comuns, a continuidade dos serviços, como forma de garantir a qualidade de vida, a saúde e a valorização do imóvel e mais do que isso, a segurança de todos os moradores.

A receita dos condomínios para fazer frente às suas obrigações advém exclusivamente da contribuição dos condôminos com o adimplemento de suas cotas condominiais, pois o condomínio não auferir lucro e toda sua receita é destinada ao pagamento exclusivo de seus custos.

A composição da cota condominial se fundamenta em despesas ordinárias, despesas extraordinárias e fundo de reserva.

Por despesas ordinárias de condomínio entendem-se as necessárias à administração respectiva, especialmente: salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio, consumo de água e esgoto, gás, energia das áreas de uso comum, limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum, manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança de uso comum, manutenção e conservação de elevadores, pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum.

Já as cotas extraordinárias de condomínio entendem-se aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como: obras e reforma ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel, pintura das fachadas, obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício, instalação de equipamentos de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer, despesas de decoração e paisagismo, constituição de fundo de reserva.

O total das cotas condominiais de todas as unidades deverá conter o valor suficiente para fazer frente às despesas condominiais. Para apurar o valor real serão levados em conta o tamanho do prédio, a quantidade de portarias, o número de funcionários, as áreas comuns (piscina, sauna, academia, brinquedoteca), os serviços incluídos, entre outros.

A pontualidade dos pagamentos das cotas condominiais pelos condôminos, trata-se, portanto, de condição de existência do condomínio.

## **6 INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)**

É imperioso salientar que são inaplicáveis os preceitos do Código de Defesa do Consumidor às relações entre os condôminos e o condomínio, quanto às despesas para manutenção e conservação do prédio e dos seus serviços. As partes não se identificam com os conceitos de consumidor e fornecedor, consoante os arts. 2º e 3º do CDC.

As relações estabelecidas entre o condômino e o condomínio se caracterizam por uma obrigação em razão da coisa (unidade autônoma), regulada pelas normas do Código Civil, portanto, inaplicáveis as disposições do Código de Defesa do Consumidor, que se caracteriza única e exclusivamente entre a figura do consumidor e fornecedor, definidos diante da compra de um produto ou da prestação de um serviço.

Na relação condominial, o entendimento jurisprudencial, é que não há existência de relação de consumo entre o condomínio e o condômino.

O condomínio não se constitui como produto ou serviço, uma vez que sua existência é apenas para manter a organização dos interesses em comum dos condôminos. E vale ressaltar que o pagamento das cotas condominiais é indispensável para que haja manutenção das áreas comuns, estando os adquirentes do imóvel obrigados a arcar com aqueles valores, uma vez que aquela verba será o meio utilizado para cumprir com as despesas adquiridas em comum.

## **7 AS CAUSAS DA INADIMPLÊNCIA**

Ao enfrentarmos diariamente o problema da inadimplência podemos concluir que as suas variadas causas estão inseridas em um contexto cíclico e em razão disso trazem consequências para toda a sociedade.

Em uma pesquisa apontada pelo sítio do Serasa Experian (2020) se chegou à conclusão que “o Brasil tem hoje uma população de endividados do tamanho da Itália: são 63,4 milhões de brasileiros com dívidas pendentes, além de 5,3 milhões de empresas com CNPJ negativado”.

No presente tópico podemos exemplificar as causas mais usuais que são apresentadas como justificativas para a ocorrência da inadimplência, sendo:

### **7.1 Desemprego**

O endividamento das famílias brasileiras ocorre em razão de um processo interligado de desaquecimento econômico. A inflação e os juros altos prejudicam diversos setores econômicos, ocasionando, ao longo do tempo, uma quantidade significativa de empresas devedoras em relação aos seus fornecedores, bancos etc. Os bancos, em reação, restringem o crédito e comprometem ainda mais o mercado.

Com as dificuldades de obtenção de empréstimos e as dívidas corporativas em ascensão, começam a surgir as primeiras demissões, o que diminui ainda mais o consumo e intensifica o processo de retração. Nesse cenário a crise econômica está instalada e tem no desemprego a sua mola propulsora.

Assim, o orçamento doméstico fica fatalmente comprometido, ocasionando na maioria dos casos uma escolha seletiva e pontual das contas a serem pagas, dando prioridade, por exemplo, às contas de água, energia e supermercado.

### **7.2 Diminuição da renda familiar**

A diminuição da renda está entre as causas de inadimplência, a segunda mais relevante. Isso porque, mesmo quem conseguiu se recolocar no mercado de trabalho, teve que aceitar receber menos para não permanecer parado.

Com menos recursos no orçamento (mas com as mesmas contas), é preciso priorizar pagamentos, deixando por último aqueles que supostamente podem ser renegociados ou pagos com atraso. Sendo as cotas condominiais rotuladas nesse cenário como não essenciais em um primeiro contexto.

### **7.3 Compras para terceiros**

Em um contexto geral, o brasileiro não toma nenhuma precaução ao emprestar seu próprio nome para que terceiros o utilizem para qualquer fim que seja, principalmente para realização de dívidas.

Com o descompromisso dado pela informalidade, o devedor sente-se mais confortável para flexibilizar pagamentos em caso de aperto, ou, simplesmente, deixar de pagar as parcelas pela adoção de novas prioridades.

### **7.4 Ausência de Educação Financeira**

Algumas atitudes recorrentes como, gastar mal, não saber como organizar o consumo nem como multiplicar dinheiro, arrasta à estagnação a vida financeira de muitos, o que, em algum momento, vai acabar resultando em dívidas.

Além do mais, muitas pessoas não investem por puro desconhecimento do mercado, e os que investem tem a rentabilidade média de aplicações financeiras que não ultrapassam os ganhos da poupança.

A consequência é inevitável, ou seja, sem reserva financeira, o cidadão estará sempre exposto à inadimplência.

### **7.5 Falta de Planejamento**

O problema, pontuado no presente tópico, traz à tona o quão incomum é a cultura nacional de desapego ou desconhecimento ao planejamento e ao pensamento de longo prazo.

As causas de inadimplência podem passar por fatores alheios à vontade do indivíduo (como desemprego e redução de renda), mas também por vários outros que podem ser dominados pelas famílias. É o caso do aprimoramento no controle de gastos e, mais do que isso, do processo de mudança de mentalidade que envolve enxergar o presente como uma alavanca para o futuro.

Quem deseja fugir da inadimplência e até alcançar a estabilidade financeira precisa, primeiramente, montar uma boa planilha de orçamento doméstico, renegociar o valor das dívidas, estabelecer metas de poupança etc.

## **7.6 Atrasos de Salários**

Essa irregularidade traz como consequência o atraso no pagamento das contas e o acúmulo de juros, ocasionando a depender do débito, um endividamento que ao passar do tempo torna-se quase que impagável.

## **7.7 Enfermidades**

O alto custo dos medicamentos e dos serviços de saúde privados, bem como a perda de receita decorrente de afastamentos sucessivos, também impactam o PIB e, em última análise, a força monetária das pessoas.

Como a maioria delas não tem atenção à qualidade de vida ou consultas preventivas, o custo dessa negligência deságua também nas altas taxas de inadimplência no Brasil (pelo descontrole repentino das contas).

## **8 OS TIPOS DE DEVEDORES**

A área do serviço de cobrança é a linha de frente no combate à inadimplência e na recuperação do crédito. É um trabalho que demanda profundo conhecimento sobre como acontece a inadimplência e como ela pode ser combatida.

Para desenvolver uma análise minuciosa de inadimplência é necessário conhecer os diversos tipos de devedores, o que proporcionará um trabalho mais assertivo, possibilitando agrupá-los e cobrá-los de maneira apropriada.

No presente tópico podemos exemplificar os tipos de devedores mais usuais para a ocorrência da inadimplência, sendo:

### **8.1 Devedor Ocasional**

Neste grupo estão inseridos aqueles devedores que não costumam atrasar ou deixar de pagar suas contas. Os atrasos quando ocorrem estão relacionados a problemas inesperados. No entanto, quando cobrados, tendem a pagar o mais rápido possível.

Como exemplo, podemos elucidar a falha no agendamento do pagamento em aplicativo bancário, esquecimento, pagamento da cota condominial do vizinho por engano etc.

A abordagem a esse tipo de devedor deve levar em consideração principalmente seu histórico. Uma abordagem realizada de forma equivocada pode deixá-lo muito insatisfeito.

A cobrança extrajudicial nesses casos tende a ser efetiva.

## **8.2 Devedor Crônico**

Este é um dos perfis que mais ocupam os profissionais de cobrança e que na maioria das vezes é abordado de forma equivocada.

É um devedor caracterizado pela má organização financeira, o que acaba acarretando a perda do prazo para o pagamento com frequência, ou seja, a sua principal característica é estar constantemente atrasado.

A cobrança extrajudicial nesses casos tende a ser efetiva.

## **8.3 Devedor Negligente**

O devedor enquadrado neste perfil é marcado pelo descontrole de suas finanças, adquirindo mais dívidas do que pode honrar. Muitas vezes, não dispõe de condições imediatas para quitar os débitos. É um devedor com elevado risco de manter sua inadimplência por um longo tempo ou mesmo de representar uma perda irreversível.

Atuar na cobrança a esse perfil exige uma abordagem mais incisiva e uma negociação mais delicada. É um tipo de devedor que pode demandar uma avaliação mais detalhada caso a caso, com ofertas de condições adequadas para recuperar seu crédito.

## **8.4 Mau Pagador**

Os devedores que se enquadram nesse conceito são pessoas menos afetadas por ações de cobrança, o que torna um grande desafio recuperar suas dívidas. Para eles, o não pagamento de um débito não parece ser um grande problema. Por isso, há uma maior dificuldade para se estabelecer contato e diálogo para uma negociação.

Na cobrança, as ações que podem surtir mais efeito são as que deixam claro que o encaminhamento judicial é uma possibilidade real.

Podemos concluir então que a cobrança poderá ser realizada de forma extrajudicial ou judicial, dependendo da análise da situação e do perfil do devedor.

## **9 A COBRANÇA EXTRAJUDICIAL**

A gestão das receitas e das contas do condomínio é o que garante a sustentabilidade da estrutura condominial, sendo esta uma das principais tarefas do síndico e de suma importância o seu controle.

Por cobrança entende-se como o ato ou efeito de cobrar, isto é, de exigir o pagamento de uma dívida ou de um tributo, ou a restituição de uma coisa.

O serviço de cobrança para recuperação do crédito das cotas condominiais poderá ser realizado de forma extrajudicial, dependendo da análise da situação da inadimplência e do perfil do devedor. São utilizados meios usuais sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário.

O princípio do acesso à justiça, garantido pela Constituição Federal de 1988, visa assegurar a todos o direito de “bater as portas” do Judiciário para solicitar proteção jurisdicional do Estado, a fim de ser garantida a defesa de seus direitos.

No entanto, o referido princípio não deve ser confundido com obrigação ao acesso à justiça, pois a forma de se cumprir a lei vai muito além de se ajuizar ações.

O condômino inadimplente está sujeito aos encargos decorrentes da mora, como juros moratórios de 1% ao mês ou conforme estabelecido na Convenção do Condomínio, multa de 2% e correção monetária (índice descrito na Convenção do Condomínio), nos termos do art. 1.336, §1º do Código de Processo Civil.

Para atuação de uma cobrança extrajudicial efetiva é imperiosa a existência de um formato padrão de atendimento acrescido de uma régua de cobrança ativa e de forma pontual. Além do mais, um olhar atento e analítico sobre cada caso, pode proporcionar as melhores negociações a depender da situação.

O prazo para iniciar uma cobrança extrajudicial é usual após 30 (trinta) dias de atraso, podendo variar caso a caso, conforme disposto na Convenção Condominial.

A cobrança extrajudicial poderá ser realizada por escritórios de advocacia, mediante um contrato firmado entre o síndico e os profissionais capacitados. A capacidade do agente para firmar o referido contrato decorre da própria ata que o elegeu, pela coletividade, sendo eleito como representante legal e administrativo. Como uma de suas competências, o síndico tem a atribuição de cobrar as contribuições dos condôminos (art. 1.348, inciso VII, do Código Civil) e não existe nenhuma disposição em contrário para que este possa transferir a cobrança a terceiros.

Partindo deste princípio, o síndico eleito possui a prerrogativa de gerir administrativamente o condomínio e pactuar contratos com os prestadores de serviços que julgar mais convenientes e alinhados com suas expectativas. Sendo assim, quando o síndico pactua com um escritório uma porcentagem em cima do débito do inadimplente a título de honorários não há ilegalidade, pois ele foi eleito para isso. E, neste caso, há prevalência do contrato.

Os honorários advocatícios devidos em âmbito de cobrança extrajudicial é um tema recorrente, mas não há ilegalidade em sua cobrança, pois ocorre a transferência ao devedor dos custos da cobrança, ou seja, é a própria inadimplência do condomínio que gera a necessidade da contratação de uma assessoria especializada em cobrança e obviamente, transferir esse custo ao próprio condomínio é onerá-lo duas vezes.

Além do mais, a jurisprudência é pacífica na legalidade dessa cobrança, conforme os preceitos legais constantes dos arts. 389 e 404 do Código Civil e referendado no Enunciado 161 da III Jornada de Direito Civil (2004) que diz: “Os honorários advocatícios previstos nos arts. 389 e 404 do Código Civil apenas têm cabimento quando ocorre a efetiva atuação profissional do advogado”.

Contudo, caso os esforços empreendidos para as negociações extrajudiciais não produzam os efeitos satisfatórios esperados, outro caminho não surgirá senão, a cobrança a ser realizada pela via judicial.

## **10 A COBRANÇA JUDICIAL**

A cobrança judicial é aquela que se faz em juízo, por não ter o devedor querido satisfazer o seu débito pelos meios usuais, ou seja, é aquela que para sua efetivação se pede o concurso e a atuação decisiva do Poder Judiciário.

Sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, o melhor entendimento era de que a cobrança promovida pelo condomínio em face do condômino exigia o ingresso por meio de um processo de conhecimento, não podendo o condomínio executar o condômino diretamente, em especial em razão da inexistência de contrato escrito reconhecido pelo devedor quanto ao débito, não servindo para tanto apenas a convenção condominial.

Ou seja, a legislação processual determinava que cotas condominiais deveriam ser cobradas unicamente através do procedimento ordinário, o qual disponibilizava ao condômino inadimplente uma série de defesas e recursos processuais com o claro intuito de

procrastinar o processo. Nesse procedimento, se dá a fase de conhecimento, na qual se produzem as provas necessárias para que o julgador tenha elementos suficientes para proferir uma sentença que aplique o direito ao caso concreto.

As cotas condominiais nesse procedimento, só ganhavam força de título executivo, quando não havia mais recurso contra a sentença que condenou o condômino inadimplente a realizar o pagamento. Um dos pontos cruciais que impulsionaram a alteração legislativa foi o famoso ditado “ganhou, mas não levou” que causava um prejuízo enorme à massa condominial.

A novidade do Código de Processo Civil de 2015 mudou o cenário, passando a ser executável o documento que comprove o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias do condomínio edilício.

A previsão do art. 784, X do Código de Processo Civil corrobora o art. 12, §2º da Lei n. 4.591/64, que prevê a incumbência do síndico em arrecadar as contribuições, competindo-lhe, promover por via executiva, a cobrança judicial das cotas atrasadas. Ou seja, o mandamento processual civil criou um título executivo extrajudicial que não dependerá da participação do devedor em sua elaboração e muito menos de uma assinatura.

Basta assim, o ingresso do processo de execução contra o condômino devedor instruindo a petição inicial com cópia da convenção condominial, ata da assembleia que elegeu o síndico e os boletos referentes às cotas condominiais a serem cobradas.

Outro tópico recorrente ao tema se fundamenta no questionamento quanto à inclusão de taxas vincendas na ação de execução de título extrajudicial. O tema foi discutido e teve sua conclusão pacificada pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça que estabeleceu a possibilidade de inclusão das parcelas vincendas na execução de título extrajudicial relativo a contribuições ordinárias e extraordinárias de condomínio, desde que se trate de prestações homogêneas, contínuas e da mesma natureza, segundo o relator, Ministro Luis Felipe Salomão (2021).

Segundo o ministro, “em se tratando de obrigações de trato sucessivo, entende-se que a inclusão de prestações vincendas durante o trâmite processual deve ser tida como pedido implícito ou presumido”. E a brilhante conclusão teve seu fundamento nos princípios da efetividade e da economia processual, bem como no art. 323 do Código de Processo Civil.

No tocante ao prazo para realização da cobrança da cota condominial, na vigência do Código Civil de 1916, o crédito condominial prescreveria em 20 (vinte) anos. Com a entrada em vigor do novo mandamento civilista em 2002, houve uma ampliação dos prazos específicos para prescrição.

Assim, à pretensão de cobrança das cotas condominiais aplica-se desde então, o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 206, §5º, I do Código Civil.

## **11 ARBITRAGEM**

As Câmaras de Conciliação e Arbitragem são meios extrajudiciais de solução de conflitos e surgiram com o advento da Lei n. 9.307/96 com o intuito de desafogar e desburocratizar a Justiça por meio da conciliação e da arbitragem

A arbitragem é utilizada quando as pessoas envolvidas em um conflito não aceitam as propostas de acordo formuladas e não conseguem encontrar juntas uma solução, então preferem que uma terceira pessoa decida a situação, o árbitro.

O árbitro é uma pessoa da sociedade que atua como facilitador do acordo entre os envolvidos, criando um contexto propício ao entendimento mútuo, à aproximação de interesses e à harmonização das relações.

A Cláusula de Compromisso Arbitral vem descrita de forma expressa na Convenção Condominial ou no Regimento Interno.

A Lei de Arbitragem, em seu art. 31, conferiu eficácia executiva, sem a necessidade de homologação pelo Poder Judiciário, à sentença arbitral, entendida como o provimento final do árbitro que resolve um conflito de interesses entre particulares que optaram pela resolução extrajudicial do conflito em que se viram envolvidos.

Caso a sentença arbitral não seja adimplida voluntariamente, deve o credor recorrer ao Poder Judiciário, requerendo o seu cumprimento. O Código de Processo Civil em seu art.515, VII, conferiu a eficácia de título executivo judicial às sentenças arbitrais.

## **12 OBRIGAÇÃO *PROPTER REM***

A obrigação *propter rem* surge no momento quando alguém que detém a posse de determinado bem é obrigado a satisfazer alguma prestação. A obrigação não persegue a pessoa, mas sim, o objeto, que surge em função do direito real de propriedade.

É uma obrigação que provém de um direito real imposta ao seu titular, ou seja, a obrigação persiste e acompanha as transferências de titularidade da coisa. Prescreve o art.

1.345 do Código Civil de 2002: “o adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multas e juros moratórios”.

Caso haja a venda de um bem imóvel, por exemplo, todos os débitos pontuais da coisa serão transmitidos e de inteira responsabilidade de quem vier a possuir, ou seja, os débitos anteriores à compra são transferidos com o bem para o novo possuidor.

O novo proprietário do bem, caso se sinta prejudicado em relação aos débitos adquiridos não poderá se voltar contra o vendedor e sim terá apenas o direito de regresso.

É pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que as dívidas de condomínio têm natureza *propter rem*, sendo solidárias e indivisíveis, podendo ser exigidas de qualquer um dos proprietários ou do possuidor, inexistindo qualquer necessidade de litisconsórcio necessário.

A Ministra Nancy Andrichi (2020), do Superior Tribunal de Justiça, destacou em um julgado que “as obrigações *propter rem* – entre as quais se incluem os débitos condominiais – são dotadas de ‘ambulatoriedade’, ou seja, independentemente da vontade dos envolvidos, o dever de satisfazê-las ‘acompanha a coisa em todas as suas mutações subjetivas’”.

Situação corrente na prática gira em torno da responsabilidade pelo pagamento das cotas condominiais antes da entrega das chaves do imóvel novo pela construtora responsável. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a parte legítima para responder pelo pagamento das cotas condominiais é de quem detém a posse do imóvel, ou seja, daquele que possui a liberalidade de usar, gozar e dispor da coisa.

Desse modo, a posse no imóvel, que se concretiza com a entrega das chaves, determina o momento a partir do qual surge para o adquirente a obrigação de arcar com o pagamento das cotas condominiais.

Contudo, o entendimento de que somente o ato da posse legitima o início da cobrança ao adquirente pressupõe que este esteja adimplente quanto à sua obrigação no contrato que originou o negócio jurídico (compra e venda). Ou seja, em caso de motivo ou recusa ilegítimos (má-fé), a cobrança será direcionada ao adquirente a partir do momento em que as chaves estavam à sua disposição.

### **13 IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA**

A impenhorabilidade do bem de família se fundamenta na utilização do imóvel como residência da unidade familiar e por essa razão não poderá responder por dívidas contraídas por seus titulares, com base em princípios constitucionais.

Importante ressaltar que o instituto da impenhorabilidade tem relevância ímpar em nosso ordenamento jurídico, por operacionalizar o direito constitucional à moradia, em que protege aquele devedor que tenha apenas uma morada para abrigar sua família. Contudo, em algumas situações, a relativização merece acolhida do poder judiciário como forma de compelir o devedor ao adimplemento da dívida.

Em relação às dívidas condominiais, é possível a penhora do bem de família, se as dívidas decorrem do inadimplemento de taxas e contribuições condominiais relativas ao imóvel objeto da execução, nos termos do art. 3º, IV da Lei n. 8.009/90.

É importante pontuar que a penhora não precisa ser, necessariamente, feita sobre o imóvel que está com o condomínio atrasado, ou seja, anterior à essa tentativa brusca de expropriação, outros meios podem ser utilizados, como bloqueios de veículos, móveis em geral e dinheiro em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira.

No entanto, em muitos casos a dívida condominial, em razão do elevado valor cobrado, não pode ser quitada com outros bens do devedor, o que acaba culminando na penhora do próprio imóvel.

Nesse caso, o interesse da coletividade dos condôminos deve prevalecer, em regra, permitindo-se que o condomínio receba as despesas indispensáveis e inadiáveis à manutenção da coisa comum.

### **14 AS PENALIDADES IMPOSTAS AO CONDÔMINO INADIMPLENTE**

O art. 1.336, § 1º do Código Civil elenca como uma das penalidades ao condômino inadimplente, sua sujeição ao pagamento de juros moratórios estabelecidos na Convenção Condominial ou caso não sendo convenccionados, os de 1% (um por cento) ao mês e multa de até 2% (dois por centos) sobre o valor do débito.

O Código Civil de 2002 trouxe uma inovação legislativa, pois até a sua vigência, o percentual de multa aplicado era no importe de 20% (vinte por cento), conforme previa o art. 12, § 3º da Lei n. 4.591/1964.

Outro ponto que merece destaque é a participação do condômino inadimplente em assembleias. Embora seja necessária a convocação de todos os condôminos para as assembleias, o direito de voto é garantido apenas aos adimplentes, nos termos do art. 1.335, III do Código Civil. O inadimplente não poderá votar e nem ser votado.

É importante pontuar que algumas medidas que venham a constrangir ou ferir direitos fundamentais devem ser evitadas na prática da cobrança como, expor a lista de inadimplentes para os demais condôminos ou impedi-los de acessar as áreas de uso comum.

No tocante à exposição da lista de inadimplentes, o recomendado é evitar a divulgação de nomes em quadros de avisos, elevador ou qualquer outra forma de acesso de uso comum que possa expor o condômino a uma situação constrangedora. Contudo, a divulgação do número da unidade é permitida, como também a descrição das dívidas e se há algum processo judicial de cobrança.

A disponibilidade dessas informações pode-se obter junto ao boleto de pagamento da taxa condominial, como também podem ser colocadas no relatório de prestação de contas.

Outro ponto bastante polêmico gira em torno do uso das áreas comuns ou de lazer (piscina, brinquedoteca, salão de festas, elevadores etc) pelo condômino inadimplente, no entanto, essa proibição vai de encontro ao direito constitucional de propriedade, pois a propriedade da unidade imobiliária abrange também fração ideal de todas as partes comuns, ou seja, o proprietário do apartamento também é dono das áreas comuns.

O entendimento foi pacificado pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, sob o enfoque de que o condomínio não pode impor penalidades não previstas em lei e que venham a constranger o devedor a pagar suas dívidas. Além do mais, o Código Civil em seu art. 1.336, §1º, estabeleceu meios legais para a cobrança das dívidas.

O Ministro Luis Felipe Salomão (2019), em seu voto, pontuou de forma cristalina que “como é sabido, por uma questão de hermenêutica jurídica: as normas que restringem direitos devem ser interpretadas restritivamente, não comportando exegese ampliativa”.

Portanto, não é possível a proibição de utilização ou até mesmo de acesso de qualquer área comum pelo condômino inadimplente e seus familiares, por ir além dos ditames do princípio da dignidade humana, uma vez que a inadimplência não prejudica o direito de propriedade, que se estende ao uso das áreas comuns.

## **15 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um condomínio nada mais é do que um conjunto de pessoas que se dispõe a dividir áreas comuns em busca de benefícios como, segurança, comodidade, lazer etc.

As considerações apresentadas neste trabalho possibilitaram uma reflexão mais ampla e dinâmica sobre o universo condominial.

Os condomínios edilícios formam uma verdadeira sociedade entre muros, com diversas situações que na maioria dos casos passam despercebidas pelos seus próprios moradores.

É de suma importância despertar a consciência dos condôminos sobre a manutenção e os cuidados com seus imóveis, os quais que não se restringem apenas à área privativa, mas pelo espaço comum que também é de sua propriedade.

Ou seja, existem inúmeras razões para o pagamento pontual da cota condominial, como por exemplo, a conservação da área comum, a inadimplência afeta a massa condominial em geral (inclusive aqueles que pagam em dia), a qualidade de adimplente permite a tomada de decisões em reuniões, contribuição para a valorização do imóvel, bom relacionamento com os demais condôminos e etc.

A inadimplência afeta de forma substancial o complexo condominial em um aspecto amplo e geral, pois algumas despesas necessárias são imprescindíveis como exposto ao longo do trabalho apresentado, e a cota de manutenção condominial é o que proporciona um condomínio bem cuidado, a realização das manutenções preventivas, a higienização das áreas comuns, aquisição de produtos, a continuidade dos serviços, garantindo a qualidade de vida, a saúde e a valorização do imóvel e mais que isso, a segurança de todos os moradores.

A manutenção dos pagamentos das cotas condominiais pelos condôminos trata-se, portanto, de condição de existência do condomínio. Sem ela, é impossível gerenciar um condomínio de forma tranquila.

No tocante às práticas preventivas e repressivas ao combate à inadimplência, temos que a cobrança extrajudicial ativa representa um desestímulo a inadimplências futuras e um controle pontual caso a caso. É um benefício financeiro ao condomínio e, conseqüentemente, uma redução na judicialização dos casos.

Com a evolução das demandas sociais e dos entendimentos jurisprudenciais, é recorrente a exigência de mudança de postura da advocacia. Com a lentidão do Poder Judiciário, os clientes estão desacreditados no processo judicial e dão muito mais valor às tentativas extrajudiciais, que têm se mostrado mais eficazes para a solução do litígio, ou até

mesmo uma peça fundamental para o ajuizamento das ações ou defesa do cliente em medidas propostas em face dele.

Contudo, alguns casos peculiares e mais complexos acabam culminando na judicialização do débito e daí a importância da contratação de um escritório de advocacia especializado em recuperação de crédito, aplicando corretamente as táticas de cobrança, a fim de solucionar o débito de maneira mais ágil, segura e eficiente.

## **REFERÊNCIAS**

- BORBA, Mozart. **Diálogos sobre o Novo CPC**. 5. ed. Salvador: Juspodium, 2018.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 29 jan. 2023.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FIGUEIREDO, Luciano; FIGUEIREDO, Roberto. **Direito Civil**. 6. ed. Salvador: Juspodium, 2016.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ZUFELATO, Camilo. **Processo Civil para concursos de técnico e analista dos Tribunais e MPU**. 6. ed. Salvador, 2017.
- GOMES, Carlos Roberto. **Gestão de Crédito e Cobrança**. Introdução à Gestão de Riscos. Bauru: Viena, 2013.
- GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Arbitragem e Mediação**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- KARPAT, Rodrigo. **Condomínio para corretores de imóveis e administradores**. São Paulo: Leud, 2021.
- NÁUFEL, José. **Dicionário de Direito Civil Positivo**. São Paulo: Ícone, 2005.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Volume único. 8. ed. Salvador: Juspodium, 2016.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção; FUZ, Luiz. **Novo CPC Comparado**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.
- NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional**. 11. ed. Salvador: Juspodium, 2016.

SERASA EXPERIAN. **Análise de inadimplência**: como cobrar os 4 tipos de devedores? Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/blog/analise-de-inadimplencia-como-cobrar-os-4-tipos-de-devedores-tag-cobranca>. Acesso em: 18 out. 2020.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **É possível a inclusão de cotas condominiais vincendas em execução de título extrajudicial**, nov. 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/12112021-E-possivel-a-inclusao-de-cotas-condominiais-vincendas-em-execucao-de-titulo-extrajudicial-.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). **Dono do Imóvel pode ser executado mesmo que ocupante tenha feito acordo para pagar dívida condominial**, out. 2021. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/15102020-Dono-do-imovel-pode-ser-executado-mesmo-que-ocupante-tenha-feito-acordo-para-pagar-divida-condominial.aspx>. Acesso em: 01 fev. 2023.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. Volume único. 5. ed. São Paulo: Método, 2015.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Condomínio em Edifício**. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2022.

WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos; PINTO, Antonio Luiz de Toledo; CÉSPEDES, Livia. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

**SAÚDE MENTAL E FÍSICA:**  
**uma reflexão sobre as multijornadas da mulher do século XXI**

*Cleide Neves Guarda<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este estudo busca refletir sobre os impactos na saúde mental e física da mulher do século XXI, desafiada a conciliar múltiplos papéis e multijornadas. A sobrecarga maternal, os afazeres domésticos, as obrigações do matrimônio, a contribuição financeira para o sustento do lar, a quebra da autoestima e os conflitos nas relações, tem vitimado mulheres a vários tipos de doenças mentais, a exaustão, transtornos, estresses, depressão, violências, suicídio e ao feminicídio. Em decorrência da vida atribulada, a mulher, vista historicamente como figura frágil, passa a ser confrontada quanto à luta por direitos de igualdade de gêneros sendo rotuladas como irreverentes, feministas e responsáveis por algum tipo de abuso ou violência que tenha sofrido. Esse tema é relevante porque possibilita um olhar sobre os dilemas vivenciados pelas mulheres e que refletem na saúde, no bem-estar e na ordem social. Para compreender este contexto, será realizada uma pesquisa bibliográfica mais recente a partir dos anos 2000. Portanto, no primeiro Capítulo, tratar-se-á sobre a trajetória de lutas das mulheres para conquistar espaço no mercado de trabalho e na sociedade. Em segundo momento, tratar-se-á sobre a saúde mental e física da mulher na contemporaneidade. Em terceiro momento, tratar-se-á sobre a violência contra a mulher, o feminicídio e a Lei Maria da Penha. Percebe-se que as raízes do machismo prevalecem, no presente século, exigindo a fomentação de políticas públicas de combate à violência e a promoção de programas de saúde e proteção à mulher, a fiscalização e validação das políticas existentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Mental. Saúde Física. Feminicídio. Mulher do Século XXI. Violência contra a mulher.

**ABSTRACT:** This study seeks to reflect on the impacts on the mental and physical health of the 21st century woman, challenged to reconcile multiple and multi-law. Maternal overload, domestic tasks, marriage obligations, financial contribution to home support, breaking self-esteem and conflicts in relationships have victimized women to various types of mental diseases, exhaustion, disorders, stresses, depression, violence, suicide and femicide as a result of the troubled life, women, historically seen as a fragile figure, becomes confronted on the struggle for gender equality rights being labeled as irreverent, feminists and responsible for some kind of abuse or violence that you have suffered. This theme is relevant because it enables a look at the dilemmas experienced by women and reflecting on health, well-being and social order. To understand this context, a more recent bibliographic research will be conducted from the 2000s. First chapter, it will be about the trajectory of women's struggles to gain space in the labor market and society. Secondly, it will be about the mental and physical health of women in contemporary times. Third moment, it will be about violence against women, femicide and the Maria da Penha Law. It is clear that the roots of machismo prevail in the present century, requiring the promotion of public policies to combat violence and the promotion of health programs and protection of women, the supervision and validation of existing policies.

---

<sup>1</sup> Pedagoga, Especialista em Métodos e Técnicas de Ensino, Psicóloga, Professora Universitária no Centro Universitário Alfredo Nasser em Aparecida de Goiânia- GO e Mestranda em Psicologia Organizacional pela Must University. E-mail. cleidenevespsicologa@gmail.com.

**KEYWORDS:** Mental Health. Physical health. Femicide. 21st Century Woman. Violence against women.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este estudo trata de uma reflexão sobre a saúde mental e física da mulher do século XXI, que cumpre diversas jornadas como mãe, esposa, dona de casa, estudante, empreendedora, dentre tantas outras tarefas. Nessa dinâmica, a mulher, muitas vezes não consegue praticar o autocuidado ficando a mercê de suas emoções e do cumprimento de papéis que lhe foram atribuídos, ao longo do tempo, pela sociedade.

Como bem destacado por Negreiros e Féres-Carneiros (2004 *apud* Lopes; Dellazzana-Zanon; Boeckel, 2014), tinha-se um antigo modelo de que o sexo feminino e masculino fosse separado por papéis lhe atribuídos, como por exemplo, ao homem sempre fora destinado o trabalho e a virilidade para o sustento familiar. À mulher, destinada ao papel de esposa e cuidadora, sendo fiel e ocupando-se de preservar sua sexualidade até o casamento, e posteriormente, dedicando-se à maternidade e ao lar. No entanto, o atual modelo de família propõe outras possibilidades de papéis para homens e mulheres, de maneira que em alguns lares a mulher é o chefe da família e o homem fica em casa para cuidar dos filhos.

A história da mulher evidencia importantes conquistas, no entanto, é notório que o acúmulo de papéis tem levado a manifestação de doenças mentais como o esgotamento, a ansiedade, depressão, estresse, frustrações, angústias que refletem em seu físico. A mulher, muitas vezes, renuncia sonhos, planos e oportunidades, sobrecarregada, exausta, sentindo-se desvalorizada, sem reconhecimento e afeto chegam, em alguns casos, a por fim em sua vida. “[...] em geral as mulheres são donas-de-casa e realizam tarefas que, mesmo sendo indispensáveis para a sobrevivência e o bem-estar de todos os indivíduos, são socialmente desvalorizadas e desconsideradas” (Alves; Souza; Morato, 2021, p. 5).

De acordo com Reis *et al.* (2021), para grande parte delas, a habilidade de separar e definir limites para os diferentes tempos/espacos é um grande desafio. Na sociedade contemporânea a figura feminina encontra dificuldades para conciliar os afazeres do lar, a criação dos filhos e o trabalho externo. As exigências da sociedade capitalista não param, e ela precisa se desdobrar para colocar o alimento na mesa, solo ou dividindo essa atividade com o marido.

Segundo o Ministério Público (2004 *apud* Reis *et al.*, 2021), o Sistema Único de Saúde (Sus) revela um crescimento considerável de internações psiquiátricas de mulheres motivadas por transtornos afetivos e de humor, assim como os casos de motivações pelo consumismo alcoólico e o uso de substâncias psicoativas no período do puerpério “Também cresce as mortes por suicídio associado à depressão, inclusive relacionada ao pós-parto” (Ministério da Saúde, 2004, *apud* Reis *et al.*, 2021, p. 3168).

Outro importante ponto a ser observado são os relacionamentos abusivos, que também tem ganhado notoriedade na imprensa, mostrando um cenário caótico de progressão da violência doméstica e do feminicídio nos últimos anos. Consequentemente, no contexto pandêmico da Covid-19, revelou números de mulheres agredidas de forma assustadora.

Além das pressões relacionadas à vida emocional/ conjugal e financeira, a mulher ainda enfrenta as pressões relacionadas ao seu próprio corpo, sendo cobradas pelo tipo de roupa que vestem, pelo peso corporal e até mesmo por suas escolhas. As cobranças são expostas e debatidas diariamente nas redes sociais, por uma infinita plateia julgadora, sendo tal comportamento normalizado e cada dia mais recorrente.

Nesse sentido, a metodologia se deu por uma revisão bibliográfica mais recente, a partir dos anos 2000, priorizando artigos e revistas científicas. O primeiro capítulo abordará a trajetória das mulheres e suas lutas para conquistar um espaço na sociedade e no mercado de trabalho, analisando suas multijornadas. No segundo capítulo, tratará dos impactos sobre a saúde mental e física, conceitos e causas. O terceiro capítulo enfocará os vários tipos de violência contra a mulher, feminicídio e a Lei Maria da Penha.

## **2 A MULHER E SUAS MULTIJORNADAS**

Para compreender as multijornadas da mulher do século XXI é necessário um olhar sobre seu passado. Historicamente, a mulher é vista como símbolo de fragilidade, enquanto o homem é visto como símbolo de força e virilidade, capaz de proteger, prover, tomar decisões e liderar.

Os papéis parecem designar quem o ser humano será ao longo de sua trajetória de vida. Desde crianças, meninos e meninas ouvem o que devem ou não fazer. Desde a mais tenra idade, recebe-se da família um conjunto de regras e normas que comportam papéis pré-estabelecidos e que narram uma história já construída para mulheres e homens por grupos sociais de épocas anteriores (Fleck; Falcke; Hackner, 2005 *apud* Lopes; Dellazzana-Zanon; Boeckel, 2014, p. 918).

A mulher recebia ensinamentos que a prepararia para cuidar do lar, dos filhos e do marido. Aprendia a bordar, cozinhar e a agradar seu futuro esposo, além dos ensinamentos religiosos que ditavam regras de preservação de sua sexualidade até ser desposada. “A educação dada à mulher era destinada unicamente ao matrimônio, os seja, se ensinava como ser uma boa esposa e mãe. Uma vez casada, a mulher deixava esses estudos de lado” (Silva *et al.*, 2005, p. 3).

A mulher fora vista, por muito tempo, sem uma identidade própria, estando numa posição subalterna a do homem. Como bem retratam Silva *et al.* (2005), a mulher era comparada a uma pessoa menor de idade, da qual sempre precisaria de um tutor para validar sua existência. O exemplo disto, é que até o momento do casamento, o pai era seu tutor; após o casamento essa função era destinada ao marido, e numa possível viuvez, o filho mais velho tomava a responsabilidade. “Todas as mulheres carregavam o peso do pecado original e, desta forma, deveriam ser vigiadas de perto e por toda a vida. Tal pensamento, crença e “medo” acompanhou e, talvez ainda acompanhe, a evolução e o desenvolvimento feminino” (Silva *et al.*, 2005, p. 72).

Para Siqueira e Samparo (2017), as relações de gênero se esclarecem na história quando o Patriarcalismo<sup>2</sup> passou a influenciar doutrinas sobre a percepção de gêneros. A concepção humana era explicada considerando o feto como fruto da união do esperma com a menstruação da mulher, sendo isto apenas uma matéria.

Foi por meio da domesticação dos animais, haja vista a observância dos períodos de cio das fêmeas, bem como a prenhez e partos, que os homens descobriram sua incumbência imprescindível na concepção. A partir deste momento o poder que as mulheres possuíam foi se desvanecendo, e o sexo masculino tornando-se autoritário e opressor. Era o fim do sistema matriarcal e igualitário e o início do sistema patriarcal (Siqueira; Samparo, 2017, p. 293).

A mulher é vista na literatura, em diversos momentos da história da humanidade, como a parte mais fraca, incapaz de evoluir-se, estando sempre a mercê da sombra masculina. “Hipócrates acreditava que o ser humano era dividido em duas espécies: uma fraca, o feminino, e uma forte, o masculino” (Siqueira; Samparo, 2017, p. 294).

Com o passar do tempo as mulheres foram rompendo barreiras e lutando para ocupar um espaço de reconhecimento, dignidade e respeito na sociedade e no mercado de trabalho,

---

<sup>2</sup> O patriarcalismo ficou conhecido como uma estrutura de poder social centralizada no homem, ou seja, domínio social.

sendo suas lutas marcadas por diversos acontecimentos históricos, no entanto, ainda no século XXI elas enfrentam o desafio do preconceito e da desigualdade.

A desigualdade é compreendida como a ausência de proporção e equilíbrio, sinônimo de irregularidade, desproporção e até mesmo inferioridade. É penoso saber que em pleno século 21 e após várias e incansáveis lutas pela sua inserção no mercado de trabalho, as mulheres ainda sofrem com o preconceito (Siqueira; Samparo, 2017, p. 289).

Embora elas ocupem uma considerável fatia do mercado, também é de conhecimento que os salários ainda são baixos se comparado com o salário dos homens, além da ocupação de cargos de chefia. “As diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho são alvos constantes de denúncias e questionamentos. Elas enfrentam dificuldade de ascensão, diferença salarial, preconceito, desigualdade, entre outros problemas” (Medeiros; Cintra, 2012, p. 1).

Por uma herança cultural as mulheres ainda permanecem ganhando menos do que os homens, executando serviços iguais ou semelhantes a eles. Com a Revolução Industrial no final do século XIX, ocorre a inserção da mulher no mercado de trabalho, pois elas não tinham muitas oportunidades e, além disto, não podiam negociar seus salários, não tinham planos de carreira e nem condições descentes para executar as tarefas, cumprindo jornadas extensas.

Com a criação das fábricas, tanto mulheres como crianças laboravam para complementar a renda da casa, de maneira que elas já eram submetidas a humilhações, assédios e espancamentos. Enfrentavam a dupla jornada criando filhos, trabalhando fora, cuidando de casa dentre outras atividades, mas foi somente em 1970 que a participação da mulher se tornou mais acentuada no mercado de trabalho e passaram a reivindicar seus direitos, cansadas de viverem marginalizadas e cumprindo apenas obrigações, mantendo-se castas, humildes e em silêncio. Muitas começam a laborar como escritãs, médicas, professoras e et. “[...], entretanto, por mais que trabalhassem de igual forma em relação aos homens, o valor de seu salário era inferior” (Siqueira; Samparo, 2017, p. 294).

No final do século XIX, movimentos operários femininos realizavam protestos e greves em países da Europa e Estados Unidos, reivindicando melhores condições de trabalho como redução da carga horária e justos salários, além do aniquilamento do trabalho infantil, mais creches e escolas, de maneira que flexibilizaria suas multijornadas.

No dia 25 de março de 1911, em Nova York, EUA, ocorria um histórico acidente que marcaria a origem do Dia Internacional da Mulher. Um incêndio atingia uma fábrica têxtil

levando a óbito aproximadamente 130 operárias carbonizadas. O episódio tomou notoriedade como parte da trajetória de luta das mulheres sendo então declarado, pela Organização das Nações Unidas, ONU, em 1975, que o dia 08 de março seria o dia Internacional da Mulher. A partir de então, as mulheres se movimentaram na luta para defender outros direitos, sendo tratadas como irreverentes e até discriminadas por outras mulheres que aceitavam a ideia de serem submissas, sendo este movimento conhecido como feminismo<sup>3</sup>.

Conforme Siqueira e Samparo (2017), a chegada da Globalização e os avanços tecnológicos, no século XX, permitindo a disseminação da informação de forma rápida e abrangente, abre espaço para que diversos movimentos revolucionários feministas passassem a lutar contra a desigualdade dos gêneros, a favor da abolição da indústria do sexo, da prostituição e da pornografia além do aniquilamento da erotização da violência contra as mulheres, agressões, assédios, feminicídio, a pedofilia e o estupro outras pautas sobre violência e violação aos direitos da mulher.

No entanto, percebe-se tanto na realidade como na literatura, que o machismo ainda está arraigado em pleno século XXI, a começar pela conduta de alguns homens e até mesmo de algumas mulheres, acostumadas a se submeterem as pressões das raízes machistas e do capitalismo, de que “lugar de mulher é dentro de casa” ou que “lugar de mulher é na cozinha”. Por vezes, mesmo trabalhando fora, prevalece a ideia de que os afazeres domésticos fazem parte da identidade feminina, como bem observam Alves, Souza e Morato (2021, p. 5):

A falta de visibilidade para esse sofrimento e adoecimento mental das mulheres causam prejuízos significativos no planejamento e organização de suas vidas, o medo e insegurança diante das dificuldades que se instauram a elas quando decidem viver outras perspectivas que não sejam somente o lar e cuidados com a família.

### **3 A SAÚDE MENTAL E FÍSICA DA MULHER NA CONTEMPORANEIDADE**

A mulher da contemporaneidade se apresenta mais consciente e independente na defesa de seus direitos e na tomada de decisões. Mais participativa, mais atuante, essa nova mulher decide questões sobre seu próprio corpo, como por exemplo, se deseja cumprir o papel da maternidade, e vai além, opta se fará isto com a ajuda de um companheiro ou se deseja ser mãe solo.

---

<sup>3</sup> SANTOS, C. **Quais são as pautas do feminismo?** Disponível em: <https://qgfeminista.org/quais-sao-as-pautas-do-feminismo/>. Acesso em: 3 mar. 2023.

Não obstante, sua multiplicidade de papéis, por vezes, não é reconhecida despertando problemas em sua saúde mental e física. “[...] devido à grande pressão no mercado de trabalho e em casa, muitas mulheres acabam abalando sua saúde mental” (Reis *et al.*, 2021, p. 13173).

Com o acúmulo de funções, pelo fato de assumirem trabalho doméstico e outros no mercado de trabalho, as mulheres tornam sua rotina extensa e exaustiva podendo gerar conflitos nos relacionamentos amorosos e na criação dos filhos, ocasionando prejuízos em sua saúde mental (Alves; Souza; Morato, 2021, p. 5).

Na visão de Quartiero e Barrancos (2021), falar sobre a saúde mental da mulher é imprescindível, pois elas são referências dentro do seu núcleo familiar, além de serem agentes de mudanças sociais. Sua representatividade é fundamental na educação, na saúde e em diversas áreas. Um estudo realizado pela *Mental Health Foundation*<sup>4</sup>, em 2016, no Reino Unido, tornou evidente que uma em cada cinco mulheres de 16 a 25 anos apresentava sinais de problemas psicológicos, como automutilação e suicídio.

Além do perfil de multitarefa, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que consequências negativas podem se associar a violências domésticas e reprodutivas, desvantagem socioeconômica, educacional e em termos de oportunidades no mercado de trabalho, status social baixo ou subordinado, responsabilidade incessante pelo cuidado de outras pessoas, padrões irreais de estética, entre outros. Os obstáculos são ainda maiores para as mulheres negras e periféricas, submetidas a outros contextos de discriminação (Quartiero; Barrancos, 2021, *Online*).

É importante ampliar as discussões a cerca desta temática buscando conscientizar a sociedade que este é um problema de saúde pública, pois interferem diretamente nas relações humanas, nas questões de ordem social e econômica. O Instituto Cactus, em parceria com o Instituto Veredas, fez um levantamento *Caminho em Saúde Mental*, pontuando questões relevantes que devem ser priorizadas na abordagem sobre o tema. Dentre os pontos, se destacam: A prevalência em condições de saúde mental; a sobrecarga e o trabalho; a discriminação do gênero; casos de suicídio e automutilação; discriminação racial; violência contra as mulheres; medicalização e crises.

Com base no Instituto Cactus (2022, *Online*), a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que as mulheres estão mais expostas e suscetíveis a doenças mentais, tanto por questões biológicas como quanto ao gênero, sendo suas vivências, oportunidades e papéis

---

<sup>4</sup> Pesquisas rigorosas, projetos e informações públicas sobre saúde mental. Disponível em: <https://www.mentalhealth.org.uk/our-work> Acesso em: 04 mar. 2023.

diferentes do que é vivenciado e experimentado pelos homens. No que se refere à sobrecarga mental e física, o trabalho, a vulnerabilidade e o sofrimento psicológico estão associados às multitarefas exercidas pelas mulheres.

O cansaço ocasionado pelas múltiplas tarefas, jornadas de trabalho e a preocupação com quem deixar os filhos causam uma divisão emocional entre as exigências do trabalho e as exigências com os cuidados da família, gerando, com frequência, uma dupla culpabilidade – a culpa pelo abandono do lar, e a culpa por se emancipar. Tal fato aumenta a predisposição das mulheres para a aquisição de doenças, ou a sua cronificação (Lages; Detoni; Sarmiento, 2005 *apud* Alves; Souza; Morato, 2021, p. 7).

Por conseguinte, o Instituto Cactus (2022, *Online*) explica que as questões de discriminação de gênero tendem a limitar a capacidade das mulheres determinando lugares, interações sociais e expectativas do que elas podem e do que não podem fazer, diferenciando papéis entre homens e mulheres. Nesse sentido, Santos e Diniz (*apud* Alves; Souza; Morato, 2021) destacam que a multiplicidade de papéis desempenhados pelas mulheres sem apoio, suas vulnerabilidades biológicas, as questões sociais e econômicas tendem a propiciar um ambiente interno de ocorrências a problemas psicológicos, como depressão, ansiedade, distúrbios e transtornos.

A saúde física e emocional das mulheres fica comprometida com o excesso de atividades domésticas e não doméstica reserva-lhe quase nenhum tempo de ócio, lazer ou descanso. Agrega-se a isto o fato da saúde e do bem-estar dos filhos e do cônjuge serem, via de regra, prioridade, em detrimento de si próprias. Muitas vezes se atentam às suas saúdes, quando a enfermidade já lhes obriga ao afastamento compulsório (Bueno, 2007, p. 50 *apud* Alves; Souza; Morato, 2021, p. 8).

Sobre suicídio e automutilação, o Instituto Cactus (2022, *Online*) descreve pesquisa recente da qual aponta taxas elevadas nas regiões norte e nordeste, também no meio indígena. “Em sociedades em que o acesso à educação sexual, a contracepção e o aborto seguro são limitados, as meninas que engravidam fora do casamento podem acreditar que autoagressão ou suicídio são suas únicas alternativas” (Instituto Cactus, 2022, *Online*).

O racismo também é considerado uma discriminação de gênero fazendo com que pessoas negras sejam afetadas mentalmente e fisicamente. Muitas mulheres sofrem agressões e discriminações em seus postos de trabalho e em lugares públicos, pela cor de sua pele, sendo essa uma pauta profundamente enraizada na história do Brasil.

Como consequência, elas podem internalizar as características negativas que lhes são atribuídas, prejudicando a autoestima, e o sentimento de inferioridade gerado

pode prejudicar as relações sociais, favorecendo o isolamento, o que muitas vezes é confundido com timidez ou agressividade. Também podem desenvolver transtornos de ansiedade e depressão, os quais podem se desdobrar no suicídio (Instituto Cactus, 2022, *Online*).

Logo, o fator, “violência contra a mulher” apontada pelo levantamento do Instituto Cactus em parceria com o Instituto Veredas, conduz a narrativa analítica de que as múltiplas formas de violência afetam intimamente a mulher, mesmo que a violência tenha ocorrido na infância, apresenta-se como recorrente na vida adulta levando a episódios de depressão, ansiedade, estresse e consumo de drogas. Para Pinho e Araújo (2012 *apud* Alves; Souza; Morato, 2021), é preciso que haja uma atenção especial e discussão sobre políticas públicas e sociais sobre gêneros, promovendo um ambiente saudável para as mulheres.

Nesse ínterim, os fatores “medicalização” e “crise” apontados como relevantes para discutir a saúde mental e física da mulher, se associam a situações em que as mulheres tendem a procurar mais os serviços de saúde mental, no entanto, muitas vezes se silenciam quantas a violência de gênero, além de serem vistas como “poliqueixosas”. “Ser mulher é um preditor para receber mais prescrições de medicações psiquiátricas que atuam sobre o humor, inclusive em doses excessivas, que podem ocasionar outras queixas de saúde” (Instituto Cactus, 2022, *Online*).

As crises também são momentos que intensificam a manifestações de abalos psicológicos e físicos da mulher, como é o caso da Pandemia do Covid-19, tendo como consequência o isolamento, perda de rendas, crise econômica e o aumento da violência doméstica (Instituto Cactus, 2022, *Online*).

Segundo Trigo *et al.* (2007 *apud* Reis *et al.*, 2021), além da depressão, outras doenças também são associadas ao excesso de trabalho, tendo como sintomas a exaustão emocional, o isolamento e o distanciamento das relações pessoais, além da insatisfação da realização pessoal, sendo definida como Síndrome de Burnout.

#### **4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, FEMINICÍDIO E A LEI MARIA DA PENHA N. 11.340/2006**

A violência contra a mulher é um fator mundial e crescente que ocorre, normalmente, de forma silenciosa. Na maioria das vezes o agressor é o cônjuge ou o namorado, que durante a relação pratica diversos tipos de violência intimidando a vítima à exposição do crime. No

entendimento de Ribeiro, Pereira e Lima (2022), a violência contra a mulher é uma pauta antiga, mas que perdura na sociedade ainda no século XXI. É uma prática de origem não definida quando se trata de associar a uma determinada época, cultura, localização e classe social.

A mulher, graças a sua determinação, conseguiu alcançar patamares mais elevados na luta por seus direitos, no entanto, há muito a ser feito, tendo em vista que seus direitos ainda são desrespeitados. “Sendo assim, os direitos básicos da mulher ainda não são respeitados em sua totalidade, expondo as mulheres, cotidianamente, à desvalorização, medo e insegurança” (Ribeiro; Pereira; Lima, 2022, p. 1).

É importante destacar que existem vários tipos de violência contra a mulher e que muitas vezes, por falta de conhecimento, passa despercebido tornando-se comum para a vítima sujeitar-se a agressão. Portanto, reconhecer o que é violência e suas classificações deve ser uma pauta discutida socialmente, alertando mulheres quanto a essa brutal conduta criminosa.

De acordo com Fonseca e Lucas (2006 *apud* Adeodato, 2006, p. 2), define-se: “violência é todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade”.

Como descrito pelo Conselho Nacional de Justiça, em comentário ao artigo 7º da Lei n. 11.340/2006, conhecida como a Lei Maria da Penha, são tipos de violências contra a mulher à violência psicológica, de gênero, física, sexual, moral, patrimonial dentre outros. A violência física trata-se do comprometimento da integridade física e da saúde corporal. A violência psicológica é a conduta que compromete e causa danos emocionais degradando e limitando ações da vítima com ameaças, perseguições, chantagens, humilhações dentre outras atitudes deploráveis.

A Lei n. 11.340/2006 também define como violência sexual a ação obrigatória da vítima em manter relações íntimas com o agressor como estupro, tentativa de estupro, atos obscenos e tentativa violenta ao pudor, que seria a conjunção carnal de diferentes tipos que não seja relação sexual vaginal. Além disto, o ato de presenciar relação sexual e constrangimento também se enquadra nessa categoria (Brasil, 2006).

Por conseguinte, a referida lei também define como violência moral o ato de caluniar, difamar ou injuriar a reputação e a honra da vítima. No que diz respeito à violência patrimonial, a mesma é compreendida pelo ato gerar danos, perda, destruição e até mesmo a privação de objetos e documentos pessoais, bens e valores (Brasil, 2006).

A presença da mulher na sociedade e no mercado de trabalho é cada vez mais atuante, pois sua vigorosa força, representatividade e autonomia tem colocado a figura feminina em evidência. No entanto, nem sempre foi assim, pois o sexo masculino sempre atuou na história humana como símbolo de força, liderança e soberania.

O sexo masculino sempre foi apresentado como o soberano na história, pois este era posto como o provisor, chefe, defensor, quem trazia, principalmente, o sustento. A potência ou força física foram, equivocadamente, colocadas como uma característica exclusivamente masculina, e dentro dessa vertente, a mulher era subalterna e inapta, sem a possibilidade de ter suas potencialidades evidenciadas e de vivenciar oportunidades de crescerem, cumprido papéis diferentes dos já estabelecidos pela sociedade majoritariamente machista e heteronormativa. Cotidianamente, mulheres são lembradas que seu lugar é o ser uma esposa dedicada e uma mãe exemplar, sendo obrigadas a pôr de lado estudos e profissão; e mesmo quando, discordante, empenhava-se em fazê-los, era impedida ou encontrava mais dificuldades que os homens (Ribeiro; Pereira; Lima, 2022, p. 4).

As mulheres conseguem criar os filhos sem a ajuda de um companheiro e, por vezes, vivendo debaixo do mesmo teto elas somam financeiramente as finanças do cônjuge para o sustento familiar. Elas também conseguem ocupar cargos importantes de liderança e em distintos segmentos, no entanto, estes fatores de lutas e conquistas são marcados por histórias aterrorizantes de mulheres agredidas e mortas.

Sob a ótica de Day *et al.* (2003), a probabilidade do homem ser vítima de agressão e morte por pessoas estranhas é maior do que as mulheres, que tem maior probabilidade de serem vítimas de membros de sua família ou de seu parceiro íntimo.

Na sua forma mais grave, a violência leva à morte da mulher. Sabe-se que de 40 a 70% dos homicídios femininos, no mundo, são cometidos por parceiros íntimos. Em comparação, os percentuais de homens assassinados por suas parceiras são mínimos e, frequentemente, nestes casos, as mulheres estavam se defendendo ou revidando o abuso sofrido (Day *et al.*, 2003, p. 15).

Mas, por qual motivo o homem agride uma mulher? O que os leva a acreditar que pode ter domínio sobre o corpo feminino colocando-a numa posição de desvantagem? Para alguns autores o fato está ligado à infância. Day *et al.* (2003) afirmam que existem vários motivos para que um homem decida agredir uma mulher. Dentre estes motivos está o fato de ter presenciado agressões na família quando criança; ter sofrido abuso ou não ter tido a presença paterna; consumo de bebidas e/ou drogas; pobreza; convivência com amigos que praticam tais atos; questões culturais que oportunizam vantagem sobre as mulheres; banalização da violência como fator de resolução de conflitos; compreender a masculinidade associada à dominação honra ou agressão, dentre outros.

Nesse sentido, é importante pensar o que faz com que as mulheres sofram tipos específicos de violência levando a uma experiência dolorosa e a fins trágicos. Para Garcia *et al.* (2013, p. 1), “ A expressão máxima da violência contra a mulher é o óbito”. As mortes de mulheres decorrentes dos conflitos de gênero, pelo fato de serem mulheres, são denominadas como feminicídios ou femicídios.

Ribeiro, Pereira e Lima (2022) chamam atenção para um aspecto comum nos casos de violências demonstrando que o agressor impõe arbitrariamente sua vontade sobre a vítima colocando-a na posição de submissão, humilhação e desvalorização.

No ano de 2021 ocorreram um total de 1.319 feminicídios no Brasil, sendo observada uma diminuição de 2,4% no número de vítimas registradas em relação ao ano de 2020. Sendo assim, em 2021 uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 7 horas, dentro desta perspectiva, a taxa de mortalidade foi de 1,22 mortes a cada 100 mil mulheres, demonstrando um recuo 3% se comparado com ano de 2020, onde a taxa era de 1,26 mortes por 100 mil habitantes do sexo feminino (Ribeiro; Pereira; Lima, 2022, p. 4).

Com a adoção de medidas restritivas de proteção contra o Coronavírus durante a pandemia do Covid-19, uma acentuada estatística de violência doméstica se estabeleceu, pois às famílias tiveram que passar mais tempo juntas e expostas as suas vulnerabilidades. O embate entre os casais tornaram-se frequentes devido o estresse da rotina, o medo da doença, problemas financeiros com a perda da renda ou com a nova adaptação do teletrabalho, além da presença dos filhos que passou a demandar mais energia por parte dos pais.

Um levantamento do Datafolha<sup>5</sup> solicitado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2021, revelou uma crescente no número de mulheres brasileiras agredidas fisicamente, dando destaque que uma em cada quatro brasileiras acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência ao longo dos últimos 12 meses do referido ano, no país. A representatividade é de aproximadamente 17 milhões de mulheres vítimas de violência física, psicológica ou sexual no último ano.

A pesquisa realizada no período de 10 a 14 de maio de 2021, com homens e mulheres em 130 municípios brasileiros, totalizando 2079 pessoas ouvidas, também descreve que desse total, 25% tiveram a perda do emprego sendo um dos fatores que mais impactaram em meio à pandemia de Covid-19.

[...] em março de 2021, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou. “A violência contra as mulheres é endêmica em todos os países e culturas,

---

<sup>5</sup> Pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” pauta os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a vitimização de mulheres no Brasil.

causando danos a milhões de mulheres e suas famílias, e foi agravada pela pandemia de Covid-19. Mas, ao contrário da Covid-19, a violência contra as mulheres não pode ser interrompida com uma vacina. Só podemos lutar contra isso com esforços sustentados e enraizados - por governos, comunidades e indivíduos - para mudar atitudes prejudiciais, melhorar o acesso a oportunidades e serviços para mulheres e meninas e promover relacionamentos saudáveis e mutuamente respeitosos (Lima; Fiocruz, 2021, *Online*).

Nesse sentido, uma importante medida foi adotada pela Organização Pan-Americana<sup>6</sup> de Saúde e a Organização Mundial da Saúde, em 26 de março de 2020, elaborando o guia “COVID-19 e a violência contra a mulher: O que o setor/sistema de saúde pode fazer”, trazendo orientações de como manter uma rotina diária e reservar um tempo para realizar atividades físicas e dormir, além de propor um plano de segurança para as mulheres e seus filhos e filhas em casos de violência (Fiocruz, 2021, *Online*).

Day *et al.* (2003) asseveram que uma mulher agredida tem a autoestima destruída e a saúde mental abalada podendo manifestar depressão, estresse, tentativas de suicídio, esgotamento mental, insônia, alterações de humor, agressividade, dores no corpo, sensibilidade, dentre vários outros sintomas. “Esse tipo de violência afeta diretamente a autoestima da mulher, fazendo com que ela tenha uma visão distorcida de si e da situação na qual está inserida” (Ribeiro; Pereira; Lima, 2002, p. 5).

Na maioria dos casos a vítima não tem coragem de denunciar o agressor por medo ou dependência, seja ela afetiva ou financeira. A falta de conhecimento de seus direitos e a dificuldade em dar o primeiro passo, saber como e onde denunciar também influencia para omissão da denúncia, além do sentimento de que o agressor não será punido e de que ela e seus filhos possam ser prejudicados.

Há situações em que a mulher traz consigo crenças limitantes de que deve preservar o casamento a qualquer custo, mantendo a família e os costumes. O temor pela pressão da sociedade e dos familiares faz com que muitas optem pelo silêncio. Em alguns casos, a denúncia não acontece porque a mulher acredita que seu agressor agiu de forma impensada e que o ato não se repetirá.

Neste sentido, a Lei Maria da Penha, n. 11.340/2006, é considerada uma grande conquista para as mulheres vítimas de violência, no entanto, sua implementação ainda percorre grandes desafios, como por exemplo, limitações geográficas dos serviços ofertados a mulher. As vítimas podem contar com espaços de atendimento personalizados; garantia de

---

<sup>6</sup> Dia 25 de cada mês a OPAS/OMS veste-se de Laranja como forma de protesto na campanha: “Torne o Mundo Laranja”, uma iniciativa global que objetiva representar um futuro livre de agressões a mulheres e meninas. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/75585-violencia-contra-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas> Acesso em: 25 fev. 2023.

medidas protetivas e de distanciamento; suspensão de visitas aos dependentes; proteção aos bens dentre outros serviços. “Entretanto, a maioria desses serviços encontra-se nas capitais e regiões metropolitanas, o que dificulta o acesso das mulheres que moram em bairros afastados ou mesmo em regiões distantes, como na zona da mata, rural, floresta e etc.” (Campos, 2015, p. 977).

Algumas regiões não possuem acesso aos serviços, seja pela ausência de unidades de Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher ou por questões estruturais. “Assim, a falta de articulação faz com que alguns serviços sejam pouco acessados pelas mulheres e, dessa forma, considerados desnecessários ou ociosos por alguns gestores” (Campos, 2015, p. 397).

É perceptível que ao longo de sua trajetória, as mulheres conquistaram muitos direitos, conforme explica Bernardes (2021, *Online*) como, por exemplo: atuar na política, frequentar escolas; ter um jornal editado por mulheres e direcionado a elas; direito a ter acesso as faculdades; a terem um partido político feminino; o direito de votar; o estatuto da mulher casada que extinguiu a necessidade de autorização para que ela trabalhasse; lei do divórcio; direito de praticar futebol; promoção do primeiro encontro de mulheres negras; Lei n. 11.340/06 - Maria da Penha - sendo uma grande conquista para as mulheres vítimas de violência; Lei do Femicídio, n. 13.104; Lei n. 13.718/2018 considerando o assédio/importunação sexual como crime no Brasil, dentre tantas outras conquistas.

Mesmo diante de tantas conquistas as mulheres ainda enfrentam diversos tipos de discriminação, sendo preponderante a atuação de políticas políticas públicas de combate à violência contra a mulher e a fomentação de programas de proteção a vítimas de violência doméstica, de forma que as políticas existentes possam também ser fiscalizadas e validadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo possibilitou identificar várias formas de agressões sofridas pelo sexo feminino, em pleno século XXI, sobretudo, no ambiente doméstico que seria seu lugar de paz para viver e criar os filhos. Em contrapartida, o que se vê é o retrato de dor e sofrimento que se perpetua além da pele, agravando a saúde mental da vítima e deixando sequelas irreparáveis.

Não há hora e nem lugar, não há faixa etária e nem classe social. A violência se apresenta de forma silenciosa dentro de quatro paredes, mas também grita pelas ruas,

comércios, hospitais e pontos públicos. Notícias de importunação sexual, estupros, gritos, chutes, ameaças e registros de mortes têm sido veiculados na mídia cotidianamente, exigindo um olhar crítico da sociedade e de quem nos representa.

Desde os primórdios, a mulher, ocupa um lugar de fragilidade e dependência masculina, afetivamente e financeiramente, além de receber atribuições de múltiplos papéis. O ambiente doméstico até então, não entrava na pauta de discussões políticas e públicas, sendo considerado um ambiente de propriedade particular.

Nesse sentido, por muito tempo, a mulher foi desvalorizada sem poder dar opiniões, votar, estudar, ocupar importantes cargos, viajar, ter espaço atuante no mercado de trabalho, ter um comércio, praticar esportes, ter conta bancária dentre tantos outros direitos. A violência doméstica foi se tornando mais notória, ao passo que a Constituição de 1988 inseria os direitos das mulheres além do surgimento de conselhos, movimentos sindicatários e sociais, secretarias dentre outros órgãos que objetivavam validar políticas específicas para as mulheres.

No entanto, o cenário de violência se repete cotidianamente levando a desordem social, a quebra da estrutura familiar, a taxas frequentes de feminicídio e severos problemas de saúde físicos e emocionais. É necessário romper os muros que ainda existem em nossa sociedade, levando a mulher a permanecer no estado que a colocaram, um lugar de desigualdade e fragilidade. É necessário quebrar o silêncio e tratar as mulheres com dignidade e respeito, fazendo validar as políticas públicas de combate à violência contra a mulher

Assim, este estudo releva a necessidade de ser analisado com mais rigor adequação das políticas existentes, propondo a fomentação de novas políticas que fortaleçam a proteção das mulheres, o combate à violência e serviços de saúde mental.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Cristiane; SOUZA, Natália; MORATO, Nathália. **Saúde mental da mulher: Reflexão sobre os conflitos das mulheres trabalhadoras que articulam trabalho doméstico e trabalho não doméstico.** 2021.

BERNARDES, Thais. A conquista das mulheres ao longo da história. **Futura**, março 2021. Disponível em: <https://www.futura.org.br/as-conquistas-das-mulheres-ao-longo-da-historia/> Acesso em: 05 mar. 2022.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (**Lei Maria da Penha**). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 05 mar. 2023.

CAMPOS. Carmen Hein de. Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 2, p. 391-406, jul. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Formas de violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/violencia-contra-a-mulher/formas-de-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, Suppl 1, abr. 2003.

FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. **Violência Doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. Bahia: Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Curso de Psicologia, 2006.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de; SILVA, Gabriela Drummond Marques da; HOFELMANN, Dorotéia Aparecida. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.

INSTITUTO CACTUS. **8 dados sobre a saúde mental das mulheres**, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://institutocactus.org.br/8-dados-sobre-a-saude-mental-das-mulheres/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

LIMA. Everton. **Violência contra as mulheres no contexto da Covid-19**. FIOCRUZ-Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19>. Acesso em: 24 fev. 2023.

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 917-928, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-18>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000400018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400018&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 fev. 2023.

MEDEIROS, Karine Maria Alves; CINTRA, Soraia Veloso. Os desafios da mulher na contemporaneidade: a conciliação dos papéis atribuídos. *In: Seminário Trabalho e Gênero, IV*, Goiânia, 2012. **Anais...** Goiânia-GO, NEST-UFG, 2012 Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/OS\\_DESAFIOS\\_DA\\_MULHER\\_NA\\_CONTEMPORANEIDADE.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/245/o/OS_DESAFIOS_DA_MULHER_NA_CONTEMPORANEIDADE.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Violência contra a mulher é grave problema de saúde pública, alerta OPAS**. 26 jan. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/75585-violencia-contra-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas>. Acesso em: 25 fev. 2023.

QUARTIERO, Maria Fernanda; BARRANCOS, Luciana. Por que devemos falar mais sobre a saúde mental das mulheres. Com a Palavra. **Instituto Cactus**, Jul. 2021. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/por-que-devemos-falar-mais-sobre-a-saude-mental-das-mulheres/https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/por-que-devemos-falar-mais-sobre-a-saude-mental-das-mulheres/> Acesso em: 04 mar. 2023.

REIS, Adailson Soares; CASTRO, Adrielly de Oliveira Machado; CASTRO, Carlos Henrique Rodrigues; CARVALHO, Flávia Mariah Costa de; RIBEIRO, Jessica Dias; SILVA, Márcia Jamilie Silva e. A saúde mental da mulher frente ao mercado de trabalho em uma instituição de ensino no século XXI. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 13167-13178, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24307>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RIBEIRO, Patrícia Kecianne Costa; PEREIRA, Lucélia Maria Sobral; LIMA, Louise Verônica Costa. Violência contra a mulher no século XXI: descortinando a história. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 13, p. e452111335703-e452111335703, 2022.

SANTOS, C. **Quais são as pautas do feminismo?** Disponível em: <https://qgfeminista.org/quais-sao-as-pautas-do-feminismo/>. Acesso em: 3 mar. 2023.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. **Revista da SBPH**, v. 8, n. 2, p. 65-76, 2005.

SIQUEIRA, D. P.; SAMPARO, A. J. F. Os Direitos da Mulher no Mercado de Trabalho: Da discriminação de gênero à luta pela igualdade. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 26, n. 48, p. 287-325, 2017. DOI: 10.21527/2176-6622.2017.48.287-325. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>. Acesso em: 16 fev. 2023

TEYKAL, Carolina Macedo; ROCHA-COHUTINO, María Lúcia. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psico**, v. 38, n. 3, p. 8, 2007.

## **A EDUCAÇÃO NO COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO**

*Lorena Ayres da Rocha*<sup>1</sup>

*Murilo Oliveira Barros*<sup>2</sup>

*Naiiele da Silva Moreira Solidade*<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo científico tem como escopo analisar a educação no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia, vez que, a educação é um direito de todos e dever do Estado de acordo com a Constituição Federal de 1988. Além do mais, a educação é um dos pilares de reinserção do preso no meio social, de modo que ele consiga conviver em sociedade. A ressocialização deve ser efetivada como prioridade, preservando a dignidade da pessoa humana, direitos e garantias fundamentais do cidadão e o direito a educação. Para melhor compreensão, o artigo adotará uma metodologia de revisão bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preso. Educação. Reinserção. Sociedade. Ressocialização.

**ABSTRACT:** The scope of this scientific article is to analyze education in the Prison Complex of Aparecida de Goiânia, since education is a right of all and a duty of the State in accordance with the Federal Constitution of 1988. Furthermore, education is one of the pillars of reinsertion of the prisoner in the social environment, so that he can live in society. Resocialization must be implemented as a priority, preserving the dignity of the human person, fundamental rights and guarantees of citizens and the right to education. For better understanding, the article will adopt a methodology of bibliographic review.

**KEYWORDS:** Stuck. Education. Reinsertion. Society. Resocialization.

### **1 INTRODUÇÃO**

A Constituição da República Federativa do Brasil surge em um cenário de acolhimento, fortemente ligada à liberdade e a dignidade da pessoa humana, deste modo, é primordial promover uma reflexão acerca da educação instituída no contexto prisional de Aparecida de Goiânia como forma de efetivar a ressocialização de forma real ao contexto vivenciado.

---

<sup>1</sup> Professora do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: lorenaayres@unifan.edu.br; Mestranda pela Must University Florida-USA. Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal e Direito Público; MBA em Ciências, da Educação. Membro da Comissão de Direitos Humanos da ABRACRIM GOIÁS - Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas por Goiás. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4201559088767374>.

<sup>2</sup> Acadêmico de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: murilo\_barros100@hotmail.com; CV Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1760752908116421>.

<sup>3</sup> Acadêmica de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: naiellymoreira\_@hotmail.com; CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2236220850954095>.

No Brasil, o sistema prisional sempre gerou muitos questionamentos e debates devido a sua finalidade de ressocialização, além disso, se questiona qual seria a eficácia e a efetividade da educação como instrumento de ressocialização para os apenados. A prisão possui várias vertentes, o Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia busca conter todas as esferas basilares de formação da sociedade: a educação, a saúde, a segurança, a religião, a dignidade da pessoa humana, entre outras.

Além do mais, a máxima que afirma que a impunidade é a mãe da reincidência, nem sempre se mostra verdadeira, vez que, a punição está ocorrendo, mas a ressocialização e a (re)educação não, portanto o sistema tem punido, mas não tem reeducado. Diante da realidade exposta, é fundamental compreender como funcionam e quais as finalidades da pena de prisão, fazendo um paralelo entre as atividades educacionais e os malefícios da falta de educação, ou a prestação de forma ineficiente no cárcere com recorte no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia.

Diante disso, o presente artigo propõe uma análise acerca da atual situação do sistema carcerário goiano, aprofundando as finalidades da pena, verificando se os processos de educação e ressocialização estão sendo cumpridos, bem como se os direitos inerentes à pessoa humana do preso estão sendo resguardados, vez que, a educação é ato de libertação do indivíduo que pleiteia novos horizontes e desafios.

A educação deve, portanto, ser humanizada sem alienar ninguém, assim, o ato de libertação do indivíduo, que necessita viver uma nova história, é se entregar para uma educação voltada para todos, com providências das autoridades responsáveis, diálogos, efetivação da legislação, dos direitos básicos inerentes ao ser humano e responsabilidade social.

Para tanto, na primeira seção do presente artigo será tratado acerca da punição, analisando sobre a origem do *ius punniend* e as finalidades da pena, já na segunda seção, analisar-se-á os reeducandos, suas garantias legais e como a educação pode transformá-los, e por fim, na terceira seção o desenvolvimento de políticas públicas em favor da educação no cárcere.

## **2 DA PUNIÇÃO**

O Estado é a fonte material do direito, e partindo de um ponto de vista contratualista, o direito de punir surge diante do sacrifício de parcela da liberdade em troca de segurança e a

partir deste sacrifício nasce a soberania do Estado. Essa soberania divide suas funções em Legislativo, Executivo e Judiciário. O Estado então, diante desta confiança a ele depositada, fica encarregado de legislar com a finalidade de proteger o cidadão, uma vez que, a lei se encarrega de regular a vida em sociedade (Beccaria, 2015).

Deste modo, a lei tem por finalidade, estabelecer um limite entre o legal e o ilegal, ou seja, quando se aderiu ao pacto social formador do Estado, a liberdade natural - entendida como direito a partir da força - foi sacrificado para que nascesse uma liberdade civil, responsável por estabelecer condições mínimas para o convívio social.

Neste sentido, o artigo primeiro do Código Penal, define que “não há crime sem lei anterior que o defina e nem há pena sem prévia cominação legal” tal texto é de matéria constitucional, uma vez que, está idêntico ao disposto no artigo 5º, XXXIX da Constituição Federal de 1988. Assim, entende-se que, o direito de punir, deriva-se de uma lei pré-existente ao fato, este entendimento é o que baseia o princípio da anterioridade da lei penal, no qual é resguardado pelos dispositivos legais supramencionados.

Deste modo, somente o Estado, detentor do *ius puniendi*, poderá fixar as penas, por meio de leis, mais especificamente, no contexto nacional, está positivado no artigo 22 da Carta *Magna*, em que estabelece a competência privativa da união em legislar matéria de direito penal, portando caso o julgador seja mais rígido do que a lei, o processo se maculará com a injustiça, sendo assim, o juiz deverá unicamente aplicar a lei existente e não legislar, pois, o ativismo judicial não é somente inconstitucional, mas também ilegítimo por natureza.

Portanto, o juiz não deve sequer interpretar as leis penais já que não é o legislador, sendo que, o legítimo interprete das leis é o soberano, ou seja, ao juiz cabe unicamente fazer o silogismo das premissas, sendo a maior a lei e a menor a consequência (Beccaria, 2015).

Assim, somente a lei poderá determinar os casos em que a prisão será empregada. Para o autor da obra *Dos Delitos e das Penas* esta prisão é entendida como um castigo, no qual a finalidade é impedir a reincidência do fato danoso à sociedade. Além do mais, ainda segundo o autor, a pena deverá provocar um certo temor, no entanto, se a pena como fruto da lei for severa e cruel logo será modificada ou extinta e, portanto, incapaz de punir alguém (Beccaria, 2015). Deste modo, a pena não pode ser muito branda, em razão de que ela não pode e nem deve compensar na equação do criminoso, e também não pode ser cruel de modo que afronte a dignidade do preso e viole o disposto no texto constitucional.

## **2.1 Os fins sociais da pena**

As penas têm por finalidade justificar o caráter punitivo do indivíduo cometedor do ilícito penal, a repressão do ato praticado, ou seja, uma reprovação por parte do Estado, para que, se evite o cometimento de novos delitos, e esse entendimento ele se derrama a partir da teoria da prevenção geral da pena, que objetiva prevenir o cometimento do ilícito, desta forma, o indivíduo não cometerá o ilícito, porque ele sabe que terá uma consequência.

Ocorre que, a função da pena não se esgota somente na punição, para que a pena tenha um fim é preciso que ela seja acompanhada de outros dois institutos, a ressocialização e a reeducação (Marcão, 2014).

A ressocialização tem por finalidade reinserir o reeducando no seio da sociedade, já que, a pena a ele imposta não pode maculá-lo por toda a vida, com fulcro no artigo 5º, XLVII, alínea “b” da carta constitucional de 1988, no Brasil não existe pena de caráter perpétuo. Além disso, o mesmo dispositivo da Carta Constitucional proíbe a pena de banimento, sendo assim, ninguém poderá ser banido do meio social. No entanto, a ressocialização apresenta um certo grau de dificuldade, vez que, esse instituto deve partir do Estado e da consciência da população para que o indivíduo não cumpra duas penas (uma legal, imposta pelo Estado e outra social, imposta pela própria sociedade).

Além dos fins já supracitados, existe também a reeducação do apenado, sendo essa de suma importância e necessária para reinserir o apenado no pós cumprimento de prisão, como também promover a redução da reincidência por meio da educação que é o foco do presente artigo, já que, este meio, promove a isonomia entre os indivíduos, como direito fundamental estando elencado no artigo sexto da Carta *Magna*, necessária para fazer valer o Estado Democrático de Direito, a educação é, portanto, caminho essencial em favor de toda a sociedade.

Partindo de um ponto de vista etimológico, a reeducação carrega este nome porque se entende que, se este indivíduo chegou ao cometimento do ilícito é porque ele não recebeu de parte do Estado uma educação de qualidade, e este ponto se confirma com a análise dos dados acerca da escolaridade da população carcerária do Estado do Goiás, segundo INFOPEN 2016, 35% não havia completado o ensino fundamental, enquanto que 15% não chegou a completar o ensino médio, e 7% desta população é analfabeta. Então, conclui-se que a formação educacional do sujeito ativo da infração penal foi prejudicada em algum momento, que pode ter influenciado o sujeito a esta conduta delitativa, porque se o homem é fruto do meio em que

se vive, e sua formação educacional restou prejudicada, se faz necessário que essa falta de oportunidades social e econômica seja sanada a partir da reeducação.

Apesar da Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), determinar a busca do apenado pela educação, o sistema prisional não promove um ambiente que garanta tal direito. A execução da pena tem como objetivos dar efetividade às disposições da decisão judicial e a reinserção social do apenado, de fato cumprir os preceitos legais para a tão sonhada ressocialização. O Estado tem o poder-dever de promover-lhe a assistência necessária, principalmente o direito à educação, cumprindo assim os preceitos constitucionais e da legislação infraconstitucional.

É necessário salientar que, o legislador se preocupou com o acesso à educação formal por parte da pessoa encarcerada. Com a finalidade de proporcionar ao indivíduo o direito a ampliar as oportunidades e quando, ao fim do cumprimento de sua pena, retornar ao seio da sociedade, assim sendo, o Estado promove Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões, expressas na Resolução n. 03, de 11 de março de 2009, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça do Brasil, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabelecimentos penais.

Ocorre que, apesar da letra da lei, a escola dentro de uma penitenciária, prevê um ambiente ameaçador de modo que, a relação do preso e do educador é mitigada e aos olhos da sociedade a prisão retrata um ambiente de punição, de retribuição ao delito praticado pelo indivíduo. No entanto, educar o preso é dever do poder público, que deve repensar que aquele indivíduo irá retornar ao seio da sociedade para convivência. Assim, conclui-se que, as finalidades da pena são a repressão do ato praticado, a reeducação para reduzir a reincidência e tentar sanar uma falta no processo educacional do agente e ressocializar o apenado para reinseri-lo novamente no meio social.

### **3 DO REEDUCANDO**

A educação no cárcere, para que venha a ser efetivada como um direito precípua do indivíduo preso, necessita da união de esforços do Estado e sociedade. Não é possível falar somente em cumprimento das leis, mas também uma análise subjetiva da educação. Nesse contexto, escreve Paulo Freire (1967, p. 97): “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

A sociedade contribuirá com a educação libertadora, por meio de uma conscientização em massa, um ponto positivo é o debate de ideias e determinar providências reais, ou seja, a sociedade passa a cobrar efetivamente e o Estado a fazer sua obrigação. A situação cotidiana dos indivíduos que se encontram em situação de prisão. A pena é tida como a retribuição do ato cometido contra a sociedade, forma de castigo coletivo.

Do ponto de vista de Michel Foucault (1987, p. 19), a crítica ao sistema penitenciário, na primeira metade do século XIX (a prisão não é bastante punitiva: em suma, os detentos têm menos fome, menos frio e privações que muitos pobres ou operários), indica um postulado que jamais foi efetivamente levantado: é justo que o condenado sofra mais que os outros homens? A pena se dissocia totalmente de um complemento de dor física. Que seria então um castigo incorporeal?

Para Foucault, a punição integra um controle social, o encarcerado passa a sofrer mais que os demais homens em sociedade, o Estado prega uma punição supostamente benevolente ao ato de ensinar e reaprender o convívio em sociedade ao homem que infringiu a lei, contudo, o que se evidencia é uma constante intolerância.

A Constituição Federal assegura a dignidade da pessoa humana um fundamento do Estado Democrático de Direito, essa é uma condição inerente a pessoa, ou seja, inegociável, de modo que, apenas pelo fato da pessoa ser humana, ela tem este direito garantido, e não é pelo fato do cometimento do fato delituoso que o agente perdera este direito fundamental.

Assim, cumpre salientar que é responsabilidade do Estado a ressocialização do apenado, aplicação de políticas públicas, no sentido de melhorar a condição social do apenado, por meio da educação e o cumprimento da Lei de Execução Penal. O trabalho de ressocialização e o bom aproveitamento dos programas aplicados ao preso por meio da custódia, da prestação de assistência jurídica, psicossocial, à saúde, educacional, trabalhista, religiosa, bem como a garantia da visitação e do lazer.

### **3.1 As garantias legais do reeducando**

Dentro do Estado de Direito, a lei tem por fim regular as relações entre as pessoas, mas não somente isso, ao constituir uma assembleia constituinte, o povo conferiu ao corpo político, ou seja, ao Estado, o *ius puniendi*, assim sendo, o Estado tem o direito de punir o infrator, mas este não é o único fruto de uma assembleia geral constituinte, a lei maior de um Estado de Direito, a carta constitucional, que tem por objetivo proteger o povo de uma

possível tirania de Estado. Assim a partir das leis o ser humano tem seus direitos formalizados.

Deste modo, a letra lei prevê o direito ao acesso à educação do apenado, já que segundo dispõe no artigo 205 da carta constitucional de 1988 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, nesse sentido, importante destacar que a Lei n. 7.210 de 1984, (Lei de Execução Penal) prevê a educação escolar no sistema prisional. E essa educação deve ser de qualidade, já que o processo de aprendizagem deve atender verdadeiramente os anseios de quem ensina e de quem aprende, não deve mascarar o ensino, ou fazer de conta que ele aconteça. Assim o educador e o educando devem se dedicar ao processo permanente de libertação para a vida.

### **3.2 Dos Direitos Humanos**

Quando se fala em direitos humanos, necessariamente remete-se a seara internacional, haja vista que, estes estão positivados nas resoluções, convenções e tratados internacionais, enquanto que, os direitos fundamentais são previstos nas cartas constitucionais de cada país (Mazzuoli, 2021).

Neste sentido, a Organização das Nações Unidas positivou as regras de Nelson Mandela, que se trata das regras mínimas das nações unidas para o tratamento dos reclusos, no qual o escritor foi o próprio Nelson Mandela, enquanto recluso, tais regras tem por fim, resguardar a integridade física e mental do apendo, garantindo um ambiente digno.

Conforme supracitado as Regras de Mandela têm por finalidade estabelecer um direcionamento para os Estados formularem legislação baseada na proteção da integridade do recluso, no Brasil isso ocorreu em 1984 através da Lei de Execução Penal, que foi recepcionada pela constituinte de 1988 como constitucional. No qual como um de seus eixos norteadores a regra IV de Mandela, que dispõe sobre os objetivos da pena de prisão, e que o Estado deve assegurar a reintegração do apenado no seio da sociedade.

Ainda no plano internacional, o tratado de São José da Costa Rica, no qual o Brasil é signatário, dispõe no seu artigo 5º que todos são detentores do direito a integridade física, psíquica e moral, tal direito é de todos, não excluindo portando o recluso, o reconhecendo assim, como pessoa titular de direitos. Tal tratado no território brasileiro tem força de norma supralegal (Lenza, 2022).

Outro diploma internacional importante é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, resolução que vem a se tornar uma fonte para a criação de tratados internacionais e

também inspirar cartas constitucionais, tal resolução vem a tratar dos direitos de primeira e segunda dimensão e surge após a segunda grande guerra em um cenário de internacionalização dos Direitos Humanos.

Deste modo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26, garante a todos o direito à educação, o direito humano à educação deve ser entendido como experiência de verdadeira preparação da vida. Um dos caminhos para a libertação do preso, que tem a oportunidade de aprender o novo, de colocar à disposição para produzir, para se sentir útil para o retorno do convívio em sociedade.

### **3.3 A educação como meio de transformação**

A educação promove a isonomia entre os indivíduos, como direito fundamental. Para fazer valer o Estado Democrático de Direito, temos a educação como caminho essencial em favor de toda a sociedade, para o autor da obra, Direitos Humanos novas dimensões e desafios:

A educação é um direito básico do indivíduo, porque necessária ao exercício efetivo da maioria dos outros direitos, incluindo os econômicos e políticos. O acesso não-discriminatório à educação é essencial, portanto, à cidadania igualitária que está no centro da democracia (Symonides, 2003, p. 126).

No plano nacional, é fundamental analisar a Constituição Federal de 1988, que apresenta o artigo 205: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição Cidadã determina o dever do Estado e das autoridades de oferecer e implantar a educação para todos, junto do incentivo de seu povo, é preciso reconhecer a capacidade de valorização do ser humano através das letras, da leitura e de sua entrega ao conhecimento (Lenza, 2022).

Além do mais, a partir do já referido artigo 205 da CRFB/1988, extrai-se um entendimento acerca da responsabilidade solidária entre o Estado e Família no tocante a educação e, para além disso, o mesmo dispositivo ainda elucida sobre a colaboração da sociedade neste processo de promoção e incentivo, para que, o indivíduo se desenvolva como pessoa, trabalhando no exercício de sua cidadania e se profissionalizando para ingressar ou reingressar no mercado de trabalho (Oliveira, 2013).

Para isso, o diálogo entre educador, político e povo deve superar todas as possíveis contradições, criando então um ambiente de entendimento, de modo que a relação do educador seja uma linha horizontal do entendimento ao educando, como forma de superar a opressão e lutar contra o medo da libertação do saber. Cumpre salientar, que a Lei n. 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, regulamenta o previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208, inciso I, segundo a qual todos os cidadãos têm o direito ao “Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”. A Lei de Diretrizes e Bases é um importante instrumento para o processo de educação e socialização dos indivíduos, pautada em princípios como a garantia do direito à educação ao longo da vida, parâmetro de igualdade e liberdade social.

Portanto, a educação tem função essencial no processo de ressocialização do apenado, já que, é a educação que possibilita a melhor integração do indivíduo na sociedade ou grupo, porque se o indivíduo não integrado na sociedade, ele buscará outros meios para se integrem e nem sempre são os meios legais.

#### **4 DOS SISTEMAS PENITENCIÁRIOS BRASILEIROS**

O atual modelo penitenciário brasileiro é sem sombra de dúvidas ineficaz, já que segundo relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015, p. 10), “a população carcerária no Brasil cresceu 83 vezes em 73 anos”, o que evidencia tal fracasso, vez que, conforme supracitado uma das funções da pena é a redução dos delitos.

Apesar de ineficaz no território brasileiro, o sistema penitenciário pode vir a funcionar, a exemplo disso, em países mais desenvolvidos encontra-se exemplos do bom funcionamento destes, na Espanha, onde foi criado o Centro Penitenciário de Topas, que fica localizado entre as províncias de Zamora y Salamanca, sendo considerado referência no processo de ressocialização do apenado, no local a criação do sistema prisional segue um plano que preza pela reeducação e ressocialização do apenado na sociedade (Greco, 2015).

Nos países mais desenvolvidos a finalidade da ressocialização no processo pós e durante o cumprimento de pena é devidamente respeitado, e o apenado cumpre dignamente a pena que lhe é imposta pelo Estado; mantendo contato com sua família permitindo-lhes um comportamento voltado a recuperação e ao regresso ao convívio familiar, então nota-se a participação tanto do Estado quanto da família neste processo de reeducação.

Segundo Greco (2015, p. 173), “Topas é referência para o mundo”, e isso se dá em razão de alguns pontos, alimentação que é servida aos presos, é preparada pelos próprios detentos, sob orientação de um nutricionista e chefes de cozinha, o lazer garantido através de locais para exercícios físicos, assim, percebe-se que quando cumprida a lei e garantido os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana a pena cumpre sua função social, e devolve um indivíduo melhor para a sociedade.

De modo que, se cumprido o texto legal, se tem uma consequência positiva, assim, a exemplo supramencionado, o Centro Penitenciário de Topas, em contrapartida, o Brasil, país de dimensões continentais, possuidor de 26 estados e o Distrito Federal, carrega em seu histórico, fracassos no sistema penitenciário, a título de exemplo, o fatídico massacre do Carandiru que completa 30 anos em 2022.

A casa de detenção Professor Flaminio Faveiro, Carandiru, enfrentava problemas como a superlotação de detentos e precário atendimento de saúde, além dos indícios de corrupção dentro da casa de detenção. Tais condições desumanas levaram a rebelião que resultou no massacre de 02 de outubro de 1992.

Além do mais, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países com a maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos da América e da China que juntos somam 3.8 milhões de pessoas presas, de acordo com *World Prison Brief*, número superior ao total da população da Irlanda do Norte, enquanto que no país latino americano computa um total de 773.151 mil, segundo INFOPEN de 2020, número superior à população do município de Aparecida de Goiânia.

#### **4.1 Dos incentivos à busca pela educação dentro das penitenciárias**

A lei de execução penal traz, no corpo de seu texto, um instituto, para que a busca pela educação e conseqüentemente a ressocialização seja incentivada e promovida, o instituto da remição presente no artigo 126 da Lei de execução penal, garante que o apenado em regime fechado ou semiaberto possa remir sua pena através de trabalho ou estudo.

Vale ressaltar que o texto original da referida lei impede a cumulação das duas formas de remição, fazendo com que a grande maioria escolhesse o trabalho no lugar do estudo, já que, por meio do trabalho o apenado recebe além da remição da pena, pode receber também uma remuneração pecuniária pelo laboro, este entendimento acerca da remição muda, conforme o Estado transita do punitivismo para o garantismo penal.

Foi somente no ano de 2021 que o Supremo Tribunal Federal, através do julgamento do RHC 187940, no qual teve como relator o Ministro Kassio Nunes Marques, que julgou permitindo a cumulação dos institutos de remição relativos a trabalho e estudo, com a condição de compatibilidade de horários, tal decisão se mostra um grande avanço para a ressocialização dos apenados, na preparação de seu retorno ao seio da sociedade como um cidadão transformado.

#### **4.2 Do sistema prisional aparecidense**

Estado de Goiás conta com vários estabelecimentos penais, entre eles penitenciárias masculinas e uma feminina, colônias agrícolas, casa do albergado e centros de triagem. Neste cenário goiano o município de Aparecida de Goiânia merece atenção, vez que, é na cidade aparecidense que se encontra a segunda maior população do Estado de Goiás, estimada em 601.844 pessoas (IBGE, 2021).

Além do mais, é no complexo prisional de Aparecida de Goiânia que se concentra a maioria dos apenados do Estado de Goiás, tal complexo é composto pelas Penitenciárias Odenir Guimarães (POG), penitenciária masculina destinada aos apenados condenados a regime fechado; Consuelo Nasser, penitenciária feminina destinada às apenadas condenadas a regime fechado; a Casa de Prisão Provisória (CPP) está destinada aos presos provisórios de ambos os sexos; colônia industrial agrícola, que se divide em unidade I e unidade II, as quais são popularmente conhecidas respectivamente como semiaberto velho e novo, destinada aos apenados do sexo masculino que cumprem pena em caráter semiaberto; o núcleo de custódia, unidade de segurança máxima destinada a apenados do sexo masculino provisório ou já condenado; a casa do albergado ministro Guimarães Natal, destinada aos apenados em regime aberto e semiaberto.

Todos os estabelecimentos penais supramencionados estão ativos em Aparecida de Goiânia, município que pode ser considerado o detentor do polo carcerário goiano, vez que atende tanto a capital do Estado como também outras regiões metropolitanas, a existência de tais complexos já deveriam ser o bastante para reprimir a prática do fato danoso, ocorre que na realidade, a punição como consequência já não é mais o suficiente para impedir o cometimento do fato ilícito. De modo que a violência no Estado de Goiás ainda é muito preocupante, no ano de 2021 foram registrados um total de 1.232 homicídios, número inferior ao ano de 2020 que atingiu 1.509 casos (SSPGO, 2021).

### **4.3 A educação no complexo prisional e as políticas públicas**

As políticas públicas são os instrumentos pelo qual o Estado efetiva os dispositivos constitucionais, com o objetivo de garantir o bem estar social e promover um ambiente justo a população brasileira, a criação e efetivação destas políticas passam pelo crivo dos três poderes, que trabalham de modo harmônico para sua efetividade, de modo que, o legislativo e executivo as planeja e as propõe e o judiciário realiza o seu controle, verificando se tal política é ou não adequada.

As políticas públicas se mostram ainda mais necessárias no cenário de desigualdade social e econômica que o Brasil se encontra, e por isso, a Diretoria de Administração Penitenciária do Estado de Goiás, possui a Gerência de Ensino tem o objetivo de promover a excelência dos servidores do Sistema de Execução Penal por meio do desenvolvimento de competências técnicas, intelectuais e humanas, através da referida gerência, são desenvolvidas ações de cunho educacional para os presos provisórios na Casa de Prisão Provisória de Aparecida de Goiânia e o funcionamento da escola na Penitenciária Odenir Guimarães pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

O governo do Estado de Goiás ao trabalhar no projeto educando para a liberdade, datado do ano de 2005, em convênio com os ministérios da educação, justiça e com a UNESCO, garantiu o desenvolvimento de diversas atividades educacionais dentro do complexo prisional de Aparecida de Goiânia, viabilizando oferta para educação básica através do EJA (Silva, 2017).

O Colégio Estadual Dona Lourdes Estivaleta Teixeira, é o colégio ativo dentro da Penitenciária Odenir Guimarães, responsável pelo oferecimento do ensino aos apenados, o colégio é autorizado a ministrar os ensinamentos fundamentais e médios, ocorre que apesar da boa estrutura, a mesma não é o suficiente para atender todo o público carcerário, fundada em 1997 com o nome de Escola CEPALGO, a partir de 2002 recebe o atual nome (Silva, 2017).

Atualmente, segundo os dados da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária, a POG possui aproximadamente 666 (seiscentos e sessenta e seis) detentos que frequentam a escola. O programa Goiás de resultados, no qual tem como uma das suas oito diretrizes, o Goiás da Paz, que busca a devida efetivação dos institutos da reeducação e ressocialização, tanto que, por meio de tal programa, foi possível a parceria com empresas privadas, prefeituras e o próprio poder judiciário, para o oferecimento de vagas de trabalho para a população carcerária do Estado, isso se reflete nos dados da Diretoria de Administração

Penitenciária, que apontam um crescimento no número de detentos trabalhando, em 2022 o número no Estado de Goiás chega a três mil, quinhentos e cinquenta e oito.

Além do mais, dentro do complexo prisional de Aparecida de Goiânia, existem oficinas que trabalham o artesanato como forma de tirar os detentos do ócio, no sentido de produzir brinquedos e móveis para as brinquedotecas instaladas no complexo, dentro da POG, os homens confeccionam os materiais, já na Consuelo Nasser, as mulheres dão o devido acabamento. Através deste programa, foi possibilitado a Diretoria de Administração Penitenciária, instalar 21 (vinte e uma) brinquedotecas para o recebimento de visitas de filhos menores de 18 (dezoito) anos (DGAP, 2022).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, conclui-se que, o Estado garante por meio dos diplomas legais, instrumentos capazes de cumprir as finalidades da pena, ocorre que, em algum grau, estes instrumentos não são adotados, o que acarreta na pena meramente punitiva, abrindo então uma brecha para a reincidência, vez que, o outrora apenado, não fora reeducado. Além do mais, é mister salientar que a Lei de Execução Penal, não surge como letra morta e seus instrumentos devem se valer na proteção do reeducando para que se garanta seu devido reingresso no seio da sociedade. Fazendo, portanto, valer a lei.

São programas como o Goiás de resultados, que são responsáveis pela garantia do mínimo existencial, promovendo a devida efetivação dos dispositivos legais, no entanto tal programa foi inaugurado no início do governo em 2019, sendo ainda muito recente para se notar um grande resultado na segurança pública e nos números de reincidência.

Outro ponto é o oferecimento de oportunidades para aqueles que são libertos para a vida fora do complexo prisional goiano, o preconceito é sem sombra de dúvidas, uma barreira, que só poderá desaparecer por meio de oferecimento de políticas educacionais de qualidade, vez que a tolerância é um importante fruto da educação e a chamada vontade política de substituir livros por armas e o aumento da criminalidade.

Ademais, as políticas públicas devem continuar no sentido de incentivar e garantir a busca pela educação e pelo trabalho, de modo que se cumpra o texto legal, reduzindo a reincidência e garantindo o direito à vida digna do detento, haja vista que a lei abarca todas garantias de direitos dos detentos, no entanto, sua instrumentalização dificulta sua aplicação. É necessário aplicar na vida prática o verdadeiro sentido da ressocialização do apenado.

## REFERÊNCIAS

- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. Tradução de Paulo M. Oliveira. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- BRASIL. **Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm). Acesso em: 28 set. 2022.
- BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Lei n.7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 19 fev. 2022.
- DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2021. **11º Ciclo**, INFOPEN. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/GO/go-dez-2021.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. A História da Violência nas Prisões. 4. ed. Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Exemplar 1405, Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GOVERNO DE GOIÁS. **Goiás ultrapassa 3,5 mil presos que trabalham e 3,3 mil que estudam**. Disponível em: <https://www.goias.gov.br/servico/105-cidadania/127914-goi%C3%A1s-ultrapassa-3,5-mil-presos-que-trabalham-e-3,3-mil-que-estudam.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**, Aparecida de Goiânia. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/aparecida-de-goiania.html>. Acesso em: 25 set. 2022.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Brasil de mantém como 3º país com maior população carcerária do mundo. **Adital**, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/596466-brasil-se-mantem-como-3-pais-com-maior-populacao-carceraria-do-mundo>. Acesso em: 20 out. 2022.
- LENZA, Pedro. **Esquematizado** - Direito Constitucional. 26. ed. Disponível em: Minha Biblioteca. São Paulo: Saraiva, 2022.
- MARCÃO, Renato F. **Lei de Execução Penal anotada**. 6. ed. Disponível em: Minha Biblioteca. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MAZZUOLI, Valério de O. **Curso de Direitos Humanos**. 9. ed. Disponível em: Minha Biblioteca. Grupo GEN, 2021.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**: comentários à Lei n. 7.210 de 11.07.84. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA, James E. **Constituição Federal Anotada e Comentada**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

ROUSSEAL, Jean Jacques. **O contrato social**: princípios do Direito político. 2. ed. Tradução de Edson Bine. São Paulo: EDIPRO, 2015.

SEGURANÇA. Estatísticas SSP-GO. **Indicadores criminais**. 2021. Disponível em: <https://www.seguranca.go.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Lourenço Lucas. **Direito à educação escolar prisional**: uma realidade entre grandes. 2017. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia - GO, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3744/2/LUCAS%20LOUREN%C3%87O%20SILVA.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SYMONIDES, Janusz. **Direitos Humanos**: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

TALON, Evinis. **STF**: Trabalho e estudo realizados no mesmo dia devem ser remidos. 17 abr. 2021. Disponível em: <https://evinistalon.com/stf-trabalho-e-estudo-realizados-no-mesmo-dia-devem-ser-remidos/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

**PARTE 2**

**TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS**

**LINHA DE PESQUISA: Educação, Cultura e Comunicação**

## **ANÁLISE DO FILME “OS IRMÃOS WILLOUGHBY” À LUZ DO EXISTENCIALISMO E DO EXISTENCIALISMO DIALÓGICO**

*Adrielly Betânia Alves Barbosa<sup>1</sup>*

*Isadora Montalvão Resende<sup>2</sup>*

*Isabella Alves do Carmo Marques<sup>3</sup>*

*Luísa Ribeiro do Nascimento<sup>3</sup>*

*Isadora Samaridi<sup>4</sup>*

**RESUMO:** As obras fictícias auxiliam na compreensão e aprendizado dos acadêmicos, a fim de ampliar o entendimento da prática clínica, o presente trabalho tem por objetivo relacionar o filme “Os irmãos Willoughby” (2020) com as bases filosóficas da Abordagem Gestáltica, sendo o enfoque principal o Existencialismo e Existencialismo Dialógico. Para isso, será realizada uma breve contextualização da animação e após algumas cenas serão descritas sob os aspectos das bases filosóficas citadas acima. O filme narra a história de quatro irmãos que vivem sob os maus-tratos dos pais, e, por isso, decidem tramar uma fuga dessa dura realidade. O existencialismo é uma corrente filosófica que tem como objeto de reflexão a existência do ser humano e seu lugar no mundo, essa corrente compreende o ser humano em sua singularidade e em seu pensamento concreto. No que tange o existencialismo dialógico, esta valoriza as relações entre as pessoas e reflete sobre como essas relações são capazes de enriquecer a existência humana. Nesse sentido, conclui-se que a possibilidade de compreensão dos indivíduos singular e coletivamente, proporcionam a melhor compreensão dos mesmos, uma vez que, na trama apresenta como foco central a observação de uma demonstração incomum de família, e como o modo de tratamento pode influenciar diretamente na convivência, ação e vivência dos indivíduos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestalt-terapia. Existencialismo. Existencialismo Dialógico.

**ABSTRACT:** Works of fiction assist with students' comprehension and learning, aiming to widen their understanding of clinical practice. This paper's goal is to relate the movie "The Willoughbys" (2020) with the philosophical principles of Gestalt Approach, focusing particularly on Existentialism and Dialogical Existentialism. With that goal in mind, a brief contextualization of the animated feature will be provided, followed by a description of some scenes under the principles of the aforementioned philosophical approaches. The movie tells the story of four brothers who live under their parents' mistreatments, and, for that reason, decide to plot an escape from such a tough reality. Existentialism is a philosophical current whose object of reflection is the human being's existence and their place in the world, understanding the human being in their singularity and concrete thought. As for Dialogical Existentialism, it values the relationships among people and reflects on how such relationships are capable of enriching human existence. In that sense, one concludes that the possibility of understanding individuals both singularly and collectively results in their better comprehension, since the plot has as its central focus the observation of an uncommon family configuration, and how the way they are treated can influence directly on the coexistence, action, and lives of individual family members.

**KEYWORDS:** Gestalt-Therapy. Existentialism. Dialogical Existentialism.

## **1 INTRODUÇÃO**

A existência humana levanta questionamentos há séculos e é a partir do século XIX que começou a ser mais aprofundada por filósofos como Sören Kierkegaard, Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e por Jean-Paul Sartre - que foi responsável por definir o termo “existencialismo”.

De acordo com Ewald (2008, p. 8, *apud* Abbagnano, 1984, p. 127), “o existencialismo é assim caracterizado, em primeiro lugar, pelo fato de questionar o modo de ser do homem; e, dado que entende este modo de ser como modo de ser no mundo”. Portanto, esse movimento filosófico busca entender a existência humana e compreendê-la em sua concretude, entendendo que cada ser humano possui a sua singularidade, o que influencia no coletivo.

Um dos princípios dessa concepção filosófica para Sartre, é que “[...] o homem está condenado a ser livre”. Livres para fazer escolhas, mas essa liberdade significa de algum modo mais angústia que felicidade, já que o ser precisa lidar com a responsabilidade e consequência de seus atos. Também para Sartre, o homem é um ser-no-mundo, o que constitui que ele é dotado de um corpo e de uma consciência, através dos quais se relacionam com o meio, estabelecendo relações que caracterizam sua existência (Sartre, 1978).

Outro existencialista, Martin Buber, apresenta o que se denomina de existencialismo dialógico. Sua teoria é baseada no encontro, como afirmam Motta, Assis e Satelis (2020). Esta base filosófica se estabelece através do diálogo genuíno, importante no processo psicoterapêutico, que se estabelece além da comunicação verbal.

Outra base que tange esta filosofia é a relação, como é compreendido por Neto e Andrade (2017), que é fundante, tanto do homem quanto do mundo que se relaciona com ele. Só a relação é, de modo que na relação e por meio das relações o ser humano co-cria e co-realiza seu mundo junto aos outros seres. Assim como para Luczinski e Ancona-Lopez (2010, p. 79), “a relação com o outro não se dá a partir de um esquema mental prévio, anterior, mas implica estar disponível para ele assim como se mostra naquele momento, deixando de lado preconceções”.

## **2 METODOLOGIA**

O presente trabalho discute a relação do filme “Os Irmãos Willoughby” (2020) aos conceitos presentes em algumas correntes filosóficas da Gestalt-Terapia, o Existencialismo e Existencialismo Dialógico. Para isto, buscou-se referenciais bibliográficos por meio dos indexadores *SciELO* e *Google Acadêmico*, em língua portuguesa.

Ainda se faz pertinente apresentar uma breve descrição do filme: “Os Irmãos Willoughby”. O longa de 2020 é um original da plataforma de *streaming Netflix*, e retrata uma situação atípica das temáticas abordadas em outras animações. No filme, é contada a história de quatro irmãos que convivem em uma família nada convencional. Os filhos, que não recebem nenhuma forma de afeto dos pais, tramam livrar-se deles, para que sejam felizes. Porém, durante essa tentativa se deparam com uma babá, contratada pelos pais, que muda a concepção de relacionamento familiar dessas crianças.

## **3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS**

O existencialismo consiste em uma vertente filosófica que tem como essência compreender a existência humana partindo da própria existência concreta, singular, histórica e afetiva. É ilustrado que tanto para o Existencialismo quanto para a abordagem gestáltica, o homem é um conjunto de possibilidades que pode se atualizar, se realizar durante sua existência, tendo liberdade para realizar suas escolhas, sendo estas vividas com angústia e inquietação. Neste sentido, o existencialismo centra nos pensamentos concretos, nas angústias e preocupações bem como nas emoções interiores, nas ansias e satisfações humanas (Existencialismo, 1969).

Já o existencialismo dialógico de Buber diz que para o homem alcançar a plenitude de sua existência, ele deve manter um diálogo com o outro. Hycner (1997, p. 29) ainda complementa que “compreende-se por dialógico o contexto relacional total em que a singularidade de cada pessoa é valorizada, relações diretas, mútuas e abertas entre as pessoas são enfatizadas, e a plenitude e presença do espírito humano são honradas e abraçadas”.

Nesse aspecto, na obra fictícia, Tim, o irmão mais velho, ansiava por ter uma família tradicional, da qual recebesse afeto, e que houvesse o compartilhamento de coisas simples entre familiares, como sentar-se à mesa para o jantar. Ele via fotografias de seus antepassados que aparentavam ter tido uma vida feliz. Tim sonhava em ser exatamente como eles e resgatar

um legado de família cheia de triunfos, mas Tim não era nada parecido com eles, e precisava ser visto como um ser singular, o qual cada pessoa é: única e possui características particulares na qual a caracterizam do modo como é, que se diferencia das outras. Tim, como ser humano, possui suas singularidades e particularidades que o tornam único no mundo, transformando e sendo transformado por ele, desenvolvendo significados e valores de acordo com o tempo e as circunstâncias na qual ele vive.

Os irmãos Willoughby tomam consciência de si mesmos e da realidade na qual eles são submetidos, reconhecendo que são maltratadas pelos pais, privados de qualquer tipo de afeto, vivendo em uma condição de total desprezo, então eles começam a projetar, ou seja, planejar o sumiço de seus pais, para que assim eles possam ser livres, a partir do conceito de *Ex-Sistere* em que o homem é o único ser capaz de sair de si, de constituir-se (Galvão, 2007). Sendo assim, os irmãos Willoughby projetaram a sua liberdade, ultrapassando a realidade na qual eles viviam, para alcançar novas possibilidades.

Jane é uma garota muito positiva, sempre tentando enxergar novas possibilidades. Ela gosta muito de cantar, e por mais que seus pais a desprezam e não suportem ouvi-la, ela tem um sonho de ser cantora, ela possui essa característica em seu ser. Para Heidegger, como explicado por Seibt (2012), essa característica existencial é uma relação do próprio ser que ele denomina de *Dasein* (Ser-no-mundo), que significa sempre projetar novas possibilidades de ser. Heidegger dizia: “Só o homem existe, as coisas são”. Enquanto ser que existe, o homem é um ser de opções, podendo definir o que pretende ser. É bem-visto isso no momento em que os pais veem a possibilidade de viajar e se livrarem de tudo aquilo que os perturbam (como crianças e barulho), fazem desta opção a melhor a se tomar, e deixam os filhos em casa sob a supervisão de uma babá e viajam.

A família Willoughby é composta por pais que não se importam com os filhos, nem ao menos sabem seus nomes. A partir da literatura de Buber, a relação desses pais com os filhos pode ser relacionada com o conceito Eu-Iso que é um modo de estar no mundo que objetifica a relação, coisificando o outro enquanto ser humano. A partir desta falta de contato com os pais, os irmãos Willoughby desejavam se tornar órfãos, livrando-se de seus pais não afetuosos. Os pais os deixam então sob a supervisão de uma babá que é o oposto deles, ela oferece aos irmãos afeto e contato, isto é, ela os oferece autenticidade para tocar o autêntico do outro, estabelecendo assim a relação Eu-Tu que significa uma relação gratuita, plena e mútua entre os seres, abrangendo os sentimentos em sua totalidade. Nesta relação, o outro não é tratado como um meio para outros fins (Yontef, 1998).

Linda, a babá, consegue estabelecer uma relação com os irmãos Willoughby e a partir dessa relação ela consegue compreender seus sentimentos e angústias, pois compartilha de vivências semelhantes, como também ser órfã e desprezada. Ela conseguiu experienciar o que os irmãos Willoughby vivenciavam, relacionando com o conceito de Inclusão que segundo Buber significa dar “um impulso audacioso, que exige uma agitação muito intensa de nosso ser, para dentro da vida do outro” (Buber, 1923/2004, p. 81).

Aceitar o outro assim como ele invariavelmente é, nesse momento e nessa realidade que lhe é própria, aceitar como o outro se apresenta (Giovanetti, 2015 *apud* Cordeiro, 2019). Esta aceitação pode ser relacionada com o momento em que os irmãos Willoughby aceitam os pais como eles são, e de que só podem contar uns com os outros.

A aceitação é um prelúdio para a confirmação, a qual significa o diálogo genuíno quando cada pessoa considera a outra “como o ser único que é”. A confirmação é apontada por Yontef (1998) como “imaginar o real” da outra pessoa. Pode se ver isso quando Jane canta para os irmãos no final do filme. Que demonstra que apesar de cada um ser único (visto durante todo o filme), ela sempre os escolheria.

#### **4 CONCLUSÃO**

Comentar acerca do tema família é algo incomum e desafiador, principalmente quando essa família não é nada convencional, como é o caso da família exposta no filme “Os Irmãos Willoughby”. É possível observar que o tema central do filme é justamente esse, o retrato de uma família nada comum, o que de fato é anormal, visto que se trata de um filme de animação.

A observação da discussão é dada a partir da particularidade dos indivíduos da família, cada um dos Irmãos Willoughby definem, vivenciam e descrevem as situações por eles vividas e presenciadas de um modo, porém, têm suas vidas mudadas ao conhecerem Linda, a babá, ao serem tratados por ela com carinho e atenção, o que antes, nunca haviam vivenciado.

As teorias filosóficas da Gestalt-terapia: Existencialismo e Existencialismo Dialógico propõem uma visão centrada em compreender o indivíduo em sua singularidade e concretude, e assim, com a compreensão singular do indivíduo que haja compreensão no coletivo, respectivamente. Contudo, por meio da possibilidade de compreensão dos indivíduos singular e coletivamente, o Existencialismo e o Existencialismo Dialógico são teorias fundamentais,

que cabem e tem importante função no âmbito clínico, haja vista que proporcionam a melhor compreensão dos indivíduos.

A compreensão da inter-relação do filme “Os Irmãos Willoughby” e as teorias do Existencialismo e Existencialismo Dialógico possui como foco central a observação de uma demonstração incomum de família, e como o modo de tratamento pode influenciar diretamente na convivência, ação e vivência dos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

- BUBER, M. **Eu e tu**. 9. ed. São Paulo: Centauro, 2004. (Originalmente publicado em 1923).
- CORDEIRO, A. A. P. **O encontro na abordagem fenomenológico existencial gestáltica**. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-Terapia e Análise Existencial) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- EWALD, A. P. Fenomenologia e Existencialismo: articulando nexos, costurando sentidos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, p. 149-165, 2008. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v8n2/artigos/pdf/v8n2a02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- GALVÃO, R. C. S. **A consequência ética da negação do inconsciente em Sartre**. Disponível em <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26115-26117-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- HYCNER, R.; JACOBS, L. **Relação e Cura em Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1997.
- LIMA NETO, V. B.; ANDRADE, R. R. O Encontro Existencial em Logoterapia: Diálogos Possíveis com a Dialógica de Martin Buber. **Revista Logos e Existência**, v. 6, n. 2, p. 108-117, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/le/article/view/32197/22506>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- LUCZINSKI, G.; ANCONA-LOPEZ, M. A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 75-82, mar. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2010000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 03 nov. 2020.
- MOTTA, H. L.; ASSIS, G. A. P.; SATELIS, L. R. A gestalt-terapia como clínica do encontro: compreendendo a relação dialógica. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 26, n. spe, p. 382-392, dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18065/2020v26ne.3>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- RIBEIRO, J. P. **Gestalt-Terapia: Refazendo um Caminho**. São Paulo: Summus, 2012.

SARTRE, J.-P. **O existencialismo é um humanismo** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SEIBT, Cezar Luís. Existência humana e mundo em Heidegger. **Revista Signos**, [S. l.], v. 33, n. 2, dez. 2012. ISSN 1983-0378. Disponível em: <http://www.univates.com.br/revistas/index.php/signos/article/view/730>. Acesso em: 31 ago. 2022.

YONTEF, G. M. **Processo, diálogo e Awareness: Ensaio em Gestalt-Terapia**. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

## **O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE PERSONAGEM E SEUS ASPECTOS PSICOLÓGICOS PARA ALÉM DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

*Alyne Ferreira Cabral*  
*Gleiton Nunes de Azevedo*

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo apresentar, através de uma revisão teórica que fundamenta a pesquisa de iniciação científica fatores relativos à subjetividade do ator quando este passa por um processo de criação de personagem. Para isso serão apresentadas técnicas teatrais, conceitos de personagem e de processos de criação de personagem, relatos e matérias jornalísticas que mostram efeitos psicológicos da construção de personagens e dados da pesquisa de campo realizada com atores profissionais. Tal pesquisa se dá pela relevância de não haver muita literatura sobre o tema, além do ganho enquanto processo formativo, para que possa ser base para mais pesquisas relacionadas a esse fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aspectos Psicológicos. Ator. Psicologia. Personagem.

**ABSTRACT:** This work aims to present, through a theoretical review that underlies scientific initiation research, factors related to the actor's subjectivity when he goes through a character creation process. For this, theatrical techniques, character concepts and character creation processes will be presented, reports and journalistic articles that show psychological effects of character construction and data from field research carried out with professional actors. Such research is due to the relevance of not having much literature on the subject, in addition to the gain as a training process, so that it can be the basis for further research related to this phenomenon.

**KEYWORDS:** Psychological Aspects. Actor. Psychology. Character.

### **1 INTRODUÇÃO**

A Personagem, definido pelo dicionário miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa (2015), é um substantivo de dois gêneros que pode ser uma pessoa que é objeto de atenção por suas qualidades, posição social ou por circunstâncias, ou, e aqui o que mais se assemelha ao conceito que iremos discorrer neste projeto, um papel representado por ator ou atriz a partir de figura humana fictícia criada por um autor.

Para Carl Gustav Jung (2000), pai da psicologia analítica, o conceito de personagem se mistura com a definição de *persona* e as diversas máscaras que são usadas em diferentes contextos sociais, fazendo com que cada ser humano ocupe diversos personagens, a depender da situação que se encontra.

Enquanto focado na prática de atuação profissional, a personagem no palco, irá refletir parte das vivências particulares do ator/atriz, e essa experiência e seus condicionamentos podem interferir também na dinâmica que a pessoa, nos contextos diários, agirá sob o ambiente que o rodeia.

Este trabalho objetiva investigar se o processo de criação de personagem do ator profissional tende a desencadear emoções que podem acarretar em sua subjetividade sensações, emoções e vivências que permeiam sua personalidade, produzindo efeitos para sua saúde mental.

## **2 METODOLOGIA**

Foi realizado um levantamento bibliográfico, utilizando-se como descritores: Psicologia; criação de personagem; Stanislavski e teatro do oprimido nos indexadores *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*), no período de 2014 a 2022, em língua portuguesa. Como critérios de seleção serão considerados os artigos com dados bibliográficos que abordam relações entre a psicologia e técnicas de criação de personagens. Em seguida, foi realizada uma busca em sites, jornais, revistas e mídias sociais de matérias jornalísticas que trazem reportagens com atores e/ou preparadores de elenco sobre o processo de criação de personagem e seus efeitos. Tais fontes primárias serão utilizadas para a construção da pesquisa documental, que possui como característica a utilização de fontes mais diversificadas e dispersas, que ainda não foram tratadas cientificamente e/ou analiticamente (Fonseca, 2022). Foi também realizada uma pesquisa semiestruturada com atores brasileiros, que notoriamente tenham vivências dentro das artes cênicas, de 18 a 80 anos, para divulgação dos achados. Esta pesquisa faz parte do Projeto de Pesquisa: Evidências de Eficiência dos Serviços Prestados pela Clínica Escola de Psicologia da Unifan: Um Projeto Integrado. Em sequência os participantes responderam a um questionário sobre qualidade de vida e tiveram o feedback referente ao tema.

## **3 RESULTADOS**

As entrevistas realizadas, com o objetivo de realizar uma investigação, ainda moderada a respeito do desencadeamento de emoções nos atores durante o processo de

criação de personagem, foram conduzidas de fora semi-estruturada com dois atores goianos, um do sexo masculino de 66 anos, com 35 anos de carreira sendo 20 anos de registro profissional (DRT) e na bagagem mais de 200 processos de criação de personagens conduzidos por ele como diretor e cerca de 15 processos de criação de personagem enquanto ator e outra do sexo feminino de 31 anos com 20 anos de carreira sendo 09 anos de registro profissional (DRT), com cerca de 35 personagens conduzidos por ela enquanto diretora e na função de atriz cerca de 10 personagens criados. Os entrevistados, além de atores, são diretores, produtores e ensaístas. Os entrevistados não possuem uma formação acadêmica nas artes cênicas e também nenhum curso técnico. São graduados em outras áreas, porém desde a graduação não exerceram a profissão em que se formaram, se dedicando exclusivamente a função de ator/diretor, ou artista, como preferem se identificar.

Pode ser observado a repetição de algumas falas, como a da importância de que o ator esteja totalmente disponível para que o processo de criação do personagem aconteça, o que inclui, uma “desconstrução” daquilo se é, tendo como objetivo chegar em um ponto nulo, ou zero, para que a partir dali possa ser criada uma nova “pessoa”.

Outros pontos nas entrevistas detêm a atenção por serem repetidos pelos dois entrevistados, como a não utilização formalmente de técnicas teatrais, como o sistema Stanislavski mencionado durante o projeto, e de como tudo acontece de forma mais espontânea, com um “pacote” de técnicas e lições apreendidas pelo diretor e/ou ator, que podem ou não ter alguma validação teórica.

Os dois entrevistados citam a palavra “ladrão” ao se referir ao ator, trazendo a metáfora de que o ator “rouba” das pessoas algo interessante de sua personalidade que possa fazer parte da construção da *persona* do personagem. É citado como essa ação de roubar é desgastante e é neste processo que alguma característica do personagem pode começar a se misturar com o do ator, pois “nem sempre é fácil separar o que é legal ficar *pro* personagem do que você gostaria de ter na sua vida, enquanto você, ser humano”, diz. Também é citado a importância de se desligar do personagem, o que também não é uma tarefa fácil, pois da mesma forma como um sotaque fica após um período em outra região do país, os trejeitos do personagem podem “ficar” no ator, e ele passar a levar tais características para fora da sala de ensaio e dos palcos.

Os entrevistados citam que alguns dos atores que preparam já se perceberam falando em situações de intimidade com as vozes de seus personagens, citando bordões que os personagens falam durante a peça e, até mesmo, reagindo frente a um estímulo da forma como personagem reagiria, só percebendo depois que não seria daquela forma que ele teria agido, se

não estivesse tão fortemente ligado ao personagem. É citado sobre como participar da criação do personagem é desgastante para o ator, que no final se sente sem energia, como se tivesse usado toda a energia que tinha para compor uma nova *persona*.

Ambos concordam em dizer que um processo de criação de personagem não tem um tempo pré-estipulado, podendo durar anos, porém é um consenso que deve se acompanhar o processo de montagem do espetáculo. Como facilidades durante o processo de formação são citados o momento de decorar falas e marcação de cenas; também são citados a compreensão da leitura do texto e a musicalidade da fala. Já as dificuldades enfrentadas são apontadas a compreensão da personagem, o sentimento e os estágios emotivos. É citado sobre a necessidade da disponibilidade do encontro ator/personagem e mais uma vez da necessidade da desconstrução do mesmo para que a personagem atinja.

Os atores relataram que já se sentiram expostos durante o processo de criação de personagem, em maior ou menor grau. É citado como é constrangedor você se sentir humilhado pelo diretor de elenco, gerando um sentimento de incapacidade, ainda mais que em nenhuma das vezes a exposição foi realizada de forma individual e sim sempre na frente dos colegas de elenco. O que é curioso é que do lado de lá, da direção, essa sensação também é observada. Um participante relata idas constantemente ao hospital após processos intensos enquanto dirigia atores na criação de seus personagens. Relata acreditar que todos os seus problemas de saúde têm ligação com o constante estresse e falta de controle dos sentimentos e estratégias para lidar com os impulsos que eram frequentes durante o trabalho de diretor de elenco. Conta que já “fez alguns atores chorarem” e que sabe que passou do ponto várias vezes, não sendo profissional e nem ético, expondo o ator da mesma forma que também já havia sido exposto por algum diretor e/ou preparador de elenco. Quando perguntado sobre o que acredita fazer os atores permanecerem no espetáculo, crê que é pelo mesmo motivo que também continuou quando era exposto, pelo motivo de acreditar no processo e na direção e que no final haveria um resultado único e surpreendente. Ambos relatam perceber a importância de um profissional da saúde mental acompanhado os atores e demais profissionais durante todo o processo do espetáculo, o que aconteceu, segundo um dos entrevistados, somente uma vez, em uma ocasião, quando convidou uma profissional psiquiatra para conduzir algumas sessões, através da psicanálise, porém não com a atriz, e sim com a personagem que ela estava criando.

Sugerem que uma equipe ideal para uma condução de processo de criação de personagem deveria ser composta por ator, diretor geral, diretor de elenco, preparador vocal, psicólogo e um técnico da profissão ou função que o personagem exerce (exemplo: se ele é

um motorista de ônibus seria ideal que um profissional motorista de ônibus pudesse participar do processo).

#### 4 DISCUSSÕES

Ao falar de criação de máscaras e personas, relacionando a psicologia, não podemos deixar de trazer a concepção de Jung (2000), ao concluir que a depender de cada situação o sujeito tem diversas possibilidades de criar *personas*, que são uma junção de aspectos de sua subjetividade com uma idealização de expectativas da sociedade e dos comportamentos que a mesma espera, a depender das circunstâncias. Assim sendo, para a psicologia analítica, o indivíduo tem, durante toda a sua vida, diversas *personas*, que em alguns casos se assemelham, mas ainda nesse discurso é evidente que o contexto histórico e social determina qual *persona* emergirá.

Quando trazemos a palavra Personagem e relacionamos como uma criação do ator ou atriz, amador ou profissional, a partir de uma figura humana fictícia, Constantin Stanislavski (1984) traz em seu livro “A construção da Personagem”, publicado em sua primeira edição em 1938, um manual, depois conhecido como sistema Stanislavski, de processos que um ator-criador deve passar para que sua personagem seja construída e que a mesma tenha uma verdade cênica. O autor traz uma epígrafe onde sustenta o seu pensamento de que sua técnica, ao colocar o ator-criador em contato direto com o contexto em que sua personagem está inserido, faz com que o consciente seja capaz de atingir o inconsciente; “*Por meio do consciente, atingir o inconsciente-eis o lema de nossa arte e de nossa técnica*”, ou seja, consiga expressar algo o papel de modo verossímil, pois está vivendo aquela cena no momento da apresentação (Stanislavski, 1984).

Já para Boal (2009), a personagem é um processo de desmecanização do ator, sendo que o ator deveria ser capaz de fazer com que as características do personagem fossem florescidas, anulando as suas próprias, além de assumir um papel social e político importantes.

O ator, como todo ser humano, tem suas sensações, suas ações e reações mecanizadas, e por isso é necessário começar pela sua desmecanização, pelo seu amaciamento, para torná-lo capaz de assumir as mecanizações da personagem que vai interpretar (Boal, 2009, p. 61).

O autor (1998) preserva de forma intacta dois principais objetivos da sua poética: “[...] transformar o espectador, ser passivo e depositário, em protagonista da ação dramática; nunca se contentar em refletir sobre o passado, mas preparar-se para o futuro”. No pensamento de Boal (2009), o espectador sendo liberado da sua condição de espectador, poderá liberar-se de outras opressões, e assim dar voz e importância às suas necessidades, demandas, implícitas. Percebemos que neste processo de dar voz e protagonismo à plateia, no teatro do oprimido, as questões psicológicas serão componentes do personagem, visto que aqui não há uma criação de personagem, e sim uma representação da pessoa e suas demandas, demonstrando um efeito de terapêutico, a ser uma técnica muito utilizada por algumas abordagens da psicologia.

Constantemente, os meios de comunicação noticiam que, atores após um exercício de formação de personagem intenso, onde acessaram memórias, emoções e vivências pessoais, sentiram mal estar e gatilhos internos foram despertados, levando os mesmos a repudiar a forma de condução do processo de criação do personagem, como expõe a revista *Quem* em 2021, trazendo como manchete a matéria “Atores se posicionam contra preparadora de elenco: Péssima”. Atores relatam, na reportagem que a preparadora de elenco tem métodos abusivos na condução de atores e que chegava a provocar hemorragia com suas condições barbaras de treinamento, sendo seu método comparado ao fascismo e a tortura. Declaram ainda que “até hoje pensam no que aconteceu naquela sala de ensaio” (Redação Quem, 2021).

Em entrevista ao canal de televisão Canadense Et Canada, o ator norte-americano Joaquin Phoenix revelou que, durante o seu processo de construção do personagem Coringa, para o longa-metragem que leva o mesmo nome, dirigido por Todd Phillips em 2019, “quase enlouqueceu”. O ator contou ainda que o processo rápido de perda de peso para viver o personagem (foram perdidos 23,5 quilos em 4 meses) foi o desencadeador de adoecimentos, levando-o a sentir sua mente afetada. Notícias, como esta, são publicadas frequentemente em diversos meios de comunicação (Estorari, 2019).

## **5 CONCLUSÕES**

No processo de criação de personagem, o ator profissional é colocado em situações diversas que podem atravessar emoções e sentimentos e se misturar com a sua personalidade e afetar o seu estado de humor. Tais momentos, conduzidos ou não por um profissional, podem ser constrangedores e causar impactos em sua saúde mental e física, como revelam os dados ainda iniciais da pesquisa.

Considerando o processo de criação de personagens como uma técnica capaz de atingir o inconsciente através do consciente (Stanislavski, 2001), e assim gerar um personagem que provoque catarse, é possível que haja uma liberação e identificação de processos psicológicos dos indivíduos, gerando assim atravessamentos psicológicos no ator que se propõe a participar de um processo de criação de personagem.

O aprendizado de novos reflexos é fruto do emparelhamento de ambientes e situações que passaram a eliciar a mesma resposta “sensação”, sendo assim o indivíduo é capaz de aprender a reagir, sentir de formas diferentes a novos estímulos que anteriormente não geravam tais respostas (Moreira; Medeiros, 2019). Na prática psicológica o ensaio demonstra evidências de reflexo na generalização de comportamentos nos demais ambientes, e também, de forma não intencional, é possível que sensações treinadas dentro da cena, em contexto específico, reapareçam fora da cena, na vida da pessoa que atuou, por alguma similaridade em seu ambiente que “lembra” o que outrora tenha sido ensaiado.

São necessárias mais investigações dentro deste campo, com pesquisas junto a essa população, para que tais fenômenos sejam investigados e mais literaturas dentro desta temática sejam produzidas, traduzindo os efeitos observados pelos diversos vieses de abordagens dentro do campo da psicologia para seja possível descrever a contribuição desse tema como uma alternativa prática de promoção de bem-estar para o ator.

## **REFERÊNCIAS**

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond/Funarte, 2009.

ESTORARI, Daniel. **Joaquim Phoenix diz que quase enlouqueceu interpretando o coringa**. 2019. Disponível em: [encurtador.com.br/auyHY](https://encurtador.com.br/auyHY). Acesso em: 10 maio 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOREIRA, Márcio B.; MEDEIROS, Carlos A. **Princípios Básicos e Análise do Comportamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

REDAÇÃO QUEM. **Atores se posicionam contra preparadora de elenco**: Péssima. 2021. Disponível em: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2021/11/atores-se-posicionam-contrapreparadora-de-elenco-pessima.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

STANISLAVSKI, Constantin. **A Construção da Personagem**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

**PESQUISAR +**  
**A ciência em processo e seus resultados**  
**Volume 3**

# **TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS**

**LINHA DE PESQUISA: Direito e Cidadania**

**ISBN: 978-65-89165-15-6**

**A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA TARIFAÇÃO DO DANO  
EXTRAPATRIMONIAL NA ESFERA TRABALHISTA:  
uma violação a princípios constitucionais**

*Maria Luiza Fagundes Ribeiro<sup>1</sup>*

*Humberto César Machado<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O advento da Lei n. 13.467/2017 modificou uma série de dispositivos da legislação trabalhista e uma das alterações refere-se à inserção da tarifação ao valor a ser indenizado pelo dano de natureza extrapatrimonial. Aborda-se no presente estudo a inconstitucionalidade desta tarifação no âmbito do Direito do Trabalho, em que atualmente é objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADI's perante o Supremo Tribunal Federal. Com a pesquisa, pretende-se expor por quais motivos a aplicação tarifada do dano extrapatrimonial trabalhista viola os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da reparação integral. O objetivo é identificar e demonstrar os fundamentos da razão pela qual à aplicação tarifada deste dano é uma violação aos princípios anteriormente listados, a fim de auxiliar na compreensão crítica dos julgados das ADI's acerca do assunto. Para tanto, utilizando-se da revisão bibliográfica como principal linha metodológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dano extrapatrimonial. Tarifação. Trabalhista. Princípios. Inconstitucionalidade.

**ABSTRACT:** The advent of Law n. 13,467/2017 modified a series of provisions of the labor legislation and one of the amendments refers to the insertion of the tariff to the amount to be indemnified for damage of an off-balance sheet nature. The present study addresses the unconstitutionality of this tariff in the scope of Labor Law, which is currently the subject of Direct Actions of Unconstitutionality - ADIs before the Federal Supreme Court. With the research, it is intended to expose the reasons why the application of taxed labor off-balance sheet damage violates the constitutional principles of human dignity, isonomy and full compensation. The objective is to identify and demonstrate the reasons why the tariff application of this damage is a violation of the previously listed principles, in order to assist in the critical understanding of the judgments of the ADIs on the subject. Therefore, using the bibliographic review as the main methodological line.

**KEYWORDS:** Off-balance sheet damage. Pricing. Labor. Principles. Unconstitutionality.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 9º período do Curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2022/2; e-mail: maryfagundes00@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2016); Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2013); Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO (2006), Especialista em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2002), Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (1996), Graduado em Pedagogia pela ISCECAP (2018), Graduado em Letras pela FAFIBE (2019); Membro do Comitê de Ética e Pesquisa e Professor do Centro Universitário Alfredo Nasser - UNIFAN e professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Email: humberto.cesar@unifan.edu.br.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Lei n. 13.467/2017, denominada como “Reforma Trabalhista”, trouxe várias modificações e inovações para a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e por esta razão, a considerar sua relevância acompanhada dos impactos significantes que estas mudanças geram, continua sendo o motivo de inúmeros questionamentos e críticas no que tange a constitucionalidade de alguns de seus dispositivos.

Considerada uma discussão indubitavelmente importante, ressalta-se que ainda hoje, no ano de 2022, é objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI’s n.º 6.050, 6.069 e 6.082) que serão julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a definir se os dispositivos constantes no Título II-A (do dano extrapatrimonial) da CLT são constitucionais ou se não, por violarem princípios da Carta Magna.

O presente trabalho abordará os dispositivos, aduzido a vista dos princípios constitucionais, qual seja, a redação do artigo 223-G, §1º, em que se instituiu o que se pode chamar de “tarifação”, ao passo que enuncia parâmetros para fixação dos danos extrapatrimoniais, impondo limitação ao valor da indenização com base no último salário contratual do ofendido.

O instituto “dano extrapatrimonial”, e não se confundindo meramente com o dano moral, trata-se de uma lesão imaterial que abrange, além do dano moral, o dano estético e o dano existencial. Indaga-se: realmente é possível tabelar a valoração do dano supracitado, de forma que este é cometido contra a subjetividade do indivíduo? E se possível fosse, é justo incluir como parâmetro da valoração o salário do ofendido?

Propõe-se aqui, a busca de elementos jurídicos que denotem as afrontas ao Princípio da Reparação integral (art. 5º, V e X e art. 7º, XXVIII, ambos da CF/88), bem como se viola o princípio, também constitucional, da Isonomia (art. 5º, caput da CF/88) e se exprime, ainda, a ausência da garantia de um princípio basilar que é o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF/88). Ademais, objetivando identificar e demonstrar os fundamentos da razão pela qual a aplicação tarifada do dano extrapatrimonial trabalhista viola os princípios elencados acima, a fim de auxiliar na compreensão crítica dos julgados das ADI’s acerca do assunto.

Justifica-se a pesquisa, tendo em consideração as inúmeras indagações pertinentes à constitucionalidade do artigo art. 223-G, § 1º da CLT, ante a violação a princípios constitucionais. E mais, pelas consequências diretas que a tarifação traz ao trabalhador que busca a justiça especializada, pretendendo que compense determinado dano, e se depara com outra barreira, a qual obsta a garantia de princípios fundamentais.

Recorrendo-se às Ações Diretas de Inconstitucionalidade a versar sobre o tema, utilizando-se de revisão bibliográfica como linha metodológica, espera-se levantar como o resultado da problemática da pesquisa, bem como obter uma resposta jurídica concreta à questão: o próprio julgamento pelo STF. Agora, há que se falar: por quais motivos a aplicação tarifada do dano extrapatrimonial trabalhista viola os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da reparação integral?

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia adotada será por intermédio da pesquisa de revisão bibliográfica, tendo como base a consulta à Lei n. 13.467/17 e a análise principiológica aos princípios da isonomia, da reparação integral e da dignidade da pessoa humana, da Constituição Federal de 1988.

## **3 REFORMA TRABALHISTA E O DANO EXTRAPATRIMONIAL**

A Reforma Trabalhista, como é popularmente conhecida a Lei n. 13.467 de 2017, veio para alterar a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com o intuito de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Esta medida foi um marco para o Direito do Trabalho, e continua a ser o motivo de muitas indagações e críticas, considerando-se a maior alteração da CLT. A Reforma não é mais considerada uma norma recente, no entanto, suas consequências e seus impactos são atuais, visto que as relações de trabalho alcançam a todos.

Uma das importantes alterações é a inserção do Título II-A na CLT, que dispõe sobre o Dano Extrapatrimonial, com previsão nos artigos 223-A a 223-G. Previamente, se torna importante compreender do que se trata o dano, especialmente este denominado como “extrapatrimonial”. De forma simplista, causa o dano àquele que gera prejuízo a outrem, seja por ação ou omissão, e que deve ser responsabilizado por isto.

Veja-se que o prejuízo sofrido pode ser na esfera financeira e patrimonial, lesando o bem material, o patrimônio do indivíduo, valorado economicamente. Já o dano extrapatrimonial, opostamente, é aquele que lesa a subjetividade do indivíduo. Como, por exemplo, sua honra, sua privacidade, sua autoestima e que é valorado a depender do caso

concreto, não pelo valor econômico. Ressalta-se também que o instituto “dano extrapatrimonial” abrange, além do dano moral, o dano estético e o dano existencial.

#### **4 CONCEITUAÇÃO DE DANOS MORAIS, ESTÉTICOS E EXISTENCIAIS**

A Lei n. 13.467/2017 formalizou como dano extrapatrimonial para que, possivelmente, não houvesse a percepção de o referido dano versar apenas sobre o dano moral propriamente dito. Então, torna-se importante conceituar cada um dos danos que se enquadram dentro da extrapatrimonialidade. Iniciando pelo dano moral, relativo na Justiça do Trabalho ao assédio moral, descrito por Bomfim Cassar (2012, p. 912) como “condutas abusivas praticadas pelo empregador direta ou indiretamente, sob o plano vertical ou horizontal, que afetem seu estado psicológico”.

Enquanto o dano estético pode ser observado na esfera trabalhista quando ocorrem acidentes de trabalho, deixando marcas físicas no trabalhador. De acordo com Resende (2014), o dano estético do qual decorra da lesão acidentária, esta que compromete a harmonia física relativa ao padrão médio da sociedade, deve ser indenizada, podendo contar com a cumulação indenizatória. Ocorre, por exemplo, quando o empregado perde um membro ao sofrer um acidente de trabalho, em que poderá ser indenizado por danos estéticos, danos materiais e danos morais, cumulativamente, tal qual previsto no art. 223-F da CLT.

Por último, em relação ao dano existencial, para Alvarenga e Boucinhas Filho (2013, p. 5), quanto às relações de trabalho, este dano pode se constituir quando o patrão impõe um volume excessivo de trabalho ao seu empregado, impedindo-o de vivenciar outras atividades, tais quais, culturais, sociais, recreativas, esportivas, afetivas, familiares, etc., ou de conseguir experimentar e criar seus próprios projetos de vida em todos os outros âmbitos. Além disto, o dano existencial também significa submeter o trabalhador à condição degradante ou análoga à de escravidão.

Além da leitura anterior, faz-se necessário recorrer aos artigos 223-B a 223-E da CLT para que se compreenda na literalidade da lei do que se trata o dano extrapatrimonial. Importando dizer que o artigo 223-A fixou que somente a CLT, com base nos dispositivos do Título II-A, será responsável por aplicar o concernente à reparação do dano supracitado, quando decorrente de relações de trabalho. Conforme o artigo, outros dispositivos como a CF/88 e o Código Civil/2002 não podem ser utilizados para garantir direitos aos ofendidos.

Em razão disso, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho proferiu o Enunciado Aglutinado n. 5 da Comissão 2 concluindo que a interpretação literal do art. 223-A da CLT resultaria em tratamento discriminatório injusto às pessoas inseridas na relação laboral, com inconstitucionalidade por ofensa aos princípios da dignidade da pessoa humana e igualdade (ANAMATRA, 2017, p. 19).

## **5 VALORAÇÃO TARIFADA AO DANO EXTRAPATRIMONIAL**

Elucidado acerca do dano extrapatrimonial, resta ponderar sobre a sua “tarifação” permitida pela Reforma Trabalhista a constar na CLT. O diploma legal estabelece em seu artigo 223-G, no parágrafo 1º, que a reparação de danos desta natureza será estipulada com uma limitação ao valor a ser pago a título de indenização. O limite tem como critérios a se considerarem a natureza e o teor da lesão em seus graus: leve, médio, grave e gravíssimo, com valores indenizatórios de até três, cinco, vinte ou cinquenta vezes, predeterminados com referência no último salário contratual, respectivamente.

Do ponto de vista de Rosa (2018), o legislador, ao taxar os valores para a indenização, procurou reduzir situações em que se constasse exageros por parte dos magistrados, com o intuito de evitar o enriquecimento sem causa do ofendido. E também, evitar o oposto, a determinação de valor muito baixo, não suprindo o dano. No entanto, para outros doutrinadores, a tarifação se revela indo contra princípios constitucionais.

Tem-se como exemplo de doutrinadores com o pensamento oposto àquele Maurício Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado (2017), em que afirmam que a interpretação lógico-racional, sistemática e teleológica desses dispositivos rejeita a absolutização do tarifamento, considerando o tabelamento como um parâmetro para o valor indenizatório pelo Magistrado, sem prevalecer o princípio da proporcionalidade-razoabilidade.

O legislador tratou o ofendido sob o viés financeiro, visto que, como explica Garcia (2018), levando-se em conta o valor do último salário contratual do ofendido, trabalhadores os quais percebem como salário uma quantia menor e teriam tratamento prejudicial e inferior, quando comparado aos que recebem remuneração salarial superior, até mesmo em situações em que envolvem a mesma lesão a direitos.

Portanto, fica demonstrada uma desigualdade e uma disparidade, evidenciando uma violação a princípios constitucionais que são fundamentais, já garantidos pela Carta Magna e que deveriam ser respeitados, a exemplo, e os quais serão esposados posteriormente: o

princípio da isonomia (art. 5º, caput da CF/88), o princípio da reparação integral (art. 5º, V e X e art. 7º, XXVIII, ambos da CF/88) e o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CF/88).

## **6 A INCONSTITUCIONALIDADE DA TARIFAÇÃO AO DANO EXTRAPATRIMONIAL ANTE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS**

Os princípios previstos e garantidos pela Constituição Federal devem ser inseridos na interpretação e na aplicação do direito, nos seus diversos ramos, não diferindo na seara trabalhista. Serão objeto de análise os princípios constitucionais da isonomia, da reparação integral e da dignidade da pessoa humana. Para Maurício Godinho Delgado (2017, p. 45), supõe-se que qualquer ordenamento jurídico de proteção ao trabalho humano se volte aos princípios reconhecidos constitucionalmente, os colocando em plano superior no processo de interpretação jurídica.

Cumprе destacar, nas conclusões de Oliveira *et al.* (2021, p. 7), que

nas disposições previstas no art. 223-G, §1o, da CLT, é justamente uma norma infraconstitucional afrontando a Carta Maior, impondo uma distinção, uma desigualdade no valor da compensação ao afirmar que tal indenização se fixará de acordo com o valor do salário do empregado.

Logo, para que seja manifestada a alegação de inconstitucionalidade, é preciso analisar os princípios, que regem e norteiam o sistema jurídico com os fundamentos frente à (in) constitucionalidade da tarifação ao dano extrapatrimonial trabalhista.

Como dito anteriormente, a ocorrência de tratamento desigual diante de ofensas a mesmas lesões de direitos, da mesma natureza e de mesmo grau, apenas motivado pelo salário do ofendido, indica iniludível violação ao princípio da Isonomia. Princípio este sendo direito fundamental da pessoa, conforme art. 5º, caput da CF/88, consagrado também no Preâmbulo da Carta Magna e sendo um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como prevê o art. 3º, IV, da CF/88.

Equivale dizer que o trabalhador favorecido economicamente, em comparação àquele outro que também busca ser indenizado e que obtém renda menor, merece ser reparado com valor superior. Desta forma, disto em nada se exprime a igualdade legal, apenas a afasta.

Além disso, a grosso modo, significa dizer que nessas condições, a justiça estará longe de fazer seu papel, visto que está colocando o valor econômico acima da pessoa humana.

Maurício Godinho Delgado (2017, p. 27) explana que “o conceito estruturante de um Estado Democrático de Direito tem como ponto central a pessoa humana, com sua dignidade”. Tal princípio e direito garantido está constitucionalmente previsto no art. 1º, III da CF/88. Sendo notória a sua incompatibilidade com o art. 223- G, §1º, da CLT. Godinho (2017) complementa que o primeiro macro aspecto de destaque da alteração em referência constitui-se na tentativa leve de a Reforma descaracterizar um dos avanços mais relevantes da Constituição Federal: o princípio da centralidade da pessoa humana na ordem social, econômica e jurídica, conduzido pelo princípio da dignidade da pessoa humana.

Percebe-se, portanto, que a dignidade da pessoa humana é ponto central que interliga os demais princípios que devem reger o ordenamento jurídico brasileiro. O princípio da dignidade da pessoa humana possui estreita relação com o princípio da reparação integral, presente no art. 5º, V e X e art. 7º, XXVIII, ambos da CF/88. As normas em vigor não consubstanciam o dever constitucional de reparação integral do dano, visto que a sistemática da tarifação limita o valor indenizatório, bem como a recomposição dos danos sofridos, prejudicando o trabalhador reiteradas vezes.

Sanseverino (2010, p. 58) leciona que “a plena reparação do dano deve corresponder à totalidade dos prejuízos efetivamente sofridos pela vítima do evento danoso”. Constata-se que a indenização parcial, em reflexo às limitações legais e conforme preconiza a Constituição Federal, pode ser entendida como inconstitucional, não atendendo ao direito garantido de reparação integral do dano.

Pelo exposto, e por demais razões, a (in) constitucionalidade da tarifação ao valor da indenização ao dano extrapatrimonial no âmbito do Direito do Trabalho é, atualmente, no ano de 2022, objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (ADI's n.º 6.050, 6.069 e 6.082), ações propostas pela ANAMATRA e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por desrespeitar princípios constitucionais.

## **7 AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE**

Conclui-se que os exames e, por fim, os julgamentos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade serão a resposta se os dispositivos constantes no Título II-A (do dano extrapatrimonial) da CLT são constitucionais ou se não o são. Demonstrou-se no decorrer da

pesquisa que há fundamentos para se comprovar afrontas aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da isonomia e da reparação integral, possibilitando um entendimento e uma visão crítica sobre o assunto, inclusive sobre o que for decidido nos julgados das ADI's.

Contudo, antes, é importante conhecer como funcionam as referidas Ações. Primeiramente, aponta-se o “controle concentrado”: por meio deste acontecerão as ações específicas, e dentre elas a Ação Direta de Inconstitucionalidade. Este controle examina e discute uma tese, em abstrato (e não um caso concreto), a revelar se determinada lei ou ato normativo em tese são constitucionais, ou não. Chama-se “concentrado”, pois figura um único tribunal (STF).

Caso considerado inconstitucional há a nulidade do ato normativo, que não produz efeitos, ou seja, a tarifação do dano extrapatrimonial será reconhecida nula desde o surgimento da Reforma Trabalhista. É o que poderá acontecer nas ADI's de n. 6.050, 6.069 e 6.082, com pedido de declaração de inconstitucionalidade dos arts. 223-A e 223-G, §§1º e 2º, da CLT, fundamentado na violação aos princípios da isonomia, da reparação integral do dano, da proteção do trabalho, do retrocesso social, da independência do magistrado/livre convencimento, da proporcionalidade, da razoabilidade.

Por fim, à vista de todo o conteúdo apresentado, considerando-se que as ADI's já em pauta no STF, abordando uma série de princípios, dos quais apenas alguns foram analisados pelo presente estudo, enseja que os dispositivos da CLT de que tratam da tarifação do dano extrapatrimonial sejam declarados inconstitucionais. Consequentemente, a possibilitar o magistrado trabalhista a analisar cada caso concreto com sua decisão fundamentada, podendo quantificar um valor justo, proporcional e razoável para a indenização por danos extrapatrimoniais.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho pretendeu analisar a (in) constitucionalidade da tarifação do dano extrapatrimonial na Justiça do Trabalho ante a violação a princípios constitucionais da isonomia, da reparação integral e da dignidade da pessoa humana, utilizando da pesquisa de revisão bibliográfica. Justificando-se pelos questionamentos e críticas pertinentes acerca do assunto e ainda, pelas consequências diretas ao trabalhador que busca a justiça especializada com o intuito de reparar determinado dano.

Visando atingir uma compreensão acerca dos fundamentos da razão pela qual a aplicação tarifada deste dano é uma violação aos princípios anteriormente listados, a fim de auxiliar numa visão crítica dos julgados das Ações Diretas de Inconstitucionalidade que versam e julgarão sobre o assunto, verificou-se que os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho de que tratam da tarifação do dano extrapatrimonial devem ser declarados inconstitucionais.

A inconstitucionalidade se dá, especialmente, pelas disposições previstas no art. 223-G, §1º, da CLT que exprimem uma afronta aos princípios constitucionais, não somente os analisados pela presente pesquisa, bem como também aqueles em que se percebem nos pedidos das Iniciais das ADIs. Destarte, a hipótese de inconstitucionalidade se confirmou com a análise principiológica e com a consulta aos artigos do Título II-A da CLT.

Sendo assim, a medida trazida pela Reforma em tarifar o valor indenizatório dos referidos danos, viola os princípios constitucionais: da isonomia, por significar um tratamento desigual diante de ofensas a mesmas lesões de direitos; da dignidade da pessoa humana, por julgar pelo viés financeiro, o colocando acima da pessoa humana; e da reparação integral, ao passo que a sistemática impõe limitar o valor da indenização, não recompondo os danos sofridos.

Ao decorrer do trabalho, os julgamentos das ADI's 6.050, 6.069 e 6.082 poderão acontecer e responder juridicamente à questão, se constitucional ou não, de modo que, a depender do julgamento, possa haver pontos trabalhados em outras oportunidades de pesquisa. Agora, com a pesquisa realizada, estão elucidados e claros os motivos, pelos quais há de se discutir sobre a inconstitucionalidade da tarifação trabalhista aos danos extrapatrimoniais com vista aos princípios positivados na Constituição Federal.

## **REFERÊNCIAS**

ALVARENGA, Rúbia; BOUCINHAS FILHO, Jorge. O dano existencial e o Direito do Trabalho. Brasília. **Rev. TST**, v. 79, n. 2, 2013.

ANAMATRA. **2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho**. Enunciado Aglutinado n. 5. Comissão 2. 2017. Disponível em: [https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto\\_RT\\_Jornada\\_19\\_Conamat\\_sit\\_e.pdf](https://www.anamatra.org.br/attachments/article/27175/livreto_RT_Jornada_19_Conamat_sit_e.pdf). Acesso em: 06 fev. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6050**. Relator Min. Gilmar Mendes. Brasília, DF. 19 dez. 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5612680>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 31 ago. 2022.

CARDOSO, J. A.; FERREIRA, J. G.; FABRÍCIO, R. C. O tabelamento do dano extrapatrimonial trabalhista: apontamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a inconstitucionalidade do artigo 223-G da CLT. **Anais do III Congresso Internacional da Rede Ibero-americana de Pesquisa em Seguridade Social**, nov. 2021.

CASSAR, Volia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 7. ed. Niterói: Impetus, 2012.

DELGADO, M. G. DELGADO, G. N. **A reforma trabalhista no Brasil**: com comentários à Lei 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

GARCIA, G. F. B. **Reforma trabalhista**. 3. ed. Salvador: Juspodvm, 2018.

LIMA, D. T. **O dano extrapatrimonial nas relações de trabalho**: análise sobre a inconstitucionalidade proveniente da reforma trabalhista. 37 f. TCC (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2021.

LIMA, A. L. A.; FREITAS JUNIOR, M. G. L. de. Dano extrapatrimonial na lei 13.467/2017, de 13 de julho: um olhar luso-brasileiro da figura do dano moral na relação laboral. **Temas contemporâneos do direito**, v. 1, Rio Grande do Norte, p. 190.

OLIVEIRA, I. S. L.; SANTOS, M. S.; FREITAS, Í. E. V. B. Reforma Trabalhista: A Inconstitucionalidade da Tarifação do Dano Moral e a Afronta a Princípios. **Graduação em Movimento – Ciências Jurídicas**, v. 1, n. 1, dez. 2021.

PESSOA, J. G.; SANTIAGO, E. D. C. A precificação do dano moral após a Reforma Trabalhista: uma análise com vista ao princípio da isonomia e da dignidade da pessoa humana. **Revista Vox**, n. 12, jul-dez. 2021.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho esquematizado**. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014. p. 427.

ROSA, B. C. da C. **O dano moral e a tarifação na reforma trabalhista**. 2018.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso. **Princípio da reparação integral**: indenização no Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIEIRA, M. A. S. **Dano extrapatrimonial no sistema tarifário trabalhista brasileiro**: crítica sob a luz do direito fundamental à isonomia. 2022. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/9124>. Acesso em: 01 set. 2022.

## **LIMITAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO ANIMAL EM ANALOGIA À JORNADA DE TRABALHO HUMANO**

*Leonardo Kennedy Moreira Marques<sup>1</sup>*

*Ana Celuta Fulgêncio Taveira<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho terá o objetivo de mostrar a evolução jurídica dos direitos humanos, bem como a evolução jurídica dos direitos dos animais, especialmente dos animais laborais. Um animal laboral ou um animal de trabalho, é aquele que é domesticado, manso e pacífico, que trabalha em prol da construção de patrimônio do seu proprietário. A diversidade dos animais laborais se dá desde os pequenos, como a abelha (produtora de mel) e o cão (farejamento e ações policiais), até os gigantes, como os elefantes (tração de cargas pesadas) e o “rei da selva” (exposição em circos). O uso de animais para o trabalho é considerado por muitos como escravidão animal, levantando preocupações com os direitos destes. O presente abordará o surgimento dos direitos dos animais no ordenamento jurídico mundial, assim como o surgimento da Lei n. 9.605/98 no Brasil. Em geral, essas legislações usualmente sempre zelam pelo bem estar e proteção dos animais, se olvidando quanto à limitação da jornada de trabalho, em muitos casos levando a óbitos por motivo de exaustão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito dos Animais. Animal Laboral. Limitação. Jornada de Trabalho. Lei n. 9.605/98.

**ABSTRACT:** This work will aim to show the legal evolution of human rights, as well as the legal evolution of animal rights, especially working animals. A working animal or a working animal is one that is domesticated, tame and peaceful, that works to build its owner's heritage. The diversity of working animals ranges from small ones, such as the bee (honey producer) and the dog (sniffing and police actions), to the giants, such as elephants (drawing heavy loads) and the “king of the jungle” (circus exhibition). The use of animals for work is considered by many to be animal slavery, raising concerns about animal rights. This will address the emergence of animal rights in the world legal system, as well as the emergence of Law No. 9605/98 in Brazil. In general, these legislations usually always care for the well-being and protection of animals, forgetting about the limitation of the working day, in many cases leading to deaths due to exhaustion.

**KEYWORDS:** Animal rights. Labor Animal. Limitation. Working Day. Law n. 9.605/98.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Aparecida de Goiânia - GO. E-mail: leokennedy1@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser. Mestre em Direito e Doutora em Educação. Orientadora do presente trabalho. E-mail: anaceluta@unifan.edu.br.

## **1 INTRODUÇÃO**

Para discorrer sobre os direitos dos animais, é necessário regressarmos ao início de nossa civilização e entender o surgimento do ser humano como personalidade de direito. A concepção filosófica e histórica do direito é totalmente antropocêntrica, ou seja, sempre voltada para o homem apenas. Grandes civilizações no passado, na intenção de expandir território e patrimônio, quando colonizavam outras nações, escravizavam aqueles que haviam vencido, apropriando-se deles como se coisas ou objetos fossem.

Em nosso país, no ano de 1888 se abolia a escravidão, proibindo a comercialização e escravização de seres humanos. Muito recente. A proibição da exploração do trabalho escravo é totalmente baseada em um princípio norteador de nossa constituinte: A Dignidade da Pessoa Humana. Este princípio possui dois pontos importantes para sua criação. O primeiro, trata-se da Revolução Norte-Americana que culminou na independência dos Estados Unidos da América, em 4 de julho de 1776. O segundo ponto, a Revolução Francesa, que ocorreu entre 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799.

Nesse mesmo sentido, Barroso (1998, p. 296) entende: “Dignidade da pessoa humana é uma locução tão vaga, tão metafísica, que embora carregue em si forte carga espiritual, não tem qualquer valia jurídica. Passar fome, dormir ao relento, não conseguir emprego são, por certo, situações ofensivas à dignidade humana”.

O antropocentrismo no direito serviu (aliado à ciência eugenista) para justificar a escravização de pessoas não europeias (negros, indígenas e indianos) sob o pretexto de que eram uma raça inferior de seres e que deviam servir aos verdadeiros humanos, ou seja, os europeus. Essa ideia se perpetua com o acontecimento da 2ª Grande Guerra Mundial, onde um povo se julga superior aos demais, tratando seres humanos como animais. Há poucos anos atrás (apenas 70) a Declaração Universal dos Direitos Humanos, definiria em nosso planeta, que nós como seres humanos, não poderíamos tratar um outro ser humano como animal ou objeto, coibindo e proibindo assim a escravidão. (Organização das Nações Unidas, 10/12/1948).

Portanto, é um desafio enorme positivar os direitos de animais laborais, haja vista que foi necessário estabelecer normas e tratados internacionais para que Humanos deixassem de tratar Humanos como animais laborais. Uma sociedade em que até pouco tempo atrás julgava o semelhante como um animal laboral, demorará quanto tempo ainda para entender que os híbridos detêm direitos e limitações?

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia aplicada para o desenvolvimento do artigo será fundamentada pelo método científico hipotético-dedutivo, com pesquisas bibliográficas, utilizando das contribuições dos diversos autores que trabalham com a temática, desenvolvida por meio de pesquisa em livros, artigos, trabalhos científicos, leis, jurisprudências, entre outros.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para que se começasse a pensar em interesses dos animais, foi necessária uma transformação de pensamento de um novo homem, buscando reconhecer no outro o direito que lhe assiste, ou seja, um olhar pós-humanista da sociedade, colocando em evidência as disparidades da sociedade pós-moderna, levando o pensamento a coisas óbvias que ainda ninguém havia positivado em lei, trazendo uma crise: O ser Humano é perfeito demais e o mundo não é complexo? As relações não são complexas?

Na constituinte brasileira se estabelece o pluralismo como fundamento, dessa maneira, a ciência jurídica é obrigada a dar respostas aos diferentes assuntos existentes na sociedade pluralizada. Entendendo haver diferença, se busca o elemento que une aqueles que são semelhantes, devendo respeitar e reconhecer a diferença de cada um.

Contudo, tratar bem os animais e estabelecer limites na sua jornada de trabalho não pode se restringir a simples moralidade, uma vez que, mais uma vez, a constituinte permite a interpretação que leve em consideração a individualidade do animal, ao dirigir a este um mandamento de não crueldade. Nossa constituição é a primeira e única no mundo a trazer no seu bojo a regra da proibição da crueldade contra os animais (Artigo 225, § 1º, VII).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:  
[...]

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.”

Podemos notar que a proibição das práticas que submetam os animais à crueldade se funda na dignidade animal, de índole individual, decorrente da senciência e consciência animal, ou seja, sua capacidade de sentir e experimentar sofrimento.

Reconhecendo os animais como sujeitos de direito, reconheceremos então uma relação jurídica entre o humano e o não humano. O direito avança para reconhecer até onde essa relação pode ir. Ora, se existe uma agressão ao animal laboral de alguém, este ataque não se dá apenas diretamente ao próprio animal, mas também ataca a dignidade da pessoa humana do seu proprietário e ataca seus direitos garantidos.

O crime de maus-tratos a animais, previsto no artigo 32 da Lei Ambiental (n. 9.605/98) ganhava muitos críticos em relação as penas ali previstas, que se classificavam como infração de menor potencial ofensivo. Em atendimento a essa reação crítica da sociedade diante da subestimação de certos atos cruéis efetivados contra animais por pessoas que aparentemente não possuem sentimento de empatia ou piedade, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei n. 14.064/20 para criar uma forma qualificada dessa infração penal, com previsão de pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda de animais.

Lei n. 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998:

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

[...]

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei n. 14.064, de 2020)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

E se esse animal for laboral? Não teria então o proprietário prejuízo em seu patrimônio? Sua renda não seria comprometida? O estado então começa a ter uma dupla proteção do direito: 1) a garantir direitos subjetivos protegidos pelo Estado; e 2) a preservar eventuais violações por parte dos particulares.

A grande maioria desses animais laborais (senão todos), ao final de sua vida de trabalho, ainda assim, é utilizada como alimentos, tendo o consumo de sua carne como

alimentação ou até mesmo a utilização de seu corpo na confecção de muitos outros produtos, a exemplo o couro.

O fato de não se ter limitação da jornada de trabalho desses animais (como a dos humanos) faz com que em alguns casos, o uso desses animais extrapole o limite da moral e bom senso, e inclusive com seus respectivos proprietários fazendo-os trabalharem até o limite, causando a morte por fadiga e exaustão.

Historicamente, sabe-se que esses animais de trabalho são usados desde os primórdios da humanidade. Nossos ancestrais caçadores-coletores usavam cães para caça e já usavam os bovinos para ararem os campos. A relação estabelecida entre humanos e animais não-humanos fundou-se com o fito de se ter a dominação. Um dos primeiros ordenamentos jurídicos de que se tem registro (a bíblia sagrada), narra a criação do homem e dos animais:

E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra. E disse Deus ainda: Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície de toda a terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente; isso vos será para mantimento. E a todos os animais da terra, e a todas as aves dos céus, e a todos os répteis da terra, em que há fôlego de vida, toda erva verde lhes será para mantimento. E assim se fez. Viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom. Houve tarde e manhã, o sexto dia (Gênesis 1:28-31).

Narra também a história da queda do homem e responsabiliza por essa queda uma mulher e um animal. Desse momento em diante, passou a ser claramente permitido matar animais. Narra o livro sagrado que o próprio Deus vestiu Adão e Eva com peles de animais antes de os expulsarem do Paraíso. Um dos filhos do casal (Abel) era pastor de ovelhas e sacrificava animais do seu rebanho em honra do Senhor. Narra também em seguida, o Dilúvio. Nesse episódio, o restante da criação foi quase toda eliminada para punir a maldade do homem. Quando as águas baixaram, Noé agradeceu a Deus queimando oferendas de “animais e aves de toda a espécie pura”. Deus abençoou Noé e os seus filhos, dizendo:

Deus abençoou Noé e os seus filhos, dizendo o seguinte: — Tenham muitos filhos, e que os seus descendentes se espalhem por toda a terra. Todos os animais selvagens, todas as aves, todos os animais que se arrastam pelo chão e todos os peixes terão medo e pavor de vocês. Todos eles serão dominados por vocês (Genesis 9:1-2).

O código de ética cristão inclusive traz a baila em suas sagradas escrituras a comparação de coisa ou objeto aos não humanos, inclusive na sua legislação sobre animais de outrem:

Sobre toda questão litigiosa, sobre boi, sobre jumento, sobre gado miúdo, sobre roupas, sobre toda coisa perdida, de que alguém disser que é sua, a causa de ambos será levada perante os juízes; aquele a quem condenarem os juízes o pagará em dobro ao seu próximo. Se alguém der a seu próximo um jumento, ou boi, ou ovelha, ou qualquer animal para guardar, e ele morrer, ou ficar aleijado, ou for afugentado, ninguém o vendo, então haverá juramento do Senhor entre ambos, que não pôs a sua mão nos bens do seu próximo; e seu dono o aceitará, e o outro não o restituirá. Mas se lhe for furtado, pagá-lo-á ao seu dono (Exôdo 22:9-12).

Os animais têm servido como instrumento dos desejos humanos ao longo dos anos, tendo seu valor reconhecido a depender da forma que são usados e com a finalidade econômica atribuída. Os destinados para alimentação (bovinos, aves, peixes e suínos) e para o labor e locomoção (equinos).

Nesta relação, o direito somente existia para proteger interesses vinculados ao empenho humano, não havendo consideração moral, ética e jurídica do animal, ou respeito a seus limites.

A forma de pensar em relação aos animais, só aconteceria quando autores como Jeremy Bentham (1748-1832) e Henry Salt (1851-1939), de dentro do próprio sistema jurídico, motivaram os próprios operadores a pensarem sobre o sofrimento do animal e criar medidas para evitar estas situações extremas.

Nosso ordenamento jurídico já responsabiliza o proprietário do animal que causa prejuízo a terceiros. Ora, cobra-se responsabilidade dos proprietários desses seres e não limitamos sua jornada de trabalho?

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de ainda não se ter a regulamentação específica para limitar a jornada de trabalho animal, conclui-se parcialmente que a “dignidade animal” traz uma nova relação entre as normas positivadas e o sistema de valores sociais, direcionando de fato a uma obrigação moral direta com os animais não-humanos, não sendo correto tratá-los indignamente ou obrigá-los a trabalharem exaustivamente, visto terem direitos. Existe verdadeiramente o reconhecimento do valor dos animais não-humanos, asseverando seu *status* de sujeito-de-uma-vida.

O “Direito do Animal” no Brasil, se torna um campo novo do mundo jurídico com leis e princípios próprios (Lei n. 9.605/98), nascendo da relação jurídica que coexiste entre

humanos e não-humanos, ou seja, o comportamento comum entre o humano em correspondência com os interesses juridicamente protegidos dos não-humanos.

O estudo dos direitos desses animais não humanos, evolve uma diversidade de leis e jurisprudências existentes com o interesse dos não-humanos, como objetivo:

- a) A possibilidade poder pensar diferente como ferramenta extremamente valiosa para evolução dos conceitos jurídicos (pluralismo);
- b) O respeito, moral e bom senso entre as espécies;
- c) A possibilidade de um não humano ter direitos.

Não obstante, é de se propor algumas reflexões para o amadurecimento teórico sobre o direito animal.

- 1) A competência para tal julgamento seria a da Justiça do Trabalho?
- 2) É possível assalariar ou remunerar o animal não-humano?
- 3) Existe a forma de um animal senciente expressar a vontade ou necessidade de trabalhar?
- 4) Quais seriam os órgãos de fiscalização e garantias à aplicação da lei se ela existir?

Por fim, imperioso é esclarecer que as indagações trazidas não tem o condão de esgotar o assunto ou a matéria, mas sim, iniciar uma discussão sobre a problematização do direito animal, efetuando o convite para a comunidade jurídica debruçar sobre o tema.

Conclui-se também, que a constituição deixou tudo mais fácil para a possibilidade da pós-humanização, principalmente por ter ideais que ultrapassam os seres humanos, reconhecendo um valor em si inerente a todos os animais não-humanos, permitindo, através de seu texto, uma interpretação que contemple a dignidade animal.

O constituinte, ao dirigir um dever de proteger os animais não-humanos, veda categoricamente a submissão dos animais à crueldade, não deixando espaço para ponderações, pois, como entendido, não se pode sopesar/ponderar a crueldade, sendo necessária uma realização por completo deste mandamento.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 146.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. **Revista dos Tribunais**, v. 797, ano 91, p. 11-26. São Paulo: RT, Março de 2002. p. 19.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 1-42, 2005.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira**. 7. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FELIPE, Sônia T. Dos Direitos morais aos Direitos Constitucionais: Para além do especismo elitista e eletivo. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 2, ano 2, p. 143-159, jan./jun. 2007.

FELIPE, Sônia T. Fundamentação ética dos direitos animais. O legado de Humphry Primatt. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 1, ano. 1, p. 221, jan./jun. 2006.

LOURENÇO, Daniel. **Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008. p. 491.

NUSSBAUM, Martha C. Para além de compaixão e humanidade: justiça para animais não-humanos. In: MOLINARO, Carlos Alberto *et al.* (Orgs.). **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária**. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 85-126.

RAWLS, John. **Uma teoria de justiça**. 2. ed. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 369-379.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias**. Porto Alegre: Lugano, 2006. p. 52-53; 61.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro, Graal, 1989. p. 31.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010. p. 124 e ss. Salvador: Evolução, 2007. p. 146; 179.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Animais em juízo**. Salvador: Evolução, 2012. p. 137.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: em busca do direito justo**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 129.

## **O ACESSO E A GRATUIDADE DE JUSTIÇA NOS JUIZADOS CÍVEIS DE APARECIDA DE GOIÂNIA/GO**

*Ademir Batista Castorino<sup>1</sup>*

*Ana Celuta Fulgêncio Taveira<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O acesso à justiça, embora formalmente instituído, ainda é de difícil concretização para a população de baixa renda. Em Aparecida de Goiânia/GO, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021 viviam cerca de 600 mil pessoas, com renda mensal de cerca de 2,0 salários mínimos e, nesse contexto, o tratamento dado ao instituto da gratuidade da justiça pode promover ou dificultar o acesso à justiça no segundo município mais populoso do Estado de Goiás. Este trabalho investigará, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, as decisões interlocutórias e sentenças do 1º e 2º Juizado Especial Cível de Aparecida de Goiânia/GO, proferidas durante o ano de 2021, disponíveis no Processo Judicial Digital – PROJUDI. O objetivo é conhecer o tratamento dado à gratuidade da justiça, se o benefício é ou não concedido, bem como quais fundamentos legais e constitucionais são utilizados pelos magistrados no momento de sua decisão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gratuidade de Justiça. Juizados Especiais. Aparecida de Goiânia/GO.

**ABSTRACT:** Access to justice, although formally instituted, is still difficult for the low-income population to achieve. In Aparecida de Goiânia/GO, according to the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), in 2021 there were around 600 thousand people, with a monthly income of around 2.0 minimum intervals and, in this context, the treatment given to the institution of The gratuity of justice can promote or hinder access to justice in the second most populous municipality in the State of Goiás. This work will investigate, through a bibliographical review and documentary research, the interlocutory decisions and sentences of the 1st and 2nd Special Civil Court of Aparecida de Goiânia/GO, handed down during the year 2021, available in the Processo Judicial Digital - PROJUDI. The objective is to know the treatment given to the gratuity of justice, whether or not the benefit is granted, as well as what legal and constitutional grounds are used by magistrates at the time of their decision.

**KEYWORDS:** Gratuity of Justice. Special Courts. Aparecida de Goiânia/GO.

### **1 INTRODUÇÃO**

O dilema do acesso à justiça reside, em linhas gerais, no fato de que a sua mera previsão legal é de difícil concretização para a maioria da população, especialmente, aquela de baixa ou nenhuma renda.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 10º período do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, em 2022/2. E-mail: [consulteoabc@outlook.com](mailto:consulteoabc@outlook.com).

<sup>2</sup> Professora do curso de Direito do Centro Universitário Alfredo Nasser, Doutora em Educação. E-mail: [anaceluta@unifan.edu.br](mailto:anaceluta@unifan.edu.br).

Para mudar essa realidade, a Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, que criou os juizados especiais, foi um grande esforço no sentido de garantir o direito constitucional de acesso à justiça de forma ágil, informal e mais acessível, mas as elevadas despesas processuais acabam por obstaculizar esse direito fundamental de todo cidadão.

No Estado de Goiás a situação não é diferente, como aponta Cunha (2021, p. 1), em reportagem publicada no Jornal Opção:

A realidade paralela em que se encontra a forma de cálculos do TJGO é extremamente sem precedentes. Além do mais, a corregedoria aplicou uma atualização no valor das custas na casa dos 24%, fazendo da justiça de Goiás a quarta mais cara do país. A efeito comparativo, a atualização anterior (19/20) foi de pouco menos de 5%.

Nesse contexto de elevadas despesas processuais, o instituto da gratuidade da justiça, de que trata o Código de Processo Civil de 2015 ganha relevo na tentativa de restabelecer a ordem constitucional do amplo acesso à justiça, somando-se à implantação e consolidação dos juizados especiais, no atendimento dos mais necessitados.

Apesar de tais esforços, Aparecida de Goiânia/GO, município que, segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, possui cerca de 600 mil habitantes, sendo o segundo município mais populoso do Estado de Goiás, dispõe somente de três Juizados Especiais Cíveis.

Nesse cenário, o instituto da gratuidade ganha relevância como forma de minimizar os custos da população de baixa renda para acessar o Poder Judiciário na resolução de conflitos ou na concessão de direitos que não foram efetivados na esfera extrajudicial.

Objetivamente, o que se busca investigar é o tratamento dado ao instituto da gratuidade de justiça nos juizados especiais cíveis de Aparecida de Goiânia/GO, se os pedidos são, em geral, negados ou aceitos, bem como quais fundamentos legais e constitucionais são utilizados pelos magistrados quando tais pedidos são analisados.

## **2 METODOLOGIA**

Na pesquisa bibliográfica utilizaremos fontes constituídas por material já elaborado, basicamente livros e artigos científicos sobre o direito de acesso à justiça, assistência jurídica e a gratuidade de justiça.

O levantamento dos contornos legais do instituto da gratuidade de justiça será realizado mediante pesquisa na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988; na Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995 e; no Código de processo Civil de 2015 (CPC/2015).

A identificação do tratamento dado ao instituto da gratuidade de justiça nas decisões do 1º e 2º Juizado Especial Cível de Aparecida de Goiânia, também será feito a partir de uma pesquisa documental. Severino (2007, p. 122) entende a pesquisa documental como:

[...] fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Neste caso, analisaremos as decisões interlocutórias e sentenças do 1º e 2º Juizado Especial Cível de Aparecida de Goiânia/GO, proferidas durante o ano de 2021, disponíveis no Processo Judicial Digital – PROJUDI, com a divisão temporal descrita no quadro 1.

Quadro 1 – Pesquisa de decisões interlocutórias e sentenças

| 1º trimestre              | 2º trimestre | 3º trimestre |  | 4º trimestre |
|---------------------------|--------------|--------------|--|--------------|
| 1º Juizado Especial Cível |              |              |  |              |
| 05                        | 05           | 05           |  | 05           |
| 2º Juizado Especial Cível |              |              |  |              |
| 05                        | 05           | 05           |  | 05           |

A pesquisa de decisões interlocutórias e sentenças se limitará àquelas disponibilizadas na consulta pública nos primeiros 15 dias do primeiro mês de cada trimestre, de processos disponíveis no PROJUDI, dos juizados pesquisados, e que não envolvam processos em segredo de justiça.

Na primeira parte da pesquisa criaremos os esquemas de trabalho para estabelecermos o primeiro contato com os documentos, e decidirmos, após a leitura das decisões interlocutórias e sentenças, quais terão maior utilidade para a pesquisa.

Na segunda parte, após seleção dos documentos mais pertinentes, passaremos à leitura mais detalhada dos mesmos com vistas à codificação, classificação e categorização dos documentos. Por último, faremos um tratamento dos resultados e interpretação dos dados.

A ideia não é apenas quantificar as decisões, mas avaliar o tratamento dado aos pedidos de gratuidade de justiça, obtendo informações sobre a postura adotada pelos magistrados dos juizados especiais cíveis de Aparecida de Goiânia/GO, avaliando se os

pedidos são, em geral, negados ou aceitos, bem como quais os fundamentos jurídicos são utilizados no momento da decisão.

### **3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS**

O Centro Universitário Alfredo Nasser, por meio do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ Unifan), tem destacada promoção na assistência jurídica integral e gratuita, de forma judicial e extrajudicial, em várias áreas do direito, à população em situação de vulnerabilidade, residente em Aparecida de Goiânia/GO.

Os avanços trazidos pela Lei n. 9.099/93, que criou os juizados especiais, com o objetivo de garantir o acesso à justiça de forma ágil, informal e mais simples, são louváveis, mas insuficientes, seja porque limita a gratuidade ao primeiro grau de jurisdição, seja pela imposição de limite ao valor das causas.

Isso porque é enganoso pensar que os juizados especiais em geral, e os juizados cíveis em particular, são gratuitos na sua inteireza, o que não é verdade, como mostra o desenho institucional do art. 55, da Lei n. 9.099/95:

Art. 55. A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé. Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre dez por cento e vinte por cento do valor de condenação ou, não havendo condenação, do valor corrigido da causa (Brasil, 1995).

Portanto, mesmo no âmbito dos juizados especiais cíveis, o cidadão que não é beneficiário da assistência jurídica integral e gratuita, é obrigado a arcar com as custas e honorários em primeira instância, as quais pagará em caso de recurso, acrescidas dos honorários de advogado, a menos que lhe seja concedido pelo juízo o instituto da gratuidade da justiça de que trata o CPC/2015.

Por isso, saber como os Juizados Especiais Cíveis tratam o instituto da gratuidade de justiça, tendo em conta possível incompatibilidade entre as elevadas despesas processuais e o princípio constitucional do amplo acesso à justiça, ajuda a entender o alcance do acesso em determinado território.

Por exemplo, Aparecida de Goiânia/GO, segundo o IBGE (2022), em 2019, apresentava o salário médio mensal dos trabalhadores formais em cerca de dois salários

mínimos e, nesse contexto, o tratamento dado ao instituto da gratuidade da justiça pode promover ou obstaculizar o acesso à justiça aos seus 601.844 habitantes.

Curiosamente, se considerarmos o salário médio mensal dos trabalhadores formais aparecidenses, a grande maioria da população seria considerada necessitada para os fins de assistência pela Defensoria Pública do Estado (DPE-GO), segundo o critério de renda estabelecido pela Resolução CSDP n. 20/2016.

No entanto, no que toca à gratuidade de justiça, a Lei n. 14.376/02, no art. 65, se limita a dizer que o pagamento das custas, taxas e emolumentos, observará a Lei n. 9.099/95 e as tabelas anexas à própria lei estadual, sem tecer maiores considerações sobre eventuais requisitos a serem observados na concessão do benefício.

A tabela de custas dos juizados de que trata a referida lei é a Tabela XIX, citada a seguir apenas na parte dos juizados cíveis:

TABELA XIX  
ATOS DA SECRETARIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS  
A- Na área Cível  
[...];  
107 - Nos Recursos:  
Nas causas de valor até R\$ 1.500,00.....R\$50,00 acima R\$ 1.500,00, 4% do valor da causa.

NOTA: A esses valores devem ser acrescidas todas as despesas processuais dispensadas no primeiro grau, ressalvados os casos de assistência judiciária gratuita (Brasil, 1995).

Por força do art. 48 da Lei n. 14.376/02 os valores das custas poderão ser reajustados por ato do Corregedor-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado, anualmente, pelo IBGE.

No entanto, quando se vai ao Provimento n. 81/2021, o último a reajustar os emolumentos instituídos pela referida lei, e as custas de que trata a Resolução TJGO n. 81/2017, vê-se que ele inova em relação à Lei n. 14.376/02, conforme se verifica do seu Item 18:

18. As custas do Juizado Especial Cível será devidas em:  
I. Recurso inominado, aplica-se no que couber na Tabela II, mais 4% do valor da causa.  
[...];  
1º NOTA: Nos Juizados Especiais Cíveis, por ocasião da interposição de recurso, os valores devem ser apurados na forma indicada no item 18, I, ou seja, tratando-se de recurso inominado é devido 4% do valor da causa, aplicando-se no que couber a Tabela II, acrescido taxa judiciária, conforme estabelecido no art. 112,

I do Código Tributário do Estado de Goiás, no que diz respeito aos itens de custas previstas nesta resolução.

[...] (Estado de Goiás, 2002).

A inovação trazida pelo Item 18 do Provimento n. 81/202 consiste na aplicação, no que couber, na Tabela II, mais 4% do valor da causa, quando a Lei n. 14.376/02 determina exclusivamente a aplicação do percentual de 4% sobre o valor da causa, acrescidas as despesas processuais dispensadas no primeiro grau.

A Tabela II do Provimento n. 81/2021 na verdade foi instituída pela Resolução TJGO n. 81/2017 e vincula os valores das custas aos valores das causas, conforme se observa na Tabela II.

Parte 2 – PRIMEIRO GRAU

TABELA II

ATOS DOS ESCRIVÃES DO CIVEL

5. Processos de qualquer classe, assunto, natureza e rito, sobre o valor da causa:

| Causa                             | Custas        |
|-----------------------------------|---------------|
| I. até R\$ 2.000,00.....          | R\$ 418,03    |
| II. até R\$ 4.000,00.....         | R\$ 609,76    |
| III. até R\$ 8.000,00.....        | R\$ 832,93    |
| IV. até R\$ 12.000,00.....        | R\$ 936,37    |
| V. até R\$ 16.000,00.....         | R\$ 1.123,66  |
| VI. até R\$ 20.000,00.....        | R\$ 1.219,53  |
| VII. até R\$ 30.000,00.....       | R\$ 1.373,54  |
| VIII. até R\$ 40.000,00.....      | R\$ 1.442,69  |
| IX. até R\$ 80.000,00.....        | R\$ 2.564,78  |
| X. até R\$ 150.000,00.....        | R\$ 4.810,54  |
| XI. até R\$ 300.000,00.....       | R\$ 7.378,47  |
| XII. até R\$ 500.000,00.....      | R\$ 9.911,82  |
| XIII. até R\$ 800.000,00.....     | R\$ 12.446,75 |
| XIV. acima de R\$ 800.000,00..... | R\$ 16.553,23 |

(TJ-GO, 2021).

O Provimento n. 81/202 prevê a aplicação, no que couber, da Tabela II, mas entendemos que é o caso de aplicação exclusiva da Lei n. 14.376/02, dado que se esta ampara no art. 55 da Lei n. 9.099/95, segundo o qual, no caso de recursos, são acrescidas apenas as despesas processuais do primeiro grau.

Observada apenas a Lei n. 14.376/02, a tabela de custas dos juizados cíveis, qual seja, Tabela XIX, após a atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de dezembro de 2002, quando da publicação da lei, até dezembro de 2021, data do Provimento n. 81/2021, as custas dos juizados especiais cíveis teriam os seguintes valores:

TABELA XIX

ATOS DA SECRETARIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

A- Na área Cível

[...];

107 - Nos Recursos:

Nas causas de valor até R\$ 4.595,09.....R\$ 153,17 acima R\$ 4.595,09, 4% do valor da causa.

NOTA: A esses valores devem ser acrescidas todas as despesas processuais dispensadas no primeiro grau, ressalvados os casos de assistência judiciária gratuita (TJ-GO, 2021).

Ocorre que, a esses valores, deve-se acrescentar os valores da Taxa Judiciária (TXJ) conforme estabelecido no art. 112, I do Código Tributário do Estado de Goiás que, segundo as últimas atualizações é de R\$ 87,87 para causas de valor igual ou inferior a R\$ 17.576,96, o que inclui boa parte das causas dos juizados especiais cíveis.

Como as custas têm natureza tributária de taxa e o TJGO já cobra a TXJ pode ser que haja *bis in idem* na formação dos valores, mesmo assim, ainda é necessário, pelo Parágrafo Único do art. 55 da Lei n. 9.099/95, acrescentar as despesas processuais do primeiro grau no âmbito dos juizados especiais cíveis, pois são cobrados em caso de recurso.

Por fim, há ainda outras despesas incidentes sobre as custas que a pesquisa documental tem potencial para demonstrar, a exemplo dos atos sobre os quais incidem as despesas processuais do primeiro grau no âmbito dos juizados especiais cíveis, bem como os valores para que se chegue ao valor final das custas processuais.

## 4 CONCLUSÕES

Os primeiros resultados parciais indicam haver uma confusão entre os conceitos ou institutos da gratuidade da justiça e da assistência jurídica integral e gratuita que merecerá maior atenção, pois a primeira tem natureza processual, ao passo que a segunda tem natureza constitucional.

Os resultados preliminares indicam também que a assistência é oferecida pela Defensoria Pública do Estado (DPE-GO) e a gratuidade é concedida por decisão judicial, na forma da Lei Estadual n. 14.376, de 27 de dezembro de 2002.

No âmbito da assistência, a DPE-GO editou a Resolução CSDP n. 20/2016, que regulamentou os critérios e forma de aferição da necessidade econômica, jurídica, social e organizacional, e tratou da denegação do atendimento, prevendo em que necessitada é a pessoa natural com renda mensal de até três salários mínimos federais.

No entanto, no tocante à gratuidade de justiça, a Lei n. 14.376/02 no art. 65, se limita a dizer que o pagamento das custas, taxas e emolumentos, observará a Lei n. 9.099/95 e as tabelas anexas à própria lei estadual, sem tecer maiores considerações sobre eventuais requisitos a serem observados na concessão do benefício.

Ao que tudo indica, houve uma inovação trazida pelo Item 18 do Provimento n. 81/2002, que consiste na aplicação na Tabela II, mais 4% sobre valor da causa, quando a Lei n. 14.376/02, aplica apenas o percentual de 4%, acrescidas às despesas processuais dispensadas no primeiro grau.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 jan. 2022.

CUNHA, Márcio M. Custas judiciais reajustadas em 24%. **Jornal Opção**, Caderno de Cultura, Goiânia/GO, 24 out. 2021. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/opcao-juridica/custas-judiciais-reajustadas-em-24-359071/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual n. 14.376, de 27 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre o Regimento de Custas e Emolumentos da Justiça do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/81941/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA (IBGE). **Aparecida de Goiânia – Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aparecida-de-goiania/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (TJ-GO). **Provimento n. 81, de 15 de dezembro de 2021**. Reajusta os Emolumentos da Tabela II e das Tabelas XIII a XVIII, que integra a Lei n. 14.376/2002, bem como as tabelas de custas da Resolução n. 81/2017. Disponível em: <https://www.oabgo.org.br/arquivos/downloads/provimento-na770-81-2021-1731351.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

**PESQUISAR +**  
**A ciência em processo e seus resultados**  
**Volume 3**

## **TRABALHOS DISCENTES PREMIADOS**

**LINHA DE PESQUISA: Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**

**ISBN: 978-65-89165-15-6**

## **A PANDEMIA POR COVID-19 E A POPULAÇÃO TRANS: outra invisibilidade?**

*Abmael Cruz Amaral<sup>1</sup>*

*Leticia Pereira Belo<sup>2</sup>*

*Vinicius Novais Gonçalves de Andrade<sup>3</sup>*

**RESUMO:** A pandemia provocada por COVID-19 provocou inúmeras mortes no mundo inteiro, e expôs as vulnerabilidades sociais e estruturais da sociedade brasileira contemporânea, ressaltando a população trans. O ano que mais matou pessoas trans no Brasil foi 2020, colocando-o como o país com maior taxa de assassinatos à população trans. Desta maneira, essa pesquisa tem o objetivo de analisar se a pandemia do COVID-19 fortaleceu a invisibilidade social experimentada pela população trans diante de um contexto em que medidas de isolamento social foram adotadas para conter o avanço do vírus Sars-CoV-2. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura a partir de artigos e livros. Foram utilizados os descritores “População LGBTQIA+” e “Pandemia” nas bases de dados científicos *SciELO*, *PePsic*, e o Google Acadêmico. Os resultados da pesquisa apontaram para definições conceituais de gênero (e os termos trans, transexual, travesti e transgênero); discussões sobre a pandemia de COVID-19 e sobre as consequências da pandemia para a população trans brasileira. Concluímos que o processo pandêmico acentuou a invisibilidade desse grupo populacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Covid-19. Trans. Gênero. Invisibilidade Social.

**ABSTRACT:** The pandemic caused by COVID-19 caused countless deaths worldwide, and exposed the social and structural vulnerabilities of contemporary Brazilian society, highlighting the trans population. The year that most killed trans people in Brazil was 2020, placing it as the country with the highest rate of murders of the trans population. In this way, this research aims to analyze whether the COVID-19 pandemic has strengthened the social invisibility experienced by the trans population in a context in which social isolation measures were adopted to contain the spread of the Sars-CoV-2 virus. This is a narrative literature review based on articles and books. The descriptors “Population “LGBTQIA+” and “Pandemic” were used in the scientific databases ScieLo, PePsic, and Google Scholar. The research results pointed to conceptual definitions of gender (and the terms trans, transsexual, transvestite and transgender); discussions about the COVID-19 pandemic and the consequences of the pandemic for the Brazilian trans population. We conclude that the pandemic process accentuated the invisibility of this population group.

**KEYWORDS:** Covid-19. Trans. Gender. Social Invisibility.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 8º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: abmaelcruzamaral@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser. E-mail: letbelo8@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Psicologia. Doutor em Psicologia pela PUC Goiás (com período de doutorado sanduíche na Universidade do Porto na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação). Mestre em Psicologia (PUC - Goiás). Psicólogo graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Psicanalista. Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário Alfredo Nasser e docente da mesma instituição. Contato: viniciusnovais@unifan.edu.br.

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia global ocasionada pela COVID-19, no ano de 2020, no Brasil, matou aproximadamente 587 mil pessoas, até o presente momento, no território nacional. Com isso, inúmeros problemas sociais, econômicos e políticos existentes anteriormente, se fortaleceram. De forma paralela, no ano de 2020 o Brasil foi o país que mais matou pessoas da população trans (travestis e transexuais) ao redor do mundo.

Uma classe que é marginalizada em nossa sociedade é a das travestis e transexuais (transgêneros ou simplesmente trans), no qual são consideradas minorias sociais e, devido a fatores de cisnormatividade e heteronormatividade, são alvos de atos de discriminação e violência (Cruz *et al.*, 2020). Os marcadores de gênero, raça, nível socioeconômico estão presentes a todo o momento em uma sociedade, e não parecem com o início de uma pandemia global, ao contrário, tendem a se intensificarem e evidenciarem as enormes vulnerabilidades sociais.

Em outras palavras, a invisibilidade social da população trans tende a aumentar o número de violências sofridas por esta população. Deste modo, se faz necessário pensar como o isolamento social impacta as populações que vivem, culturalmente, como escórias da sociedade, (Dourado; Gomes; Souza, 2020).

Conforme Jesus (2012, p. 7), a transexualidade pode ser definida como

uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho. Ela é identificada ao longo de toda a História e no mundo inteiro. O que importa é que a transexualidade não é uma benção nem uma maldição, é apenas uma condição, como tantas outras. A resposta mais simples e completa que define as pessoas transexuais é a de que: Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem.

Do ponto de vista identitário de gênero, as travestis podem ser caracterizadas como:

pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem adjetivadas no masculino: AS travestis, sim. Os travestis, não. A nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, e acabam, em sua maioria, sendo forçadas a trabalharem como profissionais do sexo. Entretanto, nem toda travesti é profissional do sexo (Jesus, 2012, p. 9).

Pelo exposto, este artigo tem como objetivo, analisar se com a experiência da pandemia de COVID-19, a invisibilidade social da população trans se potencializou diante um contexto em que medidas de isolamento social são adotadas, prejudicando diretamente profissionais autônomos, como é o caso desta população, em que 90% das mulheres transexuais e travestis trabalham com a prostituição por falta de oportunidades de emprego, (Dourado; Gomes; Souza, 2020).

Inicialmente faremos uma discussão acerca dos aspectos relativos ao gênero, e como ele pode ser explicado como uma construção sócio-histórica e de discurso. Em seguida, descreveremos o que é COVID-19 e como a mesma ressalta as desigualdades sociais. E por fim, o estudo relacionará os efeitos de COVID-19 na população trans, analisando se as consequências da pandemia intensificam a invisibilidade sofrida pelos mesmos.

## **2 METODOLOGIA**

Para construção desta pesquisa foi utilizada uma metodologia de revisão narrativa de literatura que, do ponto de vista de suas características, “possui caráter amplo e se propõe a descrever o desenvolvimento de determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual, mediante análise e interpretação da produção científica existente” (Hirt, 2016, p. 9). Foi realizada a busca por livros e artigos nas plataformas *online* de informações científicas como *Scielo*, *Pepsic* e Google Acadêmico, com os descritores “População LGBTQIA+” e “Pandemia”. O critério de seleção/inclusão se deu pelos anos de publicação, a partir de 2017 (portanto, dos últimos 05 anos para manter a atualidade das discussões), e que tivessem relação com os temas: gênero, grupo populacional trans e pandemia por COVID-19. Assim, observou-se a necessidade de elucidar sobre gênero, COVID-19 e a tentativa de construir conhecimento científico sobre as formas pelas quais a população trans foi afetada pelo momento pandêmico contemporâneo.

### 3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

#### 3.1 Discussões preliminares sobre Gênero

Segundo Butler (2015), o gênero é uma categoria performativa porque é formado pela estilização de repetições. Para ela, o gênero não pode ser entendido como algo sólido, mas constituído como algo que se repete na história. A concepção de performatividade tem uma função importante na construção e desconstrução de gênero, pois o gênero é formado perante os atos que o sujeito executa em suas relações sociais e de poder (Recke, 2018).

Butler (2016) utiliza dois conceitos importantes para construir sua argumentação sobre performatividade de gênero, que é a ideia de iterabilidade e citacionalidade. A autora afirma que na exigência social da repetição das normas que habita a força e a vulnerabilidade do ato performativo; a repetição é o que assegura a força da lei, mas é, também, o que permite o seu desacerto de curso (Viana, 2020).

Assim, para Butler (2015, p. 69), o gênero “[...] é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. De acordo com Butler (2015 *apud* Recke, 2018, p. 13), “Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum, pois não há nenhuma ‘essência’ que ele expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire”. Em síntese, masculinidades e feminilidades não são naturais e a anatomia não é um destino e um fim último para a experiência de gênero. Os efeitos da naturalização das masculinidades e feminilidades mostram-se na montagem de hierarquias de poder e subordinação e nos acessos e não acessos sociais de algumas expressões de gênero em detrimento de outras, como no caso da pandemia por COVID-19.

#### 3.2 Pandemia por COVID-19

Em dezembro de 2019 a China foi surpreendida por um acontecimento catastrófico, o surgimento do SARS-CoV-2, o qual, logo em seguida, invadiu todos os continentes causando uma pandemia impensada anteriormente; algo que a população de todos os continentes teve que enfrentar e que mostra seus efeitos negativos até o momento atual (Nunes *et al.*, 2020).

Vários países programaram uma série de intervenções para a redução dos danos provocados pela pandemia. Uma dessas intervenções incluiu o isolamento e distanciamento

social. Tais medidas foram implantadas de modo gradual e diferentes de acordo com os aspectos culturais, socioeconômicos, de características dos sistemas políticos e de saúde de cada país (Aquino *et al.*, 2020).

Para Estrela *et al.* (2020), a instauração da pandemia repercutiu de maneira avassaladora em pessoas que já estavam em situação de vulnerabilidade social por conta da ausência do trabalho, condições inadequadas de moradia e dificuldade de acesso aos serviços de saúde, ou seja, esses sujeitos já eram atingidos, principalmente aqueles com menores rendas e condições sociais desfavoráveis, como a população trans, e continuam sendo atingidos.

### **3.3 A população Trans e a Pandemia por COVID-19: reafirmação de processos de invisibilidade?**

Ao longo da história, a população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais) esteve mais exposta a violências, mortes e violações de direitos e, no período de pandemia ocasionada pela COVID-19, esses eventos tenderam a se intensificar. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2021), houve um aumento recorde de assassinatos contra travestis e mulheres trans no ano de 2020, sendo considerado o ano com maior número de mortes contra esta população no Brasil, totalizando 175 assassinados, e revelando um aumento de 201% em relação ao ano de 2008.

Logo, esses dados nos revelam uma realidade social cruel. Em 2019, de acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil foi o país com o maior número de homicídios de pessoas trans em todo o mundo (Dourado; Gomes; Souza, 2020).

Estatísticas recentes apresentadas pela equipe do *Transrespect versus Transphobia World Wilde – TvT*<sup>4</sup>, entre os anos de 2019 e 2020, o Brasil apresentou um total de 350 casos de assassinatos, permanecendo como o país com mais mortes em todo o mundo. A partir dos números elencados, é possível compreender que o estigma e preconceito contra pessoas trans vão além dos problemas intrínsecos a COVID-19, se constituindo como uma organização estrutural presente na atual sociedade.

A ANTRA, em seu boletim n. 2/2020, registra que se acreditava que durante a pandemia do COVID-19, os números de assassinatos contra as pessoas trans diminuiriam

---

<sup>4</sup> As atualizações dos resultados estão publicadas no site da TvT. Disponível em: <http://transrespect.org/en/transmurder-monitoring/tmm-resources>.

devido à obrigação do isolamento social, entretanto, os dados revelam um contexto em que as vulnerabilidades sociais aumentaram, mesmo diante um cenário de crise sanitária.

A COVID-19 trouxe uma pandemia global, e, historicamente quando ocorre uma crise sanitária, a sociedade tende a passar por mudanças. Trazendo para o contexto atual, as mudanças que o vírus ocasionou afetaram, principalmente, as minorias sociais, economicamente, psicologicamente e socialmente. Dentre as minorias, vale destacar transexuais e travestis.

Sob a ótica de David Harvey (2020), a COVID-19 se revela como uma pandemia de classe, gênero e raça, na qual evidencia as vulnerabilidades sociais existentes em nossa sociedade. As medidas de segurança não conseguem ser cumpridas por todas as camadas sociais. A fome e a falta de renda prejudicam as políticas de combate ao vírus. Portanto, quando a Organização Mundial da Saúde - OMS orienta os países ao redor do mundo que permaneçam em suas residências para conter o avanço do vírus, exterioriza as pessoas em situação de vulnerabilidade social, que necessitam sair de suas casas para garantir sua subsistência (Santos, 2020).

A forma como a pandemia do COVID-19 se move escancara a precariedade da comunidade humana, moldada e movida pelo poder do racismo, da xenofobia, do machismo, do capitalismo e entre outras estruturas de opressões, (Dourado; Gomes; Souza, 2020).

O isolamento social, utilizado como principal medida para combater os efeitos da pandemia a nível global, prejudicou diretamente a população LGBTQIA+, uma vez que os lares nos quais possuem núcleos familiares que não consentem com as vivências de seus filhos, tendem a serem residências violentas (Rocha; Neto; Pio, 2021).

As casas dos mesmos tendem a ser espaços marcados por opressões, modelo patriarcal e estruturas hierárquicas de poder, ou seja, ambientes que durante a pandemia deveriam garantir a saúde física e mental de seus integrantes, acabam por produzir violência (Lewis, 2020). Vale salientar que o isolamento social associado à invisibilidade social, se encontra presente na população trans antes de quaisquer crises sanitárias (Rocha; Neto; Pio, 2021).

Um dado relevante que se agravou durante a crise sanitária mundial foram os altos índices de prostituição entre a população transexual e travesti. Conforme Ferreira e Silva (2020), 90% das mulheres transexuais e travestis, em sua maioria negras, semianalfabetas e com baixa expectativa de vida, trabalhavam com a prostituição por falta de oportunidades de emprego, o que as coloca em situação de maior vulnerabilidade psicossocial e, portanto, mais vulneráveis ao COVID-19.

Como descrito por Calmon (2020); Oliveira (2020); e, Benevides (2021), inúmeras são as adversidades enfrentadas pela população trans que dependem da rua para sobreviverem durante o período da pandemia, tais como episódios de violência, altas taxas de assassinatos, dificuldade de acesso aos serviços de saúde e as políticas sociais, impossibilidade do acesso ao tratamento hormonal, falta de políticas específicas, e invisibilidade social.

Outro agravamento para a população trans foi uma relativa piora na saúde mental dos mesmos. De acordo com a pesquisa realizada pelo Vote LGBT118<sup>5</sup>, 42,72% dos indivíduos elencaram a saúde mental como principal impacto da pandemia, seguido por afastamento de suas redes de apoio e falta de fonte de renda. Além disto, o sofrimento mental se encontra presente em toda a população LGBTQIA+. Conforme uma pesquisa divulgada pela UFMG e Unicamp (2020), “44% das lésbicas; 34% dos gays; 47% das pessoas bissexuais e pansexuais; e 42% das transexuais temem sofrer algum problema de saúde mental durante a pandemia do novo coronavírus” (Dourado; Gomes; Souza, 2020, s/p).

No que diz respeito ao acesso da população trans aos serviços de saúde, é nítido que a utilização da rede é negligenciada, principalmente na Atenção Primária de Saúde (De Carvalho Pereira; Chazan, 2019), embora na Constituição Federal de 1988 seja previsto no artigo 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Questões envolvendo o atendimento prestado pelos profissionais de saúde, muitos deles com ações de discriminação, além da inadequação dos serviços a utilização do nome social do indivíduo são queixas frequentes da população trans (Cruz *et al.*, 2020). O que deveria ser garantido pelo Estado, não o é, reforçando assim o sentimento de desamparo e solidão em relação às pessoas LGBTQIA+.

#### **4 CONCLUSÕES**

Tendo em vista os aspectos discutidos, podemos afirmar que a população LGBTQIA+ está mais exposta a violências, e que durante a pandemia da COVID-19 se intensificou causando um recorde de assassinatos contra pessoas transexuais e travestis, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2021).

Concluimos que as referências discutidas nesta pesquisa revelaram as severas consequências da pandemia em relação à população trans, tais como a fome e a falta de renda, afetando diretamente os grupos vulneráveis. Uma das principais medidas criadas pela

---

<sup>5</sup> Diagnóstico LGBT na pandemia. Disponível em: <https://cutt.ly/Nji1JG5>.

Organização Mundial da Saúde – OMS foi o isolamento e distanciamento social como forma de prevenção ao COVID-19, mas essas medidas não estão levando em consideração as pessoas que precisam sair de casa para garantir sua sustentabilidade. Concluimos que o índice de prostituição aumentou entre transexuais e travestis por falta de oportunidades e empregos, se tornando evidente que tais medidas de prevenção, desconsidera a população trans que se expõe ao risco de contaminação para manter a sua sobrevivência, tendo assim seus direitos violados.

Para tentar reduzir esses prejuízos faz-se necessário a construção e efetivação de políticas públicas direcionadas a travestis e transexuais, além de discussões acerca de novas maneiras de estabelecer relações sociais, pois essa pesquisa demonstrou um padrão de invisibilidade e vulnerabilidade em relação a esse grupo, intensificadas por consequência da pandemia.

## REFERÊNCIAS

ANTRA. **Boletim n. 02/2020**. Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/11/boletim-2-2020-assassinatosantra.pdf>. Acesso em: 05 set. 2021.

BENEVIDES, Bruna G. B.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BRASIL. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. ANTRA. **Mapa dos Assassinatos**, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Artigo 196 dispõe sobre a saúde como direito de todos e dever do Estado. Brasília, DF. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/web\\_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofederal.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_sus20anos/20anossus/legislacao/constituicaoofederal.pdf). Acesso em: 05 set. 2021.

CALMON, Tricia Viviane Lima. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID-19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. **NAU Social**, v. 11, n. 20, p. 131-136, 2020.

CRUZ, Luan Chagas da; ABREU, Dafynie Dutra de; VIRGENS, Gleice Souza das; VALE, Jessica de Sousa. Vulnerabilidade da População Trans no Acesso à Atenção à Saúde: Contexto Pandêmico. In: TORRES, C. A.; GADOTTI, M. (Orgs.). **Diálogos Contemporâneos: Gênero e Sexualidade na Pandemia**. São Luíz: Expressão Feminista, 2021. p. 17-27.

DE CARVALHO PEREIRA, Lourenço Barros; CHAZAN, Ana Cláudia Santos. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, 2019. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/996051/1795-10932-1-pb.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

DOURADO, Adalberto Davi Cruz; GOMES, Amanda Costa; SOUZA, Daniela de Andrade. Pandemia da Covid-19: a vulnerabilidade social das pessoas trans e travestis a luz da Teoria Queer. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 3., 2020, São Cristóvão, SE. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2020.

ESTRELA, Fernanda Matheus *et al.* Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3431-3436, 2020.

FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia. 2020: O ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTQ+. **Gênero e Número**, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/>. Acesso em: 10 set. 2021.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. *In*: DAVIS, Mike *et al*: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. 48 p.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 06 set. 2021.

LEWIS, Sophie. A crise do coronavírus mostra que chegou a hora de abolir a família. **Blog Boitempo**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/30/a-crise-do-coronavirus-mostra-que-chegou-ahora-de-abolir-a-familia/>. Acesso em: 03 set. 2021.

NUNES, Renata *et al.* Manifestações Neurológicas da COVID-19. **Revista Científica Hospital Santa Izabel**, v. 4, n. 3/4, p. 135-138, 2020.

OLIVEIRA, Alessandra Mawu Defendi. La realidad de mujeres transexuales y sus movimientos sociales en Sudamérica en tiempos de COVID-19. **Revista Ciencias y Humanidades**, v. 10, n. 10, p. 101-131, 2020.

PESCARINI, Julia *et al.* **Medidas de distância social para controle da pandemia COVID-19**: Potenciais impactos e desafios no Brasil, 2020.

RECKE, Amanda. Performatividade de gênero: Judith Butler e uma crítica a alguns conceitos desenvolvidos pelas teorias feministas tradicionais. **PAULUS: COMFILOTEC**, v. 7, n. 4, 2018.

ROCHA, Thaynara Ferreira; JESUS NETO, Emanuel de Carvalho; PIO, Marco Aurélio de Jesus. A (Des)Construção Social da Homofobia e os efeitos da pandemia da Covid-19 na Comunidade Lgbtqia+. *In*: TORRES, C. A.; GADOTTI, M. (Orgs.). **Diálogos Contemporâneos: Gênero e Sexualidade na Pandemia**. São Luíz: Expressão Feminista, 2021. p. 2-16.

SANTOS, Laís Silveira. Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 909-922, 2020.

VIANA, Igor. Políticas da performatividade: a experiência da Praia da Estação em Belo Horizonte e a afirmação de um direito menor. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. e15143. ISSN: 2525-8036.

## **POLIMORFISMOS GENÉTICOS ASSOCIADOS À OBESIDADE PEDIÁTRICA: uma revisão sistemática**

*Samuel Henrique Roque Ribeiro<sup>1</sup>*

*Jakeline Soares Fortes<sup>2</sup>*

**RESUMO:** A obesidade é uma doença multifatorial caracterizada pelo acúmulo excessivo de adipócitos tanto pela via central quanto pela via visceral, onde, o método diagnóstico padrão ouro para obesidade é o cálculo de índice de massa corporal (IMC) ou percentil (Z-score). A obesidade é desenvolvida por vários fatores que são somativos e associados ao desbalanço metabólico entre o que é ingerido e o que é gasto pelo organismo, dentre estes fatores estão os genéticos. Na influência genética, os *Single-Nucleotide Polymorphism* (SNPs) são relatados em estudos na literatura como causativos de alterações hormonais e metabólicas sugestivas para obesidade. Este trabalho teve como objetivo analisar os polimorfismos que na literatura apresentaram associação para o desenvolvimento da obesidade infantil através dos bancos *Pubmed e Scopus*. Foi possível observar que as variantes do gene FTO, tendo como envase o polimorfismo rs9939609 apresentaram associação significativa com o desenvolvimento a obesidade pediátrica em diferentes populações e estudos.

**PALAVRAS-CHAVE:** SNP's. FTO. MC4R.

**ABSTRACT:** Obesity is a multifactorial disease characterized by excessive accumulation of adipocytes both centrally and viscerally, where the gold standard diagnostic method for obesity is the calculation of body mass index (BMI) or percentile (Z-score). Obesity is developed by several factors that are summative and associated with the metabolic imbalance between what is ingested and what is spent by the body, among these factors are genetics. In the genetic influence, the Single-Nucleotide Polymorphism (SNPs) are reported in studies in the literature as causative of hormonal and metabolic alterations suggestive of obesity. This study aimed to analyze the polymorphisms that in the literature were associated with the development of childhood obesity through the Pubmed and Scopus databases. It was possible to observe that the variants of the FTO gene, with the rs9939609 polymorphism as packaging, showed a significant association with the development of pediatric obesity in different populations and studies.

**KEYWORDS:** SNP's. FTO. MC4R.

### **1 INTRODUÇÃO**

Doença multifatorial, com uma etiologia conhecida, a obesidade é caracterizada pelo acúmulo excessivo de adipócitos tanto pela via central (abdominal, periférica e flancos) quanto pela via visceral (Caballero, 2019). Esta doença apresenta como uma de suas etiologias a desregulação entre a quantidade de energia ingerida e o seu baixo consumo,

responsável por elevar a quantidade de adipócitos presentes no organismo (Lee; Shin, 2017; Lin; Li, 2021).

Estudos relatam que o aumento na incidência da obesidade teve seu início nos anos 60, devido aos avanços tecnológicos no processamento de alimentos, que possuíam uma diminuição na concentração de fibras e valores aumentados de gordura, açúcar simples, sal e calorias. Estes fatores foram responsáveis por elevar a quantidade calorias diárias consumidas pela população (Crino *et al.*, 2015).

Em 1998, a Organização Mundial de Saúde fez uma declaração à população mundial que a obesidade havia tomado proporções pandêmicas, sendo necessárias medidas de contraversão da incidência da doença (OMS, 1998). Nos anos 2000, cerca de 25% das crianças nos Estados Unidos estavam acima do peso, sendo 11% dessas crianças diagnosticadas com obesidade. Ao analisar a influência da obesidade na fase infantil, em estudos é possível notar que 70% dos adolescentes diagnosticados com obesidade, continuam obesos na vida adulta (Nicklas *et al.*, 2001; Whitaker *et al.*, 1997).

A obesidade é diagnosticada através do cálculo de Índice de Massa corporal (IMC), que corresponde à proporção do peso (kg) dividido pela altura (m<sup>2</sup>), estabelecido pela OMS (Caballero, 2019) em adultos e pelo *Score-Z* do IMC em crianças. Por meio dos valores encontrados de IMC e *Score-Z* do IMC, torna-se possível obter-se uma estimativa das proporções de massa corpórea de um indivíduo (Weir; Jan, 2021).

Devido ao caráter multifatorial da doença, outros fatores são tidos como contribuintes para o desenvolvimento da obesidade. Deste modo, a obesidade é considerada como um fenótipo consequente de muitos processos patológicos, que impactam em vários pontos a via de retroalimentação, impactando no desbalanço energético (Yoo, 2018; Lin; Li, 2021). Estudos apontam que a obesidade sofre influência dos fatores: biológicos, psicossociais, comportamentais, socioeconômicos, culturais e genéticos (Skelton *et al.*, 2011).

Os fatores genéticos estão fortemente associados com a obesidade (Singh; Kumar; Mahalingam, 2017). Estudos relataram que 12 loci suscetíveis à obesidade foram identificados, em que ao analisar de maneira combinada, os alelos tiveram valor preditivo para o risco da obesidade (Li *et al.*, 2010). Em relação a influência genética no desenvolvimento da obesidade, os polimorfismos genéticos de nucleotídeo único (do inglês: *Single-Nucleotide Polymorphism*) (SNP's) que consistem em mutações presentes em mais de 1% da população representada por uma variação em um único nucleotídeo, são relatados em estudo na literatura como causativos de alterações hormonais e metabólicas sugestivas para

obesidade como é o caso de SNP's localizados nos genes FTO, GHSR, MC4R, UCP3, ADBR2 e ANKK1 (Muhammad, 2018).

Deste modo, trabalhos que busquem investigar a associação dos fatores genéticos no desenvolvimento da obesidade infantil e adulta são de suma importância para área da saúde, pois, tendo a ciência dos fatores causativos, se torna possível desenvolver mecanismos de prevenção e de manejo dos pacientes de maneira individualizada e condizente com as necessidades do genoma de cada indivíduo (Kumar; Kelly, 2017; Rajjo *et al.*, 2017).

É objetivo deste trabalho: investigar a associação entre os polimorfismos genéticos associados com o desenvolvimento da obesidade pediátrica, por meio de uma revisão sistemática da literatura e do relato dos principais SNPs associados com a obesidade e seus impactos na população analisada.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi embasada no método PRISMA-P (Moher *et al.*, 2015), que consiste em um protocolo revisado e universal para estruturação de estudos que envolve a produção de revisões e a seleção de documentos para o trabalho, por meio do estabelecimento do PICO, que representa uma organização da população analisada nos estudos.

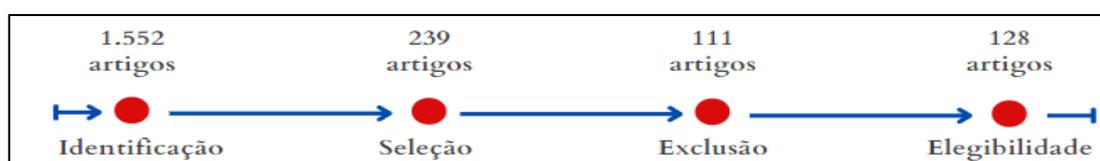
A busca pela bibliografia foi realizada nos bancos de dados *Pubmed* e *Scopus*. Durante a pesquisa, foram adotados os descritores combinados (descritores e operadores booleanos): *child obesity* OR *pediatric obesity* OR *childhood obesity* AND *polymorphism* OR *single nucleotide polymorphism* OR *genetic variant* AND NO *syndromic* ·NOT “review” NOT “meta-analysis” NOT “case report”.

As informações mais relevantes para revisão são dados relacionados aos SNP's e sua influência na obesidade infantil. Os critérios de inclusão dos artigos encontrados foram: os trabalhos voltados exclusivamente para obesidade pediátrica em do estudo caso e controle e coorte em uma população com idade entre 0 e 19 anos. Os critérios de exclusão foram: artigos de revisão de literatura, revisão sistemática, cienciometria, meta-análises, estudos de intervenção longitudinal, estudos em populações adultas e artigos com qualquer objetivo que não se relacionasse ou tivesse como foco central a obesidade como a principal avaliação perante os polimorfismos.

### 3 DISCUSSÕES, RESULTADOS E/OU ANÁLISE DE DADOS

Durante a etapa de busca pelos artigos nos bancos de dados *Pubmed* e *Scopus* foram encontrados um total de 1.552 artigos e 733 artigos, respectivamente. Partindo para a etapa de seleção, os artigos foram lidos e analisados segundo os critérios de inclusão/exclusão. Ao excluir os artigos como previsto na metodologia, foi obtido um total 239 artigos (26 artigos no banco de dados Pubmed e 213 no Scopus) como evidenciado na figura 1.

Figura 1 - Fluxograma referente às etapas de busca e número de artigos



Dentre os genes encontrados na realização da busca, foi possível classificar um ranking de 10 genes com os seus respectivos polimorfismos mais estudados nos artigos selecionados. O gene FTO ocupou o 1º lugar, com o maior número de artigos publicados e que ao ser analisado apresentou associação significativa com a obesidade pediátrica.

Tabela 1 - Ranking dos 10 genes mais citados e estudados em publicações que estão associados com a obesidade infantil (1997-2021)

| GENE   | QUANTIDADE DE ARTIGOS | RANKING |
|--------|-----------------------|---------|
| FTO    | 41                    | 1º      |
| MC4R   | 21                    | 2º      |
| SEC16B | 8                     | 3º      |
| BDNF   | 7                     | 4º      |
| GNPDA2 | 7                     | 5º      |
| LEPR   | 5                     | 6º      |
| UCP-2  | 5                     | 7º      |
| FAIM2  | 4                     | 8º      |
| MAP2K5 | 4                     | 9º      |
| ADIPOQ | 3                     | 10º     |

O gene FTO é expresso no núcleo arqueado do hipotálamo, região relacionada ao comportamento alimentar, tendo também ações na homeostase energética. Através de análises estruturais foi identificado que o gene está envolvido na modificação pós-traducional, reparo do ácido desoxirribonucleico (DNA) e metabolismo de ácidos graxos (Lima; Glaner; Taylor, 2010).

O gene FTO foi identificado pela primeira vez como um gene suscetível à obesidade em dois estudos genômicos, o primeiro deles foi um estudo de associação para diabetes tipo 2 em que um grupo de variantes comuns no primeiro íntron do gene FTO, que apresentaram uma significância em relação ao IMC em resultados (Frayling *et al.*, 2007), o segundo foi um estudo de associação de amplo genoma (Scuteri *et al.*, 2007). Desde então, os estudos têm se concentrado na associação do gene FTO com o acúmulo excessivo de gordura e sua interação com fatores comportamentais (Lima; Glaner; Taylor, 2010).

O gene FTO também está em ação afetando a obesidade em várias populações diferentes como evidenciado na variação dos países em que os trabalhos foram realizados, ou seja, a ação do gene não sofre variância em locais com o clima subtropicais ou mediterrâneos como é o caso dos Estados Unidos, ou com o clima tropical que é o caso do Brasil (Lima; Glaner; Taylor, 2010) (Tabela 2).

Tabela 2 - Conclusões gerais dos principais estudos com os polimorfismos no gene FTO

| AUTORES                  | ANO* | PAÍS     | POPULAÇÃO                 | SNP'S   | CONCLUSÕES GERAIS  | VALOR DE P |
|--------------------------|------|----------|---------------------------|---|--|------------|
| Muller <i>et al.</i>     | 2008 | Alemanha | 270 meninas e 249 meninos | rs9939609   | Fator de risco para o desenvolvimento da obesidade pediátrica  | P = 0,036  |
| Bollepalli <i>et al.</i> | 2010 | EUA      | 529 meninas e 529 meninos | rs8057044   | SNP rs8057044 associado à obesidade pediátrica   | P = <0,05  |
| Silva <i>et al.</i>      | 2013 | Brasil   | 348 indivíduos            | rs9939609   | O SNP está associado a um aumento na deposição de gordura subcutânea em crianças a partir de 4 anos.                                     | P = <0,05  |
| Ulloa <i>et al.</i>      | 2020 | Chile    | 181 meninas e 180 meninos | rs9939609   | O SNP na população está associado à obesidade independentemente da idade da população.   | P = <0,05  |
| Duicu <i>et al.</i>      | 2016 | Romania  | 210 meninas e 177 meninos | rs9939609<br>rs9939609<br>rs17817449                  | O SNP rs9939609 foi significativamente associado à obesidade na população.   | P = <0,05  |
| Kalantari <i>et al.</i>  | 2018 | Irã      | 280 meninos               | rs9930506,<br>rs9930501 e<br>rs9932754<br>(haplótipo) | Um haplótipo de rs9930506, rs9930501 e rs9932754 (GGT) teve forte associação com índices de obesidade em adolescentes do sexo masculino. | P = <0,05  |
| Todendi <i>et al.</i>    | 2019 | Brasil   | 824 meninas e 647 meninos | rs9939609   | Este polimorfismo esteve associado ao aumento do IMC e da circunferência de cintura nas crianças analisadas.                             | P = <0,05  |

\*Ano de publicação do artigo científico.

O gene MC4R (receptor de melanocortina-4) é responsável por codificar uma proteína reconhecida como um receptor, codificada pelo gene MC4R que está associado o seu funcionamento no sistema nervoso central, em áreas que são conhecidas por regular a ingestão de energia (Tao, 2005). O gene MC4R, foi o primeiro locus em que os polimorfismos foram associados à obesidade mórbida em seres humanos, que também foi predominantemente herdada e foi a causa genética mais comum de obesidade descrita antes da chegada dos estudos de associação de amplo genoma (GWAS) (Grant, 2009).

Entre as variantes mais estudadas do gene MC4R, o SNP rs17782313 é o mais estudado. Zhang e colaboradores (2014) relataram que este polimorfismo está relacionado ao sobrepeso e obesidade, e que o genótipo CC apresenta um fator de risco para obesidade assim como o estudo realizado por Hotta e colaboradores (2009). Este polimorfismo também está relacionado à ingestão de energia dietética e macronutrientes densos em energia (Khalilitehrani *et al.*, 2015; Vega *et al.*, 2016).

O gene SEC16B é necessário para a organização de locais de retículo endoplasmático de transição (ER) e exportação de proteínas (NCBI-GENE, 2022). Esse gene não é relacionado com uma função bem definida na obesidade, tampouco suas variantes apresentam associações com a obesidade isoladas. Porém os estudos relatam as variantes desse gene com outras variantes em outros genes formando uma ação somativa entre esses genes como se fossem haplótipos, ou somente relatam associação com a circunferência de cintura e quadril.

O gene BDNF é responsável por codificar um membro da família de proteínas do fator de crescimento do nervo. Estes genes e seus subprodutos proteicos gerados pós tradução são expressos em vários tecidos, um grande exemplo o tecido cardíaco, porém a sua maior abundância é no sistema nervoso central (Ernfors *et al.*, 1990; Leibrock *et al.*, 1989), sendo o seu predomínio no hipocampo, amígdala, córtex cerebral e hipotálamo (Hofer *et al.* 1990; Tang *et al.*, 2010; Webster *et al.*, 2006).

O BDNF desempenha funções primordiais no desenvolvimento das informações ou funções cerebrais, uma delas é uma função anorexígena no cérebro, que consiste em funções que induzem a falta de apetite, o que corrobora em alguns casos no desenvolvimento da obesidade (Takei *et al.*, 2014; Nakazato *et al.*, 2012). Sua influência na obesidade tem sido observada pelo polimorfismo rs6265 (Chen *et al.*, 2004; Rosas-Vargas *et al.*, 2011).

O gene GNPDA2 é responsável por codificar uma proteína com capacidade enzimática que catalisa a reação reversível convertendo D-glucosamina-6-fosfato em D-frutose-6-fosfato e amônio. Variações desse gene foram relatadas como associadas a influenciar o índice de massa corporal e a suscetibilidade à obesidade (NCBI-GENE, 2022).

A enzima codificada por esse gene foi inicialmente identificada em atividade de hidrólise relacionada às vias de metabolismo e metabolismo de açúcares amino e nucleotídeos (Ouyang *et al.*, 2016). O polimorfismo próximo ao GNPDA2 humano (rs10938397) que foi a primeira variante relacionada a esse gene, associado ao índice de massa corporal em adultos europeus por GWAS em 2009 por Willer e colaboradores. Contudo o gene GNPDA2 e suas variantes foram associadas ao índice de massa corporal também em crianças assim como em adultos (Elks *et al.*, 2010).

#### **4 CONCLUSÕES**

Conclui-se que, os polimorfismos genéticos desempenham funções importantes no desenvolvimento da obesidade pediátrica, sendo que os mesmos apresentam ações somativas com os demais fatores associados com à obesidade. Relacionando assim, as variantes genéticas com um grande peso do desenvolvimento da obesidade pediátrica.

Deste modo, nota-se a importância e necessidade da realização de trabalhos e pesquisas voltadas à investigação de polimorfismos relacionados à obesidade na infância. Uma vez que, neste trabalho foram relatadas variantes recorrentes em genes associados em diferentes países, o que pode ser considerada uma incidência destes genes em função da obesidade. Assim, com mais estudos, com novas técnicas podem favorecer a tese de que essas variantes podem vir a ser marcadores da obesidade infantil, uma vez que, variantes no gene FTO, por exemplo, desempenham papéis fortes no desenvolvimento da obesidade de forma independente dos outros fatores associados à obesidade como é o caso da variante rs9939609 (FTO).

#### **REFERÊNCIAS**

- BOLLEPALLI, S. *et al.* Association of FTO gene variants with adiposity in African-American adolescents. **Obesity (Silver Spring)**, USA, Issue 10, v. 18, p. 1959-1963, 2010.
- CABALLERO, B. Humans against Obesity: Who Will Win? **Advances in nutrition**, Baltimore, Md., Issue 1, v. 10, p. 4-9, 2019.
- CHEN, Z. Y. *et al.* Variant brain-derived neurotrophic factor (BDNF) (Met66) alters the intracellular trafficking and activity-dependent secretion of wild-type BDNF in

neurosecretory cells and cortical neurons. **J Neurosci.**, USA, Issue 18, v. 24, p. 4401-4411, 2004.

DAVENPORT, J. R. *et al.* Disruption Of Intraflagellar Transport in adult mice leads to obesity and slow-onset cystic kidney disease. **Current Biology**, Alabama, Issue 18, v. 17, p. 1586-1594, 2007.

DUICU, C. *et al.* FTO rs 9939609 SNP Is Associated With Adiponectin and Leptin Levels and the Risk of Obesity in a Cohort of Romanian Children Population. **Medicine**, Baltimore, Issue 20, v. 95, p. e3709, 2016.

ELKS, C. E. *et al.* Genetic markers of adult obesity risk are associated with greater early infancy weight gain and growth. **PLoS Med.**, United Kingdom, Issue 5, v. 7, p. e1000284, 2010.

ERNFORS, P. *et al.* Molecular cloning and neurotrophic activities of a protein with structural similarities to nerve growth factor: developmental and topographical expression in the brain. **Proc Natl Acad Sci USA**, Sweden, Issue 14, v. 87, p. 5454-5458, 1990.

FRAYLING, T. M. *et al.* A common variant in the FTO gene is associated with body mass index and predisposes to childhood and adult obesity. **Science**, United Kingdom, Issue 5826, v. 316, p. 889-894, 2007.

GRANT, S. F. *et al.* Investigation of the locus near MC4R with childhood obesity in Americans of European and African ancestry. **Obesity (Silver Spring)**, Philadelphia, Issue 7, v. 17, p. 1461-1465, 2009.

HAN, J. C. *et al.* Brain-derived neurotrophic factor and obesity in the WAGR syndrome. **The New England Journal Of medicine**, Bethesda, Issue 9, v. 359, p. 918-927, 2008.

HOFER, M. *et al.* Regional distribution of brain-derived neurotrophic factor mRNA in the adult mouse brain. **EMBO J.**, Martinsried, Issue 8, v. 9, p. 2459-2464, 1990.

HOTTA, K. *et al.* Association between obesity and polymorphisms in SEC16B, TMEM18, GNPDA2, BDNF, FAIM2 and MC4R in a Japanese population. **J Hum Genet.**, Japan, Issue 12, v. 54, p. 727-731, 2009.

JAMES, P. T. Obesity: the worldwide epidemic. **Clinics in Dermatology**, Issue 4, v. 22, p. 276-280, 2004.

KALANTARI, N. *et al.* A haplotype of three SNPs in FTO had a strong association with body composition and BMI in Iranian male adolescents. **PLoS One**, Iran, Issue 4, v. 13, p. e0195589, 2018.

KHALILITEHRANI, A. *et al.* The association of MC4R rs17782313 polymorphism with dietary intake in Iranian adults. **Gene**, Iran, Issue 2, v. 563, p. 125-129, 2015.

KUMAR, S.; KELLY, A. S. Review of Childhood Obesity: From Epidemiology, Etiology, and Comorbidities to Clinical Assessment and Treatment. **Mayo Clinic proceedings**, Minnesota, Issue 2, v. 92, p. 251-265, 2017.

LEE, S. J.; SHIN, S. W. Mechanisms, Pathophysiology, and Management of Obesity. **N Engl J Med.**, Korea, Issue 15, v. 376, p. 1491-1492, 2017.

LEIBROCK, J. *et al.* Molecular cloning and expression of brain-derived neurotrophic factor. **Nature**, Martinsried, Issue 6038, v. 341, p. 149-152, 1989.

LI, S. *et al.* Cumulative Effects And Predictive Value Of common obesity-susceptibility variants identified by genome-wide association studies. **The American journal of clinical nutrition**, Cambridge, Issue 1, v. 91. p. 184-190, 2010.

LIMA, W.; GLANER, M.; PIC-TAYLOR, A. Fat phenotype, associated factors and rs9939609 polymorphism of the FTO gene. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**, Brazil, Issue 2, v. 12, p. 164-172, 2010.

LIN, X.; LI, H. Obesity: Epidemiology, Pathophysiology and Therapeutics. **Front Endocrinol.**, Lausanne, v. 12, 2021.

MOHER, D. *et al.* Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. **Systematic reviews**, Issue 1, v. 4. p. 1, 2015.

MULLER, T. D. *et al.* 'Fat mass and obesity associated' gene (FTO): no significant association of variant rs9939609 with weight loss in a lifestyle intervention and lipid metabolism markers in German obese children and adolescents. **BMC Med Genet.**, Germany, v. 9, p. 85, 2008.

NAKAZATO, M. *et al.* Possible involvement of brain-derived neurotrophic factor in eating disorders. **IUBMB Life**, Japan, Issue 5, v. 64, p. 355-361, 2012.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION-GENE. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

NICKLAS, T. A. *et al.* Eating Patterns, Dietary Quality and Obesity. **Journal of the American College of Nutrition**, v. 20, p. 599-608, 2001.

OCHOA, M. C. *et al.* Association between obesity and insulin resistance with UCP2-UCP3 gene variants in Spanish children and adolescents. **Mol Genet Metab.**, Spain, Issue 4, v. 94, p. 351-358, 2007.

OUYANG, H. *et al.* Identification, expression and variation of the GNPDA2 gene, and its association with body weight and fatness traits in chicken. **Peer J.**, China, v. 4, p. e2129, 2016.

PARLIER, G. *et al.* Relation of apolipoprotein E polymorphism to lipid metabolism in obese children. **Pediatr Res.**, France, Issue 5, v. 41, p. 682-685, 1997.

RAJIO, T. *et al.* Treatment of Pediatric Obesity: An Umbrella Systematic Review. **The Journal of clinical endocrinology and metabolism**, Minnesota, Issue 3, v. 102, p. 763-775, 2017.

- ROSAS-VARGAS, H.; MARTÍNEZ-EZQUERRO, J. D.; BIENVENU, T. Brain-derived neurotrophic factor, food intake regulation, and obesity. **Arch Med Res.**, Mexico, Issue 6, v. 42, p. 482-494, 2011.
- SCUTERI, A. *et al.* Genome-wide association scan shows genetic variants in the FTO gene are associated with obesity-related traits. **PLoS genetics**, Rome, Issue 7, v. 3, 2007.
- SEO, S. *et al.* Requirement of Bardet-Biedl Syndrome Proteins for leptin receptor signaling. **Human molecular genetics**, Iowa, Issue 7, v. 18, p. 1323-1331, 2009.
- SILVA, C. F. *et al.* Association between a frequent variant of the FTO gene and anthropometric phenotypes in Brazilian children. **BMC Med Genet.**, Brazil, v. 14, p. 34, 2013.
- SINGH, R. K.; KUMAR, P.; MAHALINGAM, K. Molecular genetics of human obesity: A comprehensive review. **Comptes Rendus Biologies**, India, Issue 2, v. 340, p. 87-108, 2017.
- SKELTON, J. A. *et al.* Etiologies of obesity in children: nature and nurture. **Pediatric Clinics of North America**, Winston-Salem, Issue 6, v. 58, p. 1333-1354, 2011.
- TAKEI, N. *et al.* A possible link between BDNF and mTOR in control of food intake. **Front Psychol.**, Japan, v. 5, p. 1093, 2014.
- TANG, S.; MACHAALANI, R.; WATERS, K. A. Immunolocalization of pro- and mature-brain derived neurotrophic factor (BDNF) and receptor TrkB in the human brainstem and hippocampus. **Brain Res.**, Australia, v. 1354, p. 1-14, 2010.
- TAO, Y. X. Molecular mechanisms of the neural melanocortin receptor dysfunction in severe early onset obesity. **Mol Cell Endocrinol.**, USA, Issue 1-2, v. 239, p. 1-14, 2005.
- TODENDI, P. F. Genetic risk score based on fat mass and obesity-associated, transmembrane protein 18 and fibronectin type III domain containing 5 polymorphisms is associated with anthropometric characteristics in South Brazilian children and adolescents. **Br J Nutr.**, Brazil, Issue 1, v. 121, p. 93-99, 2019.
- ULLOA, N. *et al.* Association between FTO gene rs9939609 and adiposity markers in Chilean children. **Rev Chil Pediatr.**, Chile, Issue 3, v. 91, p. 371-378, 2020.
- VEGA, J. A. *et al.* Melanocortin-4 Receptor Gene Variation Is Associated with Eating Behavior in Chilean Adults. **Ann Nutr Metab.**, Chile, Issue 1, v. 68, p. 35-41, 2016.
- WEBSTER, M. J. *et al.* BDNF and trkB mRNA expression in the hippocampus and temporal cortex during the human lifespan. **Gene Expr Patterns**, USA, Issue 8, v. 6, p. 941-951, 2006.
- WEIR, C. B.; JAN, A. BMI Classification Percentile And Cut Off Points. **StatPearls**, StatPearls Publishing, Michigan, 2021.
- WHITAKER, R. C. *et al.* Predicting obesity in young adulthood from childhood and parental obesity. **New England Journal of Medicine**, Issue 13, v. 337, p. 869-873, 1997.

YOO, S. Dynamic Energy Balance and Obesity Prevention. **J Obes Metab Syndr.**, Korea, Issue 4, v. 27, p. 203-212, 2018.

ZHANG, M. M. *et al.* Current status of obesity and overweight in Shijiazhuang checkup crowds and their relationship to the rs17782313 site polymorphism of the MC4R gene. **General practice**, China, v. 17, p. 2822-2825, 2014.

**FISIOTERAPIA E DANÇA NUMA PROPOSTA INOVADORA DE TRATAMENTO:  
um relato de experiência**

*Leandro Pereira de Sousa<sup>1</sup>*

*Lia Peres Rezende<sup>2</sup>*

*Leila Medeiros Melo<sup>3</sup>*

**RESUMO:** O número considerável de pacientes com sequelas neurológicas em decorrência do Acidente Vascular Encefálico (AVE) representa um desafio constante à atuação da fisioterapia, especialmente por se tratar do atendimento de pessoas idosas, cuja plasticidade neural não é totalmente conhecida. Neste cenário, a associação entre diferentes práticas no tratamento de pacientes com sequelas pós-AVE, especialmente com a introdução da dança, parece alcançar resultados superiores aos protocolos tradicionais de tratamento e, por isso, o presente trabalho apresenta um relato de experiência sobre o atendimento de uma paciente idosa, que sofrera um AVE anterior e apresentou ganhos motores e psíquicos expressivos após a associação de passos de dança ao protocolo de cinesioterapia convencional. Evidencia-se, assim, a importância da dança, a necessidade de estudos abrangentes sobre o tema e a possibilidade de replicação da experiência aqui relatada em diferentes ambientes, seja com finalidade de investigação científica, seja com o propósito de enriquecer o protocolo de tratamento adotado no manejo de pacientes com sequelas neurológicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modalidades de Fisioterapia. Dança. Acidente Vascular Encefálico.

**ABSTRACT:** The considerable number of patients with neurological sequelae as a result of cerebrovascular accident (CVA) represents a constant challenge to physiotherapy, especially as it deals with the care of elderly people, whose neural plasticity is not fully known. In this scenario, the association between different practices in the treatment of patients with post-stroke sequelae, especially with the introduction of dance, seems to achieve better results than traditional treatment protocols and, therefore, the present work presents an experience report on the care of an elderly patient, who had suffered a previous stroke and presented expressive motor and psychic gains after associating dance steps with the conventional kinesiotherapy protocol. Thus, the importance of dance is evident, the need for comprehensive studies on the subject and the possibility of replicating the experience reported here in different environments, whether for the purpose of scientific investigation, or with the purpose of enriching the treatment protocol adopted. in the management of patients with neurological sequelae.

**KEYWORDS:** Physical Therapy Modalities. Dance. Brain stroke.

## **1 INTRODUÇÃO**

O envelhecimento da população está intimamente relacionado ao aumento das doenças crônicas, dentre elas, o Acidente Vascular Encefálico (AVE) - causador de diversas e

importantes sequelas motoras, impactando fortemente a independência e a qualidade de vida da pessoa por ele acometida -, contexto no qual a fisioterapia é reconhecidamente necessária ao atendimento do paciente (Kopczynski, 2012).

Neste sentido, apesar da exigência de um número maior de estudos sobre a plasticidade neural na pessoa idosa, muitos já defendem a ocorrência de novos processos de aprendizagem (motora e cognitiva), tanto na idade avançada quando após uma lesão cerebral, como consequência do estímulo proporcionado pela atividade física, ou seja, pelo movimento repetido (Perracini, 2019), ao passo que a inclusão de protocolos de assistência envolvendo práticas variadas a cada sessão do atendimento fisioterapêutico parece obter resultados superiores quando comparado às sessões nas quais efetua-se a mesma sequência de práticas, favorecendo especialmente o desenvolvimento de habilidades motoras nos pacientes (Assis, 2012).

A dança, por sua vez, proporciona benefícios físicos e cognitivos a seus praticantes, havendo registros de incremento significativo nas funções motoras de agilidade, equilíbrio e flexibilidade dos pacientes atendidos em sessões onde fisioterapia e dançaterapia são empregadas de forma associada (Barboza *et al.*, 2014), além de estudos em que a prática constante da dança mostrou-se capaz de estimular a neuroplasticidade funcional e estrutural do cérebro, ainda que participantes de outras atividades físicas também tenham apresentado resultados similares (Teixeira-Machado; Arida; Mari, 2019).

Assim, o objetivo do presente trabalho é relatar a experiência de associação da dança ao protocolo formal de fisioterapia neurológica na recuperação pós-AVE de uma paciente atendida no estágio curricular de fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan), como forma de disseminar a experiência e estimular sua replicação com outros pacientes e em diferentes ambientes, potencializando os resultados obtidos pelo tratamento fisioterapêutico e melhorando a adesão e a qualidade de vida do paciente.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre o atendimento envolvendo sessões de fisioterapia tradicional associada à dança no tratamento de uma paciente idosa com sequelas de um Acidente Vascular Encefálico (AVE), ao longo do semestre 2022/1, durante o estágio supervisionado do curso de Fisioterapia da Unifan junto à população do Parque Santa Rita, em Goiânia - GO.

À semelhança do que defende Gil (2021), o relato de experiência apresenta-se como recurso ideal para detalhar o planejamento e execução das sessões terapêuticas, vislumbrando-se especificar as propriedades do atendimento conjunto de fisioterapia e dança enquanto fenômeno social sujeito à análise e reflexão, de modo a caracterizar cada etapa do atendimento prestado e possibilitar sua replicação futura.

### **3 RELATO DA EXPERIÊNCIA**

Durante a graduação em fisioterapia do segundo autor deste trabalho, no período de seu estágio de Fisioterapia na Saúde Pública, o mesmo atendeu a paciente M.A.O., 91 anos, com diagnóstico de AVE. Num primeiro momento observou-se que a paciente estava um pouco reprimida, apesar de demonstrar bom humor e muita alegria com as atividades propostas.

Ao longo das sessões de tratamento, diversas técnicas da cinesioterapia foram aplicadas, como: alongamento passivo, exercícios isométricos de ponte, exercícios para ganho de força muscular de membros superiores e membros inferiores, treino de marcha em zig zag - com circuito utilizando cones para favorecer a elevação das pernas -, exercícios na escada, treino de agilidade e, durante o tempo dedicado à paciente, o segundo autor sempre interagiu com perguntas em relação ao seu grupo familiar e histórias vividas, com o intuito de reviver lembranças passadas e recentes.

Contudo, na intenção de aumentar o envolvimento e alegria da paciente com o atendimento, e aproveitando sua experiência como professor de dança, ele propôs à sua supervisora que intercalassem a dança entre os exercícios de cinesioterapia. Assim, na primeira sessão em que a dançaterapia foi utilizada, a caixa de som tocou, por dois minutos, uma música de forró, fazendo com que ela desse dois passos para direita e dois para a esquerda - conhecido como dois pra lá e dois pra cá - e a mesma reagiu abrindo um sorriso largo de grande satisfação e exclamando “eba!!!, estou dançando”. Naquele momento, o vínculo paciente-terapeuta foi fortalecido, estabelecendo-se uma profunda confiança entre ambos.

Ao longo do estágio, aconteciam dois atendimentos semanais, totalizando-se oito sessões de fisioterapia associada à dançaterapia. Durante todo o período dos atendimentos, os mesmos recursos cinesioterapêuticos foram mantidos, aumentando-se gradativamente o tempo com a dança, até atingir quatro minutos.

Quando a paciente já conseguia realizar os passos de dois pra lá e dois pra cá no ritmo, o movimento de um passo para frente e para trás foi acrescentado. E, ao longo de cada sessão, ela estava sempre sorrindo para sua nora, muito contente porque estava dançando. A partir da terceira sessão, já perguntava pela dança no primeiro momento da terapia e o seu interesse foi aumentando gradativamente, à medida que passou a conseguir fazer os giros com agilidade, numa velocidade considerável, seguindo o ritmo da música, mantendo o equilíbrio, a amplitude de movimentos e a noção espacial.

A percepção que ela tinha de si mesma e sua relação com o outro, como a família, seu grupo de amigas e seus vínculos afetivos foram resgatados, enquanto o movimento da dança, ao proporcionar o reencontro com o próprio corpo, trouxe uma leveza nunca antes experimentada por ela a ponto de, ao comemorarem seu aniversário e perguntarem se ela estava gostando da festa surpresa que fizeram, ela responder que estava faltando música.

Seus relatos e comportamentos passaram a demonstrar sua capacidade de acompanhar e adaptar-se às demandas sociais e culturais de uma nova geração e de sua nova condição de vida (pós-AVE). Nesse processo, a dançaterapia proporcionou uma melhora significativa em sua vida, tanto psicológica, emocional quanto social, proporcionando-lhe autoconfiança, bem-estar e um novo horizonte para a prática terapêutica da neurologia em geriatria.

#### **4 CONCLUSÕES**

A experiência aqui relatada, além de significar uma importante bagagem na vida profissional e pessoal de todos os envolvidos no estágio de fisioterapia na comunidade do Parque Santa Rita, representa uma nova possibilidade à ampliação do leque de instrumentos e práticas presentes no protocolo de atendimento de pacientes neurológicos, sejam idosos ou não.

A riqueza das informações descritas permitirá, inclusive, que outros profissionais possam replicar tais sessões com seus pacientes e, ainda, que investigações maiores sejam organizadas para apreciar a significância estatística dessa prática e sua possível repercussão na população em geral, seja sob os aspectos motores ou até mesmo biopsicossociais.

## **REFERÊNCIAS**

ASSIS, R. D. **Condutas Práticas em Fisioterapia Neurológica**. Barueri: Manole, 2012. 626 p.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2021. 190 p.

KOPCZYNSKI, M. C. (Coord.). **Fisioterapia em Neurologia**. Vol. 3 - Col. Manuais de Especialização Albert Einstein. Barueri: Manole, 2012.

PERRACINI, M. R. **Funcionalidade e Envelhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan (Grupo GEN), 2019. 560 p.

TEIXEIRA-MACHADO, L.; ARIDA, R. M.; MARI, J. de J. Dance for neuroplasticity: A descriptive systematic review. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 96, p. 232-240, 2019.

**PERCEPÇÃO DE DOR EM PACIENTES ATENDIDOS PELA FISIOTERAPIA  
DURANTE AÇÃO SOCIAL DA UNIFAN**

*Gabriela Lopes dos Santos<sup>1</sup>*

*Guilherme da Silva Faleiro<sup>2</sup>*

*Leila Medeiros Melo<sup>3</sup>*

**RESUMO:** Experiência de atendimento fisioterapêutico em indivíduos com dor. Contexto: A dor é uma experiência sensitiva e emocional desagradável, associada ou não a uma lesão tecidual real ou potencial, que pode impactar diretamente a vida dos indivíduos, limitando atividades de vida diária, participação social e qualidade de vida. Objetivo: Expor os efeitos de um protocolo de massagem cervical e craniofacial aplicado em indivíduos com dor atendidos na ação, bem como refletir um pouco sobre a repercussão desta ação no processo de ensino-aprendizagem discente. Metodologia: Alunos do Curso de Fisioterapia de diferentes períodos de formação avaliaram a dor, antes e após a massagem, de 108 participantes (76 do sexo feminino), aplicando a escala numérica de dor aos movimentos cervicais de flexão, extensão, látero-flexão bilateral e rotação bilateral. O protocolo seguiu os princípios da massagem clássica, com duração média de 20 a 25 minutos. Discussão/ Resultados: Constatou-se aumento do número de pacientes sem dor e diminuição de indivíduos com dor moderada a severa para todos os movimentos avaliados (Teste de Wilcoxon:  $p < 0,005$ ). Conclusão: Conclui-se que a massagem clássica, mesmo uma única sessão, pode contribuir para redução da dor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clínicas de dor. Modalidades de Fisioterapia. Dor. Manipulações Musculoesqueléticas.

**ABSTRACT:** Experience of physiotherapeutic care in individuals with pain. Background: Pain is an unpleasant sensory and emotional experience, associated or not with actual or potential tissue injury, which can directly impact individuals' lives, limiting activities of daily living, social participation and quality of life. Objective: To expose the effects of a cervical and craniofacial massage protocol applied to individuals with pain assisted in the action, as well as to reflect a little on the repercussion of this action in the student teaching-learning process. Methodology: Students of the Physiotherapy Course from different training periods evaluated the pain, before and after the massage, of 108 participants (76 females), applying the numeric pain scale to the cervical movements of flexion, extension, lateral flexion bilateral and bilateral rotation. The protocol followed the principles of classical massage, with an average duration of 20 to 25 minutes. Discussion/ Results: There was an increase in the number of patients without pain and a decrease in the number of individuals with moderate to severe pain for all assessed movements (Wilcoxon test:  $p < 0.005$ ). Conclusion: It is concluded that classic massage, even a single session, can contribute to pain reduction.

**KEYWORDS:** Pain clinics. Physiotherapy modalities. Pain. Musculoskeletal Manipulations.

## **1 INTRODUÇÃO**

A dor é um sinal de alerta proveniente da estimulação do sistema nervoso em consequência de uma anormalidade no organismo (inflamação, infecção, fraturas, estiramentos, etc.) que, quando persistente, pode provocar diferentes repercussões, desde a dificuldade na realização das atividades de vida diária (AVD's) e de trabalho, até manifestações de ordem psicológica, como ansiedade e depressão (Barros, 2014).

Ainda que sejam raras as ocasiões em que se especifica o protocolo de tratamento fisioterapêutico adotado (indicando-se os recursos da eletroterapia como procedimentos mais comuns), diversos autores apontam o uso da fisioterapia no manejo e tratamento de diferentes condições álgicas havendo, contudo, aqueles que alegam, como Argoff, Dubin e Pilitsis (2019), a inexpressividade de publicações científicas e amostras de pequena representatividade sobre o real efeito da fisioterapia no tratamento da dor.

Por sua vez, dentre os recursos fisioterapêuticos disponíveis ao alívio do quadro álgico, existem diferentes técnicas de terapia manual, desde recursos mais simples como massoterapia, pompage e liberação miofascial, até as diferentes formas de manipulação dos seguimentos corporais, bandagens terapêuticas e técnicas específicas de tratamento, destacando-se métodos com Maitland, Mulligan, Reeducação Postural Global (RPG), Osteopatia e Quiropraxia (Vasconcelos; Mansur; Magalhães, 2021).

Compreendendo-se, assim, a importância de catalogar e analisar os resultados obtidos por métodos específicos de fisioterapia no manejo da dor, bem como o notório valor da aprendizagem baseada na prática acadêmica (Costa; Cotta, 2014), o objetivo do presente trabalho é apresentar os resultados alcançados após a aplicação de um protocolo de tratamento fisioterapêutico baseado em terapia manual, aplicado por alunos de diferentes períodos de formação, no atendimento de pacientes com queixa álgica, durante uma ação social em sua instituição de ensino superior, vislumbrando-se indicar o impacto do protocolo sobre a classificação e percepção dolorosa, a importância da experiência para a formação discente, bem como a valorização dos recursos manuais no tratamento dos pacientes.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de um trabalho quanti-qualitativo, composto pela associação entre um estudo transversal e um estudo descritivo, do tipo relato da experiência, gerados a partir de

atendimentos do Curso de Fisioterapia durante o UNIFAN SOCIAL, nos dias 24 e 25 de junho de 2022, no Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan).

Para a realização da parte quantitativa da análise, o estudo transversal contou com indivíduos de ambos os sexos, com queixa de dor em alguma parte do corpo, que estavam presentes no evento e concordaram em participar, assinando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido online disponibilizado por Google Forms.

Os participantes foram submetidos a uma avaliação da dor durante os movimentos cervicais de flexão, extensão, látero-flexão bilateral e rotação bilateral. Para essa avaliação, os voluntários classificaram a dor com base na escala numérica de dor que varia de 0 e 10, onde zero representa a ausência de dor e 10 a percepção máxima de dor. Em seguida, o voluntário foi submetido a um protocolo de massagem na região cervical e crânio facial, segundo os princípios da massagem sueca (massagem clássica), que incluíram deslizamentos (esfregar), amassamentos, tapotagem e vibração dos tecidos moles (Ghanbari *et al.*, 2022). Esse procedimento teve duração média de 20 a 25 minutos. Posteriormente, após o término do protocolo de massagem, o participante foi submetido a avaliação da dor de forma similar à avaliação inicial. As avaliações e atendimentos foram realizados pelos acadêmicos do Curso de Fisioterapia da UNIFAN de todos os períodos, após capacitação prévia e sob supervisão dos professores do curso.

A coleta das informações foi realizada por meio do preenchimento de questionário no Google Forms e organizada em planilha no Programa Excel 2019. Os valores da escala numérica de dor foram divididos em quatro categorias: ausência de dor (valores iguais a zero), dor leve (valores = 1 - 3), dor moderada (valores = 4 - 6) e dor forte (valores  $\geq 7$ ) (Boonstra *et al.*, 2014). Para comparar as categorias de dor antes e após a massagem foi utilizado o Teste de Wilcoxon. O Programa *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 17.0 (SPSS Inc, Chicago, IL, EUA), foi utilizado em todas as análises, sendo considerado um nível de significância de 5%.

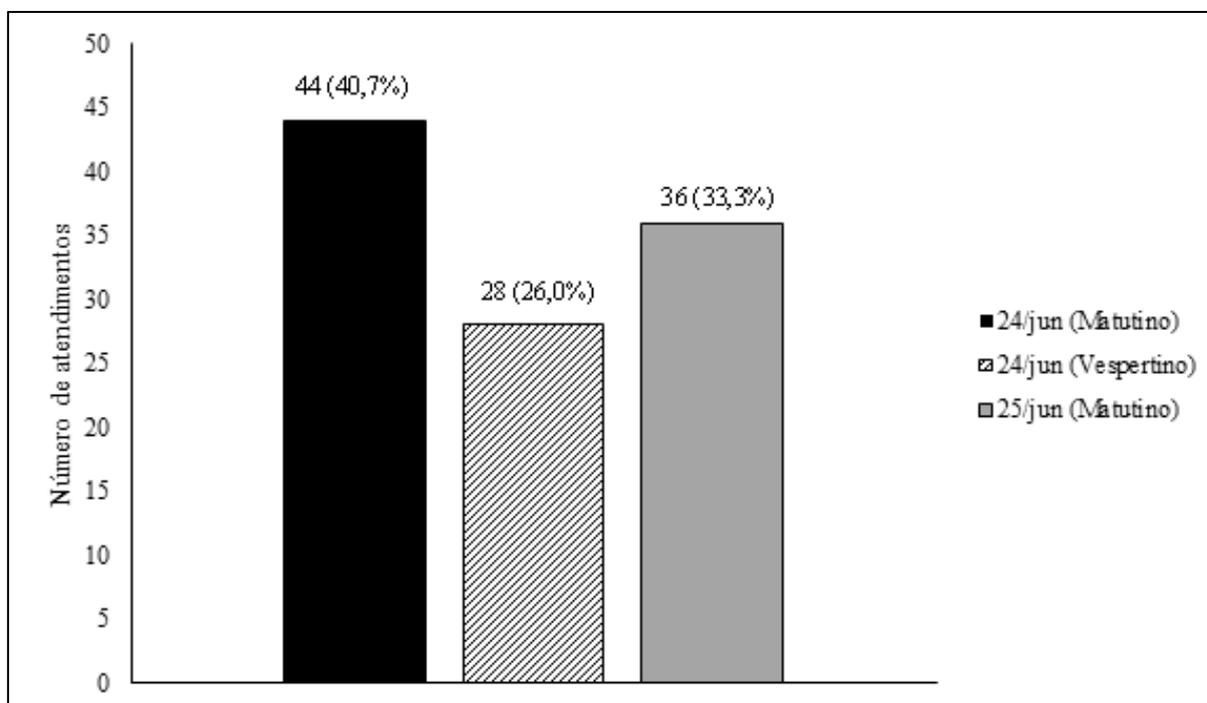
Como recorte qualitativo, o processo de capacitação, supervisão e atendimentos realizados ao longo do planejamento e execução da ação fisioterapêutica no UNIFAN SOCIAL originou o relato de experiência de ensino-aprendizagem aqui remetido, com o objetivo de caracterizar cada etapa da proposta de ‘aprender fazendo’, e especificar as propriedades do fenômeno formação técnica através da prática (Gil, 2021).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Participantes

Participaram do estudo 108 indivíduos com idade média de 34 anos (desvio padrão = 15,44 anos; máximo = 79 anos; mínimo = 7 anos), sendo 76 do sexo feminino (72,4%) (Figura 1). No entanto, para análise dos dados, três participantes foram excluídos, pois o avaliador relatou a presença de dor, mas não informou o valor na escala numérica de dor.

Figura 1 - Gráfico do número de pacientes atendidos por dia e período durante a Ação Social

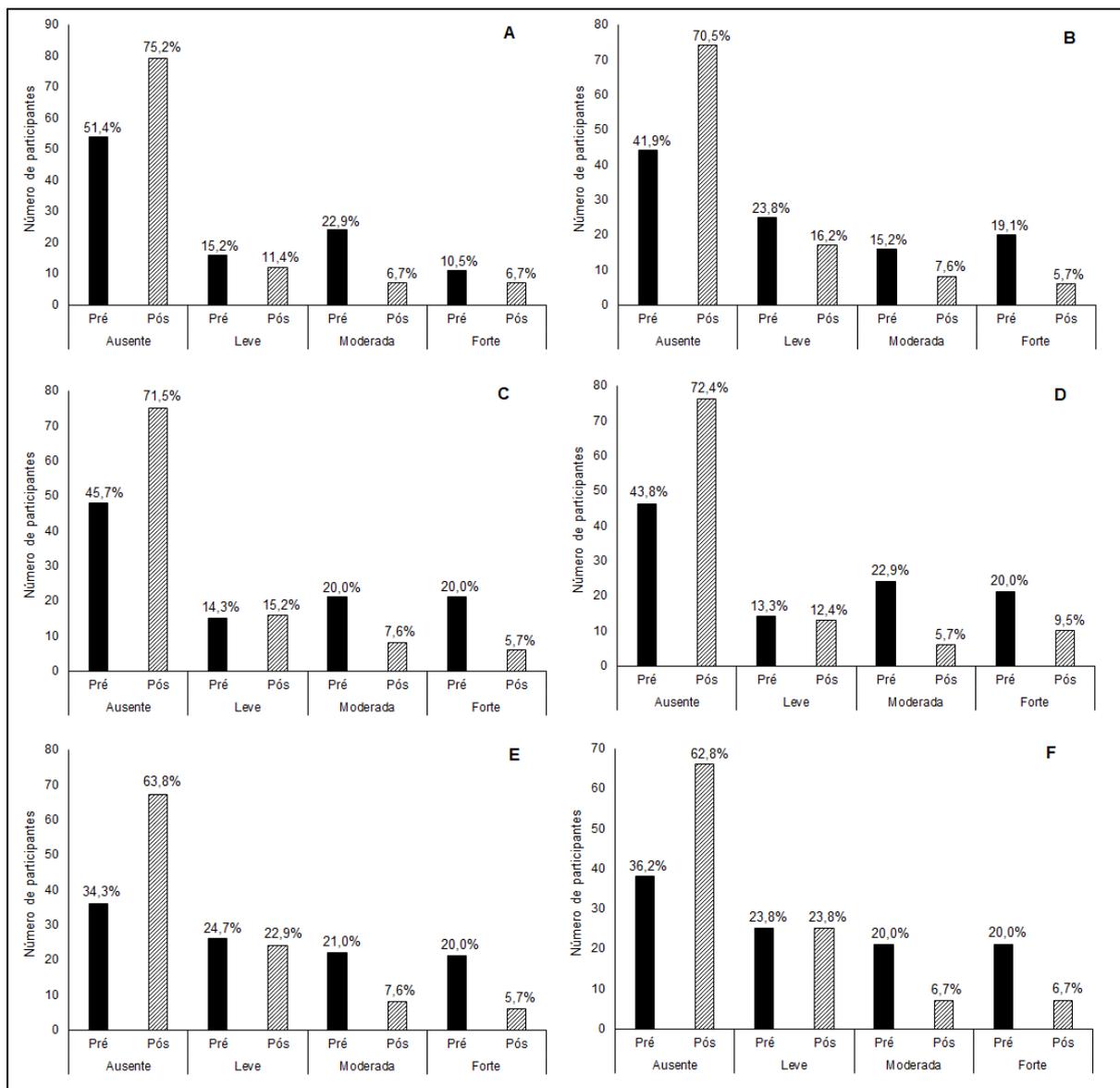


#### 3.2 Efeitos da massagem clássica na dor

De acordo com a análise estatística, constata-se diminuição no número de participantes com dor moderada e severa, além do aumento de participantes sem dor após o atendimento fisioterapêutico (Figura 2;  $p < 0,01$ ). Em outras palavras, após o protocolo de massagem, a maior parte dos indivíduos apresentou redução na percepção de dor durante os movimentos cervicais, principalmente aqueles que apresentaram dor moderada a severa na avaliação inicial. Esses resultados corroboram com achados na literatura que também verificaram efeitos positivos da massagem no tratamento da dor (Bakar *et al.*, 2014; Baumgart;

Baumbach-Kraft; Lorenz, 2020; Buyukturan *et al.*, 2021; Patel *et al.*, 2012; Posadzki *et al.*, 2019).

Figura 2 – Gráficos: Número de participantes em cada categoria de dor antes e depois da massagem clássica



Número de participantes em cada categoria de dor antes (barra preta) e depois (barra cinza) da massagem clássica para os movimentos de flexão (A), extensão (B), látero-flexão para direita (C), látero-flexão para esquerda (D), rotação para direita (E) e rotação para esquerda (F).

O toque proporcionado pela massagem clássica estimula receptores de pressão e tato profundo, alterando também o suprimento sanguíneo, o que produz relaxamento muscular, que por sua vez, promove diminuição na percepção de estresse físico e emocional bem como da percepção de dor (Bakar *et al.*, 2014). Algumas hipóteses que explicam esses efeitos são (1) a liberação de substâncias bioquímicas, como serotonina e opioides, os quais têm uma

ação sobre o gânglio dorsal da medula e cérebro; (2) como consequência de mecanismos neurológicos, conhecidos como teoria das comportas da dor, a qual postula que a massagem estimula fibras nervosas sensitivas grandes e rápidas, competindo com a informação sensorial oriunda de fibras nervosas menores e mais lentas a nível medular espinhal e, por fim, (3) a ação dos recursos mecânicos que provocam o realinhamento das fibras musculares (Fillingim *et al.*, 2016; Patel, 2010; Steeds, 2009).

### **3.3 Relato de experiência**

O desenvolvimento de competências socioemocionais ao longo da formação acadêmica como meio de aprimorar o fazer profissional em saúde, especialmente no encontro profissional-paciente, tem sido tema constante de discussões e reformulação das práticas de ensino nas ciências da saúde (Silva; Takenami; Palácio, 2022).

Em nossa experiência, o envolvimento de estudantes de diferentes períodos da graduação em fisioterapia no processo de capacitação e execução do atendimento, além do preenchimento do TCLE e do questionário de avaliação da dor, pôde estimular um rico ambiente de troca de saberes e experiências, desenvolvendo estratégias de comunicação interpessoal, inculcando no corpo discente um forte interesse pela atividade proposta e, especialmente, o ‘aprender fazendo’ prático, permeado da aprendizagem significativa orientada para a resolução de um problema (o manejo da dor) através do aperfeiçoamento técnico (a massagem em si) (Luna; Bernardes, 2016).

Assim, cada aluno que participou da ação social recebeu orientações específicas sobre: a) a importância da coleta de dados para a produção da evidência científica; b) a colaboração mútua e a importância da prática constante para o aprimoramento da técnica de manipulação; c) demonstrações de cada técnica executada com reprodução discente para adequações; e d) habilidades de encontro com o outro e respeito ao usuário do serviço de fisioterapia.

Além do treinamento, os alunos organizaram um cronograma de presença para garantir o atendimento de todos os visitantes da ação nos diferentes horários em que a mesma foi ofertada, responsabilizando-se, ainda, pela limpeza e organização do ambiente de atendimento.

Por fim, ficou evidente o engajamento de todos os envolvidos com a ação, uma maior interlocução entre acadêmicos de diferentes períodos, a rica troca de saberes e a construção de uma nova atitude diante do processo de aprendizagem: o ‘aprender fazendo’, permeado de curiosidade, significado, olhar científico e comprometimento.

## 4 CONCLUSÕES

Além da constatação da mudança no quadro algico dos pacientes atendidos, reforçando a importância e legitimidade das manipulações musculoesqueléticas no manejo e tratamento da dor, este trabalho apresenta um protocolo específico de tratamento ancorado na massagem clássica e reproduzível em outros ambientes (seja com finalidade terapêutica ou de pesquisa científica), além de refletir sobre a experiência do ‘aprender fazendo’ no processo de formação e aprendizagem significativa de nossos alunos.

Neste interim, é possível afirmar ganhos quanti-qualitativos sob diferentes aspectos como: a) o aprimoramento do contato profissional-paciente e das técnicas manuais usadas; b) a inserção do discente no universo prático da metodologia científica por meio da coleta e análise de dados; c) a promoção, no futuro, de uma prática profissional não apenas baseada em evidências científicas, mas capaz de produzir ciência; e d) a construção de redes de contato e colaboração interpessoal capaz de fomentar parcerias profissionais e científicas futuras.

## REFERÊNCIAS

- ARGOFF, C. E.; DUBIN, A.; PILITSIS, J. G. **Tratamento da Dor (Secrets)**. Rio de Janeiro: Thieme Brazil, 2019. 320 p.
- BAKAR, Y. *et al.* Short term effects of classic massage compared to connective tissue massage on pressure pain threshold and muscle relaxation response in women with chronic neck pain: a preliminary study. **Journal of Manipulative and Physiological Therapeutics**, v. 37, n. 6, p. 415-421, 2014.
- BARROS, N. (Org.). **Entendendo a dor**. Porto Alegre: Artmed, 2014. (Temas de Prevenção em Saúde).
- BAUMGART, S. B.-E.; BAUMBACH-KRAFT, A.; LORENZ, J. Effect of psycho-regulatory massage therapy on pain and depression in women with chronic and/or somatoform back pain: a randomized controlled trial. **Brain Sciences**, v. 10, n. 10, p. 721, 2020.
- BOONSTRA, A. M. *et al.* Cut-off points for mild, moderate, and severe pain on the visual analogue scale for pain in patients with chronic musculoskeletal pain. **Pain®**, v. 155, n. 12, p. 2545-2550, 2014.
- BUYUKTURAN, B. *et al.* The effects of combined sternocleidomastoid muscle stretching and massage on pain, disability, endurance, kinesiophobia, and range of motion in individuals

with chronic neck pain: A randomized, single-blind study. **Musculoskeletal Science and Practice**, v. 55, p. 102417, 2021.

COSTA, G. D.; COTTA, R. M. M. O aprender fazendo: representações sociais de estudantes da saúde sobre o portfólio reflexivo como método de ensino, aprendizagem e avaliação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 771-784, 2014.

FILLINGIM, R. B. *et al.* Assessment of chronic pain: domains, methods, and mechanisms. **The journal of pain**, v. 17, n. 9, p. T10-T20, 2016.

GHANBARI, A. *et al.* Comparison of the Effect of Reflexology and Swedish Massage on Restless Legs Syndrome and Sleep Quality in Patients Undergoing Hemodialysis: a Randomized Clinical Trial. **International Journal of Therapeutic Massage & Bodywork**, v. 15, n. 2, p. 1, 2022.

GIL, A. C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Atlas, 2021. 190 p.

LUNA, W. F.; BERNARDES, J. de S. Tutoria como Estratégia para Aprendizagem Significativa do Estudante de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 4, 2016.

PATEL, N. B. Physiology of pain. **Guide to pain management in low-resource settings**, p. 13, 2010.

PATEL, K. C. *et al.* Massage for mechanical neck disorders. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, n. 9, 2012.

POSADZKI, P. *et al.* Massage for pain: an overview of systematic reviews. **Physiotherapy Review**, v. 23, n. 2, 2019.

SILVA, L. G. M. S.; TAKENAMI, I.; PALÁCIO, M. A. V. A abordagem da medicina narrativa no processo de ensino-aprendizagem nas graduações das profissões da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 46, n. 2, 2022.

STEEDS, C. E. The anatomy and physiology of pain. **Surgery (Oxford)**, v. 27, n. 12, p. 507-511, 2009.

VASCONCELOS, G. S. D.; MANSOUR, N. R.; MAGALHÃES, L. F. **Recursos Terapêuticos Manuais**. Porto Alegre: SAGAH/Grupo A, 2021.

## **FISIOTERAPIA EM MULHERES COM DISPAREUNIA**

*Laura Barbosa Godinho*<sup>1</sup>

*Fabiana da Silveira Bianchi Perez*<sup>2</sup>

**RESUMO:** A dispareunia é definida como uma disfunção sexual caracterizada pela presença de dor recorrente antes, durante ou após a relação sexual na mulher. Essa disfunção pode ser causada por fatores psicológicos, físicos e/ou comportamentais podendo afetar significativamente a qualidade de vida, a libido, os relacionamentos e a autoimagem das mulheres acometidas. **OBJETIVO:** O objetivo dessa revisão é verificar os efeitos da fisioterapia em mulheres com dispareunia. Foi realizada uma revisão da literatura nas seguintes bases de dados: LiLACS, *SciELO* e PubMed no período de setembro a novembro de 2022. Para a busca foram utilizados os seguintes descritores (DeCs): “Dispareunia”, “Modalidades de Fisioterapia”, “Especialidades de Fisioterapia”, e termos MeSH: “dyspareunia”, “Physical Therapy Modalities”, “Physical Therapy Specialty”. Os artigos foram selecionados pelo título e resumo, seguido pela leitura na íntegra dos artigos potencialmente elegíveis. Dos artigos selecionados foram extraídos e organizados em uma tabela no Microsoft Word as seguintes informações: autor, ano de publicação, objetivo, características da amostra, número de grupos, protocolo de intervenção e principais resultados. **RESULTADOS:** foram selecionados 123 artigos no total e inclusos 4 artigos pelos meios do *SciELO*, LiLACS e PudMed. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** foi demonstrado que os meios fisioterápicos de tratamento para dispareunia são muito eficazes e melhorando a qualidade de vida para essas mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dispareunia. Modalidades de Fisioterapia. Especialidades de Fisioterapia. Qualidade de Vida. Função Sexual.

**ABSTRACT:** Dyspareunia is defined as a sexual dysfunction characterized by the presence of recurrent pain before, during or after sexual intercourse in women. This dysfunction can be caused by psychological, physical and/or behavioral factors and the dyspareunia can significantly affect the quality of life, libido, relationships and self-image of affected women. **OBJECTIVE:** The objective of this review is to verify the effects of physiotherapy in women with dyspareunia. This literature review was carried out in the following databases: LiLACS, *SciELO* and PubMed from September to November 2022. The following descriptors (DeCs) were used for the search: “Dyspareunia”, “Physical Therapy Modalities”, “Specialties of Physiotherapy”, and MeSH terms: “dyspareunia”, “Physical Therapy Modalities”, “Physical Therapy Specialty”. Articles were selected by title and abstract, followed by a full reading of potentially eligible articles. From the selected articles, the following information was extracted and organized in a table in Microsoft Word: author, year of publication, objective, sample characteristics, number of groups, intervention protocol and main results. **RESULTS:** 123 articles were selected in total and 4 articles were included through Scielo, Lilacs and Pudmed. **FINAL CONSIDERATIONS:** it has been demonstrated that physical therapy means

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Email: lauragodinho232323@hotmail.com.

<sup>2</sup> Docente Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN). Doutora em Ciências Médicas pela Universidade de Brasília (UnB).

of treatment for dyspareunia are very effective and improve the quality of life for these women.

**KEYWORDS:** Dyspareunia. Physiotherapy modalities. Physiotherapy Specialties. Quality of life. Sexual Function.

## **1 INTRODUÇÃO**

A dispareunia ainda é uma disfunção pouco compreendida, sendo caracterizada por dor persistente ou recorrente antes, durante ou após a relação sexual na mulher (Alimi *et al.*, 2018). De acordo com a literatura, a dispareunia é um distúrbio multifatorial que envolve fatores biológicos, psicológicos e sociais, sendo a fraqueza da musculatura do assoalho pélvico uma das principais causas (Oliveira *et al.*, 2021).

Embora não seja observada uma elevada prevalência de dispareunia, variando de 10 a 20% das mulheres, esta disfunção pode causar um grande impacto na vida dessa população, uma vez que pode causar dificuldades na relação sexual e gerar estresse (Seehusen; Baird; Bode, 2014). A dispareunia é mais comum em mulheres de 55 a 64 anos (10,4%) e de 16 a 24 anos (9,5%) (Lee *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a fisioterapia pode ser uma importante estratégia para reverter essa disfunção em conjunto com outros profissionais de saúde, uma vez que apresenta importantes recursos para reverter essa fraqueza, como o biofeedback, eletroestimulação e que podem estar associados à cinesioterapia (Ghaderi *et al.*, 2019).

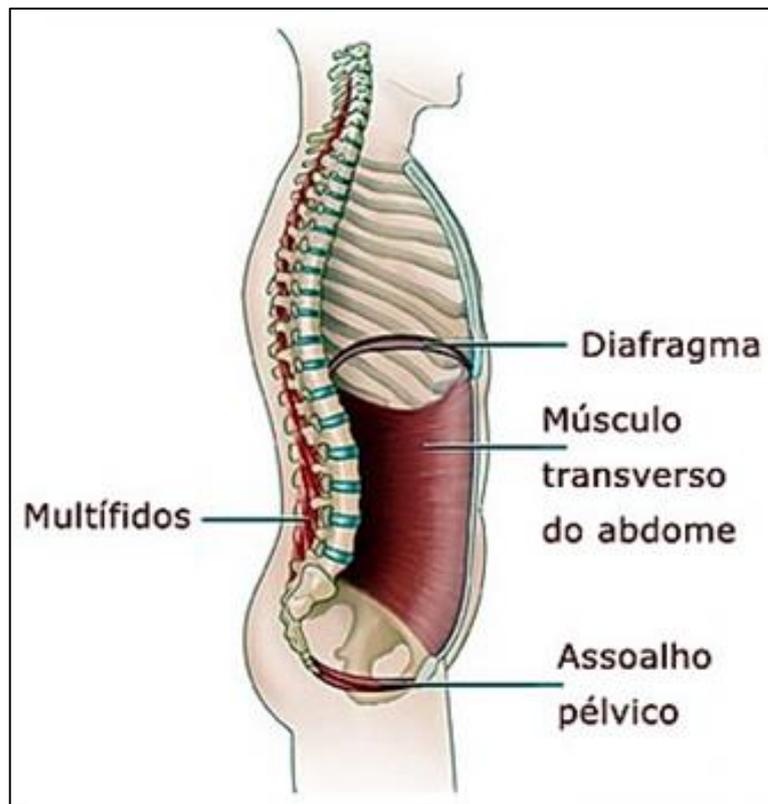
## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Anatomia e fisiologia do órgão feminino**

A pelve feminina está localizada abaixo da caixa torácica e dos órgãos do abdômen, sendo que anteriormente e lateralmente ela é delimitada pelos ossos do quadril e pelo músculo obturador interno, na parte posterior é pelo sacro, o cóccix e os ligamentos sacroespinhal e sacrotuberal e, por último, inferiormente, é delimitado pelo diafragma pélvico. Os ossos do quadril são compostos pelo ílio, púbis e ísquio, além do sacro e cóccix (Moreno, 2009). A

figura 1 representa a localização dos músculos do assoalho pélvico, o músculo transverso do abdomen, o diafragma e o multífido.

Figura 1 - Localização do assoalho pélvico



**Fonte:** Ubuntu-Pilates e treinamento integrado, 2017.

A musculatura do assoalho pélvico possui um papel extremamente importante, e conhecer cada função é essencial para poder desenvolver um melhor tratamento, e são eles representados no Quadro 1:

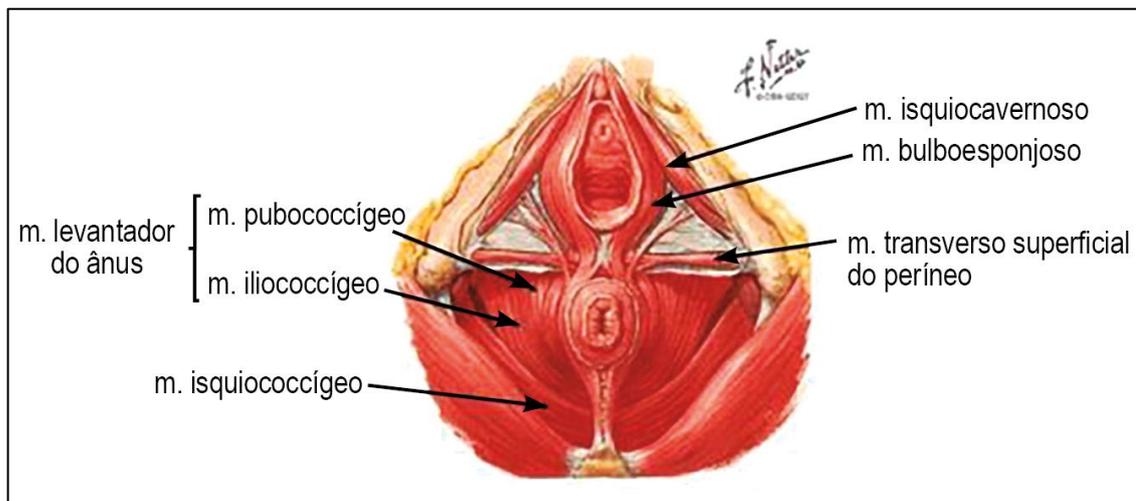
Quadro 1 - Os músculos do assoalho pélvico

| MUSCULO   | ORIGEM   | INSERÇÃO   | INERVAÇÃO             | AÇÃO  |
|---|--|--|-----------------------|---|
| M. levantador do ânus:<br>a) M. puborretal;<br>b) M. pubococcígeo;<br>c) M. iliococcígeo. | a) Face interna do púbis;<br>b) Face interna do púbis, espinha isquiática;<br>c) Arco tendíneo do m. obturador interno e espinha isquiática. | a) Ao redor da junção anorretal;<br>b) Cóccix e ligamento anococcígeo;<br>c) Cóccix e ligamento anococcígeo. | N. sacral (S3 e S4)   | Sustentar as vísceras, distribuir a pressão abdominal, elevar a pelve, sustentar a cabeça do feto e auxilia no trabalho de parto. |
| M. isquiococcígeo   | Espinha isquiática e ligamento sacroespinal.   | Sacro e cóccix.  | N. sacral (S3 e S4)   | Reforça o assoalho pélvico e auxilia o músculo levantador do ânus.  |
| M. esfíncter externo do ânus  | Corpo do períneo.  | Derme e tela subcutânea ao redor do ânus e do ligamento anococcígeo.   | N. Pudendo (S2 a S4). | Continência fecal.  |
| M. transverso superficial e profundo do períneo.  | Ramo do ísquio.  | Corpo do períneo.  | N. Pudendo (S2 a S4). | Proteção do músculo levantador do ânus.   |
| M. esfíncter externo da uretra.   | M. anular ao redor do Óstio externo da uretra.   | M. anular ao redor do óstio externo da uretra.   | N. Pudendo (S2 a S4). | Continência urinária.   |
| M. isquiocavernoso.   | Ramo do ísquio.  | Corpo cavernoso.   | N. Pudendo (S2 a S4). | Fixa os ramos do clitóris aos ramos inferiores do ísquio e do púbis e ao diafragma urogenital.                                    |
| M. Bulbo esponjoso  | Corpo do períneo.  | Corpo cavernoso do clitóris e diafragma urogenital.  | N. Pudendo (S2 a S4). | Fixa o bulbo do vestíbulo no diafragma urogenital.  |

Fonte: Moreno, 2009.

E como forma de ilustrar os músculos do assoalho pélvico, a figura 2 a seguir contém os músculos levantador do ânus, músculo isquiococcígeo, músculo isquiocavernoso, músculo bulboesponjoso e o músculo transverso superficial do períneo.

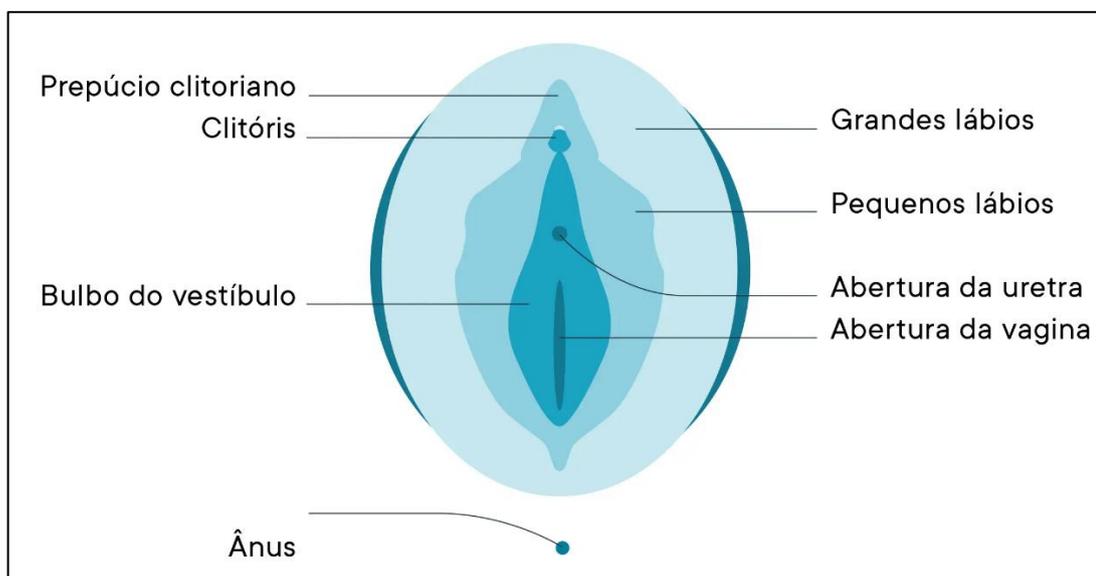
Figura 2 - Anatomia dos músculos do assoalho pélvico



Fonte: Netter, 2018.

Já a área mais externa do períneo tem a vulva, a qual é composta pelos lábios maiores e menores, vagina, uretra e clitóris (Seehusen; Baird; Bode, 2014), e mais internamente é composto pelo canal vaginal e o colo do útero, como ilustrado na figura 3:

Figura 3 - A vulva

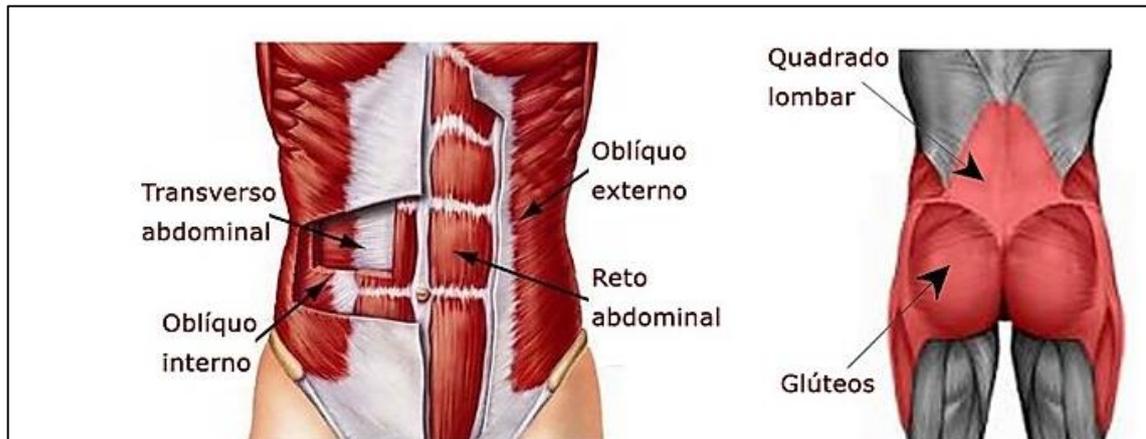


Fonte: Clue by Biowink, 2023.

Além disso, compreender a musculatura acessória e proximal aos músculos do assoalho pélvico é fundamental para um bom tratamento fisioterápico. São eles: adutores e abdutores da coxa, piriforme, obturadores internos e externos, glúteo máximo, médio e mínimo, abdominais e paravertebrais (Pereira *et al.*, 2020).

A figura 4 representa alguns desses músculos acessórios e proximais do assoalho pélvico como o músculo oblíquo externo, músculo transverso abdominal, músculo oblíquo interno, músculo reto abdominal, músculo quadrado lombar e os músculos glúteos.

Figura 4 - Músculos paravertebrais e abdominais



Fonte: Ubuntu-Pilates e treinamento integrado, 2017.

## 2.2 Dispareunia

A dispareunia é definida como uma disfunção sexual caracterizada pela presença de dor recorrente antes, durante ou após a relação sexual na mulher. Essa disfunção pode ser causada por fatores psicológicos, físicos e/ou comportamentais, sendo a fraqueza da musculatura do assoalho pélvico uma das principais causas. Cerca de 50% das mulheres com queixas de dor pélvica apresentam dispareunia. Sua prevalência é de 10% a 20% (Seehusen; Baird; Bode, 2014), variando entre mulheres de 55 a 64 anos (10,4%) e de 16 a 24 anos (9,5%) (Lee *et al.*, 2018).

Esta disfunção pode ser classificada como primária e secundária, sendo que a secundária normalmente acontece depois de 10 anos do início da atividade sexual e a primária ocorre logo após o início da atividade sexual (De Souza Antonioli; Simões, 2010). Outra forma de classificar a dispareunia é basear-se no local da dor: superficial, quando esta é percebida na região vulvovestibular no início da penetração, ou durante a relação sexual com o movimento de penetração dentro da vagina; e profunda quando a dor se localiza na vagina proximal e no hipogástrico, estando constantemente associada à dor pélvica crônica (Rodrigues *et al.*, 2021).

A dispareunia é um distúrbio multifatorial que envolve fatores biológicos, psicológicos e sociais, sendo que por esta razão que existem muitas causas de dispareunia com achados físicos variados entre os pacientes.

A dispareunia pode ser desencadeada por vulvodínia caracterizada por dor em queimação, hiperalgesia e desconforto na vulva, podendo se estender até o clitóris. A vulvodínia pode ser de dois tipos: vulvodínia primária, que não tem etiologia conhecida; e vulvodínia secundária, que ocorre devido à inflamação ou infecção vulvovaginal (Alimi *et al.*, 2018).

O parto também pode ser uma das causas devido ao trauma perineal e exaustão mental da mãe. As mulheres que foram submetidas a uma cesariana de emergência (figura 5) ou um parto difícil demonstraram que as chances de desenvolverem dispareunia são muito maiores do que aquelas que tiveram um parto tranquilo (Alimi *et al.*, 2018).

Figura 5 - Cicatriz cesariana



**Fonte:** Lillo do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Infantis, 2022.

Uma das causas mais conhecidas para a dispareunia é a endometriose que pode ser definida como a presença de tecido endometrial fora do útero com prevalência de 10% em mulheres com idades reprodutivas e entre esses 10%, metade desenvolveram dispareunia (Alimi *et al.*, 2018).

O vaginismo também pode ser considerado uma das causas de dispareunia, sendo caracterizado por uma contração involuntária da musculatura do assoalho pélvico, o que gera dor e desconforto durante a relação sexual. Autores apontam que o vaginismo é uma forma de

proteção psicosssexual ocasionados por experiências sexuais negativas. Outras causas comuns incluem cicatriz de episiotomia, excitação sexual e lubrificação inadequadas, atrofia vaginal e infecção da glândula de Bartholin (Alimi *et al.*, 2018).

Grande parte da população com dispareunia considera os seus sintomas comuns e normais entre as mulheres, dificultando seu diagnóstico por não relatarem para seu ginecologista, e com isso podendo favorecer a aparição de dor pélvica crônica (DPC), sendo a dispareunia a mais comum. Entre 955 mulheres com DPC, 64% possuem características comuns à dispareunia e entre esses, 22% foram causados por sensibilidade principalmente do músculo elevador do ânus (Silva *et al.*, 2017).

Além da dor, a dispareunia pode afetar significativamente a qualidade de vida, a libido, os relacionamentos e a autoimagem das mulheres acometidas (Gross; Brubaker, 2022). Geralmente as mulheres com dispareunia não sabem como contar para alguém sobre o que está sentindo a fim de pedir ajuda. Quando há uma dor física, no caso de dispareunia, espera-se que haja uma explicação física, e que por muitas vezes pode não acontecer, podendo ser muito frustrante. O paciente precisa saber que nesse distúrbio há uma interação entre fatores físicos e psicológicos (Lee *et al.*, 2018).

Existem diversos meios fisioterápicos para ajudar na dispareunia e dor pélvica crônica como eletroestimulação intravaginal, demonstrado na figura 6, que consiste em um eletrodo de utilização interna na vagina, com intensidade que varia de acordo com a tolerância do paciente e de duração entre 20 a 25 minutos (Ghaderi *et al.*, 2019).

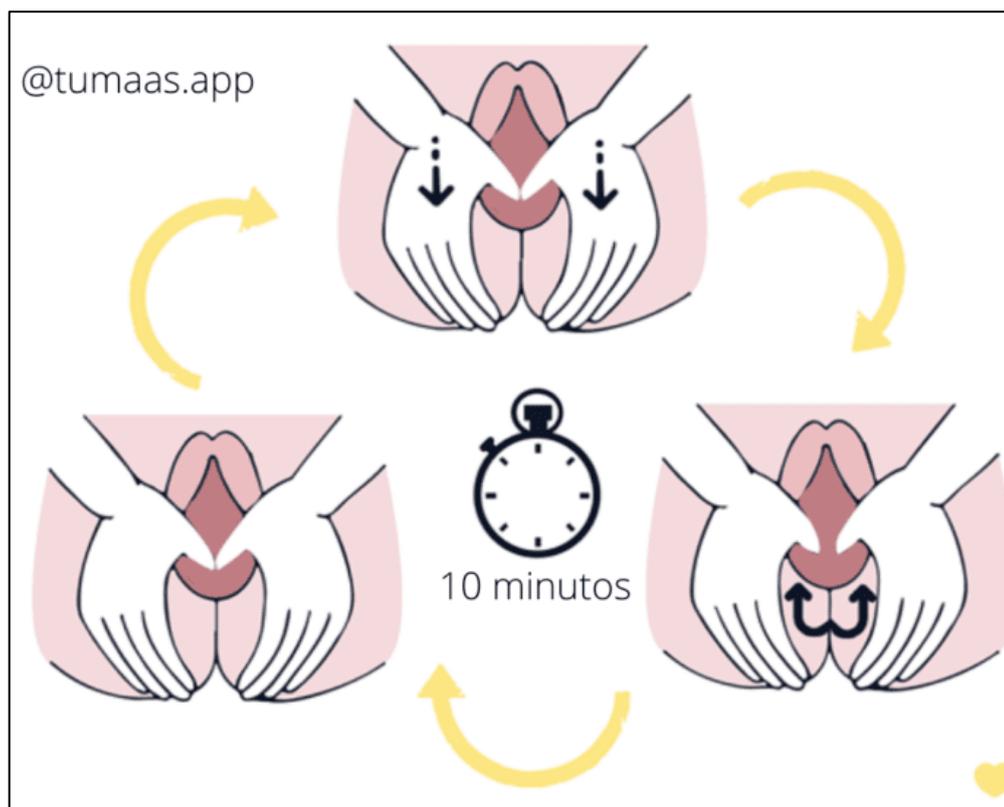
Figura 6 - Aparelho de eletroestimulação



Fonte: Ana Paula Malinauska, 2016.

Há também a massagem perineal (figura 7) que é realizada no sentido das fibras musculares desde sua origem até sua inserção na região da vulva e no canal vaginal, com uma pressão razoável ao paciente promovendo assim relaxamento dessa musculatura ocasionando um alívio de dor (Silva, 2017).

Figura 7 - Massagem perineal



Fonte: Jeanne Carvalho, 2020.

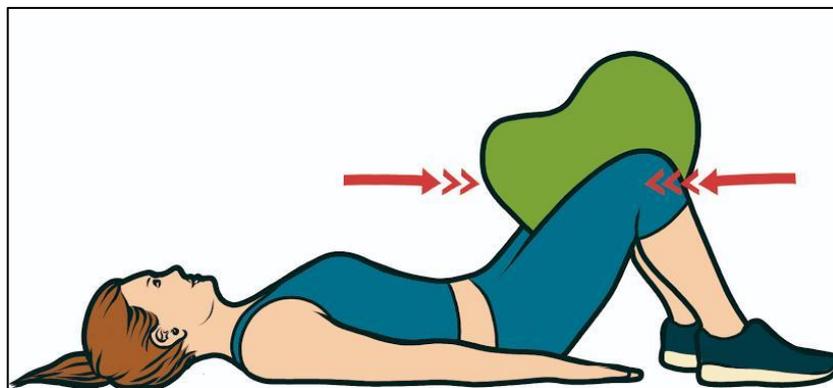
Os exercícios de fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico poderão contribuir para o tratamento da dispareunia, uma vez que esta pode ser uma das causas, entre os exercícios realizados, estão os exercícios de Kegel (Pereira *et al.*, 2020), essa técnica pode ser utilizada em conjunto com o Pilates, alguns métodos de treino envolvem agachamento na parede, ponte com bola para adução das coxas, ponte deitado, abdominal na bola suíça e outros. Os comandos do fisioterapeuta devem ser claros para que o paciente consiga contrair a musculatura do assoalho pélvico, como exemplo “contraia o abdômen” (Silva; Vaz; Coelho, 2017).

Figura 8 - Exercício de agachamento



Fonte: Zuz-fisioterapia e pilates, 2019.

Figura 9 - Exercício de ponte



Fonte: Zuz-fisioterapia e pilates, 2019.

Como contrair a musculatura do assoalho pélvico é extremamente difícil para a maioria das pessoas, o biofeedback é muito utilizado nos tratamentos fisioterápicos. Ele é um aparelho conectado a uma sonda endovaginal de em média 8 cm de comprimento e 3 cm de diâmetro que irá captar as contrações musculares do assoalho pélvico e demonstrar em um microprocessador (Oliveira *et al.*, 2021).

Figura 10 - Aparelho de biofeedback



Fonte: Interfisio, 2016.

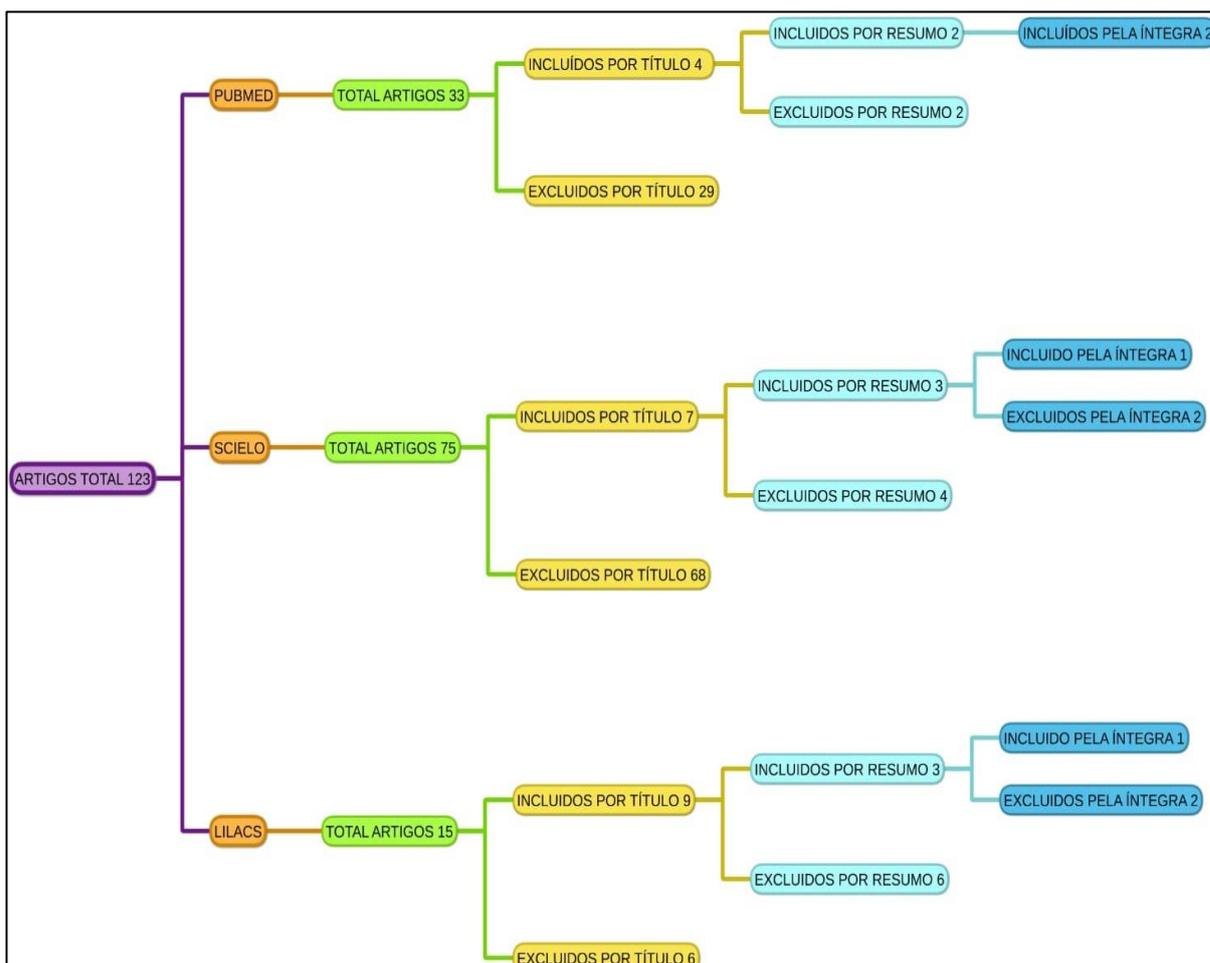
### 3 METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão da literatura com caráter exploratório e qualitativa. A busca foi realizada no período de agosto a setembro nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e PubMed. Para a busca foram utilizados os seguintes DeCS (descritores): “Dispareunia”, “Modalidades de Fisioterapia”, “Especialidades de Fisioterapia”, e termos MeSH: “dyspareunia”, “Physical Therapy Modalities”, “Physical Therapy Specialty”.

Foram incluídos artigos publicados entre 2010 a 2022 e livro de 2009 nos idiomas inglês e português que verificaram os efeitos da fisioterapia com dispareunia. Foram excluídos artigos que avaliaram o efeito de outras intervenções, como uso de medicamentos, em mulheres com dispareunia, além de artigos de revisão, metanálise, diretrizes, pôsteres e teses/ dissertações.

Para seleção, inicialmente foram lidos os títulos e resumo dos artigos seguido da leitura completa do artigo com o objetivo de identificar se atendem aos critérios de inclusão e exclusão. Posteriormente, dos artigos selecionados, foram extraídas informações que foram organizadas em uma tabela no Microsoft Word 2020. As informações foram: autor, ano de publicação, objetivo, características da amostra, número de grupos, protocolo de intervenção e principais resultados.

Figura 11 - Fluxograma da seleção dos artigos



Fonte: próprio autor.

## 4 RESULTADOS

Nesta pesquisa realizada, foram encontrados um total de 123 artigos, sendo 33 artigos pelo PUBMED, 75 artigos pelo *SciELO* e 15 artigos pelo LILACS. Dentre aqueles encontrados no PUBMED, foram incluídos 4 por título e 29 excluído por título; 2 incluídos por resumo e 2 excluídos por resumo; e 2 incluído pela íntegra.

Pelo *SciELO*, foram incluídos 7 por título e excluído 68 por título; incluídos 3 por resumo e 4 excluídos por resumo, 1 incluído pela íntegra e 2 excluído pela íntegra. E pelo LILACS 9 foram incluídos pelo título e 6 excluídos por título, 3 incluído por resumo e 6 excluído por resumo, 1 incluído pela íntegra e 2 excluído pela íntegra. Formando um total de 4 artigos de pesquisa de campo. Demonstrados no Quadro 2 os artigos inclusos que contêm protocolos relacionados a condutas fisioterapêuticas na mulher com dispareunia.

Quadro 2 - Dados da amostra, resultados e conclusões dos estudos selecionados

| AUTORES (ANO)                  | GRUPOS IDADE MÉDIA  | MÉTODOS  | RESULTADOS   | CONCLUSÃO   |
|--------------------------------|---|--|--|---|
| Pereira <i>et al.</i> 2020     | GI = 6 mulheres<br>I = 43,3 anos<br>GC = 7 mulheres<br>I = 41 anos    | Foi realizado em GI TMAP durante 8 semanas, 2 encontros semanais de 40 min. Realizando em musculatura acessórias e proximais do AP, em seguida exercícios de contrações lentas, seguidos de contrações rápidas, realizando 8 repetições nas posições sentada, deitada e em pé. E em GC foram realizadas palestras sobre a fisioterapia na saúde da mulher.   | O GI comparado ao GC desde quando o programa começou, até o final, demonstrou uma melhora nos sintomas de dor da dispareunia. Em um gráfico de como a dispareunia interfere na qualidade de vida das mulheres, GC estava com 7,7 e caiu para 6,9, enquanto GI estava com 7,3 e caiu para 1,5, diferença em média de 5,4.   | O estudo realizado demonstrou que os exercícios fisioterapêuticos, como alongamentos e de fortalecimento das musculaturas acessórias e do assoalho pélvico, têm resultados positivos, tanto para dor, quanto para qualidade de vida quando comparado com aqueles que não realizam exercícios fisioterapêuticos. |
| Piassarolli <i>et al.</i> 2010 | G = 26 mulheres<br>I = 30,5 anos.                                     | Nesse grupo de mulheres, foram realizadas 10 sessões, 1 ou 2 vezes por semana, durante 50 min. Os exercícios foram realizados em 10 posições diferentes com, decúbito dorsal, lateral e ventral, sentada na bola suíça e na cadeira, em pé e outros. 5 contrações rápidas e 5 contrações sustentadas foram solicitadas para posição, com um período de relaxamento entre cada posição. Além disso, orientações de exercícios para casa foram realizadas. | Das 26 mulheres que participaram da pesquisa, 69% receberam alta do ambulatório com melhora total das queixas sexuais. A média total entre dor, orgasmo, satisfação, excitação, lubrificação e desejo melhorou de 18,5 para 30,4 ao final das 10 sessões. Essa média foi feita com base em um questionário realizado ao início e ao final do tratamento. E em questão de grau de força muscular, 85% apresentaram graus 1 e 2 ao início do tratamento e no final do tratamento 69% apresentaram graus entre 4 e 5. | Com base nos estudos realizados, mais da metade das mulheres que foram submetidas ao tratamento fisioterapêutico receberam alta por não apresentarem dor e pela melhora das queixas sexuais. E mais de 60% obtiveram melhora da força muscular, variando entre os graus 4 e 5.                                  |
| Da Silva <i>et al.</i> 2017    | GD = 8 mulheres<br>I = 31,3 anos<br>CPP = 10 mulheres<br>I = 35 anos. | O GD é composto por mulheres que possuem dispareunia   | Nos dois grupos foi realizada uma pesquisa em base na Escala Visual  | Os índices de dor dessas mulheres eram altos o bastante para interromper a relação  |

|                                   |   |  |   |   |
|-----------------------------------|---|--|---|---|
|                                   |   | <p>relacionado à sensibilidade dos músculos do assoalho pélvico e o CPP são mulheres que possuem dispareunia por sensibilidade dos músculos do assoalho pélvico relacionados a DPC. Portanto os dois grupos foram submetidos ao mesmo tratamento. Que consiste em uma massagem pela técnica de Thiele, ela foi realizada 1 vez por semana durante 4 semanas. A técnica compunha uma massagem desde a origem até a inserção do músculo, e a pressão deve ser tolerada pelo paciente, por 5 min. Foi recomendado ainda que elas não praticassem relações sexuais durante o tratamento.</p> | <p>Analgógica e na Escala de McGill, e durante todas as 4 semanas os índices de dor mostraram melhora. O grupo CPP demonstrou uma melhora somente em relação a dor, enquanto o grupo D houve melhora tanto em relação à dor, quanto na relação da função sexual.</p>  | <p>sexual delas. Essa pesquisa mostra que a massagem perineal, melhora tanto nos sintomas de dispareunia, quanto na função sexual, trazendo uma qualidade de vida melhor para essas mulheres.</p>   |
| <p>Ghaderi <i>et al.</i> 2019</p> | <p>Grupo Experimental = 32<br/>                 Grupo controle = 32</p> | <p>O grupo experimental recebeu tratamento 1 vez por semana durante 3 meses e fizeram exercícios todo dia em casa para os músculos do assoalho pélvico. O tratamento utilizado foi liberar pontos gatilhos com técnicas de liberação miofascial e massagem profunda do assoalho pélvico</p>  | <p>O grupo experimental mostrou uma melhora na dor, força e resistência do assoalho pélvico em comparação ao grupo controle. Em comparação ao antes e depois do tratamento no grupo experimental em dor foi de 3,88 para 12,78 (melhora de 8,9 pontos); em força foi de 1,72 para 4,19 (melhora de 2,47 pontos) e em resistência foi de 4,53 para 12,25 (com melhora de</p> | <p>Segundo o estudo realizado, o tratamento utilizado pelos fisioterapeutas que envolve fortalecimento, técnicas de terapia manual e eletroterapia nos músculos do assoalho pélvico no grupo experimental, mostrou resultados bastante positivos, variando de 2,47; 7,72 e 8,9 pontos de melhora, enquanto o grupo controle que não realizou o tratamento, a melhora foi extremamente pouca, de nem 1 ponto e/ou ocorrendo uma piora.</p> |

|  |  |   |   |  |
|--|--|---|---|--|
|  |  | entre 15 a 20 min., TENS com eletrodo intravaginal de alta frequência de 20 a 25 min., além de exercícios de fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico. Enquanto os grupos de controle não realizaram tratamento, foram somente colocados na lista de espera. | 7,72 pontos). Enquanto o grupo controle em dor foi de 4,28 para 4,81 (melhora de 0,53 pontos); em força foi de 2,50 para 2,47 (ocorrendo uma piora de 0,03 pontos) e em resistência foi de 6,44 para 6,56 (melhora de 0,12 pontos). |  |
|--|--|---|---|--|

**Fonte:** Próprio Autor.

## 5 DISCUSSÃO

Os resultados nesses estudos mostraram que os métodos utilizados foram muito eficazes, entre eles dois achados que confirmam a importância de se realizar exercícios de contrações. Segundo Piassaroli *et al.* (2010), a utilização de exercícios de contrações rápidas e lentas em diversas posições como sentada, deitada em decúbito dorsal, lateral e entre outros mostrou grandes resultados, enquanto Pereira *et al.* (2020) deram importância para os exercícios de contrações e além disso realizou-se exercícios de alongamento das musculaturas proximais. Essas técnicas mencionadas foram de suma importância para melhora dos sintomas de dispareunia, transformando a vida dessa população.

Porém, o grupo de estudos de Da Silva *et al.* (2017) teve como tratamento a realização de massagem pela técnica de Thiele, que consiste em uma massagem desde a origem até a inserção do músculo; e, Ghaderi *et al.* (2019) abordaram o tratamento utilizando diversos meios, como liberação miofascial, massagem profunda, TENS com eletrodo intravaginal e exercícios de fortalecimento. Apesar da via de tratamento desses dois autores serem um pouco diferente, os resultados são extremamente parecidos, comprovando assim que a fisioterapia pélvica tem sim um resultado positivo tanto nos sintomas de dispareunia quanto na qualidade de vida dessas mulheres.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado durante o trabalho de pesquisa, a dispareunia é considerada uma disfunção sexual podendo ocorrer antes, durante ou após a relação sexual. Ela é de causa multifatorial envolvendo fatores físicos, psicológicos e comportamentais. Ela afeta a qualidade de vida, a libido, diminuindo a autoestima.

Esse trabalho mostrou que a fisioterapia é bastante eficaz na diminuição desses sintomas. Porém como a dispareunia envolve fatores psicológicos e comportamentais além do físico, o trabalho interdisciplinar é fundamental, como a psicologia e psiquiatria, para um tratamento completo envolvendo o paciente como um todo.

## REFERÊNCIAS

- ALIMI, Y. *et al.* The clinical anatomy of dyspareunia: A review. **Clinical Anatomy**, v. 31, n. 7, p. 1013-1017, 2018.
- DE SOUZA ANTONIOLI, R.; SIMÕES, D. Abordagem fisioterapêutica nas disfunções sexuais femininas. **Revista Neurociências**, v. 18, n. 2, p. 267-274, 2010.
- GHADERI, F. *et al.* Pelvic floor rehabilitation in the treatment of women with dyspareunia: a randomized controlled clinical trial. **International urogynecologyjournal**, v. 30, n. 11, p. 1849-1855, 2019.
- GROSS, E; BRUBAKER, L. Dyspareunia in Women. **JAMA**, v. 327, n. 18, p. 1817-1818, 2022.
- LEE, N. M.W. *et al.* Dyspareunia. **BMJ**, v. 361, p. 1-6, 2018.
- MORENO, A. L. Avaliação do assoalho pélvico. In: MORENO, Adriana L. Fisioterapia em uroginecologia. 2. ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2009. p. 2; 18.
- OLIVEIRA, S. G. *et al.* Disfunções do assoalho pélvico em primíparas até 6 meses após o parto: estudo de coorte. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, 2021.
- PEREIRA, F. S. *et al.* Treinamento dos músculos do assoalho pélvico em mulheres com dispareunia: um ensaio clínico randomizado. **Fisioterapia Brasil**, v. 21, n. 4, 2020.
- PIASSAROLLI, Virginia Pianessole *et al.* Treinamento dos músculos do assoalho pélvico nas disfunções sexuais femininas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 32, p. 234-240, 2010.

RODRIGUES, C. N. C. *et al.* Influência do desejo sexual na função sexual em mulheres com dispareunia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 34671-34682, 2021.

SEEHUSEN, D. A.; BAIRD, D.; BODE, D. V. Dyspareunia in women. **American family physician**, v. 90, n. 7, p. 465-470, 2014.

SILVA, A. P. M. *et al.* Perineal massage improves the dyspareunia caused by tenderness of the pelvic floor muscles. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 39, p. 26-30, 2017.

SILVA, Valéria Lourenço da; VAZ, Gabriela Roberta Campos; COELHO, Kelley Cristina. **Estudo comparativo entre eletroterapia e pilatescom tratamento fisioterapêutico em mulheres com disfunção sexual**. 2017.